UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CAMPUS V - MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOCIAIS APLICADAS (CCBSA)
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)

STELA DA ROCHA DE MEDEIROS DANTAS

MULHER, PAZ E SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE PAZ A PARTIR (DA PERSPECTIVA) DAS MULHERES

JOÃO PESSOA - PB
2022

STELA DA ROCHA DE MEDEIROS DANTAS

MULHER, PAZ E SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE PAZ A PARTIR (DA PERSPECTIVA) DAS MULHERES

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

JOÃO PESSOA - PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D192m Dantas, Stela da Rocha de Medeiros.

Mulher, paz e segurança [manuscrito] : uma análise dos processos de paz a partir (da perspectiva) das mulheres / Stela da Rocha de Medeiros Dantas. - 2022.

198 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Mulheres. 2. Segurança. 3. Paz. 4. Agenda Mulheres Paz e Segurança - MPS. I. Título

21. ed. CDD 305.4

Elaborada por Elesbao S. Neto - CRB - 15/347 BSC5/UEPB

STELA DA ROCHA DE MEDEIROS DANTAS

MULHER, PAZ E SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE PAZ A PARTIR (DA PERSPECTIVA) DAS MULHERES

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional

Data da defesa: 08 de fevereiro de 2022.

Aprovado em: 08/02/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann (Orientador)

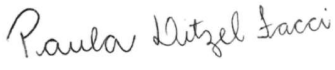
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre (Avaliador Interno)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini (Avaliador Externo)

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dra. Paula Ditzel Facci (Avaliador Externo)

Universidade de Innsbruck

A todas aquelas que tiveram coragem. Que deram o primeiro passo para atingir seus objetivos. Que não desistiram e que lutaram. Mas também aquelas que foram vencidas pelos obstáculos, porque de fracassos são feitas as vitórias e é por elas que todas as outras lutam.

Stela Dantas (2018)

E ao Murilo, meu sobrinho, que nasceu no dia que eu finalizei minha dissertação.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é o sentimento que mais me define nesta etapa final do mestrado. É o reconhecimento por saber que eu consegui chegar até aqui e que eu não desisti ao longo da caminhada e das adversidades. Gratidão às pessoas que foram parte fundamental do processo, que me acompanharam e que me incentivaram a continuar a todo momento.

Primeiramente a Deus, por ter me dado forças. Aos meus familiares, e em especial a minha mãe, Claudia, o meu pai, Alexandre, e o meu avô, Antônio Medeiros, por terem acreditado em mim, por terem me dando base e suporte para a realização de mais um dos meus sonhos. Às minhas irmãs, Natália e Isadora, por terem me acompanhado e me dado suporte emocional, por terem escutado todas as minhas ideias, dúvidas, mudanças de planos e surtos ao longo do mestrado. Por elas estarem presente me incentivando, por terem me estendido a mão e dado suporte ao longo da seleção e do andamento do mestrado.

Ao meu orientador, o professor Paulo Kuhlmann, pelo acolhimento no início do mestrado, por ter me ajudado no momento que eu precisava de orientação. Agradeço também pelos aconselhamentos, por me manter calma nos períodos de dúvida com a minha pesquisa, pelas oportunidades dadas ao longo do mestrado, e por me ter apresentado novas perspectivas para a análise da minha pesquisa.

Aos professores do Programa da Pós-Graduação (PPGRI UEPB), pelos conhecimentos transmitidos nas aulas; e à equipe do Programa por todo apoio prestado. Ao financiamento do Programa de Demanda Social da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que me possibilitou um período de acesso a bolsa de estudo e que meu deu base para uma dedicação exclusiva à pesquisa.

Aos Grupos de Estudo que faço parte, porque eles foram componentes fundamentais durante o meu processo de pesquisa, em especial ao OFRI (Observatório Feminista de Relações Internacionais), ao GEESI (Grupo de Estudos Estratégicos e Segurança Internacional) e ao PEMI (Grupo de Pesquisa sobre Mudança Institucional).

Aos meus colegas de turma, e em especial as minhas amigas Suely e Rayanne. Com vocês eu pude dividir as inseguranças do mestrado, mas foram vocês, com as suas experiências pessoais, que também me mostraram saídas, que apontam soluções e que me deixaram atentas a questões específicas do mestrado.

A minha psicóloga, Rayssa Carvalho, pelo suporte emocional e acompanhamento ao longo do mestrado.

Aos meus amigos que estiveram comigo durante todo momento, me dando força e encorajamento. Que me acompanharam nos momentos de desânimo com o atual cenário do Brasil e com o processo de pesquisa acadêmica, mas também que me proporcionaram momentos de felicidade e distração. Aqueles que não soltaram a minha mão e que me deram incentivo para continuar e não desistir do processo. Meus sinceros agradecimentos aos meus amigos, aqueles por quem eu tenho admiração e orgulho. A todos eles, mas em especial à Maria Eduarda, Igor, Ana Carolina e Lucas.

Também as minhas amigas e familiares que mesmo não estando perto estavam torcendo por mim: Larissa, Rayanne, Rebecca, Jessika, Flayanne e Rafaela. À Israel e Andreza, pelas conversas que me distraíram, e pela elaboração dos vários planos de vida que me ajudaram a espairecer.

Agradeço também a todas as pesquisadoras da área, aquelas que iniciaram e desenvolveram o debate, que tiveram coragem, que romperam barreiras e estigmas sociais e que desenvolveram argumentos que me deram base para dar sustentação e prosseguimento à minha pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento a mim, que se mostrou forte e resiliente. O processo do mestrado me evidenciou o quão importante é ser gentil comigo mesma, em como eu devo seguir e confiar nas minhas ideias e naquilo que eu sinto. Finalizo esta etapa do mestrado com outra percepção sobre mim, sobre a minha agenda de pesquisa e sobre os meus passos e sonhos futuros.

Assim, a todos esses, os meus mais sinceros agradecimentos.

Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela [...]. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida.

Gloria Anzaldúa (1980)

RESUMO

"*Where are the women*?". Esse é um dos principais questionamentos levantados pelas pesquisadoras feministas. Na análise do cenário internacional, é possível perceber a presença e atuação das mulheres em diferentes níveis e posições, sendo considerada histórica a sua atuação nos contextos de guerra, dos conflitos armados, e nos movimentos de paz. Contudo, o que se percebe é uma recorrente marginalização e invisibilidade das mulheres, de modo que se perpetuam os estereótipos de gênero. Todavia, a partir de uma curiosidade em gênero, as teóricas feministas passaram a questionar a falsa neutralidade da área, identificando a torre de marfim que as Relações Internacionais, e suas subáreas, são legitimadas. Sendo assim, a partir de uma investigação em gênero, é possível localizar as mulheres em diferentes áreas e contextos, seja na segurança internacional, seja nos movimentos de paz. Destacando-se a multiplicidade de experiências, as mulheres não devem ser analisadas como sendo únicas, assim como não existe um único feminismo. Logo, a heterogeneidade de mulheres, e das suas vivências, é notada por meio da análise dos processos de paz e segurança. Desse modo, identifica-se as mulheres enquanto agentes da guerra e da violência, da paz e da construção da paz, assim como elas sendo vítimas dos diferentes tipos de violência. A partir disso, o presente trabalho tem como objetivo localizar as mulheres, identificando-as como atores relevantes ao longo do cenário da segurança e da paz, e em específico, dos processos de paz, de modo que seja possível repensar a sua posição, assim como romper com os estereótipos que circundam a sua imagem e representação. Para isso, o trabalho busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: "como as mulheres participam e estão envolvidas nos cenários da segurança internacional e da paz?". Ancorado na pesquisa qualitativa e no método indutivo, o trabalho segue a linha de estudo de caso, no qual analisa a Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) do Conselho de Segurança, de modo que seja possível localizar as mulheres em diferentes estágios de atuação, ou seja, tanto em situações de guerra e conflito, como no dia a dia e nas ações para a paz. Assim, a partir do que foi analisado, conclui-se que as mulheres estão desempenhando importantes funções no questionamento da visão *mainstreaming* da segurança, da violência e da paz, assim como elas estão presentes nos processos de consolidação da paz, sejam esses as iniciativas locais e de bases (*peacebuilding from below)*, ou os processos formais de negociação, mediação e dos acordos da paz (*peacemaking*).

Palavras-chave: Mulheres; Segurança; Paz; Agenda MPS.

ABSTRACT

"Where are the women?". This is one of the main questions raised by feminist researchers. In the analysis of the international context, it is possible to perceive the presence and performance of women at different levels and in different positions, and their performance in the contexts of war, armed conflicts, and peace movements is considered historical. However, what we notice is a recurrent marginalization and invisibility of women, so that gender stereotypes are perpetuated. However, from a curiosity in gender, feminist theorists began to question the false neutrality of the area, identifying the ivory tower that International Relations, and its sub-areas, are legitimized. Thus, from gender research, it is possible to locate women in different areas and contexts, whether in international security or in peace movements. Highlighting the multiplicity of experiences, women should not be analyzed as being unique, just as there is no single feminism. Therefore, the heterogeneity of women and their experiences is noted through the analysis of peace and security processes. Thus, women are identified as agents of war and violence, of peace and peacebuilding, as well as victims of different types of violence. Based on this, the present work aims to locate women, identifying them as relevant actors throughout the security and peace scenario, and specifically, peace processes, so that it is possible to rethink their position, as well as to break the stereotypes that surround their image and representation. To this end, the paper seeks to answer the following research question: "how do women participate and are involved in international security and peace scenarios?" Anchored in qualitative research and the inductive method, the paper follows the line of a case study, in which it analyzes the Women, Peace and Security Agenda (WPS) of the Security Council, so that it is possible to locate women in different stages of action, i.e., both in situations of war and conflict, as well as in everyday life and in actions for peace. From what has been analyzed, we conclude that women are playing important roles in questioning the mainstreaming vision of security, violence and peace. They are also present in peacebuilding processes, whether they are local and grassroots initiatives (peacebuilding from below) or formal processes of negotiation, mediation and peace agreements (peacemaking).

Keywords: Women; Security; Peace; WPS Agenda.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Desenvolvimento dos Planos Nacionais de Ação (PNA) por país. 128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Homens e Mulheres Militares (2006-2021) 142
Gráfico 2: Homens e Mulheres Policiais (2009-2021) 144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Homens e Mulheres Militares (2006-2021) 141
Tabela 2: Homens e Mulheres Polícias (2009 - 2021) 143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os movimentos das Mães pelo mundo 191
Quadro 2: Mulheres que ganharam o Prêmio Nobel da Paz 194
Quadro 3: A participação das mulheres nos processos informais da paz 197
Quadro 4: Lutas contra e a favor do movimento de mulheres e feministas para e pela paz 89
Quadro 5: Mulheres e os processos de paz formal 105
Quadro 6: Resoluções com o foco na presença e participação de mulheres 118
Quadro 7: Resoluções com foco na violência de gênero e sexual 119
Quadro 8: Implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança nas Operações de Paz 131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

MPS – Mulher, Paz e Segurança

RI – Relações Internacionais

EPP – Estudos para a Paz

ESI – Estudos de Segurança Internacional

ONU – Organização das Nações Unidas

PNA – Plano Nacional de Ação

SI – Sistema Internacional

UN – Nações Unidas

UNPOL – Polícia das Nações Unidas

VBG – Violência Baseada em Gênero

VS – Violência Sexual

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **15**

2. "WHERE ARE THE WOMEN?": O LUGAR E O PAPEL DAS MULHERES NA SEGURANÇA INTERNACIONAL **21**

2.1 - A teoria feminista nas Relações Internacionais 21

2.2 - O gênero enquanto categoria de análise 29

2.2.1 - O entendimento da masculinidade e feminilidade 33

2.3 - As narrativas de gênero na guerra 37

2.3.1 - Mulheres e a (re)construção da história 38

2.3.2 - O feminismo no setor de segurança 41

2.3.3 - O continuum da violência 48

2.4 - Conclusões parciais 59

3. O MOVIMENTO FEMINISTA PELA PAZ **62**

3.1 - A implicação teórica: a teoria feminista da paz 62

3.2 - A relação da mulher com a paz 67

3.2.1 - O ativismo e a militância das mulheres nos movimentos pela paz 70

3.2.2 - A maternidade militante 76

3.3 - A atuação prática das mulheres na construção da paz (*peacebuilding from below*) 80

3.4 - Conclusões parciais 90

4. A ATUAÇÃO FEMININA NOS PROCESSOS FORMAIS DE PAZ A PARTIR DA AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA **93**

4.1 - A atuação das mulheres nos processos formais de paz (*peacemaking*) 94

4.2 - A Agenda Mulheres, Paz e Segurança 107

4.2.1 - Antecedentes 107

4.2.2 - A Resolução 1325 e o desenvolvimento da Agenda Mulheres, Paz e Segurança 112

4.2.3 - Os objetivos estratégicos 121

4.3 - A implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança 124
4.4 - Avaliação, críticas e desafios 134
4.4.1 - Avaliação 134
4.4.2 - Desafios 145
4.4.3 - Críticas 149
4.5 - Conclusões parciais 154
CONSIDERAÇÕES FINAIS **158**
REFERÊNCIAS **164**
ANEXO **191**

1. INTRODUÇÃO

Se analisarmos o cenário da segurança internacional, a partir das guerras e dos conflitos armados, e da paz, por meio dos movimentos de ativismo e da construção da paz, percebemos que é histórica a presença feminina. Mas, em decorrência da estrutura social que privilegia a figura e representação do masculino, a presença das mulheres acabou sendo invisibilizada (MOURA, 2005a).

Assim, das diferentes narrativas que compõem o cenário da segurança e da paz, uma delas é a da ausência feminina. Com base nesse entendimento, torna-se essencial evidenciar as mulheres e as suas experiências ao longo dos diferentes processos históricos das relações internacionais (POSSAS; REIS, 2009).

Desse modo, pensar sobre a mulher, e onde elas estão localizadas, é colocar em pauta a análise sobre os discursos estereotipados que circundam a sua imagem; é ter em mente que as falsas dicotomias[1] criadas e reproduzidas socialmente ainda estarão presentes, uma vez que elas buscam desqualificar o papel e a representação do feminino (POSSAS; REIS, 2009; ENLOE, 2014).

Ancoradas em tais pressupostos, e na tentativa de achar explicações para isso, que as teóricas feministas das Relações Internacionais (RI) buscam compreender o sentido da política internacional a partir de uma curiosidade em gênero, uma vez que o "gênero faz o mundo girar"[2] (ENLOE, 2014, p.1), bem como altera a estrutura das relações sociais e coloca em destaque questões centrais como as relações de poder e hierarquia que estão em volta das relações de gênero e que marginalizam as mulheres (MOURA, 2005a; POSSAS; REIS, 2009; ENLOE, 2014).

Foi por volta dos anos 1980 que os Estudos Feministas e de Gênero adentraram na área das Relações Internacionais. Tentando questionar o privilégio masculino na academia das RI, assim como denunciar a torre de marfim na qual a área estava inserida, as feministas evidenciaram a falsa neutralidade e a cegueira da área (TICKNER, 1997; MOURA, 2005a; HALLIDAY, 2007; POSSAS; REIS, 2009; OLIVEIRA, SILVA; 2011; ENLOE, 2014).

Entretanto, a intensificação do debate feminista ocorreu no campo dos Estudos de Segurança Internacional e nos Estudos para a Paz, uma vez que elas ressaltaram a necessidade de se debater sobre as políticas militaristas, e às questões como a segurança e a violência,

[1] Exemplos de dicotomias: homem *versus* mulher; guerra *vs* paz; público *vs* privado.
[2] Tradução livre. Texto original: "Gender Makes the World Go Round" (ENLOE, 2014, p.1).

além do impacto das guerras sobre a população civil. Foi em decorrência da sistematização e generalização dos casos de violência sexual que essa temática passou a ganhar maior destaque, tanto no meio acadêmico quanto entre as organizações internacionais e a sociedade civil (MOURA, 2005a; BUZAN; HANSEN, 2012; ARIÑO et al, 2017).

Era, e ainda é, recorrente o uso da violência sexual como instrumento político e de guerra, no qual a violação dos corpos das mulheres, por exemplo, era usado como uma arma de guerra e um meio de atingir a população inimiga, de modo que o corpo das mulheres são considerados campo de batalha, sendo as mulheres tratadas como espólio da guerra (SEIFERT, 1993; MOURA, 2007; BLOOM, 2008; ARIÑO, 2010b; SORG, 2011; SEGATO, 2012, 2014; ZIPFEL, 2012; SJOBERG, 2016; ARIÑO et al, 2017; PASSOS; LOSURDO, 2017; PACHECO, 2018; HENDRICKS, 2020; MEGER, 2021; YADAV; HORN, 2021).

Mediante tal contexto, a temática sobre gênero e os conflitos armados passou a ser discutida com maior frequência. No âmbito da ONU, a quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (1995), iniciou o debate e correlacionou a questão da mulher com os conflitos armados, ressaltando a violência sexual como uma arma de guerra e um ato de violência contra as mulheres.

Esse tema continuou a ser explorado e nos anos 2000 o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a Resolução 1325 (2000), que tinha como fim aumentar a conscientização sobre a necessidade de aplicar a dimensão de gênero nas operações militares e nos processos de paz. Sendo assim, a Resolução 1325 atuaria como uma ferramenta básica e necessária para a construção da paz, uma vez que ela estaria pautada no respeito e na busca pela igualdade de gênero e dos direitos humanos, sendo essas questões essenciais para alcançar uma construção de paz verdadeira (ARIÑO, 2006; OLIVEIRA; REBELO, 2017).

Desse modo, a Resolução 1325 representou “um novo regime de [gênero] na segurança internacional” (CARREIRAS, 2014, p.129), além de ser um novo referencial para a inclusão das mulheres nos processos formais de negociação pela paz, bem como um meio para romper com as barreiras que separavam e limitavam a atuação feminina nas questões da *high politics* (OLIVEIRA; REBELO, 2017; HENDRICKS, 2020). Sendo assim, essa resolução “veio proporcionar uma nova forma de pensar o papel das mulheres, reconhecendo-as não exclusivamente como vítimas, mas também como atores relevantes no plano da segurança internacional” (CARREIRAS, 2014, p.129), uma vez que elas passaram a ser vistas como agentes importantes do *peacebuilding* e do *peacemaking*.

Com isso, a Resolução 1325 viria a inaugurar o que mais tarde se tornou a Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança (MPS), uma vez que ocorreu a sua ampliação com a

aprovação e divulgação de novas resoluções, sendo elas: S/RES/1820 (2008), S/RES/1888 (2009), S/RES/1889 (2009), S/RES/1960 (2010), S/RES/2106 (2013), S/RES/2122 (2013), S/RES/2242 (2015), S/RES/2467 (2019) e a S/RES/2493 (2019).

Desse modo, além de fazer parte das Resoluções Temáticas do Conselho de Segurança (CS), a Agenda MPS também foi resultado de uma pressão política e social das organizações e dos movimentos de mulheres e feministas, ou seja, é o resultado daquilo que as mulheres estavam protestando e debatendo. Assim, se percebe a importância da participação da sociedade civil no processo de formulação de novas agendas dentro do sistema ONU. Sendo assim, é possível perceber a atuação do processo de *top-down* e do *bottom-up* com a Agenda MPS (ARIÑO, 2006; NASCIMENTO; RIBEIRO, 2019; HENDRICKS, 2020).

Contudo, mesmo com o avanço da temática da mulher, da paz e da segurança, começaram a ser percebidos desafios na implementação da Agenda, visto que os Estados Partes do CSNU, por exemplo, não estavam conseguindo aplicar as Resoluções, tanto no âmbito interno com o aumento da participação feminina nas Forças Armadas, nem no externo, com o treinamento e o envio de mulheres para as operações de manutenção da paz. Era visto que a posição da mulher continuava sendo marginalizada no meio militar, dado que as posições que elas ocupavam continuavam reproduzindo estereótipos (PACHECO, 2018).

Além disso, as diversas experiências das mulheres nos processos formais e informais de consolidação da paz também não eram levadas em conta, uma vez que continuava reduzida, e às vezes ausente, a sua participação nas mesas formais de negociação e na assinatura dos acordos de paz. Entretanto, essa ausência é prejudicial, uma vez que as decisões tomadas nas mesas de negociação têm impacto na sociedade, logo, a participação marginalizada das mulheres nesses processos é danosa, dado que os seus interesses são negligenciados e deixados de lado (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001b, 2004; ARIÑO, 2006, 2010a; HENDRICKS, 2020).

É com base em tal entendimento que a presente pesquisa é estruturada. Assim, sendo fundamental questionar o local e o papel das mulheres em ambientes de dominação e prevalência masculina, e sendo a pergunta “onde estão as mulheres?” o elemento chave e basilar para o desenvolvimento da pesquisa, o presente trabalho tem como objetivo responder a seguinte pergunta de pesquisa: “como as mulheres participam e estão envolvidas nos cenários da segurança internacional e da paz?”. Logo, a variável dependente (VD) do trabalho são os cenários da segurança internacional e da paz, e em específico o dos processos de paz, e as variáveis independentes (VI) são a participação das mulheres, uma vez que a VI altera a VD.

Ancorada na pergunta problema, a hipótese levantada é a de que a presença de mulheres, em diferentes níveis e categorias, nos contextos dos processos de paz e de segurança, ajuda no desenvolvimento de uma cultura de paz inclusiva, transformativa e diversa, de modo que seja possível alcançar a igualdade entre os gêneros.

A pesquisa se respalda e se justifica na necessidade de um olhar mais direcionado para a percepção, o poder de agência e a contribuição das mulheres ao longo do desenvolvimento dos processos de paz, uma vez que a importância de tratar e tentar entender a busca pela promoção da igualdade de gênero nos processos de *peacebuilding e peacekeeping* se situa no fato de que a maior inclusão e empoderamento feminino, bem como a participação e capacitação plena e igualitária das mulheres em todos as etapas do processo de paz é essencial para uma prevenção dos conflitos e para a consolidação da paz. O empoderamento, a busca pela igualdade de gênero e a construção de uma cultura de paz não se situam apenas entre as mulheres militares, mediadoras e negociadoras, mas também são questões que envolvem as mulheres locais, uma vez que elas são as maiores impactadas pelos conflitos armados, bem como são as que podem desenvolver meios para atingir uma mudança e uma paz verdadeira.

Sendo assim, tendo como propósito responder à pergunta de pesquisa, o objetivo geral do trabalho é o de analisar os diferentes papéis e atuações desempenhados pelas mulheres a fim de repensar e repaginar a sua posição, de forma que seja possível localizá-las, assim como romper com os estereótipos que circundam a sua imagem e representação.

Com isso, os objetivos específicos tem como fim analisar: 1 - as narrativas de gênero na guerra, a fim de entender a percepção feminista sobre segurança e a denúncia do *continnum* de violência; 2 - a relação e a presença feminina nos movimentos para a paz e a sua atuação nos processos informais e de base de paz (*peacebuilding*); e, por fim, 3 - a análise da atuação feminina nos processos formais de paz (*peacemaking*) a partir do estudo de caso sobre a Agenda Mulheres, Paz e Segurança.

Posto isso, o presente trabalho tem como base a pesquisa *feminist-informed,* ou seja, é uma pesquisa que deve levar em conta as "reflexões teóricas, metodológicas e empíricas de um corpo diverso de teorias feministas e pesquisa feminista" (ACKERLY; TRUE, 2011, p. 228); além de orientar a pesquisa de modo que ela siga caminhos que localizem as mulheres e as suas diferentes experiências (ENLOE, 2014). Tal pressuposto será fundamental para a escolha e o desenvolvimento do desenho teórico da pesquisa.

Sendo a pesquisa definida como um "processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico" (GIL, 2008, p. 26), ela tem como objetivo fundamental "descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos

científicos". Assim, este trabalho tem como forma de abordagem a pesquisa qualitativa, dado que essa abordagem "é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano" (CRESWELL, 2010, p. 26).

O método utilizado será o indutivo, uma vez que ele dará foco "no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação" (CRESWELL, 2010, p. 26). Ou seja, parte "da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer", bem como "parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares" (GIL, 2008, p. 11).

Em relação ao alcance dos objetivos, o trabalho segue o caráter exploratório, pois busca analisar um tema a partir de novas perspectivas, bem como descritivo, uma vez que descreve os fenômenos e situações de forma detalhada e com suas especificidades (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

No que diz respeito ao aporte para a coleta de dados, este será feito com base em pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que terá como aporte a literatura teórica e empírica sobre o tema, desenvolvida por autoras e teóricas especialistas da área. Também serão utilizados como fonte de informação os documentos oficiais da Organização das Nações Unidas, as Resoluções do Conselho de Segurança, as Resolução da Agenda "Mulheres, Paz e Segurança", e os mandatos das operações de paz.

Sendo assim, o processo de análise da pesquisa se dará a partir da investigação de dados disponibilizados pelo Departamento de Operações de Paz da ONU, pelos Relatórios Anuais do Secretário Geral, e pelas Resoluções e Mandatos das Operações de Paz que estão em vigência, a fim de se observar os avanços e os desafios que circundam a Agenda MPS.

Com isso, o procedimento técnico escolhido como forma de abordagem de investigação para o desenvolvimento da pesquisa foi o estudo de caso. Segundo Creswell (2014, p. 91), o estudo de caso tem como foco o "desenvolvimento de uma descrição em profundidade", ou seja, o procedimento é entendido como um "estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento" (ASSIS, 2008).

A pesquisa, seguindo a linha de estudo de caso, se faz necessária porque essa é "uma abordagem qualitativa na qual o investigador explora um sistema delimitado [...], por meio da coleta de dados detalhada em profundidade envolvendo múltiplas fontes de informação [...] e relata a descrição do caso e temas do caso" (CRESWELL, 2014, p.86).

Assim, o estudo de caso escolhido foi o da análise da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, a fim de se entender, de forma mais detalhada, sobre o processo de atuação das

mulheres em diferentes níveis e posições, uma vez que é possível perceber sobre a necessidade da mulher em campo, seja uniformizada (militar e policial), assim como ela civil, nas funções de mediação e negociação, destacando também a atuação das mulheres e organizações de mulheres locais e em nível de base.

Com base no que foi apresentado, o trabalho será estruturado em três capítulos centrais, sendo cada um deles desenvolvido com base nos objetivos específicos. Logo, o primeiro capítulo se destina ao estudo da mulher no setor da segurança internacional, de modo que seja possível perceber as mulheres ao longo das teorias feministas das Relações Internacionais, no estudo de gênero e nas narrativas de gênero na guerra.

O segundo se dedicará a uma análise do movimento feminista pela paz a partir da perspectiva do *bottom-up,* fazendo um apanhado da participação e da atuação feminina nos movimentos e ativismos pela paz, de modo seja percebida a atuação prática das mulheres ao longo dos processos informais, ou seja, nas iniciativas do *peacebuilding from below.*

Por fim, o terceiro será destinado a análise dos processos formais de paz (*top-down*), por meio dos processos de *peacemaking*, a partir do estudo de caso sobre a Agenda Mulheres, Paz e Segurança, sendo destacado o seu ponto de conexão entre os objetivos da pesquisa; além da análise sobre os avanços, desafios e críticas da Agenda MPS.

2. "*WHERE ARE THE WOMEN?*": O LUGAR E O PAPEL DAS MULHERES NA SEGURANÇA INTERNACIONAL

"*Where are the women*?[3]". Esse é um dos principais questionamentos levantados quando se pretende analisar sobre o lugar e o papel das mulheres no conflito armado e na paz. A indagação feita por Cynthia Enloe (2014) no livro *Bananas, Beaches and Bases* nos dá indicativos sobre as lacunas que existem na política internacional sobre a posição da mulher. Nós, na maioria das vezes, somos tratadas e vistas como "mobílias" (ENLOE, 2014, p.5), peças secundárias e dispensáveis para o meio público. Entretanto, o constante exercício de indagar "onde estão as mulheres?" nos mostra indicativos de possíveis mudanças.

É amparado em tal pensamento que o presente capítulo se desenvolverá. Na posição de mulher e pesquisadora feminista, pretendo, por meio de uma abordagem feminista e de uma curiosidade em gênero, "torna[r] visível todo o funcionamento de uma miríade de formas de poder"[4] (ENLOE, 2014, p.13) presente na política e nas relações internacionais.

Na busca por localizar as mulheres, as suas falas e experiências, o capítulo será estruturado em três tópicos centrais, sendo eles: 1 - a teoria feminista nas Relações Internacionais; 2 - o gênero enquanto categoria de análise; e as 3 - as narrativas de gênero na guerra.

A análise teórica será fundamentada em um leque de distintas perspectivas da teoria feminista, tendo como fim situar as mulheres na arena internacional, em especial nos cenários de conflito armado, e responder a indagação "onde estão as mulheres?"

2.1 - A teoria feminista nas Relações Internacionais

Um dos primeiros passos para localizar as mulheres na política internacional se dá a partir do entendimento da disciplina das Relações Internacionais (RI). Compreender o conjunto de ideias que deram base para a formação e estruturação da disciplina se tornou essencial para o desenvolvimento deste primeiro tópico, uma vez que ele buscou fazer uma análise do debate levantado pela teoria feminista.

De acordo com Robert Cox (1981, p. 128), "a teoria é sempre para alguém e para algum propósito. Todas as teorias têm uma perspectiva. As perspectivas derivam de uma

[3] Tradução Livre. Texto original: "Onde estão as mulheres?" (ENLOE, 2014).
[4] Tradução livre. Texto original: "makes visible the full workings of myriad forms of power." (ENLOE, 2014, p.13).

posição no tempo e no espaço, especificamente no tempo e no espaço social e político"[5], ou seja, "as teorias, antes que verdades absolutas, são apenas diferentes maneiras de constituir e organizar o conhecimento e referendar uma práxis legitimada por determinada comunidade científica em determinado contexto histórico" (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 648). Assim, pensando a partir desses termos, é importante analisar o contexto em que se desenvolveram as teorias das RI a fim de se entender quais os seus objetivos e o porquê deles. A disciplina das Relações Internacionais surgiu no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial, como forma de entender as causas da guerra, a fim de se tornar uma ferramenta de análise do comportamento dos Estados no Sistema Internacional (SI), visando propor meios para se evitar novos conflitos (MOURA, 2005a; HALLIDAY, 2007).

Sendo o Estado considerado um dos principais atores do SI, Fred Halliday (2007, p.15) coloca que as Relações Internacionais buscam analisar três formas de interação no Sistema, sendo elas: "as relações entre os Estados, as relações não-estatais ou relações transnacionais (através das fronteiras) e as operações do sistema como um todo, dentro do qual os Estados e as sociedades são os principais componentes". Assim, boa parte das teorias que fazem parte das RI buscam propor alguma explicação para cada uma dessas interações.

Entretanto, mesmo cada teoria tendo uma forma única de propor interpretações para as relações internacionais, seja apontando qual ator ou nível de análise será a referência, elas colocam em suas análises o Estado e as relações de poder que permeiam a arena internacional (OLIVEIRA, SILVA, 2011; MONTEIRO, 2014).

Assim, no geral, para as teorias tradicionais de RI, apenas as ações dos Estados que envolvem o conflito de poder podem ser consideradas como política. Para os autores realistas, ações que não têm conexão com a disputa direta pelo poder não podem ser consideradas políticas, como as negociações e cooperações técnicas, por exemplo (CARR, 2001; MORGENTHAU, 2003). Desse modo, de acordo com Carr (2001, p.135), "a política é, em certo sentido, sempre política de poder", sendo, o poder um elemento essencial para o desenvolvimento da política.

No cenário internacional, a divisão do que é considerado ou não política é entendido a partir da separação dos termos *high politics* e *low politics.* Assim, a *high politics*, formada pela diplomacia e pelos assuntos políticos, militares e de segurança, é estruturada na imagem do Estado soberano que denota poder. Essa representação também corresponde a figura da

[5] Tradução livre. Texto original: "Theory is always for someone and for some purpose. All theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, specifically social and political time and space." (COX, 1981, p. 128).

masculinidade hegemônica que está associada à violência, à força e à resistência. Enquanto que a *low politics* estaria relacionada a questões como políticas públicas, economia política e questões de gênero, ou seja, assuntos que representavam a estrutura doméstica do Estado (HALLIDAY, 2007; MONTEIRO, 2014; RABELO, 2014).

A relação entre a representação do Estado e da masculinidade hegemônica tem origem no processo de consolidação do Estado-nação, que privilegiava aqueles que tinham habilidades de "pegar em armas". Deste modo, "a articulação entre cidadania e uso de armas privilegiou a figura masculina [...] e consolidou a ideia de que a mulher ocuparia o domínio privado" (RABELO, 2014, p.80). Existia, e continua a existir, uma valorização dos atributos ditos masculinos, e a sua perpetuação ocorre na forma como os Estados se apresentam e guiam as suas políticas no cenário internacional, bem como ocorre uma desvalorização da personificação das feminilidades (MOURA, 2005a; KRONSELL, 2006; HALLIDAY, 2007).

Posto isso, tem-se que a arena internacional não é neutra, e "as Relações Internacionais [é] uma disciplina com sexo" (MOURA, 2005a, p.23). A forma como a política se configura privilegia uma divisão social hierarquicamente construída, uma vez que a "política internacional é um mundo masculino"[6] (TICKNER, 2011, p. 44). Logo, a política é conduzida por homens e para homens, visto que ocorre uma "marginalização da mulher na formulação de política externa"[7] (TICKNER, 2011, p.45).

Destarte, é importante ressaltar que acaba ocorrendo uma ausência, invisibilidade, cegueira e neutralidade de gênero nas RI. Contudo, a falsa neutralidade e a cegueira dessa área são resultado das escolhas que evidenciam apenas um lado, o do homem, fazendo assim, com que ocorra a ausência e/ou invisibilidade para as questões das mulheres e de gênero nos debates *mainstream* das RI (MOURA, 2005a; HALLIDAY, 2007; POSSAS; REIS, 2009; OLIVEIRA, SILVA; 2011).

De acordo com Halliday (2007), alguns fatores podem ser apresentados como indicadores do possível ocultamento das questões das teorias feministas, a saber: a inércia institucional; a separação seletiva das RI; a *high politics*; e uma suposição de separação entre as esferas de gênero e das RI. Assim, estes aspectos condicionam o porquê das "questões levantadas pelo feminismo fossem simplesmente consideradas não relevantes para a esfera internacional e não precisassem formar parte da agenda acadêmica do estudo das relações internacionais" (ibidem, 2007, p.162).

---

[6] Tradução livre. Texto original:" International politics is a man's world." (TICKNER, 2011, p. 44)

[7]Tradução livre. Texto original: "The marginalization of women in the arena of policy-making [...]" (TICKNER, 2011, p.45).

Desse modo, diferentes áreas das RI evidenciam a ausência de gênero nas suas interpretações, seja nos Estudos de Segurança Internacional (ESI), seja nos Estudos para a Paz (EPP), e nas análises de conflito armado e pós-conflito (MOURA, 2005a; 2005b; BUZAN, HANSEN, 2012). Logo, pode-se considerar que "o silêncio de gênero é uma característica determinante das instituições de masculinidade hegemônica"[8] (KRONSELL, 2006, p.109).

Por conseguinte, a posição marginalizada que os estudos feministas e de gênero ocupam na academia expõem a torre de marfim das RI, ou seja, denunciam as práticas da ciência e da academia que são fruto de pensamentos das sociedades patriarcais e androcêntricas, no qual projetam valores e ideais masculinos (HUBBARD, 1993; PAIVA, 1997; NARVAZ; KOLLER, 2006; BACCARINI; MINILLO; ALVES, 2019).

Com isso, tem-se que "a 'cegueira' das Relações Internacionais em relação às mulheres e as questões de gênero foi o que estimulou e continua estimulando os estudos feministas na área" (POSSAS; REIS, 2009, p.241).

Foi na década de 1980 que a teoria feminista passou a fazer parte dos estudos das Relações Internacionais. Fruto dos movimentos sociais da terceira onda do feminismo[9], "observa-se intensamente a intersecção entre o movimento político de lutas das mulheres e a academia" (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.649).

Esse encontro também foi possível graças às discussões no seio das RI que denunciavam o modelo positivista de fazer pesquisa e analisar a arena internacional.[10] As teorias pós-positivistas tinham como essência criticar as teorias dominantes, e a necessidade de buscar soluções alternativas para a análise do sistema internacional e da política internacional. Essas teorias afirmavam que não existia uma única forma de validação da ciência e que a crença e os significados poderiam ter um papel importante para a construção do conhecimento (LAPID, 1989; COSTA; SÉLIS; SOARES, 2009; KURKI; WIGHT, 2013). De acordo com Smith (1996, p.12), a teoria feminista era uma das teorias que cumpria com o papel de fazer criticas ao *mainstream* das RI.

É importante ressaltar que o novo cenário das RI, com o desenvolvimento das teorias pós-positivistas, foi marcado por um debate considerado epistemológico. Contudo,ele também

---

[8] Tradução livre. Texto original: "Silence on gender is a determining characteristic of institutions of hegemonic masculinity [...]". (KRONSELL, 2006, p.109).

[9] O movimento feminista é marcado por ondas de atuação, nas quais, destacam-se os debates e questões politicas e sociais de cada época e região. Para saber mais, veja: ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.
WALTERS, Margaret. Feminismo: uma breve introdução. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021

[10] Yosef Lapid (1989) evidenciou o surgimento do "terceiro debate" na disciplina, este sendo considerado a partir do início da era do pós-positivismo. Contudo, a análise das RI a partir de debates é feita a partir das teorias euro-americanas, deixando de lado as teorias produzidas ao longo das outras regiões.

teve implicações metodológicas, visto que umas das principais críticas dos pós-positivistas aos positivistas era em relação aos métodos que eles utilizavam para elaborar as teorias (MOURA, 2005a; COSTA; SÉLIS; SOARES, 2009; KURKI; WIGHT, 2013).

A partir disso, tem-se que a teoria feminista buscou propor novas formas de produção do conhecimento, bem como de enxergar e analisar a realidade. Assim, fazendo parte das teorias críticas, a metodologia feminista tem como objetivo comum a elas "a mudança social, o resgate da experiência feminina, o uso de linguagens não sexistas [...] e o empoderamento dos grupos oprimidos, em especial das mulheres" (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.651).

Desse modo, adotar uma metodologia feminista era essencial para entender a política genderificada da arena internacional, bem como denunciar a suposta neutralidade de gênero e o silenciamento das mulheres nas abordagens positivistas (NEVES; NOGUEIRA, 2005; TICKNER, 2005).

É fundamentado em tais questionamentos que a teoria feminista entrou e se consolidou nas RI. O feminismo pode ser considerado "um movimento político para mudança social[11]" (HARDING, 1987, p.182), ou seja, "o feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes" (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.648).

A teoria feminista, que questionava a marginalização das mulheres e de suas experiências, passou a colocar as mulheres tanto como teóricas quanto como objeto de referência. Essa teoria também apontava para uma análise multidimensional da realidade, fugindo do foco unidirecional do Estado (OLIVEIRA; SILVA, 2011; PASSO, 2011; BUZAN; HANSEN, 2012).

O feminismo trazia consigo uma reconceitualização do conhecimento e uma denúncia das práticas sexistas. Logo, buscou obter respostas não parciais da realidade social, uma vez que o conhecimento androcêntrico era respaldado pela lógica da parcialidade, visto que agia de forma tendenciosa ao privilegiar os grupos dos homens, e não levando em conta as questões das mulheres (CASTRO; BRONFMAN, 1993; PAIVA, 1995; NICOLÁS, 2005).

Assim, essa teoria atuou no cenário de ausência das discussões sobre o tema dos indivíduos e das mulheres, colocando em evidência as suas especificidades e a forma como as diferentes formas de violência as atingia, uma vez que era necessário olhar a realidade de forma mais humanística, principalmente quando inseridos no âmbito das RI (COSTA; SÉLIS; SOARES, 2009; BUZAN; HANSEN, 2012; TICKNER; SJOBERG, 2013).

---

[11] Tradução livre. Texto original: "Feminism is a political movement for social change" (HARDING, 1987, p.182).

Desse modo, é importante destacar que não existe um único feminismo, assim como ele não é homogêneo. Ou seja, existem várias formas de manifestação do feminismo, com diferentes perspectivas de análise das experiências das mulheres. Cada contexto produz um modo de pensar diferente e único, levando em consideração múltiplos aspectos de análise, como os culturais, sociais, econômicos e os raciais. Posto isso, pode-se considerar que a teoria feminista faz uma análise baseada na interdisciplinaridade, no qual cada grupo de mulheres possui as suas demandas particulares que devem ser refletidas e questionadas (HARAWAY, 1995; NARAYAN, 1997; HARDING, 1998; TICKNER, 2005; NARVAZ; KOLLER, 2006; MINVIELLE, 2019).

As diferentes perspectivas da teoria feminista presente nas Relações Internacionais foi apresentada por Rosemary Tong (2009), sendo elas: a liberal; a radical; a marxista e socialista; a psicanalítica e a focada no cuidado; a multicultural, global e pós-colonial; o ecofeminismo; e por fim, o pós-moderno e o da terceira onda.

O feminismo liberal "chama a atenção para a posição subordinada das mulheres na política global e argumenta que a opressão de gênero pode ser remediada incluindo as mulheres nas estruturas existentes de política global"[12] (SJOBERG, 2006, p.3). Em oposição está o feminismo radical, que faz uma crítica a esse modo liberal de pensar e denuncia os sistemas de dominação firmados pelo patriarcalismo. O poder, a competição, a hierarquia e a dominação são características que acabam se manifestando nas instituições sociais e culturais. Além desses fatores, também são destacadas as pautas da sexualidade e da estrutura de reprodução (TONG, 2009).

O feminismo marxista argumenta que o capitalismo é a base da opressão das mulheres, e que a análise da divisão social de classe e dos meios de produção é importante para localizar o papel das mulheres na sociedade[13]. O feminismo socialista, por sua vez, concorda com a justificativa marxista, porém acrescenta que o patriarcado também atua nesse sistema de opressão. Assim, essa corrente considera que as mulheres vivem sob uma miríade de diferentes formas de opressão (TONG, 2009; OLIVEIRA; SILVA, 2011).

Para o feminismo psicanalítico, por sua vez, é mais importante fazer uma análise do microcosmo, esse focado no indivíduo e nas suas relações pessoais. Esse pensamento é baseado nos estudos de Sigmund Freud, no qual destaca que a opressão está conectada à

[12] Tradução livre. Texto original: "[...] work calls attention to the subordinate position of women in global politics and argues that gender oppression can be remedied by including women in the existing structures of global politics" (SJOBERG, 2006, p.3).

[13] A base de justificativa para essa corrente é a obra de Friedrich Engels (1884), "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado".

psique feminina. A sexualidade e as relações paternais também possuem conexão com a opressão das mulheres (TONG, 2009).

A perspectiva do feminismo focado no cuidado é pouco vista nas RI, porém, essa concepção é baseada nos trabalhos de Carol Gilligan (1982) e de Nel Noddings (1984)[14]. O cuidado tem uma relação intrínseca com a ética e a moral e, tenta entender as percepções sociais que recaem sobre as mulheres e os homens sobre o cuidado. Assim, essas teóricas buscam dar voz aos sujeitos silenciados, evidenciando que a singularidade de cada indivíduo deve ser levada em consideração, dado o contexto que ele está inserido e as suas especificidades, não podendo assim, partir para generalizações (MARINHO, 2004; TONG, 2009; SANTOS, 2019).

A sétima vertente do feminismo é a concepção multicultural, global e pós-colonial. Esse pensamento coloca em evidência o debate sobre as mulheres e as diferenças que existem entre elas, destacando que esse não é um grupo homogêneo e que alguns fatores moldam as suas compreensões do mundo, a saber: o contexto no qual estão inseridas, a localidade, a identidade de gênero, a classe social, a raça, a religião, a idade, o nível de educação, entre outros. Todos esses fatores ajudam a identificar a percepção que as mulheres têm sobre serem oprimidas ou não. Assim, essa perspectiva também rejeita o essencialismo feminino (de que todas as mulheres são iguais), bem como o chauvinismo (de que um grupo de mulheres pode falar por todas). Assim, evidencia que cada experiência é única (TONG, 2009).

O feminismo pós-colonial também denuncia as relações de dominação e de subordinação, questionando a universalidade do pensamento científico e coloca em debate a prática da cegueira epistemológica e do racismo e violência epistêmica visto no pensamento científico social tradicional. A classe e a raça passam a ser inseridos como categoria de análise, juntamente com o gênero, uma vez que é necessário inserir o saber daqueles que foram marginalizados pelas teorias do Norte Global. Assim, a interseccionalidade é a essência dessas novas perspectivas, estando presentes, principalmente na análise do feminismo decolonial e negro (SJOBERG, 2006; LUGONES, 2008; LIMIC, 2015; MINVIELLE, 2019).

O ecofeminismo, por sua vez, é uma vertente teórica fruto dos movimentos sociais ambientalistas e feministas e que traz à tona a relação entre os seres humanos e a natureza, demonstrando que essa interação não é neutra. Na análise ecofeminista, a perspectiva da problemática ambiental é vista a partir da lente de gênero, uma vez que busca exteriorizar a

[14] GILLIGAN, Carol. In a different voice: Psychological theory and women's development. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.
NODDINGS, Nel. Caring, a feminist approach to ethics and moral education. Berkeley: University of Califórnia Press, 1984.

relação de exploração e dominação que tanto as mulheres quanto a natureza sofrem por meio do sistema capitalista-patriarcal (SOUZA; GÁLVEZ, 2008; TONG, 2009; MOURO, 2017).

As últimas perspectivas da teoria feminista apresentada por Tong (2009) são o feminismo pós-moderno e o da terceira onda. Ambas focam sua análise na mulher e na sua identidade, questionando quem é essa mulher que tanto se analisa, a fim de se repensar essa categoria. Em oposição às ideias do binarismo, as autoras dessa corrente buscam reformular o pensamento patriarcal que coloca em oposição binária o homem e a mulher. Assim, elas propõem uma quebra dessa percepção e evidenciam a necessidade das mulheres pensarem a partir delas, e não dos termos impostos pela sociedade patriarcal (TONG, 2009).

Na continuação da análise das teorias feministas das RI, Sjoberg (2006) acrescenta o feminismo crítico e o construtivista. Para a autora, o feminismo crítico está conectado às manifestações de identidade e de relação de gênero, enquanto que o construtivista "se concentra nas maneiras como as ideias sobre gênero moldam e são moldadas pela política global"[15] (SJOBERG, 2006, p.3), e pelas interações sociais.

Também pode ser evidenciado o feminismo africano, que defende que é vital a teorização das múltiplas formas de opressão que as mulheres sofrem; assim, a sua agenda tem como bandeira a luta antirracista, anticapitalista e anticolonial (AMPOFO; BEOKU-BETTS; OSIRIM, 2008). Logo, "o estudo de gênero africano traça novos fundamentos teóricos e empíricos e traz perspectivas distintas e importantes para a teorização e ensino feminista negro e transnacional"[16] (ibidem, 2008, p.3).

A perspectiva africana faz uma análise a partir da linguagem, bem como do estudo da sexualidade, da construção da família, da participação política, da democracia, da religião e do desenvolvimento (AMPOFO; BEOKU-BETTS; OSIRIM, 2008; FERREIRA; CIRNE, 2017; MACEDO, 2018). É fundamental pontuar que "análises e interpretações de África devem começar a partir de África. Significados e interpretações devem derivar da organização social e das relações sociais, prestando muita atenção aos contextos culturais e locais específicos" (OYĚWÙMÍ, 2004, p.9), a fim de se evitar deturpação, falsidade e meias-verdades sobre o entendimento de gênero na África, dado que acaba existindo uma marginalização dos estudos africanos de feminismo (TAIWO, 2003; AMPOFO; BEOKU-BETTS; OSIRIM, 2008; CIRNE, 2017).

---

[15] Tradução livre. Texto original: "[...] focuses on the ways that ideas about gender shape and are shaped by global politics" (SJOBERG, 2006, p.3).

[16] Tradução livre. Texto original: "African gender scholarship charts new theoretical and empirical ground and brings distinctive and important perspectives to transnational and Black feminist theorizing and teaching." (AMPOFO; BEOKU-BETTS; OSIRIM, 2008, p.3).

Sandra Harding (1986) também introduz uma nova forma de pensar a teoria feminista, a partir de diferentes concepções de análise, sendo elas: o empirismo feminista; a teoria do ponto de vista; e o feminismo pós-moderno. Contudo, essas teorias têm como pressuposto uma análise mais voltada para as questões metodológicas e da forma de como se faz pesquisa.

O feminismo empiricista busca denunciar as práticas androcêntricas e sexistas de fazer pesquisa, e coloca que para romper com esse modo de fazer ciência é necessário adotar novas formas metodológicas, uma vez que o feminismo é capaz de produzir reivindicações que não compactuam com o androcentrismo. Assim, se destacam as seguintes linhas metodológicas feministas: *feminist research asks feminist question*[17], o uso das experiências das mulheres, a reflexividade, o conhecimento como emancipação e a objetividade feminista como forma de identificar saberes localizados (HARDING, 1986, 1987; HARAWAY, 1995; TICKNER, 2005).

A teoria do ponto de vista, por sua vez, considera que a experiência das mulheres é a base para a formação do conhecimento, e crítica a ciência positivista que foca apenas na experiência dos homens. Em oposição está o feminismo pós-moderno. Essa visão questiona o olhar generalizado e universalizante das teorias feministas, e pontua que deve ser levado em consideração a multiplicidade de experiências, pondo em destaque questões como raça, classe e cultura, por exemplo (HARDING, 1986, 1987, 1998).

Desse modo, a partir do que foi exposto, o próximo tópico será destinado para a análise do gênero enquanto categoria de análise, dado que diferentes percepções podem recair sobre esse termo, a depender do lugar em que ele for analisado.

2.2 - O gênero enquanto categoria de análise

O gênero foi introduzido nas Relações Internacionais como uma categoria de análise e um possível ator internacional, a partir das teorias feministas. A análise do sistema a partir da lente de gênero foi essencial para entender as dinâmicas de poder que envolviam a arena internacional. As relações hierárquicas e dicotômicas[18] eram as que prevaleciam na classificação da *high politics* e *low politics,* no qual existia uma separação das esferas que deveriam ser predominadas pelos homens e pelas mulheres (SCOTT, 1995; OLIVEIRA; SILVA, 2011; PASSOS, 2011).

[17] Tradução livre: “pesquisa feminista faz pergunta feminista” (TICKNER, 2005).
[18] Ao longo do trabalho foi adotado o termo “dicotomia” em referência às questões que são opostas e mutuamente exclusivas a cada grupo, como, por exemplo, homem x mulher, guerra x paz, público x privado; enquanto que o termo “binário” é usado para explicações de gênero.

Jill Steans (1988, *apud* SJOBERG, 2010, p.2) coloca que “olhar o mundo através de lentes de gênero é focar o gênero como um tipo particular de relação de poder, ou traçar maneiras pelas quais o gênero é central para a compreensão dos processos internacionais”[19]. Contudo, o que se entende por gênero?

O gênero não diz respeito somente às mulheres e aos homens, mas representa as relações e identidades dos indivíduos; bem como reflete “a forma como a própria pessoa se assume [...] além dos polos mulher-homem”[20] (GIANNINI; MATHIAS, 2018, p.547). Contudo, a compreensão de gênero acaba provocando uma interpretação difusa, uma vez que recorrentemente se associa a ideia de gênero às mulheres, confundindo o que de fato o gênero representa, gerando assim, estereótipos em relação ao seu entendimento. Referenciar apenas a ideia de gênero sem localizar os indivíduos envolvidos nessa relação pode acabar gerando generalizações (SCOTT, 1995; TICKNER, 1997, 2002, 2005; OYĚWÙMÍ, 2000; BUTLER, 2003; MATHIEU, 2009; RABELO, 2014). Conforme pontua Oyèrónké Oyěwùmí (2000, p.3), “*mulher* e *gênero* são praticamente termos sinônimos em muitos estudos que pretendem ser sobre relações de gênero (que na verdade deveriam incluir homens e mulheres)”.

De acordo com Joan Scott (1995, p.86), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Assim, o gênero é tido como uma manifestação social do corpo biológico (o sexo)[21], uma vez que exprime o que a sociedade espera de cada sexo, referindo-se a uma construção sociocultural que busca delinear os elementos da identidade pessoal. Entretanto, ele não pode ser reduzido apenas a isso, uma vez que ele é resultado de um conjunto de representações simbólicas (CONNELL, 1997; GIANNINI; MATHIAS, 2018).

Todavia, assim como pontua Butler (2003) e Oyěwùmí (2021), assim como o gênero, o sexo (e a biologia) também é um produto do construto social, e que não existe nenhuma diferenciação entre os termos, visto que ocorre uma superposição entre eles. Logo, o gênero acaba traduzindo e construindo o sexo, e uma diferenciação entre os dois acaba sendo enganosa (CARREIRAS, 1997; MATHIEU, 2009).

---

[19]Tradução livre Texto original: “To look at the world through gendered lenses is to focus on gender as a particular kind of power relation, or to trace out the ways in which gender is central to understanding international processes” (STEANS, 1988, *apud*, SJOBERG, 2009, p.2).

[20] De acordo com Renata A. Giannini e Suzeley K. Mathias (2018, p. 547-548), na classificação contemporânea sobre identidade de gênero, além da identificação de mulher e homem cisgênero, também estão incluídas as pessoas transgêneros, o gênero fluído, a não-binária, o *generoqueer*, entre outros; podendo também as *drag queens* serem incluídas como exemplo de identidade de gênero.

[21] O sexo representa os atributos biológicos que diferenciam os machos das fêmeas (RABELO, 2014).

Dessa forma, o gênero pode ser entendido como uma construção social, cultural e histórica, resultado de sucessivas performances, ou seja, dos atos e das práticas políticas presentes nas relações de poder, não podendo ser considerado fruto de ideias essencialistas naturalizadas. Logo, os gêneros se constroem e se inventam (BUTLER, 2003; NARVAZ; KOLLER, 2006; PASSOS, 2011; OYĚWÙMÍ, 2021).

Quatro elementos são considerados essenciais na análise deste conceito, sendo eles: os símbolos culturais; os conceitos normativos que tomam a forma de uma oposição binária; a noção política que o termo traz consigo; e, por fim, a identidade subjetiva (SCOTT, 1995). Entretanto, não existe uma única forma de compreender o gênero e, assim como ressalta Judith Butler (2003), é importante fazer uma análise para além do binarismo. "O binarismo origina uma completa rede de hierarquias"[22] (LIMIC, 2015, p.152), que acaba naturalizando processos socioculturais, nos quais reproduzem estereótipos que limitam e excluem as mulheres, e valorizam e legitimam os homens (SAFFIOTI, 1997).

Sendo assim, é essencial romper com os binarismos, posto que não existe um único padrão de representação de homens, assim como não existe um único padrão de mulher. Logo, múltiplas formas de masculinidade e de feminilidade podem ser vistas nas sociedades (GIFFIN, 2005). Daí não se pode verificar que "a construção de 'homens' aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo 'mulheres' interprete somente corpos femininos" (BUTLER, 2003, p.24).

Posto isso, tem-se que fatores psicológicos e comportamentais, bem como atributos da divisão sexual de trabalho e do contexto cultural, social e histórico são essenciais na análise do entendimento de gênero. Dessa forma, é importante e necessário destacar que não pode existir uma análise de gênero a-histórica, que não conte com as experiências dos seres e que não apresente a intersecção entre gênero, raça e classe (SAFFIOTI, 1987; AMÂNCIO, 1992; SCOTT, 1995; CARREIRAS, 1997; CONNELL, 1997; OYĚWÙMÍ, 2004, 2021; STEARNS, 2007; LUGONES, 2008; KERGOAT, 2009; PASSOS, 2011; CIRNE, 2017).

Assim, é notável a consideração que se deve ter do local que esse conceito foi produzido e analisado. Donald Lowe (1995, p.122) coloca que "é apenas no Ocidente moderno que o gênero é considerado uma categoria universal fundada na naturalidade das diferenças sexuais anatômicas"[23], no qual a biologia e o corpo se tornam o destino de

[22] Tradução livre. Texto original: "[...] este binarismo origina una compleja red de jerarquías" (LIMIC, 2015, p.152).
[23] Tradução livre. Texto original: "It is only in the modern West that gender is believed to be a universal category founded on the naturalness of anatomical sexual differences"(LOWE, 1995, p.122).

explicação das relações sociais (OYĚWÙMÍ, 2021). Contudo, essa percepção de gênero é diferente da concepção traduzida para além das sociedades euro-americanas.

O colonialismo e o capitalismo também impactaram na definição de gênero. O uso das justificativas biológicas para limitar a atuação feminina no mercado de trabalho era uma alegação que o sistema capitalista-burguês utilizava. Logo, a noção da inferioridade feminina passou a ser difundida para as novas sociedades, essas que possuíam um conceito de gênero muito mais abrangente e que não tinha conexão com os aspectos biológicos (LOWE, 1995; LUGONES, 2008; OYĚWÙMÍ, 2021).

O colonialismo também teve um papel fundamental no entendimento sobre os homens e as mulheres, dado que era um sistema racista e sexista que acabou perpetuando uma ideia estereotipada sobre cada um desses grupos. Um exemplo disso é a categoria "mulher", que assim como afirma Maria Lugones (2008), esse termo carrega um peso, haja visto que historicamente acaba se referindo apenas a um grupo dominante de mulheres (as brancas, burguesas e euro-americanas). É na fala de bell hooks (2020, p. 252-253) que esse apontamento se comprova, uma vez que a autora apresenta o discurso de Sojourner Truth[24], no qual ela questiona se ela, mulher negra e que trabalhava no campo, não poderia ser considerada uma mulher.

Assim, as mulheres negras e índias não são incluídas nessa categoria, uma vez que elas não eram vistas como seres humanos. A diferença de percepção também é marcante, uma vez que a visão e entendimento da mulher frágil, dócil e passiva é aplicada para as mulheres brancas euro-americanas, enquanto que as mulheres de cor são sempre vistas com força, braveza e com um quê de perversão e agressividade sexual. Ou seja, essa visão estereotipada das mulheres de cor era o que dava maior legitimidade e que promovia uma justificação para o aumento dos casos de violência sexual sofrida por elas e cometida pelos homens brancos colonos. A partir disso, percebe-se que a inserção da categoria raça é primordial para os estudos de gênero, uma vez que revela as sequelas do colonialismo e imperialismo (LUGONES, 2008; MINVIELLE, 2019; HOOKS, 2020).

Assim, "para as mulheres, a colonização foi um processo dual de inferiorização racial e subordinação de gênero"[25] (OYĚWÙMÍ, 1997, *apud*, LUGONES, 2008, p. 88), uma vez que as mulheres africanas possuíam um papel muito atuante na sociedade antes da chegada dos europeus. Entretanto, é crucial destacar que a percepção da mulher e de gênero no

[24] Sojourner Truth foi uma abolicionista norte-americana e ativista pelos direitos das mulheres (HOOKS, 2020).
[25] Tradução livre. Texto original: "Para las mujeres, la colonización fue un proceso dual de inferiorización racial y subordinación de género". (OYÈWÚMI, 1997, apud, LUGONES, 2008, p. 88).

continente africano é diferente da percepção euro-americana (OYĚWÙMÍ, 2004; STEARNS, 2007; CALHEIRO; OLIVEIRA, 2018; ASSUNÇÃO, 2020).

Diferentemente dessa concepção ocidental centrada na análise de gênero a partir da família nuclear patriarcal, Oyěwùmí (2004) expõe que na concepção africana, em especial na sociedade Iorubá, na Nigéria, a família não é generificada. Logo, a concepção de família é entendida a partir da lógica da linhagem e da senioridade, na qual, em muitas sociedades africanas, a base da matrifocalidade prevalece, visto que "a mãe é o eixo em torno do qual as relações familiares são delineadas e organizadas" (OYĚWÙMÍ, 2004, p.7). Portanto, a ideia de família nuclear não é universal, bem como ela acaba produzindo sociedades generificadas. (OYĚWÙMÍ, 2004; CALHEIRO; OLIVEIRA, 2018).

As mulheres africanas não carregavam consigo o peso do estereótipo de gênero como no ocidente, e isso tem relação com a sua forma de enxergar e entender tal conceito, bem como a sua relação com o sistema capitalista, e com a noção do corpo e do sexo (OYĚWÙMÍ, 2004, 2021; MCFADDEN, 2016; ASSUNÇÃO, 2020). "As categorias sociais africanas são fluidas. Elas não se baseiam no tipo de corpo, e o posicionamento é altamente situacional" (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 9).

Sendo assim, é notório que o entendimento sobre gênero deve não deve ser homogêneo, uma vez que ele é uma construção social que deve está vinculado a questões históricas e culturais de cada região. Desse modo, não se pode colocar o gênero como uma categoria uniforme e universal para todas as regiões e sociedades (OYĚWÙMÍ, 2021).

2.2.1 - O entendimento da masculinidade e feminilidade

Dentro dos estudos de gênero e da sua concepção enquanto categoria de análise nas Relações Internacionais, é concebível fazer uma análise sobre os diferentes tipos de masculinidades e feminilidades[26]. Oyèrónké Oyěwùmí (2000, p. 3) coloca que o problema dos estudos feministas e de gênero é a ausência dos homens nas suas análises, uma vez que se convencionou o uso do "termo *gênero* como sinônimo de *mulher"*.

A visão e o erro de não colocar os homens na análise de gênero também é fruto da ideia de que "os homens são 'pessoas' e não existe gênero senão o feminino" (BUTLER, 2003, p.42) ou seja, os homens não são vistos como fazendo parte do gênero, uma vez que "a

[26] É importante pontuar que, apesar da diversidade das identidades de gênero, o presente trabalho vai se deter na análise de gênero feminino e masculinos cisgênero, e das suas diferentes manifestações de feminilidades e masculinidades difundidas na sociedade.

masculinidade não é um gênero, é a norma"[27] (KRONSELL, 2006, p.109), por isso, o erro de sempre colocar o gênero como sinônimo de mulher.

Desse modo, é importante iniciar também um debate sobre o papel das masculinidades e feminilidades, haja visto que esses conceitos permeiam as RI e o comportamento dos atores internacionais.

Influenciado pelos movimentos feministas e os movimentos *gays*, foi por volta dos anos 1970 que o estudo sobre as masculinidades ganhou destaque. Era necessário entender o papel do homem na sociedade, bem como entender quais eram os efeitos daqueles estereótipos que recaiam sobre eles. Contudo, a definição de masculinidade não era algo claro, e não se tinha um consenso sobre o seu entendimento (CONNELL, 1997; HOOPER, 2001; GIFFIN, 2005).

Nas Relações Internacionais, a distinção entre masculinidade e feminilidade se tornou algo muito presente. Diferentes áreas eram consideradas mais masculinas do que outras, a saber, dos temas ligados à segurança, à guerra, à paz e à diplomacia. Ou seja, prevalecia a ideia de que as RI possuem uma linguagem que valorizava essa masculinidade (ENLOE, 2004; MOURA, 2005a; KRONSELL, 2006; OLIVEIRA; SILVA, 2011; PASSOS, 2011; HUDSON et al, 2017).

Contudo, é importante pensar na desconstrução desses estereótipos presentes nas relações de gênero que "mistifica categorias como mulher / homem, doméstico / internacional e paz / guerra"[28] (KRONSELL, 2006, p.110), uma vez que dicotomias são perigosas e criam relações de hierarquia e poder (COSTA, 2008; ENLOE, 2014; LIMIC, 2015).

Estas falsas alegações e dicotomias são prejudiciais, uma vez que são frutos do que é visto socialmente, bem como enfraquecem questões como a das mulheres e a paz, dado que se criam estereótipos essencialistas sobre elas (CASTRO; BRONFMAN, 1993; TICKNER, 1997 2002; MOURA, 2005a; KRONSELL, 2006; COSTA; SÉLIS; SOARES, 2009). Assim, é imprescindível destacar que os estereótipos de gênero são "conjunto de crenças sobre as características que é suposto aos homens e as mulheres possuírem" (POESCHL; MÚRIAS; RIBEIRO, 2003, p.216), ou seja, "são características e comportamentos associados e esperados por parte dos homens e das mulheres numa sociedade particular" (ibidem, 2003, p.217).

---

[27] Tradução livre. Texto original: "Hence, masculinity is not a gender; it is the norm" (KRONSELL, 2006, p.109).

[28] Tradução livre. Texto original: "Deconstruction makes gender relations visible by overturning the oppositional logic that mystifies categories like women/man, domestic/international and peace/war." (KRONSELL, 2006, p.110)

A sociedade patriarcal produz e perpetua ideias e conceitos de masculinidades, dado que essa masculinidade é um reflexo social e das relações de gênero (CONNELL, 1997; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). “Em uma sociedade patriarcal – uma sociedade cujas relações e desigualdades são moldadas pelo privilégio de masculinidades particulares e pela subordinação e dependência das mulheres aos homens – qualquer coisa que seja feminizada pode ser menosprezada”[29] (ENLOE, 2014, p.31). Entretanto, é importante pensar em como essa sociedade patriarcal, e os estereótipos criados por ela, também são prejudiciais aos homens (GIFFIN, 2005; BORES; BLOC; TEÓFILO, 2012).

A linguagem da política é marcada pelo gênero e suas manifestações, no qual não se deve demonstrar características ditas femininas, uma vez que isso denota algo negativo. O contrário, por exemplo, é visto com os atributos masculinos, dado que se espera das nações ações “viris”, assim, “as virtudes masculinas são consideradas como as mais desejáveis nas relações internacionais” (HALLIDAY, 2007, p. 162). Logo, a não masculinidade é algo desfavorável (CARREIRAS, 1997; MOURA, 2005a; MOLINIER; WELZER-LANG, 2009).

O cenário militar ajuda a construir uma concepção de masculinidade militarizada, que é baseada em estereótipos sexuais, em que a figura do soldado se firma a partir da noção dessa caracterização. Assim, acaba existindo uma relação entre a masculinidade hegemônica e o imaginário da guerra, sendo essa fruto das relações de poder (NOLASCO, 1993; CARREIRAS, 1997; 2009; TICKNER, 2002; COSTA, 2008; MADLALA-ROUTLEDGE, 2008; BUZAN; HANSEN, 2012; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; ENLOE, 2014).

A masculinidade hegemônica tem influência na cultura da violência (MOURA, 2005a), uma vez que “a sociedade ocidental tolera a agressividade masculina e reprova a feminina. Os meninos são ensinados a resolver seus problemas através da violência física" (POESCHL; MÚRIAS; RIBEIRO, 2003, p. 221), sendo a violência e o seu uso manifestações e afirmações da masculinidade dominante (CONNELL, 1997). Logo, a masculinidade hegemônica “é um padrão de práticas que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). Contudo, é importante ressaltar que o homem acaba vivenciando uma tríade de violência, sendo ela: a violência contra as mulheres; a violência contra outros homens; e a violência consigo mesmo (KAUFMAN, 1989).

[29] Tradução livre. Texto original: “In a patriarchal society - a society whose relationships and inequalities are shaped by the privileging of particular masculinities and by women's subordination to and dependence on men - anything that is feminized can be disparaged” (ENLOE, 2014, p. 31).

Dessa forma, a masculinidade está relacionada a algumas características fundamentais, sendo elas: a sexualidade, virilidade, violência, autoridade e agressividade (NOLASCO, 1993; CONNELL, 1997; KIMMEL, 1997; GROSSI, 2004; POESCHL; MÚRIAS; RIBEIRO, 2003; LHOMOND, 2009; WELZER-LANG, 2009).

"A virilidade é a expressão coletiva e individualizada da dominação masculina" (WELZER-LANG, 2009, p. 102). Essa virilidade é ensinada aos homens, ainda quando crianças, e está correlacionada à violência (POESCHL; MÚRIAS; RIBEIRO, 2003; WELZER-LANG, 2009). A homofobia e a dominação das mulheres também são componentes dessa virilidade, e "a definição hegemônica da virilidade é um homem *no* poder, um homem *com* poder, e um homem *de* poder"[30] (KIMMEL, 1997, p. 51).

Os homens também devem adotar comportamentos viris para não demonstrarem suas singularidades e fraquezas, mas esse homem virilizado é frágil, uma vez que ele tem que seguir um padrão que não o deixa ser autêntico, dado que o seu comportamento é marcado pelo o que a sociedade espera dele. Ou seja, o entendimento de "ser homem" também é marcado por estereótipos, fazendo com que eles sejam reféns do sistema social patriarcal e machista, e da própria análise e julgamento dos outros homens (KAUFMAN, 1989; FÁVERI, 2005; GIFFIN, 2005; COSTA, 2008; WELZER-LANG, 2009; BORES; BLOC; TEÓFILO, 2012).

O corpo também é utilizado na identificação da masculinidade e feminilidade, uma vez que o homem não pode demonstrar ter um corpo frágil. Contudo, essa masculinidade existe como ideologia, e não é algo que seja da sua realidade biológica (KAUFMAN, 1989; NOLASCO, 1993; GROSSI, 2004; COSTA, 2008; CARREIRAS, 2009).

Para a compreensão da masculinidade, tem-se que ela atua e existe em contraste com a feminilidade, sendo essa entendida como o que os homens esperam das mulheres. (CONNELL, 1997; TICKNER, 1997; SOUZA, 2009; WELZER-LANG, 2009). Logo, "a masculinidade se constrói por oposição ao que é culturalmente considerado feminino. Assim, ser homem é fundamentalmente não ser mulher" (LISBÔA, 1998, p. 134).

Todavia, a construção de modelos ideais e dominantes de masculinidade e feminilidade pode ser perigosa, uma vez que constrói um modelo universal do que é ser homem e mulher, baseado em ideias essencialistas de gênero, bem como inviabiliza o desenvolvimento de outras manifestações dos mesmos (CARREIRAS, 1997; LIMIC, 2015).

---

[30] Tradução livre. Texto original: "La definición hegemónica de la virilidad es un hombre *en* el poder, un hombre *con* poder, y un hombre *de* poder" (KIMMEL, 1997, p 51).

Desse modo, no entendimento do funcionamento da arena internacional, localizar as mulheres e entender qual o seu papel nesse meio também se torna essencial. É importante pensar no que é ser mulher, visto que a mulher enquanto construção social não é uma categoria única. Assim, não existe uma única mulher, e todas as mulheres e feminilidades devem ser analisadas e levadas em consideração (KIMMEL, 1997; LISBÔA, 1998; COSTA, 2008; MATHIEU, 2009; ENLOE, 2014; HOOKS, 2020).

O debate sobre os diferentes tipos de mulheres e de homens, ou de feminilidades e masculinidades, é crucial, porque essas noções mudam ao longo dos anos e das gerações. Existem múltiplas manifestações da masculinidade e feminilidade, assim, não se pode ver essas categorias como estáveis e fixas, e nem se prender apenas na análise das suas manifestações dominantes, uma vez que essas categorias se constroem a partir da própria oposição dentro do interior de cada um desses grupos. Contudo, o tipo predominante e hegemônico acaba limitando e diminuindo as outras manifestações, tanto de masculinidade quanto de feminilidade (CARREIRAS, 1997; 2009; CONNELL, 1997; HOOPER, 2001; GIFFIN, 2005; FÁVERI, 2005; MOURA, 2005a; COSTA, 2008; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

2.3 - As narrativas de gênero na guerra

Após o que foi apresentado, é perceptível que a marginalização de gênero na análise e na área das Relações Internacionais, assim como das suas subáreas, como a Segurança Internacional, por exemplo, evidenciou a necessidade de colocar essa perspectiva como categoria de análise. Assim, uma possibilidade de localizar as mulheres no sistema internacional é por meio das narrativas de gênero na guerra. As narrativas dizem respeito ao processo de relatar um acontecimento, sejam eles reais ou imaginários[31]. Quando se refere a guerra, se perpetua a ideia de que as mulheres estão ausentes, gerando assim, limitações sobre o entendimento desse fenômeno. Contudo, “a tradição das mulheres guerreiras não é nova”[32] (PARASHAR, 2010, p. 179). Tendo como base essa percepção, o presente tópico buscará elucidar as narrativas de gênero na guerra a partir de uma análise da reconstrução da história, da teoria feminista de segurança, e das consequências das guerras para as mulheres por meio do *continuum* da violência.

---

[31] Dicionário da língua portuguesa. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/narrativa/>. Acesso em 17 de maio de 2021.

[32] Tradução livre. Texto original: “The tradition of women warriors is not new” (PARASHAR, 2010, p.179).

2.3.1 - Mulheres e a (re)construção da história

Historicamente, a presença feminina permeia o meio militar e laboral, sendo essa presença envolvida entre mitos, realidades e estereótipos. Contudo, “as mulheres, ainda que façam história, têm constituído sua face oculta. A história oficial pouco ou nada registra da ação feminina no devenir histórico” (SAFFIOTI, 1987, p. 11). Sendo assim, torna-se essencial evidenciar “a mulher” por meio de uma (re)construção da história, uma vez que a posição e a função que as mulheres ocupam na história muda de acordo com cada cultura, espaço e tempo, sendo assim, específicas de cada contexto social e cultural (CARREIRAS, 1997; SEGAL, 1999; GOLDSTEIN, 2001).

Entre os mitos que circundam a figura da mulher e o meio bélico está o das Amazonas, guerreiras que formaram uma sociedade matriarcal e que lutavam em exércitos femininos para se defender dos inimigos. Segundo Helena Carreiras (1997, p.12), “embora seja extremamente difícil provar ou negar a existência de tais sociedades, elas aparecem nas histórias antigas como tendo existido algures na Ásia Menor, a sul do Mar Negro, ou mais a Este, perto do Cáucaso”. Mas, mesmo as Amazonas fazendo parte da mitologia e história da humanidade, é possível perceber, a partir dos relatos, que a figura destas mulheres guerreiras estava marcada por estereótipos, uma vez que elas representavam a imagem das mulheres que transgrediam a representação ideal do que era “ser mulher” na sociedade, bem como eram vistas como menos femininas e mais masculinizadas (CARREIRAS, 1997; GOLDSTEIN, 2001).

Entre a mística e a realidade, é reconhecida também a participação das mulheres que atuavam em combate disfarçadas de homens (CARREIRAS, 1997). Na China, percorre no imaginário popular a lenda da *Ballad of Mulan (Ode of Mulan)*. Segundo a história, Mulan foi uma jovem que, para cumprir seu dever e lealdade como filha, lutou no exército do Wei do Norte contra o Rouran, ambos nômades não-Han, no norte da China (YIN, 2011). “A *Ballad* demonstra que Mulan foi uma veterana por doze anos sem que seu gênero fosse exposto”[33] (YIN, 2011, p. 67).

Na França, Joana D'Arc, uma camponesa-guerreira, se tornou um símbolo de resistência, atuação e liderança das mulheres em campo, além de um exemplo sobre os perigos dos desvios de gênero.“Vestida com uma armadura como se fosse um homem, os cabelos cortados curtos, ela conduziu um exército para resgatar a cidade de Orléans [França] de um cerco inglês” (CASTOR, 2018, p. 17). Contudo, sendo capturada pelos ingleses, ela foi

[33] Tradução livre. Texto original: “The Ballad demonstrates that Mulan was a veteran for twelve years without her gender being exposed.” (YIN, 2011, p. 67).

queimada viva em praça pública, uma vez que ela foi acusada de heresia e bruxaria, sendo depois de anos canonizada pela Igreja Católica (CARREIRAS, 1997; CASTOR, 2018).

No Brasil, por exemplo, existe o caso verídico de Maria Quitéria, atual patrona do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército Brasileiro. Maria Quitéria ficou conhecida como Soldado Medeiros, após usar o codinome do cunhado, e lutou junto às tropas brasileiras na Guerra da Independência, recebendo condecorações após o final das campanhas. Assim, "Quitéria se [tornou] a primeira mulher a assentar praça numa unidade militar em terras brasileiras" (CHAMBOULEYRON; RESENDE, 2006, p. 6).

Em relação ao apoio e à participação militar feminina direta, Raymond Caire (2002) destaca dois grupos de mulheres, sendo elas: as mulheres que acompanhavam os exércitos e as mulheres guerreiras.

Com referência ao primeiro grupo, se evidencia a coragem das mulheres celtas e gaulesas que se tornaram lendárias por desempenharem um importante papel social, tanto no meio político quanto militar; bem como das mulheres eslavas que, além de acompanharem os pais e maridos nas guerras, estavam presentes nos campos de batalha prestando apoio e cuidado aos que necessitavam de ajuda (CAIRE, 2002; ALEKSIÉVITCH, 2016).

Assim, as mulheres acompanhavam os exércitos como "esposas, enfermeiras, prostitutas ou mercadorias antes que fossem reconhecidos os papéis oficiais de cantineiras, vivandeiras e lavandeiras" (CAIRE, 2002, p.18). Com isso, tem-se que diferentes categorias de mulheres estavam envolvidas com o meio militar, sendo importante levar em consideração todas elas.

Em oposição a esse grupo, tem-se as mulheres que "fizeram do combate a sua profissão" (CAIRE, 2002, p. 35). Durante o século XVIII-XIX, se evidencia a história das guerreiras do exército do Reino de Daomé[34], na África Ocidental. "Constituído por uma força de infantaria feminina altamente disciplinada e treinada no combate com arma branca e corpo-a-corpo [elas foram] sintomaticamente apelidadas de 'amazonas'" (CARREIRAS, 1997, p. 15). Essas guerreiras faziam parte do exército permanente e da guarda pessoal do rei, bem como possuíam o *status* de esposas do mesmo, muito embora não tivessem relações sexuais com ele (GOLDSTEIN, 2001). A atuação delas foi essencial nas disputas contra as sociedades vizinhas e as nações europeias durante o período de tráfico de escravos, sendo reconhecida a batalha contra o exército de Napoleão Bonaparte em 1890, quando a França conquistou o Reino de Daomé. Assim, é importante ressaltar a influência dessas mulheres para a formação das forças militares deste reino, visto que "as mulheres soldados ajudaram a

[34] Atual República do Benin

fazer do Daomé a potência militar regional proeminente que se tornou no século XIX"[35] (GOLDSTEIN, 2001, p. 64).

Neste mesmo período, na Europa, as mulheres que faziam parte do meio castrense atuavam nos hospitais, como enfermeiras, e nos postos auxiliares. Essa foi uma época de transição, podendo destacar o processo de burocratização e de profissionalização militar dos exércitos ocidentais (CARREIRAS, 1997; CAIRE, 2002).

Foi no século XX, durante o período das Grandes Guerras, que a presença feminina mais se acentuou nas Forças Armadas dos países ocidentais e orientais; entretanto, diferenças nítidas foram sentidas de acordo com cada país. Assim, como afirma Mady Segal (1999, p.21), "os papéis militares desempenhados pelas mulheres são socialmente construídos", tendo impacto os processos políticos, sociais e culturais de cada Estado.

Raymond Caire (2002, p. 57) destaca que na Primeira Grande Guerra "não se tem conhecimento de mulheres combatentes nos exércitos francês, inglês, americano, alemão, italiano ou português. Elas eram, em sua maior parte, de origem eslava ou oriental". Na Polônia, por exemplo, as mulheres atuaram em organizações clandestinas, na Sérvia elas eram combatentes de forma voluntária, e no exército da União Soviética, elas também foram combatentes, e as primeiras a se tornarem pilotos militares. Compondo um batalhão exclusivamente feminino, elas ficaram conhecidas como "o batalhão da morte"[36] após a sua atuação (CAIRE, 2002).

Na Segunda Guerra, "a presença de mulheres revelou-se particularmente importante para o Exército Vermelho" (CARREIRAS, 1997, p.19), uma vez que elas ocuparam todos os tipos de especialidades, "incluindo infantaria, blindados, artilharia e defesa antiaérea [...] [sendo] contudo, o único exemplo de um exército regular moderno que incluiu mulheres nas suas forças combatentes" (ibidem, 1997, p. 19).

Nas Forças Armadas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, as mulheres atuavam junto aos corpos auxiliares, de logística e de saúde, tendo a sua participação restrita a funções específicas. Mesmo na Segunda Guerra Mundial, onde a posição delas mudou, visto que puderam assumir posições antes negadas, como nos setores de transporte, comunicação e defesa antiaérea, continuava nítido a diferença de percepção sobre as mulheres nas diferentes regiões (CARREIRAS, 1997; CAIRE, 2002; TADIN; BARRETO, 2017; DANTAS, 2018).

---

[35] Tradução livre. Texto original: "Women soldiers helped make Dahomey the preeminent regional military power that it became in the nineteenth century" (GOLDSTEIN, 2001, p.64).

[36] O "Batalhão da Morte" foi uma batalhão formado apenas por mulheres, de diferentes idades, durante o período do último czar, o Nicolau II. Este Batalhão foi liderado por Maria Botchkareva (mais conhecida pelo nome de Yashka) (CAIRE, 2002).

Essas diferenças eram resultado da reprodução de estereótipos criados socialmente. A divisão sexual do trabalho era uma forma de autenticar a não atuação de mulheres em áreas de combate, por exemplo. Mesmo as mulheres estando na guerra, elas não possuíam estatuto militar de combatente (CARREIRAS, 1997).

Além da participação feminina nas Forças Armadas regulares, é notável a presença delas nas lutas de guerrilha nas Américas, nos movimentos de libertação na África, como combatentes israelenses na luta pela independência, nos movimentos etno-nacionalistas e político-religioso no Sri Lanka e Caxemira, na Guerra da Independência na Libéria, e no Exército Popular de Libertação (PLA) no Nepal (CARREIRAS, 1997; MACKENZIE, 2010, PARASHAR, 2010; GIANNINI; MATHIAS, 2018; PACHECO, 2018).

Já no século XXI, é a atuação das mulheres Curdas que merece destaque. As mulheres Curdas em Rojava, Curdistão, no norte da Síria, se tornaram referência e sinônimo de resistência à atuação do Estado Islâmico (EI) na região. Elas combateram e derrotaram o grupo terrorista, formando um batalhão apenas de mulheres, a Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ)[37], que atuava dentro das Unidades de Proteção do Povo (YPG). Esse Movimento de Mulheres é um exemplo de atuação feminina contra a dominação masculina na comunidade Curda e no Oriente Médio, como também um símbolo de resistência e de busca pela garantia de igualdade de gênero na sociedade durante o pós-conflito (ARAUJO, 2018; ISIK, 2019).

Assim, a partir do que foi exposto, por meio do apanhado histórico, é perceptível que mesmo na guerra, onde prevalece a figura do homem como principal guerreiro, existem "exceções a esta regra [e elas] são numerosas e bastante informativas”[38] (GOLDSTEIN, 2001, p. 10). Ou seja, uma das primeiras narrativas que sustentam a lógica da guerra pode ser desmistificada por meio da identificação da presença feminina acompanhando e fazendo parte dos exércitos.

2.3.2 - O feminismo no setor de segurança

Fundamentado na histórica presença das mulheres no meio militar, as teóricas feministas buscaram entender quais as principais implicações dessa atuação para a vida das mulheres, tentando compreender o que representava a segurança para elas.

---

[37] Em curdo,Yekîneyên Parastina Jin (YPJ).

[38] Tradução livre. Texto original: “In war, the fighters are usually all men. Exceptions to this rule are numerous and quite informative (GOLDSTEIN, 2001, p. 10).

Na área das Relações Internacionais, foi nos Estudos para a Paz (EPP) e nos Estudos de Segurança Internacional (ESI) que os primeiros escritos feministas se materializaram por volta dos anos 1970 e 1980. As pesquisadoras e ativistas buscavam chamar a atenção para o militarismo e para as políticas armamentistas, elaborando questionamentos relevantes sobre a presença e atuação feminina (TICKNER, 1997; BUZAN; HANSEN, 2012). É com base nesse movimento que Cynthia Enloe (2014, p. 125) indagou "onde estão as mulheres dentro e ao redor de uma base militar?"[39].

É sabido que a contribuição feminina durante as guerras foi marcada por essencialismos, sendo a sua participação invisibilizada na maioria das vezes. Contudo, "como as mulheres desempenham papéis importantes nos processos políticos [...], há uma necessidade crucial de reconhecer a política das mulheres em vez de reduzi-las a papéis de gênero essencializados"[40] (PARASHAR, 2010, p. 180). Assim, as teóricas evidenciaram o movimento de dar voz às mulheres como uma das principais pautas da agenda feminista. Entretanto, diferentes perspectivas foram desenvolvidas na análise da questão da segurança e sobre a relação da mulher com o meio militar. (TICKNER, 1992; MACKENZIE, 2010; PARASHAR, 2010; ANTONIJEVIC, 2011).

"Algumas teóricas feministas [...] acreditam que a entrada de um maior número de mulheres, e outros grupos marginalizados [...], provoca uma mudança nos paradigmas militaristas [...]"[41] (ANTONIJEVIC, 2011, p.11), no qual as mulheres deveriam buscar a igualdade de acesso. Entretanto, outros grupos, com destaque para as feministas anti-militaristas, acham prejudicial a atuação das mulheres, visto que apenas ajudaria a manter as hierarquias e os estereótipos de gênero, devendo assim, existir uma resistência ao movimento de conscrição e um incentivo à atuação das mulheres nos processos de promoção da paz[42] (TICKNER, 1992; ANTONIJEVIC, 2011).

A mudança na percepção sobre o que estaria sob o entendimento de segurança, no contexto do pós-Guerra Fria, foi essencial para a inclusão dos temas relacionados à mulher e a relação de gênero na leitura de segurança. A mudança nas causas e na forma de conduzir os

---

[39] Tradução livre. Texto original: "Where are the women on and around a military base?" (ENLOE, 2014, p.125).
[40] Tradução livre. Texto original: "As women play important roles in the political processes [...], there is a crucial need to recognize the politics of women instead of reducing them to essentialized gender roles." (PARASHAR, 2010, p. 180).
[41] Tradução livre. Texto original: "Some feminist theoreticians [...] believe that the entry of a larger number of women, and other marginalised groups [...], causes a shift in militarist paradigms [...]" (ANTONIJEVIC, 2011, p.11).
[42] O presente tópico busca elucidar a perspectiva das mulheres que estão presentes no meio militar e no contexto de guerra. O tópico seguinte analisará o ponto de vista das teóricas anti-militaristas.

conflitos, tornando-se mais tecnológica, também influenciou essa participação feminina no meio militar (TICKNER, 1997; SEGAL, 1999; ANTONIJEVIC, 2011).

De acordo com Barry Buzan e Lene Hansen (2012), a noção de segurança sempre está ligada a um objeto específico de referência. Na concepção clássica do realismo, por exemplo, o Estado ocupa essa posição, mas, nos estudos feministas, são os indivíduos e as mulheres que se tornam o objeto de referência, ou seja, as mulheres passaram a fazer parte, como conceito central, da análise de segurança (TICKNER, 1997).

Assim, as "[...] definições de segurança, explicações de insegurança e prescrições para aprimoramento de segurança"[43] (TICKNER, 1997, p. 623), apresentada pelas teorias feministas, é diferente das abordagens convencionais das RI. Dessa forma, é importante dizer que a teoria feminista acabou mudando as formas e os níveis de análise, tanto das RI quanto nos Estudos de Segurança Internacional (TICKNER, 1997). Logo, "as análises feministas tendem a alargar ou redefinir o que é político" (MOURA, 2005a, p. 31), assim como o que é segurança.

"Qualquer definição feminista de segurança deve, portanto, incluir a eliminação de todos os tipos de violência, incluindo a violência produzida nas relações de dominação de gênero e subordinação"[44] (TICKNER, 1992, p. 38). Assim, na análise feminista, o foco da segurança vai além das questões militares e do Estado, estando a dimensão econômica também incluída (TICKNER, 1997; TICKNER; SJOBERG, 2013).

A definição de segurança para as feministas é ampla, uma vez que esse conceito é definido em termos multiníveis e multidimensionais (TICKNER, 1992, 1997). Ou seja, é uma análise micro que parte de dentro da esfera internacional, ocorrendo de baixo para cima, "[...] tentando entender como as vidas dos indivíduos (especialmente indivíduos marginalizados) afetam e são afetadas pela política global"[45] (TICKNER; SJOBERG, 2013, p. 207). Por isso, a violência doméstica deve ser observada e levada em consideração.

Dessa forma, a segurança passa a ser vista a partir da experiência das mulheres, sejam elas individuais ou coletivas, e o seu entendimento sobre o que é segurança ou não, é percebida em termos das ameaças. Ou seja, passa a entender a segurança a partir da noção de ameaça para a sobrevivência, bem como na sensação do sentimento de segurança (TICKNER,

---

[43] Tradução livre. Texto original: "[...] their definitions of security, explanations of insecurity, and prescriptions for security enhancement [...]" (TICKNER, 1997, p.623).

[44] Tradução livre. Texto original: "Any feminist definition of security must therefore include the elimination of all types of violence, including violence produced by gender relations of domination and subordination." (TICKNER, 1992, p.38).

[45] Tradução livre. Texto original: "[...] attempting to understand how the lives of individuals (especially marginalized individuals) affect and are affected by global politics." (TICKNER; SJOBERG, 2013, p.207).

1992; ANTONIJEVIC, 2011; TICKNER; SJOBERG, 2013). Assim, “a segurança é, portanto, ‘medida’ pelo grau em que o indivíduo dentro de uma sociedade e de um Estado se sente seguro”[46] (ANTONIJEVIC, 2011, p. 8).

Diante disso, percebe-se que existe uma conexão entre a violência e a opressão que as mulheres sofrem, bem como as suas questões são tratadas como assuntos domésticos e “causas perdidas”[47] (ENLOE, 2014, p. 17). Assim, a violência contra as mulheres é vista como sendo algo natural, o que explica o fato da violência doméstica não ser analisada como violência no nível internacional e de como não existirem maiores cuidados sobre esse tema na arena internacional (TICKNER, 1992, 1997; SEGATO, 2014). Entretanto, “a violência, seja no âmbito internacional, nacional e doméstico, estão interconectados”[48] (TICKNER, 1992, p. 38).

À vista do que era percebido no cenário internacional, as feministas ressaltavam que “muitas das inseguranças vivenciadas pelas mulheres não possuem ligação direta com a segurança estadocêntrica militar” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 222), uma vez que elas eram ameaçadas de diferentes maneiras. É a partir disso que se tornou importante dar destaque às experiências femininas, uma vez que elas eram específicas ao seu gênero biológico e social.

Desse modo, diferentes questões passaram a fazem parte da agenda feminista de segurança, a saber: a justiça social, a economia e o meio ambiente, bem como diferentes concepções de violência também são destacadas, como: a violência estrutural, a doméstica, a psicológica, a militar e a sexual (TICKNER, 1992, 1997; SJOBERG, 2010; ANTONIJEVIC, 2011). Posto isso, “a teoria feminista vê todos esses tipos de violência como inter-relacionados”[49] (TICKNER, 1992, p.42).

A intensificação do debate sobre a presença feminina no cenário da segurança internacional se ampliou diante os casos de violência sexual que eram praticados contra as mulheres durante e após os conflitos armados, como nas guerras da ex-Iugoslávia e Ruanda durante a década de 1990, por exemplo.

Fred Halliday (2007, p. 168) aponta para o fato de que “a guerra tem múltiplas implicações para as mulheres”, uma vez que elas podem atuar tanto como agentes ativos e/ou passivos nesse contexto. Nas guerras, as mulheres “geralmente [...] são vistas como vítimas,

---

[46] Tradução livre. Texto original: “security is therefore 'measured' by the degree to which individual within a society and a state feels secure" (ANTONIJEVIC, 2011, p.8).
[47] Tradução livre. Texto original: “[...] in the questionable grounds that their campaigns are lost causes." (ENLOE, 2014, p.17).
[48] Tradução livre. Texto original: “[...] violence, whether it be in the international, national, or family real, is interconnected" (TICKNER, 1992, p.38).
[49] Tradução livre. Texto original: “[...] feminist theory sees all these types of violence as interrelated." (TICKNER, 1992, p.42).

raramente como agentes"[50] (TICKNER, 1992, p. 33), mas, "elas podem lutar; [e] elas podem matar"[51] (GOLDSTEIN, 2001, p. 127), como é o caso das "mulheres tchetchenas bombistas suicidas (viúvas negras), envolvidas nos ataques ao Teatro de Moscovo, em outubro de 2002" (MOURA, 2007, p. 59), e da militar norte-americana, Lyndie England, "acusada de torturar prisioneiros iraquianos na prisão de Abu Gharaib" (ibidem, 2007, p.59); bem como podem perpetuar ações que compactuam com comportamentos de brutalidade e de apoio às violências sexuais contra as mulheres e os homens, a exemplo do caso da ex-ministra da Ruanda, Pauline Nyiramasuhuko, e de Biljana Plavsic, política e acadêmica da Bósnia e Herzegovina. Desse modo, mesmo sendo histórica a contribuição das mulheres durante a guerras, muitas vezes se faz uma análise essencializada dessa participação, deixando de lado os variados papéis que as mulheres podem desempenhar em cenários de conflito (MOURA, 2007; WHITWORTH, 2008; MACKENZIE, 2010; RABELO, 2014; SJOBERG, 2016).

Posto isso, diante da visão estereotipada que se tem das mulheres, o que prevalece é a visão das mesmas como sempre sendo as vítimas. Mas, esse ponto merece ser analisado. "Não há como negar que as mulheres e meninas foram – e continuam sendo – alvos de violência sexual e que o estupro é utilizado muitas vezes como arma de guerra" (RABELO, 2014, p. 78). Entretanto, esse imaginário é tão prejudicial, visto que se esquece do fato de que homens e meninos também são vítimas da violência sexual nos conflitos (BLOOM, 2008; SJOBERG, 2016).

Desse modo, "o estupro não é apenas um acidente de guerra, mas pode ser uma sistemática estratégia militar"[52] (TICKNER, 1997, p. 626), "um símbolo de subjugação e humilhação" (HALLIDAY, 2007, p. 168), no qual, esse ato poderia acontecer mediante diferentes motivações, a saber: de forma aleatória ou sistemática; para sufocar a resistência dos grupos opositores; ou para promover uma limpeza étnica. Sendo assim, a guerra e os conflitos armados dão suporte e legitimidade institucional para os casos de violência sexual[53] (HALLIDAY, 2007; TICKNER; SJOBERG, 2013; CARREIRAS, 2014; SJOBERG, 2016; MATUELLA, 2017; PACHECO, 2018).

Durante o período de conflito também é difundido a ideia do "mito da proteção", ou seja, a ida dos homens às guerras era essencial para proteger os grupos vulneráveis, em sua maioria mulheres e crianças, contudo, essa noção de proteção pode ser prejudicial, porque é

[50] Tradução livre. Texto original: "[...] generally they are seen as victims, rarely as agents." (TICKNER, 1992, p. 33).
[51] Tradução livre. Texto original: "they can fight; they can kill" (GOLDSTEIN, 2001, p. 127).
[52]Tradução livre. Texto original: "[...] rape is not just an accident of war but is, or can be, a systematic military strategy" (TCKNER, 1997, p.626).
[53] O próximo tópico melhor abordará esta temática.

construída a partir das relações assimétricas, bem como “são precisamente os ‘protetores’ que constituem a principal fonte de ameaça das 'protegidas'" (MOURA, 2007, p. 70). Essa visão também pode ser problemática na medida em que, em alguns casos, as mulheres acabam internalizando as ideias essencialistas que são ditas sobre elas (TICKNER, 1997).

Desse modo, a desvalorização das mulheres na arena internacional é fruto dos mitos e dos discursos tradicionais que as colocam como vítimas que necessitam de proteção. Ou seja, são as visões estereotipadas que colocam as mulheres como frágeis, contudo, como já referenciado anteriormente, nem todas as mulheres entram nessa classificação[54] (TICKNER, 1992; PARASHAR, 2010).

A noção do mito do protetor/protegido também cria uma visão essencialista que coloca as mulheres e a paz na mesma esfera de análise. Essa visão é prejudicial porque é baseada em dicotomias que ajudam a criar estereótipos e "papéis sexuais relacionados com a paz e com a violência” (MOURA, 2005a, p. 52). Logo, “a associação da feminilidade com a paz dá suporte a uma masculinidade idealizada que depende da construção das mulheres como vítimas passivas que precisam de proteção”[55] (TICKNER, 1992, p. 39). Entretanto, isso é danoso porque reforça a ideia de que as mulheres são subordinadas, bem como reforça a imagem dos homens como protetores e as mulheres como protegidas, vítimas e passivas. Ou seja, acaba reforçando o imaginário de que a militarização é necessária (TICKNER, 1992, 1997). Desse modo, esses mitos acabam contribuindo para “uma deslegitimação da paz [que] muitas vezes [é] associada a características femininas, como fraqueza, concessão e idealismo”[56] (TICKNER; SJOBERG, 2013, p. 214).

É essencial destacar que a construção deste pensamento pode ser negativa e danosa, uma vez que reproduz um discurso baseado em concepções dicotômicas, que são frutos da divisão histórica das esferas tidas como públicas e privadas, bem como das visões hierárquicas e essencialistas. Assim, as mulheres podem estar envolvidas na esfera e na busca pela construção da paz, mas, na arena internacional essa ideia é menosprezada, uma vez que o SI é dominado por uma visão preconceituosa, machista e estereotipada das relações de gênero, dado que perpetua a imagem do homem e da guerra, como salvador, e da mulher e da paz, como vítimas (TICKNER, 1992, 1997; ANTONIJEVIC, 2011). Dessa forma, “as vozes das

[54] O tópico 2.2 abordou essa questão.
[55] Tradução livre. Texto original: “The association of femininity with peace lends support to an idealized masculinity that depends on constructing women as passive victims in need of protection” (TICKNER, 1992, p.39).
[56] Tradução livre. Texto original: “[...] to a delegitimation of peace which is often associated with feminine characteristics, such as weakness, concession and idealism.” (TICKNER; SJOBERG, 2013, p.214).

mulheres não têm sido legitimadas nas questões de guerra e segurança; elas foram associadas de forma estereotipada, com idealizadoras versões de paz" (MATUELLA, 2017, p. 1281).

Essa concepção foi formada e perpetuada na construção do Estado Moderno e na concepção do termo "cidadão", sendo esse referente apenas aos homens. "Ser soldado é ser homem, não mulher; mais do que qualquer outra instituição social, os militares separam os homens das mulheres"[57] (TICKNER, 1992, p. 28). Logo, o mito do protetor/protegido acaba colaborando para a legitimação de uma versão militarizada da cidadania (TICKNER, 1992), no qual "as relações desiguais de gênero são importantes para a sustentação das atividades militares do Estado"[58] (TICKNER, 1997, p. 627).

"Uma das questões-chave na introdução da perspectiva de gênero no setor de segurança é a participação das mulheres neste setor"[59] (ANTONIJEVIC, 2011, p. 10). Posto isso, em meio ao imaginário da guerra, como sendo representado pelo símbolo da masculinidade, a presença das mulheres nesse meio faz com que a sua identidade de gênero seja questionada (TICKNER, 1992). Contudo, é necessário pensar as mulheres como múltiplas, porque diferentes padrões de feminilidade podem ser manifestados.

Portanto, quando Cynthia Enloe (2014, p. 125) questiona onde estão as mulheres nas bases militares, é importante pensar que "no meio militar existem diferentes arquétipos de mulheres" (CARREIRAS, 2009, p.174-175), sendo elas: 1 - a mulher como mãe e esposa dos militares; 2 - a mulher frágil, submissa e passiva; 3 - a mulher objeto sexual, que é utilizada para provar a masculinidade dos soldados homens; 4 - a mulher como prêmio de guerra, sendo aquelas que sofrem a violência sexual nos conflitos armados; e, 5 - a mulher intocável, aquela que merece ser protegida (CARREIRAS, 2009; MACKENZIE, 2010). Podendo também ser adicionada a categoria de mulher soldado masculinizada, sendo aquela que adentra esses meios como militar. Tem-se assim, que "as categorias de mulheres associadas às bases militares são complexas e sobrepostas" (ENLOE, 2014, p. 131).

Com base no que foi apresentado, percebe-se que na análise das teóricas feministas sobre a segurança, o foco da sua investigação está nas consequências e não nas causas da guerra. Diferentes causas podem levar à guerra, mas as suas consequências recaem, majoritariamente sobre as mulheres, sejam elas militares ou civis, uma vez que elas

---

[57] Tradução livre. Texto original: "To be a soldier is to be a man, not a woman; more than any other social institution, the military separates men from women" (TICKNER, 1992, p. 28).
[58] Tradução livre. Texto original: "[...] that unequal gender relations are important for sustaining the military activities of the state." (TICKNER, 1997, p.627).
[59] Tradução livre. Texto original: "One of the key issues in the introduction of the gender perspective into the security sector is the participation of women in this sector." (ANTONIJEVIC, 2011, p.10).

representam a maioria dos casos de migração, deslocamento, pobreza e dos diferentes tipos de violência[60] (TICKNER, 1992, 1997; ANTONIJEVIC, 2011; HENDRICKS, 2020).

À vista disso, tem-se que as mulheres são afetadas tanto pelas decisões políticas das sociedades militarizadas, quanto pelos efeitos da guerra, posto que "a guerra é uma experiência para a qual as mulheres estão no exterior; [no qual] os homens habitaram o mundo da guerra de uma forma que as mulheres não"[61] (ELSHTAIN, 1987, p.194, *apud* TICKNER, 1992, p. 33). Portanto, a história da política internacional reproduz uma narrativa que exclui a presença feminina.

2.3.3 - O *continuum* da violência

Mesmo o tema da violência já tendo sido apresentado nos tópicos anteriores, como sendo uma característica da masculinidade e uma questão levantada pelas teóricas feministas, essa questão também necessita ser analisada a partir do entendimento do *continuum* da violência e da forma como questões sociais, culturais e estruturais das sociedades prevalecem na sua atuação. Assim, a busca pela compreensão do que seria a violência e a sua manifestação a partir da Violência Baseada em Gênero (VBG)[62] se tornam os objetivos do presente tópico.

A compreensão inicial deve partir da ideia de que a paz, em sua versão negativa[63], é a ausência de violência direta, ou seja, a paz representa a negação da violência, uma vez que ela faz oposição à violência, e não a guerra como é difundido. Contudo, o que se entende por violência? A violência é a manifestação de um *continuum* de diferentes expressões e atos que perpetuam ideias que podem gerar um efeito, seja físico, psicológico ou cultural. Isto é, a violência pode se revelar de forma direta ou indireta na sociedade (GALTUNG, 1969, 1964, 2003; PUREZA; MOURA, 2005; OLIVEIRA, 2017; PACHECO, 2018).

Galtung (1969, 2003) apresenta a ideia do triângulo da violência como sendo a violência direta/ pessoal, estrutural e cultural. Contudo, a violência estrutural e cultural são

---

[60] Para mais informações, ver: UNHCR. **UNHCR Global Trends 2020.** Disponível em: www.unhcr.org/globaltrends. Acesso em 08 agosto 2021.

[61] Tradução livre. Texto original: " [...] war is an experience to which women are exterior; men have inhabited the world of war in a way that women have not" (ELSHTAIN, 1987, p.194, *apud*, TICKNER, 1992, p.33).

[62] O tema da Violência Baseada em Gênero está presente na análise e nas pautas do Sistema Internacional, e foi um dos fatores que levou ao desenvolvimento da Resolução 1.325 do Conselho de Segurança e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança.

[63] A paz, assim como a violência, possui duas expressões: a paz positiva (como sendo a integração da sociedade humana, a justiça social e a ausência da violência cultural e estrutural, ou seja, que apresenta uma cultura de paz) e a paz negativa (como a ausência de violência direta) (GALTUNG, 1964, 2003; PUREZA; MOURA, 2005; OLIVEIRA, 2017).

manifestações indiretas da violência, no qual elas não se perpetuam de forma explícita (PUREZA; MOURA, 2005; OLIVEIRA, 2017; PACHECO, 2018). Todavia, é a partir da violência cultural que os outros tipos de violência se expressam, uma vez que "por violência cultural entendemos aqueles aspectos da cultura, o escopo simbólico de nossa existência [...] que pode ser usado para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural"[64] (GALTUNG, 2003, p. 261), sendo esses símbolos presentes na religião, na ideologia, na linguagem, na arte e na ciência empírica e formal.

Ou seja, estes símbolos, além de se sustentarem a partir de dicotomias, podem levar a comportamentos machistas e sexistas, bem como ajudam a formalizar as ideias essencialistas que são criadas sobre os homens e as mulheres. Assim, a violência cultural se traduz no patriarcado e no sexismo, e isso acaba dando base para a perpetuação da violência direta e sexual, dado que, existe uma relação entre o patriarcado, o militarismo, o machismo, a misoginia, o sexismo e a violência sexual (VS) (SEIFERT, 1993; GALTUNG, 2003; PUREZA; MOURA, 2005; ARIÑO, 2010b; ZIPFEL, 2012; SJOBERG, 2016; ARIÑO et al, 2017; SOUSA, 2017; PACHECO, 2018).

Para além da violência cultural, é importante analisar a violência estrutural, uma vez que ela é sutil, não se mostra, e atua de forma indireta, silenciosa e latente, mas está presente na estrutura da sociedade de forma quase estática, com poucas alterações, usando da subordinação para ameaçar os indivíduos, e é por isso que ela acaba sendo vista como algo natural. Esse tipo de violência é mantido pela distribuição desigual de poder, além da estratificação social (GALTUNG, 1969; OLIVEIRA, 2017).

Assim, "a violência direta é um *evento*; a violência estrutural é um *processo* com seus altos e baixos, e a violência cultural é uma *constante, permanente*, que permanece basicamente a mesma por longos períodos"[65] (GALTUNG, 2003, p. 265).

Padrões culturais e sociais estabelecem relações de hierarquia, bem como comportamentos de dominação dos homens para com as mulheres, fazendo com que essas ações resultem em violência direta, seja nas experiências da guerra, seja no convívio diário. O militarismo, a masculinidade e as relações de poder também são suporte para os atos de violência sexual (SEIFERT, 1993; MOURA, 2015; SJOBERG, 2016; SOUSA, 2017; PACHECO, 2018).

---

[64] Tradução livre. Texto original: "Por violencia cultural queremos decir aquellos aspectos de la cultura, el ámbito simbólico de nuestra existencia [...] que puede utilizarse para justificar o legitimar violencia directa o estructural" (GALTUNG, 2003, p.261).

[65] Tradução livre. Texto original: "La violencia directa es un *acontecimiento*; la violencia estructural es un *proceso* con sus altos y bajos,y la violencia cultural es una *constante*, un *permanente*, que se mantiene básicamente igual durante largos períodos" (GALTUNG, 2003, p.265).

Existe uma relação direta entre a desigualdade de gênero e a violência, uma vez que esse cenário de desigualdade entre os gêneros dá base para a perpetuação de estereótipos e das relações desiguais de poder. Ou seja, a violência que as mulheres e meninas sofrem tem conexão com as normas de gênero, uma vez que a violência baseada em gênero é fruto desses padrões e dos comportamentos normativos que a sociedade dita (BLOOM, 2008; ARIÑO, 2010b; ZIPFEL, 2012; SJOBERG, 2016; ARIÑO et al, 2017; PACHECO, 2018; YADAV; HORN, 2021).

Na análise da VBG, tem-se que diferentes discursos culturais e estruturais, fruto de dicotomias criadas e perpetuadas socialmente, acabam legitimando práticas violentas que recaem tanto sobre as mulheres quanto sobre os homens, uma vez que essas ações violentas do dia-a-dia são formas invisíveis da violência, bem como evocam no imaginário popular a ideia de que elas são práticas naturais (SEIFERT, 1993; BLOOM, 2008; ALEMANY, 2009; YADAV; HORN, 2021).

Desse modo, a violência acontece em diferentes níveis, podendo ser considerada uma escalada ou corrente de violência, no qual ela não pode ser considerada uma ação isolada, assim como, existe uma vinculação entre as práticas da violência da esfera doméstica e da pública. Logo, a VBG varia de acordo com cada cultura, sociedade e localidade (PUREZA; MOURA, 2005; SEGATO, 2012; YADAV; HORN, 2021).

Sendo assim, a violência é estruturada, também, a partir da lógica de um *continuum,* seja por meio de diferentes formas de atuação da violência, seja a partir da lógica temporal, na qual elas acontecem ao longo do tempo, podendo ser de forma monolítica. Com isso, pode-se dizer ainda que o *continuum* da violência é fruto de uma rede/relação de outras formas de violência e dominação, como o patriarcado, o militarismo e a opressão de gênero (KELLY, 1988; MOURA, 2007; ARIÑO, 2010b; SEGATO, 2012; PACHECO, 2018; YADAV; HORN, 2021; MEGER, 2021).

A partir da noção da violência como um *continuum* temporal, as práticas cotidianas da violência, que estão presentes em tempos de paz formal e informal, são intensificadas nos momentos de crise política, de conflito e de violência armada. Assim, é reproduzido nestas situações aquilo que é difundido socialmente no período de paz. Um exemplo da hostilidade contra as mulheres é a pornografia, sendo esse um dos principais meios para a difusão da violência contra as mulheres em período de paz (SEIFERT, 1993; MOURA, 2007; ARIÑO, 2010b; ZIPFEL, 2012; SJOBERG, 2016; ARIÑO et al, 2017; PACHECO, 2018; MEGER, 2021), dado que isso é reflexo de "[...] culturas particulares de masculinidade [que] estão

causalmente conectadas à violência doméstica, à indústria da prostituição e ao militarismo”[66] (COCKBURN; ENLOE, 2012, p. 552).

“Quer ocorra em tempos de conflito, pós-conflito ou no que se chama de paz, as diversas formas e manifestações de violência contra as mulheres são simultaneamente causas e consequências de discriminação, desigualdade e opressão”[67] (MANJOO, 2012, p. 1-2).

No que diz respeito ao *continuum* como uma representação de múltiplas formas de violência, tem-se que diferentes tipos de violência são praticados contra as mulheres apenas pelo fato delas serem mulheres, o que acaba tendo um impacto desproporcional desse ato contra elas (SEIFERT, 1993; ALEMANY, 2009; ZIPFEL, 2012; SJOBERG, 2016).

Assim, entre os diferentes tipos de violência exercidas contra as mulheres e meninas, se destacam: ameaça de violência, agressão, dominação, estupro, prostituição forçada, tortura, aborto forçado, escravidão sexual, tráfico, comercialização, rapto, corte/mutilação genital, gravidez forçada, deslocamento forçado, violência doméstica, incesto, sexo coercitivo, esterilização forçada, entre outros (KELLY, 1988; BLOOM, 2008; ALEMANY, 2009; ARIÑO, 2010b; SEGATO, 2012; 2014; MOURA, 2015; SJOBERG, 2016; ARIÑO et al, 2017; PASSOS; LOSURDO, 2017; SOUSA, 2017; PACHECO, 2018; MEGER, 2021).

Posto isso, mesmo sendo necessário fazer uma tipificação dos tipos de violência que as mulheres sofrem, não se pode criar hierarquias entre elas, uma vez que todos os tipos são graves e merecem ser analisados e julgados (KELLY, 1988; SEGATO, 2012).

Com isso, é importante destacar que a ameaça de violência também pode ser considerada uma forma de violência, uma vez que a ameaça da violência direta (sexual) é um ato que representa as ameaças que as mulheres convivem diariamente, que, por sua vez, é fruto das violências estruturais e culturais (GALTUNG, 2003; PACHECO, 2018). Desse modo, as mulheres são atingidas física, psicológica e sexualmente, e em algumas comunidades, sabendo do alto risco de violação, as mulheres acabam cometendo suicídio para não serem violadas (SEIFERT, 1993; BLOOM, 2008; ALEMANY, 2009; ARIÑO, 2010b).

“Durante os conflitos, a violência de gênero frequentemente aumenta em quantidade e brutalidade”[68] (SJOBERG, 2016, p. 181); isso significa que esse ato tanto pode ser um exemplo de violência física quanto simbólica, sendo esse simbolismo fruto da violência

---

[66] Tradução livre. Texto original: "[...] particular cultures of masculinity are causally connected to domestic violence, the prostitution industry and militarism” (COCKBURN; ENLOE, 2012, p.552).

[67] Tradução livre. Texto original: “Whether it occurs in times of conflict, post- conflict or so-called peace, the various forms and manifestations of violence against women are simultaneously causes and consequences of discrimination, inequality and oppression.” (MANJOO, 2012, p.1-2).

[68] Tradução livre. Texto original: “During conflicts, gender-based violence often increases in both quantity and brutality.” (SJOBERG, 2016, p.181).

cultural e da relação de gênero, que tem como eixo a subordinação e a marginalização da figura da mulher e do feminino (ARIÑO, 2010b; SJOBERG, 2016; MEGER, 2021).

Também é importante pontuar que o ato da violência sexual considera e transforma as vítimas em objeto e suprime as suas subjetividades, bem como desumaniza e despersonaliza as suas vítimas (SEIFERT, 1993; SORG, 2011; MOURA, 2015; PASSOS; LOSURDO, 2017). Assim, diferentes setores da vida das vítimas e da dinâmica da sociedade são afetados por consequência dos tais atos, sendo eles: a educação, a saúde, a justiça social, a segurança, o bem-estar social, a segurança alimentar e a economia (BLOOM, 2008; SJOBERG, 2016).

Além desses setores citados, a violação também aumenta a insegurança nos campos de refugiados, o aumento da presença das mulheres na economia informal e na prostituição (como fonte de renda), o aumento dos casos de problemas de saúde e de infecção pelas DSTs - doenças sexualmente transmissíveis, e de gravidez forçada (LIMO, 2016; SJOBERG, 2016).

As situações de vulnerabilidade pelas quais as mulheres e crianças passam podem fazer com que elas se submetam a diferentes tipos de violência sexual como meio de troca para obter as necessidades básicas, como alimentação, segurança e abrigo (LIMO, 2016).

Contudo, é significativo indagar quem perpetua os crimes da violência sexual e quem são os sujeitos da violência. Segato (2012; 2014) pontua os crimes como sendo de ordem pessoal/ interpessoal e de ordem impessoal, ou seja, são as violências de caráter pessoal/direto e estrutural (GALTUNG, 1969; PUREZA; MOURA, 2005). Assim, essas práticas podem ser de diferentes naturezas, uma vez que tanto no âmbito doméstico quanto no público, parceiros íntimos e pessoas desconhecidas podem cometer os atos (BLOOM, 2008; LIMO, 2016; SJOBERG, 2016; MEGER, 2021).

Mesmo a violência contra a mulher geralmente sendo vista como doméstica, também é importante perceber ela como pública, como são os casos, por exemplo, daquelas que acabam sendo legitimadas pelo Estado, a saber: o feminicídio, o infanticídio de acordo com o sexo das crianças e o casamento infantil (BLOOM, 2008; SEGATO, 2012; YADAV; HORN, 2021).

Nos diferentes cenários de conflito armado a violência sexual também está presente, e à vista disso, é necessário pensar essa violação como um tipo específico de crime de guerra, crime contra a humanidade e crime de genocídio, além de ser uma violação dos Direitos Humanos (DPI, 2000; BLOOM, 2008; ARIÑO, 2010b; SEGATO, 2014; ARIÑO et al, 2017; PASSOS; LOSURDO, 2017; PORTELA, 2019).

Os crimes de guerra acontecem em contexto armado; os crimes contra a humanidade são ataques sistemáticos e generalizados contra à população civil, além de serem ataques em contextos de crise política; enquanto que o crime de genocídio é um ataque direcionado contra

grupos étnicos, religiosos, raciais e nacionais (ARIÑO et al, 2017; PORTELA, 2019). Assim, a violência passou a ser generalizada, sistemática e massiva, chegando a ser considerada endêmica em alguns casos (ARIÑO, 2010b; SEGATO, 2012; MEGER, 2021).

Uma classificação também importante é a que Rita Segato (2012, 2014) apresenta como femigenocídio[69]. Ou seja, é um crime que se aproxima do genocídio e que é específico e direcionado às mulheres (SEGATO, 2014), como também "é um crime genérico, sistemático, impessoal e removido de intimidade dos agressores"[70] (SEGATO, 2012, p. 08).

Swati Parashar (2010, p. 169), coloca que, as mulheres são identificadas "como portadoras culturais de identidades nacionais"[71], ou seja, elas representam os valores de cada cultura, assim, as mulheres se tornam as principais vítimas de violências sexuais, porque o uso do seu corpo representa um território e uma marca da guerra. Com isso, pode-se considerar que ocorre um femigenocídio direcionado a elas.

Dessa forma, as guerras se manifestam nos corpos das mulheres, uma vez que os seus corpos atuam como bastidores ou campos de batalha, sendo as mulheres tratadas como espólio da guerra (MOURA, 2007; ARIÑO, 2010b; SEGATO, 2012, 2014; ZIPFEL, 2012; MOURA, 2015; YADAV; HORN, 2021). A violação com o objetivo de atacar a intimidade, a dignidade, a integridade das mulheres, e dos seus corpos, assim como a integridade da comunidade, é uma forma de enviar uma mensagem de humilhação para a sociedade (SEIFERT, 1993; ARIÑO, 2010b; MOURA, 2015), dado que "representa a vitória efêmera sobre a moral do inimigo"[72] (SEGATO, 2014, p. 23).

Dessa forma, existe uma "ocupação predadora dos corpos femininos ou feminizados"[73] (SEGATO, 2012, p.02), uma vez que existe uma relação e conexão do corpo com o território, a construção de identidade e a lógica de pertencimento, ou seja, os corpos carregam um peso simbólico e cultural (ZIPFEL, 2012; ARIÑO et al, 2017). Logo, "a primeira sequência dos conflitos armados se dá sobre os corpos, que são destruídos, mutilados e estuprados"[74] (ARIÑO, 2010b, p. 07).

---

[69] A autora apresenta este termo como "femi-geno-cídio" (SEGATO, 2012; 2014).

[70] Tradução livre. Texto original: "[...] como un crimen genérico, sistemático, impersonal y removido de la intimidad de los agresores." (SEGATO, 2012, p.08).

[71] Tradução livre. Texto original: "women as cultural bearers of national identities" (PARASHAR, 2010, p.169).

[72] Tradução livre. Texto original: "[...] la efímera victoria sobre la moral del antagonista." (SEGATO, 2014, p.23).

[73] Tradução livre. Texto original: "La ocupación depredadora de los cuerpos femeninos o feminizados" (SEGATO, 2012, p.02).

[74] Tradução livre. Texto original: "[...] la primera secuela de los conflictos armados tiene lugar sobre los cuerpos, que son destrozados, mutilados y violados." (ARIÑO, 2010b, p.07).

Todavia, também é importante destacar que se considera a violência sexual como um crime contra o patrimônio masculino, uma vez que, a partir da lógica patriarcal, as mulheres são consideradas "propriedade" do pai e do marido, assim, os estupros não são vistos como um crime contra a pessoa que sofre a violência (ARIÑO, 2010b; MOURA, 2015). Com isso, "a violência sexual não ocorre nem sem padrões e objetivos sociais, nem num vácuo social. Tem significados específicos respectivamente para os inimigos, as vítimas e os agressores" (ZIPFEL, 2012, p.44).

As guerras e as violências também apresentam um caráter sexuado (SEIFERT, 1993; MOURA, 2007; SJOBERG, 2016), logo, os crimes de violação devem ser analisados como sendo crimes de guerra com caráter sexual, uma vez que se utilizam dos meios sexuais para violar as vítimas (ZIPFEL, 2012; SEGATO, 2014). Portanto, "não se trata de crimes com motivos sexuais, mas são crimes perpetuados por meios sexuais"[75] (SEGATO, 2012, p. 07).

De acordo com Gaby Zipfel (2012, p. 34), entre os militares é perpetuado algumas tríades, sendo elas: "blood, sperm and tears"[76] e "violar, matar, ferir", uma vez que é tido que nas guerras, o estupro é livre (SEIFERT, 1993). Assim, existe uma conexão entre a agressividade, a violência e o prazer sexual, no qual os atos de violação sexual são praticados por meios agressivos (SEIFERT, 1993; GALTUNG, 2003; ZIPFEL, 20120). Dessa forma, "a vítima de estupro não se sente exposta ao ato sexual, mas a uma forma extrema e humilhante de violência dirigida contra ela e seu corpo"[77] (SEIFERT, 1993, p. 1-2), dado que "no 'vazio cultural' da guerra, alguns homens simplesmente preferem o estupro: o que eles buscam não é a sexualidade, mas a prática de violência sexual contra as mulheres"[78] (SEIFERT, 1993, p. 4).

Além das mulheres e meninas como vítimas da violência sexual, os homens e meninos também fazem parte desse grupo (BLOOM, 2008; RABELO, 2014; SEGATO, 2014; MEGER, 2021). Contudo, pouco se debate a respeito dos casos de violência sexual contra os homens, dado o peso social e o tabu que ainda se tem sobre essa questão (MOURA, 2015; ARIÑO et al, 2017). Samantha Moura (2015, p. 169) apresenta três efeitos da violação contra os homens, sendo eles: a aproximação com a feminilidade, a castração simbólica da masculinidade, e a negação da heterossexualidade. Assim, tem-se que a violência sexual

---

[75] Tradução livre. Texto original: "[...] no se trata de crímenes con móvil sexual sino de crímenes perpetrados por medios sexuales" (SEGATO, 2012,p.07).
[76] Tradução livre: "Sangue, esperma e lágrimas" (ZIPFEL, 2012, p.34).
[77] Tradução livre. Texto original: "[...] a rape victim does not feel she is exposed to sexual act but an extreme and humiliating form of violence directed against herself and her body" (SEIFERT, 1993, p.1-2).
[78] Tradução livre. Texto original: "In the 'cultural void' of war some men simply prefer rape: what they are after is not sexuality but the exertion of sexual violence against women" (SEIFERT, 1993, p.4).

contra os homens representa um ataque à sua masculinidade e virilidade (BLOOM, 2008; ARIÑO et al, 2017).

Muitos dos tipos de violência que as mulheres e meninas sofrem são os mesmos que acontecem com os homens e meninos, sendo eles: "[...] ('estupro forçado'), casos de mutilação ou castração, além de tortura dos órgãos genitais, nudez forçada e masturbação forçada, entre outras práticas"[79] (ARIÑO et al, 2017, p. 66).

Diferentes conflitos foram marcados pelos casos de violência sexual contra os homens, a saber: "El Salvador, Chechênia, Sri Lanka, Iraque-Kuwait, Serra Leoa, Sudão, Uganda, dentre muitos outros" (MOURA, 2015, p. 167). Entretanto, "os instrumentos internacionais [...] se desenvolveram de maneiras que muitas vezes excluem, explícita ou implicitamente, os homens como uma classe de vítimas de violência sexual em conflitos armados"[80] (LEWIS, 2009, p. 2).

O silêncio dos casos de violação sexual, tanto em períodos de paz quanto de guerra, ocorre pelo fato dos casos não serem relatados, fazendo com que acabe não existindo dados registrados e confiáveis a esse respeito, uma vez que não se sabem os números exatos (SEIFERT, 1993; KELLY, 1988; SJOBERG, 2016; ARIÑO et al, 2017; SOUSA, 2017; MEGER, 2021).

Esses atos também não são denunciados pelo estigma social que ele acarreta e pelos estereótipos de gênero (SEIFERT, 1993; ARIÑO et al, 2017), bem como pela falta de punição contra os agressores (ARIÑO, 2010b; LIMO, 2016). Pelo peso social que tem a violência contra os homens, muitas vezes eles acabam sendo noticiados como sendo casos de tortura ou abuso, ou seja, são dados em condições generalizadas (ARIÑO et al, 2017).

Posto isso, quando se apresenta a Violência Baseada em Gênero, tanto os homens quanto as mulheres estão incluídas nessa categoria de análise (BLOOM, 2008; LIMO, 2016; ARIÑO et al, 2017; YADAV; HORN, 2021), sendo considerável destacar que a guerra tem impactos diferentes entre os indivíduos, não podendo ser homogeneizada as suas experiências (ARIÑO, 2010b).

Contudo, é importante romper com os estereótipos sociais que colocam os homens sempre como os perpetradores e as mulheres como as vítimas, uma vez que ambos podem ser vítimas e transgressores (MOURA, 2007; SJOBERG, 2016; ARIÑO et al, 2017). Logo, é

[79] Tradução livre. Texto original: "[...] ('estupro forçado'), casos de mutilação ou castração, além de tortura dos órgãos genitais, nudez forçada e masturbação forçada, entre outras práticas.) (ARIÑO et al, 2017, p.66).

[80] Tradução livre. Texto original: "international instruments [...] have developed in ways that often exclude, whether explicitly or implicitly, men as a class of victims of sexual violence in armed conflict" (LEWIS, 2009, p.2).

importante pensar que, considerar a violência sexual como sendo exclusiva das mulheres também é perigoso, porque

> [...] negligencia múltiplas outras formas de violência sexual, incluindo: violência sexual de homens contra homens [...]; violência sexual perpetrada por mulheres [...]; violência perpetrada contra trans - e pessoas não-binárias [...], violência perpetrada por tropas armadas após o conflito [...]; violência perpetrada por parceiros íntimos e não combatentes[...]; e violência sexual e de gênero perpetrada pelas próprias tropas da ONU [...]"[81] (MEGER, 2021, p. 119).

Desse modo, considera-se a violência sexual tanto uma estratégia militar, quanto uma consequência da guerra (MOURA, 2015) e representa uma condição e um efeito colateral da guerra (SEGATO, 2014; MEGER, 2021).

Os atos de violência sexual são tidos como estratégia militar e arma de guerra (SEIFERT, 1993; BLOOM, 2008; ARIÑO, 2010b; SORG, 2011; SEGATO, 2014; MOURA, 2015; SJOBERG, 2016; ARIÑO et al, 2017; PASSOS; LOSURDO, 2017; PACHECO, 2018; MEGER, 2021), uma vez que, o ato sexual contra as mulheres é um ataque planejado e dirigido contra os inimigos. Assim, "o estupro é uma forma barata de guerrear" (MOURA, 2015, p.56).

A violência sexual também é vista como objetivo político, dado que pode ser algo pensado, elaborado, esperado e tolerado, e que tem eficiência máxima como resultado (SEGATO, 2014; MOURA, 2015; ARIÑO et al, 2017; PASSOS; LOSURDO, 2017). Logo, "o estupro pouco ou nada tem a ver com desejo sexual de soldados [...]" (SORG, 2011, p.104), dado que "a violência sexual é um ato de poder, uma arma de guerra, covarde, mas tão ou mais eficiente do que a de fogo" (SORG, 2011, p. 104).

Como estratégia política, a motivação dos casos de violência sexual é multicausal, uma vez que tem como objetivo: a limpeza étnica, a desonra ao tecido social, a humilhação e desmoralização do inimigo, afetar princípios religiosos, o ataque à masculinidade do oponente, intimidar a população, destruir a cultura do oponente, entre outros (SEIFERT, 1993; BLOOM, 2008; ARIÑO, 2010b; SORG, 2011; SEGATO, 2014; SJOBERG, 2016; ARIÑO et al, 2017; PASSOS; LOSURDO, 2017; YADAV; HORN, 2021).

Estes atos afetam a reconstrução eficaz do país no pós-conflito (LIMO, 2016), uma vez que eles têm como fim atingir o inimigo, a comunidade inimiga, e reproduzir a mensagem

[81] Tradução livre. Texto original: "[...] overlook multiple forms of sexual violence, including: sexual violence by men against men [...]; sexual violence perpetrated by women [...]; violence perpetrated against trans- and non-binary people [...]; violence perpetrated by armed troops after conflict [...]; violence perpetrated by intimate partners and noncombatants [...]; and sexual and gender-based violence perpetrated by the UN's own troops [...]." (MEGER, 2021, p.119).

de que a sociedade, em específico os homens, não foram capazes de proteger as mulheres. Assim, a violência sexual é um dano individual para quem sofre, mas também é coletivo, uma vez que ataca o extrato social (SEIFERT, 1993; ARIÑO, 2010b; MOURA, 2015; ARIÑO et al, 2017); e de acordo com Letícia Sorg (2011, p. 104), "os conflitos que envolvem as ideias de etnia, raça e tribo costumam ser cruéis com mulheres e meninas. Como são importantes para a perpetuação do grupo, tornam-se valiosas presas. Aos olhos do inimigo, perdem sua identidade humana e são reduzidas a alvos militares".

A violência sexual também tem motivações econômicas, uma vez que situações de vulnerabilidade, como a pobreza, fazem com que as mulheres sejam presas fáceis para diferentes tipos de violação sexual. Assim, cada grupo que opera e perpetra a VS acaba tendo suas motivações particulares, por exemplo: entre os grupos armados, a violência é uma forma de limpeza étnica, uma questão política e uma estratégia militar; enquanto que entre os soldados/militares de uma operação de paz, a sua motivação é sexual e acontece dada as condições de vulnerabilidade das suas vítimas, que são violadas em troca de mantimentos básicos para a sua sobrevivência, ou seja, a questão econômica acaba pesando mais (RABELO, 2014; LIMO, 2016; SJOBERG, 2016; ARIÑO et al, 2017).

É com base nisso que a violação sexual também pode ser considerada uma consequência da guerra. Perpetua-se a ideia de que as mulheres são "prêmios de guerra", e é por isso que a sua violação acaba sendo "invisível" e um subproduto da guerra. Ademais, também ocorre o aumento da prostituição das mulheres locais, uma vez que essas ações são benéficas aos soldados (SEGATO, 2014; MOURA, 2015; SJOBERG, 2016), bem como, em alguns casos, a própria violência é perpetrada por soldados das forças "amigas", dos operadores de paz e trabalhadores humanitários (ZIPFEL, 2012; LIMO, 2016; MEGER, 2021).

Militares de diferentes nacionalidades compõem as tropas das missões de paz, só que eles "trazem consigo para a missão suas culturas, atitudes, experiências e percepções sobre gênero e direitos humanos"[82] (LIMO, 2016, p. 01), e isso pode acabar levando a um aumento dos casos de violência sexual, uma vez que esses atos são frutos da violência cultural e estrutural de cada país.

Assim, em relação à presença feminina nas guerras, diferentes papéis e hierarquia de gênero são compartilhados e perpetuados, fazendo assim, com que elas sejam vistas como "o

[82] Tradução livre. Texto original: "They bring with them to the mission their cultures, attitudes, experiences and perceptions on gender and human rights." (LIMO, 2016, p.01).

outro dentro do outro"[83] (PARASHAR, 2010, p. 171). Ou seja, é perpetuada a visão simbólica das mulheres como sendo "o outro", que é algo desprezível e inferior (ZIPFEL, 2012; SJOBERG, 2016).

Posto isso, é fundamental diferenciar o estupro e o estupro genocida como sendo diferentes crimes de guerra, sendo esses conceitos essenciais para exemplificar como a violação sexual tanto pode ser uma causa quanto uma consequência da guerra. Enquanto "o estupro é um crime contra a vítima, que em geral são mulheres, [...] o estupro genocida é um crime usado como arma contra um grupo étnico ou nacional, que ataca a pureza racial, o orgulho nacional ou ambos"[84] (SJOBERG, 2016, p. 182).

Desse modo, pode-se dizer que o estupro, tanto contra mulheres como contra homens, é uma consequência da guerra; e o estupro genocida é uma arma, uma ferramenta da guerra, já que ele tem um objetivo específico e um fim político. Ou seja, o estupro como arma de guerra é pensado com um propósito, uma estratégia formulada antes da guerra, enquanto que o estupro sem fins políticos seria mais uma consequência do conflito e dos atos específicos dos soldados (SJOBERG, 2016).

À vista disso, a violência sexual poder ser considerada uma característica da guerra, dado que é algo que está presente ao longo dos conflitos armados, e que pode acontecer por diferentes motivações (ARIÑO, 2010b; SJOBERG, 2016; ARIÑO et al, 2017).

Uma série de casos de estupro em conflito pode ser visto ao longo dos seguintes embates: ao longo da 1º e da 2º Guerra Mundial, na invasão Japonesa em Nanquim **(**1937-1938), na Guatemala (1961-1996), na disputa entre a Índia e o Paquistão, na guerra de Bangladesh em 1971, no conflito do Chile (1973-1990), nos conflitos da Argentina (1976-1983) e na Guerra Civil Peruana (1980-2000). Contudo, esse tema passou a ganhar destaque no Sistema Internacional após a notoriedade dos casos da ex-Iugoslávia (na Bósnia e Herzegovina) e em Ruanda na década de 1990. Entretanto, María V. Ariño et al (2017, p.59), pontuam que foram "as guerras dos Bálcãs e, especificamente, a guerra na Bósnia (1992-1995) [que] marcaram um ponto de virada na forma de conceituar o uso da violência sexual em conflitos armados"[85], dado que aconteceu de forma sistemática e generalizada. Ou seja, aconteceu uma securitização e uma mudança na configuração da temática da violência

[83] Tradução livre. Texto original: "[...] 'other within the other'". (PARASHAR, 2010, p.171).
[84] Tradução livre. Texto original: "Rape is a crime against its victim and women generally, and genocidal rape is a crime used as a weapon against an ethnic or national group, attacking racial purity, national pride or both" (SJOBERG, 2016, p.182).
[85] Tradução livre. Texto original: "Las guerras de los Balcanes y, em concreto, la guerra en Bosnia (1992-1995), marcaron un punto de inflexión en la manera de conceptualizar el uso de la violencia sexual en los conflitctos armados" (ARIÑO et al, 2017, p.59).

sexual presente nos conflitos armados (SEIFERT, 1993; ARIÑO, 2010b; SJOBERG, 2016; ARIÑO et al, 2017; MEGER, 2021).

São recorrentes os casos relatados de violência sexual, mas eles não eram discutidos, uma vez que houve um silenciamento para essa temática. Essa questão acabou sendo pauta dos debates e das críticas das feministas pós-coloniais, uma vez que elas colocam que esse fenômeno passou a ganhar maior notoriedade apenas quando atingiu, com maior preponderância, o território europeu na guerra da ex-Iugoslávia. Assim, a questão sobre os casos de violência sexual passou a ser mais discutida e colocada nas pautas das agendas internacionais, ganhando espaço em diferentes regiões, como, por exemplo, na criação do Tribunal Penal Internacional de Ruanda em 1994 (ARIÑO et al, 2017; MEGER, 2021).

Dos anos 2000 até os dias atuais, se destacam os casos dos seguintes países, que vivenciam crises políticas e que foram relatados casos de violência sexual, sendo eles: Síria, República Democrática do Congo, Mianmar, Sudão, Sudão do Sul, Colômbia e República Centro-Africana (ARIÑO et al, 2017, p.60).

Portanto, mesmo sendo visível a presença das mulheres no meio militar, muito ainda precisa ser analisado, a fim de se retirar os essencialismos e invisibilidades que perpassam as histórias das mulheres. Além disso, é essencial, também, retirar os estereótipos que surgem quando se trata da perspectiva das mulheres e dos movimentos para a paz e os movimentos antimilitaristas. A fim de tentar romper as dicotomias, o próximo capítulo será destinado a uma análise sobre essas questões.

2.4 - Conclusões parciais

A partir do que foi apresentado e discutido ao longo do presente capítulo, percebe-se que o constante exercício de indagar “onde estão as mulheres?” é uma ferramenta essencial para entender o funcionamento do sistema internacional. Sendo assim, a busca por achar explicações para a ausência da presença feminina nesse cenário fez com que as teóricas feministas investigassem cada vez mais a história e as relações humanas, sociais e internacionais.

É com base nessa busca que o presente capítulo foi pensado e desenvolvido. A procura por localizar as mulheres nos cenários de conflito armado e da segurança internacional, fez com que diferentes perspectivas da teoria feminista fossem escolhidas para guiar a pesquisa.

Assim, com base no que foi visto, percebe-se que a disciplina das Relações Internacionais e as suas subáreas, como os Estudos de Segurança Internacional, foram e são marcadas por uma falsa neutralidade de gênero, uma vez que o que se tem é a invisibilidade e

marginalização dessa questão. Logo, as RI não são neutras, uma vez que elas escolhem um lado, o lado masculino e, deixam de fora as mulheres e as suas experiências.

Contudo, as mulheres estavam e estão presentes na história, mas, pelo fato delas serem ignoradas, as suas narrativas não foram relatadas e as suas experiências foram silenciadas. Entretanto, o que acontece com as mulheres têm implicações tanto no campo da paz quanto nos conflitos armados, tal como as diferentes experiências dos homens e das mulheres têm impacto diferente na percepção e na condução das relações internacionais, assim como na estrutura das instituições (BURGUIERES, 1990).

Assim como pontua Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p.26), existe perigo na história única, dado que ela "cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história".

Desse modo, a teoria feminista adentrou no espaço das Relações Internacionais com o objetivo de denunciar a parcialidade da análise dos SI que os teóricos *mainstream* faziam, bem como romper com as falsas dicotomias que legitimam as relações de poder, ambas criadas pelo sistema patriarcal. Ou seja, desconstruir os dualismos que faziam a oposição entre o homem e a mulher, a guerra e a paz, o público e o privado, o internacional e o doméstico, foi uma das chaves essenciais da teoria feminista. Assim, ao aplicar a lente de gênero para analisar a realidade do sistema internacional, as teóricas passaram a enxergar que o mundo é formado por uma diversidade de gênero e de manifestações de masculinidades e feminilidades.

Deste modo, o "gênero faz o mundo girar"[86] (ENLOE, 2014, p.1), altera a compreensão das relações humanas e amplia o leque de percepções que se tem sobre a sociedade.

Entretanto, para além de enxergar o mundo pelas lentes de gênero, é importante observar as interações sociais a partir da raça e da classe social, uma vez que essas categorias ampliam a compreensão do mundo. Sendo assim, na análise a partir da teoria feminista, é importante ressaltar que não existe apenas um feminismo, uma vez que esse movimento é múltiplo e abarca diferentes mulheres, feminilidades e realidades sociais, culturais e regionais (LUGONES, 2008; LIMIC, 2015).

A mudança na forma de analisar as relações pessoais e internacionais, proporcionada pelo feminismo, também causou alterações na forma de compreender a segurança. Elas redefiniram o entendimento, a noção e o conceito, uma vez que a segurança passou a ser

[86] Tradução livre. Texto original: "Gender Makes the World Go Round" (ENLOE, 2014, p.1).

definida em termos multiníveis e multidimensionais (TICKNER, 1992, 1997), além de ser incluída a noção da percepção da ameaça, bem com isso afetava e era afetado pelas mulheres e suas experiências.

Também foi evidenciado a conexão entre as desigualdades e as violências, uma vez que ela atua por meio de um *continuum.* Ou seja, é necessário a eliminação de todos os tipos de violência, tanto a direta quanto a estrutural e a cultural, para que se possa atingir um mundo com maior equidade, respeito e paz.

Assim, "ao perguntar 'onde estão as mulheres?', o feminismo traz à luz todos os espaços marginalizados, cujo silêncio não se ouve nos centros de poder, mas sem os quais a paz não pode ser construída"[87] (CONFORTINI, 2010, p. 5). Desse modo, o silenciamento das mulheres e das suas causas afeta a percepção sobre os conflitos armados, a paz e a construção da paz sustentável.

[87] Tradução livre. Texto original: "By asking "Where are the women?", feminism brings to light all marginalized spaces, whose silence is not heard in the centers of power, yet without whom peace cannot be built." (CONFORTINI, 2010, p.5).

3. O MOVIMENTO FEMINISTA PELA PAZ

Partindo-se da assertiva de que a paz faz oposição à violência, as teóricas feministas que analisam a temática da paz têm como base para a pesquisa a reflexão sobre as causas e estruturas da violência. Ou seja, elas buscam meios e alternativas para propor soluções para eliminar os diferentes tipos de violência e opressão, sendo esses conceitos entendidos a partir da lógica da paz negativa e positiva. Assim, as pesquisadoras questionam os discursos dominantes e os sistemas de poder opressor, sendo essa ação um importante movimento para a paz (GALTUNG, 1969, 2003; BURGUIERES, 1990; PUREZA; MOURA, 2004; CONFORTINI, 2010; ROQUE; SANTOS, 2019).

O objetivo do desenvolvimento do presente capítulo é a busca para romper com os estereótipos que circundam esse tema, a fim de tornar clara a relação da mulher com a paz, de modo que isso não seja visto como algo essencialista; além de mostrar as formas que as mulheres atuam nos movimentos de construção da paz. Logo, quando se pensa na temática da mulher, do feminismo e da paz, pelo menos quatro questões devem ser analisadas, sendo elas: 1- as implicações teóricas; 2 - a relação da mulher com a paz; 3 - a atuação prática das mulheres na construção da paz (*peacebuilding from below*); e 4 - a atuação das mulheres nos processos formais de paz (*peacemaking*). Assim, esses quatro pontos atuam de forma contínua e em conjunto e a sua compreensão ajudará no desenrolar do capítulo (SANTOS, 2011).

3.1 - A implicação teórica: a teoria feminista da paz

Assim como nos Estudos de Segurança Internacional, nos Estudos para a Paz (EPP) as ideias feministas também foram deixadas em lugares marginalizados, uma vez que não se evidenciava aquilo que as teóricas estavam pesquisando (BURGUIERES, 1990; BOULDING, 1992; CONFORTINI, 2010; REARDON; SNAUWAERT, 2015), dado que se "[...] considerou a pesquisa feminista como um caso especial, ao invés de uma contribuição para o corpo principal da teoria da paz"[88] (BOULDING, 1992, p. 56).

Contudo, a perspectiva feminista é importante para a pesquisa de paz, dado que ela faz contribuições significativas que podem gerar mudanças ao colocar novos aspectos e diferentes formas de enxergar as distintas questões da paz. Desse modo, o feminismo proporcionou um impacto no nível conceitual da pesquisa para a paz, além de fazer uma análise da relação de

[88] Tradução livre. Texto original: "[...] has looked on feminist research as a special case rather than as contributing to the main body of peace theory" (BOULDIG, 1992, p. 56).

poder e dos silenciamentos (BROCK-UTNE, 1989; BURGUIERES, 1990; BOULDING, 1992; BJÖRKDAHL; SELIMOVIC, 2021; WIBBEN, 2021).

As feministas também analisaram a temática da paz, da guerra, da violência, da segurança e do poder para além das perspectivas tradicionais, adaptando as suas análises para evidenciar o papel das mulheres e dos demais grupos marginalizados nos movimentos para a paz (BURGUIERES, 1990; BOULDING, 1992; AFSHAR, 2003; PUREZA; MOURA, 2004; CONFORTINI, 2010; SANTOS, 2011; COCKBURN; ENLOE, 2012).

Assim, na investigação para a paz das teóricas feministas, as mulheres estão na base da pesquisa, sendo os questionamentos feitos a partir delas e das suas experiências, tentando localizá-las para evidenciar quais os seus papéis, tanto na guerra quanto na paz. Logo, as pesquisadoras teorizam aquilo que elas vivenciam e percebem no dia a dia, fazendo assim, com que exista uma conexão entre o ativismo e a academia[89] (BURGUIERES, 1990; BOULDING, 1992; ARIÑO, 2010a; CONFORTINI, 2010, 2012; ENLOE, 2014; BJÖRKDAHL; SELIMOVIC, 2021; ESCHLE, 2021).

Desse modo, é importante ressaltar que existe uma multiplicidade de discurso por trás do feminismo para a paz, uma vez que ele não é um movimento homogêneo (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001b; MOURA, 2005a; ROQUE; SANTOS, 2019; WIBBEN, 2021). Sendo assim, é preciso evidenciar as diferentes percepções e vozes dos grupos que compõem esse feminismo, dado que "as ativistas militantes no campo da paz são, contudo, marcadas pela heterogeneidade e, por vezes, contradições" (ROQUE; SANTOS, 2019, p. 440).

Algumas áreas são consideradas como centrais no escopo do que as teóricas pesquisam, sendo elas: a relação da mulher com a paz e a guerra; a educação para a paz; o desenvolvimento de estruturas sociais alternativas e sociedades mais pacíficas; o ecofeminismo; a relação entre o desenvolvimento humano e o socioeconômico; o estudo das violências e o seu *continuum*, entre outras[90] (BURGUIERES, 1990; BOULDING, 1992).

---

[89] É importante destacar que a terceira onda do movimento feminista evidencia essa relação entre o ativismo, o movimento político e a academia (NARVAZ; KOLLER, 2006).

[90] Para o desenvolvimento do capítulo apenas as questões que envolvem as mulheres no cenário de conflito e da paz serão analisadas. Para mais informações sobre os demais tópicos ver: BURGUIERES (1990); BOULDING (1992).

Para a temática da educação para a paz, ver: BROCK-UTNE, Birgit. Educating for Peace: a feminist perspective. New York: Pergamon Press, 1985; BROCK-UTNE, Birgit. Feminist Perspectives on Peace and Peace Education. New York: Pergamon Press, 1989; REARDON, Betty. Comprehensive Peace Education: Educating for Global Responsibility. New York: Teachers College Press, 1988; REARDON, Betty. Education for a Culture Peace in a Gender Perspective. Paris: UNESCO, 2001.

Para a temática do ecofeminismo, ver: MEIS, Maria; SHIVA, Vandana. La praxis del ecofeminismo: biotecnología, consumo, reproducción. Icaria: Antrazyt, 1998; SHIVA, Vandana. Staying alive: Women, Ecology and Survival in India. New Delhi: Ed.:KALI FOR WOMEN, 1988.

De acordo com Mary K. Burguieres (1990), a pesquisa feminista para a paz é marcada por três diferentes abordagens que analisam a relação da mulher com a paz e a guerra, sendo elas: 1 - a corrente essencialista que coloca a mulher como mãe; 2 - a visão liberal que iguala as mulheres aos homens; e, por fim, 3 - a perspectiva feminista que se opõe ao militarismo.

O movimento feminista pacifista/essencialista aceita os estereótipos masculinos e femininos, perpetuando uma visão essencialista tanto das mulheres quanto dos homens (BURGUIERES, 1990; MOURA,2005a; SANTOS, 2011; ROQUE; SANTOS, 2019).

A associação de imagens e estereótipos das mulheres e dos homens não é algo recente, uma vez que, em geral, se associou a imagem da mulher com a sua função de mãe, e a do homem com a de guerreiro e, "com base nessas imagens tradicionais, as mulheres começaram a desenvolver uma abordagem feminista para a paz"[91] (BURGUIERES, 1990, p. 3).

O movimento ativista pacifista do início do século XX passou a empregar os estereótipos que eram usados contra as mulheres, para lhes negar direitos, para ganhar mais apoiadores, dado que a política deveria ter qualidades mais pacíficas. Ou seja, transformou "atributos estereotipados das mulheres em qualidades positivas relacionadas ao avanço da paz global"[92] (BURGUIERES, 1990, p.4).

O feminismo liberal, por sua vez, possui uma visão negativa dos discursos que colocam as mulheres como sendo "o sexo estimulante, pacífico e não violento"[93] (BURGUIERES, 1990, p. 5). Logo, as teóricas rejeitam o estereótipo feminino, mas acabam aceitando o masculino, uma vez que recusam a posição pacífica das mulheres, mas localizam e aceitam a posição masculina na violência, buscando ainda inserir as mulheres nesse meio (BURGUIERES, 1990; MOURA,2005a; SANTOS, 2011; ROQUE; SANTOS, 2019).

As feministas argumentam que era necessário abrir a política para as mulheres, uma vez que "a igualdade de acesso das mulheres às estruturas políticas também pode significar mais paz" (CONFORTINI, 2010, p. 5). Assim, elas rejeitavam os discursos que limitavam as mulheres a partir da lógica do determinismo biológico, justificando essas barreiras como fruto das percepções sociais. Sendo contrárias às falas de que as mulheres eram mais pacíficas, elas buscavam atuar em pé de igualdade com os homens nos meios militares (BURGUIERES, 1990).

---

[91] Tradução livre. Texto original: "Upon this traditional imagery, women first began to develop a feminist approach to peace" (BURGUIERES, 1990, p. 3).

[92] Tradução livre. Texto original: "[...] stereotypical attributes of women into positive qualities related to the advancement of global peace" (BURGUIERES, 1990, p. 4).

[93] Tradução livre. Texto original: "[...] the notion of women as the nurturing, pacific, nonviolent sex" (BURGUIERES, 1990, p. 5).

Com isso, o menosprezo pelos estereótipos femininos era acompanhado pela aceitação dos masculinos, dado que buscavam igualar as mulheres aos termos masculinos, sendo esses representados pelos atributos da violência. Assim, "as feministas 'questionam o monopólio masculino da violência, mas não questionam o uso da violência em si'"[94] (CARROLL, 1987, p. 11, *apud* BURGUIERES, 1990, p. 5). Deste modo, as feministas buscavam o acesso igualitário das mulheres nas posições de combate nas Forças Armadas, bem como incentivavam o uso de técnicas de violência para a autodefesa, a valorização da figura da mulher guerreira e a participação feminina nos movimentos revolucionários (BURGUIERES, 1990).

Contudo, elas advogavam a favor de um Estado que não perpetuasse o mito do protetor/protegido, e no qual todos deveriam assumir uma posição de defensor, uma vez que as mulheres também deveriam ser participantes ativas nos conflitos armados. Assim, esses argumentos acabavam possuindo conexão com os princípios da paz (BURGUIERES, 1990; MADLALA-ROUTLEDGE, 2009).

Por fim, o feminismo antimilitarista é uma quebra radical do que é apresentado nas abordagens anteriores, dado que as feministas rejeitam ambos os estereótipos. A história mostra que tanto as mulheres quanto os homens podem agir de modo violento e não violento, assim, não se pode defender que as mulheres são naturalmente pacíficas e os homens naturalmente violentos, dado que não existe uma regra para isso, e todos os gêneros podem ser pacíficos, violentos ou ambos mutuamente (SCHOTT, 1985; BURGUIERES, 1990; MOURA,2005a; SANTOS, 2011; ROQUE; SANTOS, 2019). Desse modo, "o comportamento das mulheres na história não permite fazer afirmações de cunho essencialista [...]. Isso também acontece com os homens"[95] (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2004, p.1); e esses discursos essencialistas são frutos do patriarcado que difunde o militarismo e as práticas sexistas nas sociedades (BURGUIERES, 1990).

Assim como já foi apresentado e discutido no capítulo anterior, o meio militar perpetua uma visão estereotipada das masculinidades e feminilidades e isso acaba contribuindo para a formação de mitos e de fantasias que erotizam a imagem tanto dos militares homens quanto das mulheres, sendo, portanto, prejudicial, porque perpetua uma linguagem sexista nas ações militares (BURGUIERES, 1990).

---

[94] Tradução livre. Texto original: "[...] these feminists ' question the male monopoly of violence more than they question the use of violence itself'" (CARROLL, 1987, p.11, *apud*, BURGUIERES, 1990, p. 5).

[95] Tradução livre. Texto original: "[...] el comportamiento de la mujer en la historia no permita efectuar afirmaciones de carácter esencialista [...]. Esto es así también en el caso de los hombres." (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2004, p. 1).

A crítica deste grupo às feministas liberais, é pelo fato de que a busca por se tornar igual aos termos masculinos é danosa porque acaba intensificando a subordinação e as relações de gênero, assim como ajudam a perpetuar o sistema de guerra[96], o patriarcalismo e o militarismo (BURGUIERES, 1990). Desse modo, o feminismo deveria atuar como uma antítese ao militarismo e as práticas sexistas, além de ser uma força nos processos de desmilitarização, já que esse processo poderia ter implicações positivas nas práticas sociais que levariam a sociedades mais igualitárias (REARDON; SNAUWAERT, 2015).

Para as feministas antimilitares, tanto os homens quanto as mulheres são responsáveis pela construção de estruturas mais pacíficas, não podendo, portanto, esse feito ser responsabilidade de apenas um dos grupos. Assim como o patriarcado é a base do sistema de guerra e da violência, a paz deve ser resultado do comportamento e do comprometimento de todos na negação das estruturas hierárquicas de gênero (BURGUIERES, 1990).

Contudo, a partir do que foi visto, é necessário pontuar que é histórica a associação da mulher com a paz, contudo, a associação estereotipada pode ser problemática, uma vez que pode acabar prejudicando o trabalho das pesquisadoras feministas (BURGUIERES, 1990; TICKNER, 2018; ROQUE; SANTOS, 2019). A consequência dessa ligação estereotipada é a ausência do envolvimento teórico de feministas das RI com as questões pontuais sobre a paz e o gênero, o que se torna irônico, uma vez que esse distanciamento acaba perpetuando uma desvalorização de ambas as esferas (CONFORTINI, 2012).

Muitas pesquisadoras feministas, tanto na área da paz quanto da segurança, deixaram de pesquisar, por exemplo, sobre o ativismo das mulheres contra as bases nucleares para não serem tratadas de forma essencialista, dado que existe a suposição de que o ativismo feminista replica uma ligação biologicamente determinista entre a mulher e a paz. Assim, por ser algo dado como problemático, elas também não queriam ser vistas como reproduzindo os papéis de gênero que elas tanto lutam contra (ESCHLE, 2021).

Entretanto, “as subjetividades de gênero assumiram diferentes formas em diferentes campos”[97] (ESCHLE, 2021, p. 252), assim, possibilitaram a coexistência de tanto feministas que advogam a favor de uma visão essencialista e naturalizada das mulheres, quanto outras que negam essa conexão (MOURA, 2005a; SANTOS, 2011).

---

[96] Para mais informações e detalhes sobre a ideia de “sistema de guerra” ver: REARDON, Betty. Sexism and the war system. New York, Teachers College Press, 1985.

[97] Tradução livre. Texto original: “that gendered subjectivities took different forms in different camps.” (ESCHLE, 2021, p. 252).

3.2 - A relação da mulher com a paz

É histórica e social a associação da mulher com a paz. Na representação das mulheres, elas são vistas a partir do imaginário da passividade. Se perpetua a simbologia essencializada da mulher com a paz, contudo, essa conexão reproduz um viés negativo (JORGE; PÉREZ, 2004).

"Essa associação entre a mulher e paz pode ser redutora, por reproduzir categorias conceptuais binárias que têm sido utilizadas para marginalizar mulheres" (MOURA, 2005a, p.55), uma vez que as falsas dicotomias criadas socialmente sempre colocam as mulheres no espectro negativo, assim, a paz também é vista de forma negativa e reduzida ao plano do idealismo (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2004; MOURA, 2005a; SANTOS, 2011; CONFORTINI, 2012; TICKNER, 2018).

Contudo, as mulheres participaram ao longo da história como ativistas e construtoras da paz (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001a; JORGE; PÉREZ, 2004; ARIÑO, 2006). Entretanto, alguns questionamentos devem ser feitos, entres eles: "[...] se as mulheres são pacifistas por natureza, ou se são pacifistas porque são mães. [Todavia,] a resposta a ambas as questões é clara: não há determinismo biológico a favor da paz"[98] (JORGE; PÉREZ, 2004, p.72). Então, "quais são, portanto, os fatores que levam muitas mulheres a ter uma ligação especial com a paz?"[99] (ARIÑO, 2006, p.8).

A imagem da paz, que com frequência é associada à representação das mulheres, é fruto da construção social, dos papéis de gênero e da divisão sexual do trabalho, ou seja, da histórica desvalorização social que as mulheres sofreram. O processo de exclusão da mulher dos meios de poder e das decisões políticas faz com que elas sejam mais propensas a evitarem a guerra (razões histórico-sociais) e a buscarem soluções pacíficas, pois, "a marginalização política das mulheres muitas vezes oferece-lhes maiores possibilidades e espaços para a construção da paz"[100] (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001a, p.26). Isso não tem relação com o biológico, a maternidade e a visão naturalizada, mas é fruto das relações sociais e da exclusão da mulher da vida pública e de poder (JORGE; PÉREZ, 2004; MAGALLÓN PORTOLÉS, 2004; ARIÑO, 2006, 2010a).

---

[98] Tradução livre. Texto original: "[...] si las mujeres son pacifistas por naturaleza, o si son pacifistas por ser madres. La respuesta a ambas cuestiones es clara: no hay un determinismo biológico en favor de la Paz" (JORGE; PÉREZ, 2004, p.72).

[99] Tradução livre. Texto original: "¿Cuáles son, por tanto, los factores que llevan a que muchas mujeres se hayan relacionado de un modo especial con la paz?" (ARIÑO, 2006, p.8).

[100] Tradução livre. Texto original: "La marginación política de las mujeres a menudo les ofrece mayores posibilidades y espacios para la construcción de la paz" (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001a, p.26).

Assim, a interação social, na qual as mulheres estão mais presentes nas tarefas e funções que dizem respeito ao cuidado e a educação, faz com que elas tenham maior valorização da vida (AFSHAR, 2003; SCHOTT, 1985; REARDON, 2001; ARIÑO, 2006, 2010a). Ou seja, "as experiências sociais de mulheres e homens fizeram com que tivessem ideias diferentes sobre guerra e paz"[101] (SCHOTT, 1985, p.22).

Porém, mesmo ocorrendo uma personificação feminina da paz, os meios formais de se atingir tal fim são dados por atributos do poder masculino, como, por exemplo, pelos exércitos, os soldados, os governos e os diplomatas, ou seja, a *high politics*. Logo, "a paz e seus efeitos estão indubitavelmente associados ao feminino, mas remetendo a uma entidade abstrata e ideal, enquanto os meios para alcançá-la são baseados no poder masculino"[102] (JORGE; PÉREZ, 2004, p.77). Ou seja, mesmo a paz sendo representada pela figura da mulher, não se percebe a mesma como um agente público e político eficiente para se conseguir a paz. Desse modo, as mulheres não estão ligadas a paz como agentes com capacidade de ação, de gerar transformação em um cenário de conflito armado, mas as mulheres são vistas enquanto seres passivos e inanes (JORGE; PÉREZ, 2004).

Sendo assim, tradicionalmente os homens ocupam o papel político de designar a guerra e a paz, enquanto que as mulheres são isentas de tais funções. Isso é sentido quando tanto mulheres que apoiam e participam das guerras quanto as que estão presentes nos movimentos políticos para a paz são julgadas e questionadas, dado que em ambas as situações elas são postas como não cumprindo com as funções sociais do seu gênero. Desse modo, tanto na guerra quanto na paz existem implicações e questões de gênero (JORGE; PÉREZ, 2004; ARIÑO, 2016b; CARVALHO; PORTELA JUNIOR; RIBEIRO, 2017).

Apesar disso, as mulheres praticam cotidianamente a resolução pacífica dos conflitos, por meio da mediação e do diálogo, tanto no âmbito doméstico, quanto entre comunidades inimigas[103] (JORGE; PÉREZ, 2004).

Contudo, a identificação de apenas um gênero como sendo o ator político de uma causa como a paz, se torna prejudicial, dado que, na realidade, essa ação deveria ser um interesse universal e de todos, e não uma associação essencialista para com a mulher (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2004; MOURA, 2005a; ARIÑO, 2006; CONFORTINI, 2010).

---

[101] Tradução livre. Texto original: "[...] the social experiences of women and men has caused them to have different ideas on war and peace" (SCHOTT, 1985, p.22).

[102] Tradução livre. Texto original: "La paz y sus efectos están asociados sin duda con lo feminino pero haciendo referencia a un ente abstracto e ideal, mientras que los medios para conseguirla recaen en el poder masculino" (JORGE; PÉREZ, 2004, p.77)

[103] Esse ponto será melhor desenvolvido no tópico 3.3.

Outro ponto que também merece ser analisado é a associação entre a mulher, a maternidade e a paz. Uma das explicações para essa ligação é a percepção da mulher como mãe, com a figura da maternidade, da bondade e da passividade. Em diferentes sociedades e em diferentes contextos políticos existe a conexão da imagem da maternidade como virtude, no qual a função das mulheres é gerar e ser mãe dos futuros guerreiros. A maternidade é posta como um dos atributos da feminilidade e as mulheres que exercem essa função são as guardiãs da nação, além de serem símbolos da paz (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001a; AFSHAR, 2003).

Sara Ruddick (1989) apresenta a ideia da maternidade como uma prática do cuidado, uma tarefa que não deve ser conectada a nenhum sexo de forma específica e estereotipada. O pensamento materno e a prática da maternagem são ações que dizem respeito ao processo de decisão, ou seja, é um movimento de adoção, no qual o indivíduo decide se dedicar ao cuidado do outro (da criança, por exemplo), e essa tarefa pode ser desenvolvida tanto por mulheres quanto por homens.

Desse modo, a ideia de que as mulheres são pacíficas porque podem gerar a vida e exercem a maternidade, como já citado, é fruto da reprodução de um discurso criado socialmente e que deve ser questionado e rompido (ARIÑO, 2006), uma vez que "como todo cuidado, a prática materna exige [escolha,] coragem, resistência diária, persistência, vontade e inteligência; algo muito diferente de certas imagens suaves e sentimentais com as quais a maternidade se identifica de forma atual"[104] (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001a, p.132).

Assim, é importante pensar que "a paz não é inata para as mulheres, nem existe um pacifismo inato para as mulheres. A paz deve ser construída por todos"[105] (JORGE; PÉREZ, 2004, p.75); do mesmo jeito que "o enfoque é que o trabalho materno pode e deve ser realizado tanto por homens como por mulheres. Isso está claramente coincidindo com a ideia de paz que também deve ser trabalhada regularmente por homens e mulheres"[106] (JORGE; PÉREZ, 2004, p.91).

---

[104] Tradução livre. Texto original: "[...] como todo cuidado, la práctica materna exige coraje, resistencia cotidiana, persistencia, voluntad e inteligencia; algo bien distinto a ciertas imágenes blandas y sentimentales con las que de manera tópica se identifica el maternaje" (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001a, p.132).

[105] Tradução livre. Texto original: "Son papeles asignados socialmente porque la Paz no es innata a las mujeres, ni hay un pacifismo innato a las mujeres. La Paz debe ser construida por todos y todas" (JORGE; PÉREZ, 2004, p.75).

[106] Tradução livre. Texto original: El planteamiento es que el trabajo maternal puede y debe ser realizado por ambos, hombres y mujeres. Esto es claramente coincidente con la idea de Paz que también debe ser trabajada regularmente por hombres y mujeres" (JORGE; PÉREZ, 2004, p.91).

A partir do que foi exposto, os próximos subtópicos serão destinados a uma análise mais detalhada sobre o processo de ativismo e militância das mulheres nos movimentos para a paz, assim como o processo de maternagem política.

3.2.1 - O ativismo e a militância das mulheres nos movimentos pela paz

Assim, para além da perspectiva teórica e acadêmica das feministas para a paz, é importante pensar no prisma do ativismo e da militância, ou seja, do movimento feminista e de mulheres enquanto um movimento social, no qual os Estudos para a Paz incorporam a prática, a teoria, as ações e as ideias (BURGUIERES, 1990; CONFORTINI, 2010; ROQUE; SANTOS, 2019; ESCHLE, 2021; WIBBEN, 2021).

É importante destacar a ação das mulheres nos movimentos para paz enquanto sujeitos coletivos, dado que é notória a participação delas nos movimentos que atuam em busca ou a favor da paz, logo, elas são ativistas pela paz (MOURA; SANTOS, 2008; CONFORTINI, 2010, 2012; MINGOL, 2015; ROQUE; SANTOS, 2019).

Como já foi visto, o rosto da violência armada é caracterizado pela representação do masculino, fazendo com que esse grupo seja a maioria entre os que matam e os que morrem. Assim como coloca Tatiana Moura e Rita Santos (2008, p.26), quem sobrevive ao contexto de violência armada tende a "fazer frente à violência, desenvolvendo mecanismos e estratégias para recuperar a normalidade e re-estabelecer a paz e segurança. E o rosto de quem sobrevive é, frequentemente, feminino". Assim, pode-se considerar que as mulheres se posicionem de forma contrária às práticas violentas e de violência legitimada pelos Estados, bem como são contrárias às opressões de gênero, de raça, de classe (PUREZA; MOURA, 2004; MOURA, 2005a; ARIÑO, 2010a; CONFORTINI, 2010; ROQUE; SANTOS, 2019). Isso fez com que elas reivindicassem mais os seus direitos e essas mobilizações passaram a ser "justificada[s] e entendida[s] como um prolongamento natural da esfera privada" (MOURA, 2005a, p.55).

Desse modo, o movimento para a paz atua como uma oposição aos diferentes tipos de violência (PUREZA; MOURA, 2004; ARIÑO, 2010a; CONFORTINI, 2010; SANTOS, 2011). Como já referenciado anteriormente, as feministas destacam a existência de um *continuum* de violências que se perpetuam entre a violência pessoal e a institucional, e da doméstica para a internacional. Portanto, a eliminação desse sistema de violência é essencial, uma vez que ele era, e é, uma antítese para a paz (PORTOLÉS, 2001; PUREZA; MOURA, 2004; CONFORTINI, 2010; SANTOS, 2011). Assim, "as definições feministas de paz

geralmente incluem a redução de todas as formas de violência, incluindo violência estrutural e hierárquica de opressão de gênero, bem como violência física"[107] (TICKNER, 2002, p.346).

No entanto, as mulheres buscam a paz porque o sistema de guerra e as políticas militaristas eram, e são, prejudiciais a elas, uma vez que as guerras possuem múltiplas implicações e efeitos negativos sobre as suas vidas, dado que ocorre um aumento da perpetuação e da brutalidade das violências (HALLIDAY, 2007; MOURA; SANTOS, 2008; CONFORTINI, 2010; SJOBERG, 2016).

Entretanto, não se pode deixar de notar que é histórica a participação das mulheres no ativismo pela paz, existindo uma forte conexão entre ambos, no qual elas atuam em manifestações espontâneas e em grupos organizados (LINDSEY et al, 2002; ROQUE; SANTOS, 2019; WIBBEN, 2021). "A causa da paz é um dos movimentos políticos que mais mobilizou mulheres no século passado"[108] (MAGALLÓN, 2004, p.3), fazendo com que o feminismo e o pacifismo sejam vistos de modo inseparáveis (JORGE; PÉREZ, 2004).

Se estruturando em organizações formadas majoritariamente por mulheres (SCHOTT, 1985; ARIÑO, 2010a), os movimentos para a paz se apresentaram seguindo diferentes discursos. Diferentes organizações de mulheres e feministas surgiram ao longo do século XX e XXI, tendo todas uma importante atuação em prol da paz, sendo essas ações espalhadas pelo mundo todo, não sendo específicas de algumas regiões (CONFORTINI, 2010; ROQUE; SANTOS, 2019).

O "feminismo e pacifismo estão unidos desde o nascimento dos primeiros movimentos sufragistas"[109] (JORGE; PÉREZ, 2004, p.85), e a criação do Partido de Mulheres pela Paz, que mais tarde passou a se chamar Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade - a *Women 's International League for Peace and Freedom* (WILPF)[110], é um exemplo disso; sendo essa a organização de mulheres ativistas pela paz mais antiga e que continua em funcionamento nos dias atuais (CONFORTINI, 2010; ROQUE; SANTOS, 2019).

Tendo se desenvolvido em plena I Guerra Mundial, o Partido de Mulheres reuniu mais de 1.000 mulheres de diferentes países, beligerantes e neutros, para participarem, em abril de 1915, do I Congresso Internacional de Mulheres pela Paz, em Haia. Dentre as principais

---

[107] Tradução livre. Texto original: "Feminist definitions of peace have generally included the reduction of all forms of violence, including structural violence and oppressive gender hierarchies, as well as physical violence" (TICKNER, 2002, p.346).

[108] Tradução livre. Texto original: "la causa de la paz es uno de los movimientos políticos que ha movilizado a más mujeres en el último siglo" (MAGALLÓN, 2004, p.3).

[109] Tradução livre. Texto original: "feminismo y pacifismo han estado unidos desde el nacimiento de los primeros movimientos sufragistas" (JORGE; PÉREZ, 2004, p.85).

[110] Para mais informações: *Women 's International League for Peace and Freedom* (WILPF). Disponível em: https://www.wilpf.org/. Acesso em 15 de junho de 2021.

pautas do evento estava o protesto em relação à guerra, a busca pela garantia dos direitos e do sufrágio feminino na guerra e as ações pela paz. Assim, ao final do Congresso, foi assinada uma Resolução que buscava propor ações que envolvessem a temática da paz e das mulheres. Com isso, foram elaborados princípios para uma paz permanente, meios para atingir a cooperação internacional e ações a serem tomadas que levassem à paz (WILPF, 1915; MOURA; SANTOS, 2008; CONFORTINI, 2010).

Ao longo da primeira metade do século XX se destacaram as iniciativas antiguerra nos países do Norte Global, como o *War Resisters League*, nos Estados Unidos, nos anos 1923, e a iniciativa europeia, *Apelo das Mães.* Nos países que passam pelo processo de colonização, por sua vez, as mulheres lutavam contra as ações dos Estados coloniais, sendo o movimento pela descolonização visto como uma questão de paz (MOURA; SANTOS, 2008; CONFORTINI, 2010).

Durante os anos 1950, nos Estados Unidos, os movimentos sociais sofreram hostilidade. Mas, na década de 1960 se evidenciou nesse país, no Japão, no Vietnã e na União Soviética, os movimentos com um viés antimilitarista, dado que eles eram contrários à corrida armamentista, à proliferação de armas nucleares, além de se oporem "ao regime militar, aos altos gastos militares ou à imposição de bases estrangeiras em seu país"[111] (COCKBURN, 2012a, p.2). Também esteve presente, nos países do Sul Global, os movimentos antirracista e anticolonial, que se destacavam na luta pela justiça social, econômica e pelos direitos humanos. Também foi nessa década que o discurso e a retórica maternalista voltaram para as pautas dos movimentos pela paz, como nos movimentos contrários aos testes nucleares do *Women Strike for Peace* (WSP), em 1962, e da organização canadense, a *Voice of Women*. Já nos anos 1970, a paz estava conectada à liberdade dos diferentes tipos de opressão, da justiça racial e da econômica, como o movimento da Associação Revolucionária das Mulheres no Afeganistão (RAWA), que em 1977 lutava em prol dos direitos iguais e da democracia (JORGE; PÉREZ, 2004; MOURA; SANTOS, 2008; CONFORTINI, 2010; ROQUE; SANTOS, 2019).

Além disso, também foi possível ver a atuação das feministas junto dos movimentos ambientalistas. O ecofeminismo[112] se desenvolveu e ganhou força na década de 1970 e foi

---

[111] Tradução livre. Texto original: "Where people are opposing military rule, high military expenditure or the imposition of foreign bases in their country, they may use the word anti-militarism" (COCKBURN, 2012, p.2).

[112] O ecofeminismo se desenvolveu na França na década de 1970 e foi apresentado por Françoise D'Eaubonne após a publicação do seu livro *Le féminisme ou la mort* (1974). Essa é considerada a base para a consolidação do movimento que juntou a Ecologia e o Feminismo. Contudo, esse movimento ganhou maior destaque e importâncias nos países do Sul Global, como na Índia, por exemplo, com o trabalho desenvolvido por Vandana Shiva.

identificado como sendo o resultado da atuação de diferentes movimentos sociais, a saber: dos movimentos pacifistas, antimilitares, antinucleares, ambientais e feministas. As ativistas denunciavam as práticas capitalistas e patriarcais na destruição do meio ambiente e na opressão de gênero, além de expor o perigo das armas nucleares para a sobrevivência dos seres vivos. Assim, elas defendiam a necessidade da preservação da vida como um meio para atingir a paz e a justiça, dado que a destruição da natureza e dos humanos era uma ação violenta. Um exemplo de atuação do ecofeminismo foi o Movimento de Chipko na Índia, que atuando por meio da tradição da não-violência, buscou preservar as bacias hidrográficas e as florestas indígenas da destruição para a plantação da monocultura do eucalipto (SHIVA; 1988; WARREN; CADY, 1994; MEIS; SHIVA, 1998; SILIPRANDI, 2000; SOUZA; GÁLVEZ, 2008; MOURO, 2017).

Na década de 1980 se evidenciou o movimento do acampamento das mulheres para a paz, como, por exemplo, o *Greenham Common Women 's Peace Camp,* na Inglaterra, e o *Women's Pentagono Action, Seneca Falls* e o *Puget Sound Women's Peace Camp,* nos Estados Unidos. Essas ações tinham como fim destacar a insegurança das bases militares, tanto pelas suas manifestações do patriarcado e do sexismo, quanto pelas estratégias violentas; além da fabricação, armazenamento e implementação dos mísseis de cruzeiros norte-americano (BUEHLER, 1985; WARREN; CADY, 1994; CONFORTINI, 2010; KERSHNER, 2013; ROQUE; SANTOS, 2019).

As bases militares ajudavam a perpetuar os discursos de feminilidade e masculinidade hegemônica e militarizada, além de reproduzir estereótipos ligados às relações de poder que envolvem os gêneros, bem como eram ambientes com alta propagação da violência sexual, dos casos de prostituição e da desvalorização da figura da mulher. Desse modo, as feministas e os movimentos de paz eram, e são, discordantes das ideias presentes no meio militar, sendo contrárias aos símbolos, ações e representações que estão em volta e que se manifestam nesse meio (CONFORTINI, 2010; ENLOE, 2014).

Contudo, dentro dos movimentos para a paz que são antinucleares e antimilitares, existe uma oposição entre a organização feminista e o movimento de mulheres. Os movimentos feministas buscam questionar os papéis de gênero e a subordinação da mulher; enquanto que os movimentos de mulheres estavam atuando em prol das pautas sociais, mas não necessariamente estavam questionando a subordinação de gênero, e, em muitos casos, as suas ações acabavam perpetuando discursos que invocavam as estruturas conservadoras de gênero. Ou seja, nem sempre os movimentos feministas e as organizações/ativismos de mulheres estavam atuando lado a lado e em conjunto (ESCHLE, 2021).

Da mesma forma que as mulheres estavam se organizando em diferentes países da Europa e nos Estados Unidos, as mulheres do Sul Global também apresentaram as suas pautas em prol de um movimento pela paz. Além de serem contrárias às bases militares e aos testes nucleares que eram feitos em seus países, essas mulheres defendiam as bandeiras contra o colonialismo, o imperialismo e o neocolonialismo, ou seja, contra questões que estavam em maior evidência nos seus países (CONFORTINI, 2010; ESCHLE, 2021)

Sendo assim, mesmo algumas se considerando "[...] pacifistas (opostas a todas as formas de guerra) [...]. Outras se opunham a algumas guerras, mas não a outras"[113] (CONFORTINI, 2010, p. 6). Ou seja, muitas ativistas eram contrárias às guerras imperialistas e as guerras de colonização, mas lutavam em prol dos direitos iguais, dos direitos civis e das lutas anti-imperialistas, anticoloniais e antimilitaristas (CONFORTINI, 2010).

Assim, no final do século XX e início do XXI, novas manifestações do ativismo feminino, contrária às políticas militaristas, foram desenvolvidas. O movimento das Mulheres de Preto - *Women in Black*[114] - e o *CodePink*[115] são exemplos disso (MOURA; SANTOS, 2008; CONFORTINI, 2010).

O movimento das Mulheres de Preto foi desenvolvido inicialmente no território de Israel e da Palestina na década de 1980, mas, em seguida, foi apresentado pelas ativistas do Kosovo e da Sérvia, e nos dias atuais é uma rede mundial que engloba mulheres de diferentes partes do mundo[116]. As mulheres desse movimento atuavam em protesto contra as ações militares e políticas do governo de Israel no território palestino; além de operarem, com base nos aspectos étnicos e religiosos, em prol da participação feminina nos processos de paz de Kosovo, respectivamente. Atuando de forma não violenta e não agressiva, as mulheres faziam vigílias em lugares públicos como forma de protesto às medidas políticas dos seus governos (MOURA; SANTOS, 2008; ARIÑO, 2010a; CONFORTINI, 2010).

Já o movimento do *CodePink*, influenciado pelo discurso contrário ao militarismo e às guerras, se desenvolveu nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro de 2001, como uma forma de protesto contra a guerra no Iraque e uma "recusa da deriva patriótica belicista, liderada pela administração Bush" (MOURA; SANTOS, 2008, p.12). Assim, esse

---

[113] Tradução livre. Texto original: "Some were pacifists (opposed to all forms of war) [...]. Others were opposed to some wars, but not others [...]" (CONFORTINI, 2010, p. 6).
[114] Para mais informações. Women in Black. Disponível em: http://womeninblack.org/. Acesso em 09 julho 2021.
[115] Para mais informações. CodePink. Disponível em: https://www.codepink.org/. Acesso em 09 julho 2021.
[116] Atuação do *Women in Black* pelo mundo: África (África do Sul); Américas (Argentina, Canadá, Estados Unidos e Uruguai); Ásia (Índia); Europa (Alemanha, Armênia, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Holanda, Reino Unido e Sérvia); Oriente Médio (Israel); Oceania (Austrália).

movimento buscava a promoção da paz por meio de ações não violentas e do respeito às diferenças.

Contudo, as ações desses movimentos de mulheres e feministas para a paz passaram a ser criticados, uma vez que eles eram vistos como uma reprodução da visão essencialista que reproduzia as relações e os papéis de gênero. Foi o grupo Feminista Revolucionárias de Londres[117] um dos principais porta-vozes dessa crítica (CONFORTINI, 2010; ROQUE; SANTOS, 2019). E além dos movimentos sociais feministas, muitas pesquisadoras rejeitavam o essencialismo de gênero que recaia sobre elas e as ativistas (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001b; MOURA, 2005a; WIBBEN, 2021).

Outro exemplo de crítica são as levantadas pelos movimentos feministas do Norte Global em relação aos movimentos que usam do discurso da maternidade política, uma vez que eles eram considerados como não transformativos e não emancipatórios (MOURA; SANTOS, 2008).

Assim, as iniciativas dos movimentos femininos que ligavam as mulheres e as feminilidades com a maternidade e a paz eram vistas como patriarcais, sendo assim, alvos de críticas. Muitas dessas manifestações foram criticadas porque se defendia a ideia de que "nem todas as mulheres são mães, e nem todas as mulheres são pacíficas"[118] (TICKNER, 2018, p.7), além de que esse discurso poderia reproduzir e associar as mulheres com a passividade e com a vitimização (TICKNER, 2018). Com isso, essa abordagem era vista como "desempoderadora, ao reforçar a associação das mulheres à passividade, bem como prejudicial para a causa da paz" (ROQUE; SANTOS, 2019, p.442).

Entretanto, é importante e essencial pontuar que as ações das mulheres são plurais, e mesmo sendo um movimento a favor da paz, os seus atos não são homogêneos. Com isso, é preciso destacar a diversidade das formas de atuação das mulheres, a fim de que não ocorra um olhar universalista e essencialista sobre o mesmo (MOURA; SANTOS, 2008).

Logo, é essencial evidenciar a pluralidade do ativismo feminista e de mulheres, uma vez que cada um possui as suas particularidades que dependem, na maioria das vezes, da cultura e do lugar em que eles são pensados e postos em prática. Ou seja, é necessário prestar atenção para as especificidades dos padrões de violência, da localização geográfica, de questões de classe, raça e etnia, além de fatores culturais e religiosos. Assim, cada movimento

---

[117] Atuaram ativamente contra os movimentos que surgiram na segunda metade do século XX (CONFORTINI, 2010).

[118] Tradução livre. Texto original: "[...] not all women are mothers and not all women are peaceful" (TICKNER, 2018, p.7).

feminista possui sua singularidade e isso não pode ser menosprezado, mas sim, valorizado (MOURA; SANTOS, 2008; OYĚWÙMÍ, 2021).

Logo, a atuação das mulheres que seguem a vertente da maternidade não pode ser deixada de lado na análise dos movimentos para a paz, uma vez que "estas formas de protesto constituem recursos de paz igualmente importantes, que precisam ser visibilizados e encorajados, e não silenciados, por mais micro que sejam" (MOURA; SANTOS, 2008, p.8).

Sendo assim, a perspectiva da maternidade se manifesta de duas formas: uma seguindo a vertente essencialista, que tem como base a reprodução do discurso da biologia; e a segunda perspectiva sendo a da maternidade como pano de fundo para os movimentos militantes das mães, com caráter político, contra a impunidade das ações dos governos dos seus respectivos países. Desse modo, o próximo tópico se destinará a uma análise mais detalhada do movimento da maternidade militante.

3.2.2 - A maternidade militante

Durante os anos 1970 e 1980, as feministas da América Latina, para além das pautas já vistas e defendidas, atuavam em movimentos contrários às ditaduras militares nacionais, representando um caráter político em suas ações. Foi nesse contexto que se evidenciou o discurso maternalista das mulheres que agiam nos movimentos das mães (MOURA, 2005c; CONFORTINI, 2010; ROQUE; SANTOS, 2019).

Sendo formado sobretudo por "mães, avós e viúvas, na sua maioria provenientes da classe média-baixa, sem qualquer experiência políticas, [elas estavam] empenhad[a]s na luta contra a impunidade, a favor da justiça social, da memória e da reconciliação nacional" (MOURA; SANTOS, 2008, p. 14). Assim, essa organização de mulheres era essencial no movimento de exercer pressão nos governos e nos atores envolvidos nos conflitos armados, além de mostrar resistência ao Estado e as práticas de tirania (AFSHAR, 2003; MOURA; SANTOS, 2008; MOURA; SANTOS; SOARES, 2010).

Desse modo, os movimentos de resistência e militância liderados pelas mulheres são um exemplo de atuação em prol da politização da vida privada, ou seja, do uso político da maternagem "como estratégia, consciente ou inconsciente, de entrada [das mulheres] na vida pública" (MOURA; SANTOS, 2008, p. 7).

O discurso da "maternidade militante" (MAGALLÓN, 2006, p. 132, *apud*, MOURA; SANTOS, 2008, p. 15) é importante, uma vez que ele ganha um caráter e papel político, além de ser um movimento crítico que contesta os estereótipos que colocam as mulheres e as mães como seres apolíticos (MOURA; SANTOS, 2008). Desse modo, "ao politizar o domínio

privado, as mulheres muitas vezes redefinem, mais do que rejeitam, o seu papel doméstico e alargam os seus horizontes de luta além da casa e da comunidade, consagrando um 'uso alternativo da maternidade'" (MOURA; SANTOS, 2008, p. 8).

Essa atuação das mulheres acabou se perpetuando para além dos países latino-americanos, podendo ser vista em outras partes do mundo. Assim, se destacam os seguintes movimentos liderados pelas mães: *Madres de Plaza de Mayo (*Argentina*),* Associação de Familiares de Presos e Desaparecidos do Chile (Chile), *Coordinación Nacional de Viudas de Guatemal*a (CONAVIGUA) (Guatemala), Comitê das Mães dos Desaparecidos Salvadorenhos (CoMadres) (El-Salvador), *Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos* (Uruguai)*,* Frente das Mães do Sri Lanka (Sri Lanka), *Committee of Soldiers' Mothers of Russia* (CSMR) (Rússia), *Women of Liberia Mass Action for Peace* (Libéria), o *Saturday Mothers* (Turquia), *Association of Genocide Widows Agahozo* (AVEGA) (Ruanda), *Four Mothers Movement (*Israel*),* entre outros[119] (AMNESTY INTERNATIONAL, 1998; MOURA, 2005c; MOURA; SANTOS, 2008; CONFORTINI, 2010; MOURA; SANTOS; SOARES, 2010; ROQUE; SANTOS, 2019).

É importante destacar que esses Movimentos das Mães apresentam pontos em comum, sendo a busca pela verdade, em relação aos "desaparecimentos" dos seus entes, a principal delas. Atuando em oposição e protesto contra a atuação política dos seus países, elas confrontavam o passado e reivindicavam a criação de uma anistia internacional, uma Comissão da Verdade, e buscavam o respeito aos direitos humanos e a justiça, por meio da assistência jurídica aos familiares. Além disso, as mulheres que participavam eram, em sua maioria, das camadas sociais médias e baixas, ocupando assim, lugares marginalizados na sociedade, fazendo com que essas iniciativas políticas fossem algo novo para elas. Também é relevante ressaltar o apoio de grupos religiosos, principalmente da Igreja Católica, aos movimentos[120] (MOURA; SANTOS, 2008; MOURA; SANTOS; SOARES, 2010).

Sendo assim, "o feminismo latino-americano adquiriu características especiais, mobilizando-se contra a opressão de gênero e contra todas as formas locais de opressão e

[119] Para mais informações: **Quadro 1: Os movimentos das Mães pelo mundo** (ANEXO).
Haleh Afshar (2003) também cita o caso do movimento *Black Sash*, na África do Sul. Esse movimento atua desde a segunda metade do século XX e tem como fim a luta contra a injustiça e a desigualdade na África do Sul. Ele também usou o discurso da maternidade nos seus protestos. Para mais informações: *Black Sash.* Disponível em: https://www.blacksash.org.za/. Acesso em 03 agosto 2021.

[120] De acordo com Verónica Gago (2019), o apoio da Igreja Católica aos movimentos de mulheres ocorre apenas quando estes apresentam o discurso da maternidade, não apoiando os movimentos que buscam denunciar as práticas conservadoras das sociedades.

dominação econômica, política e social"[121] (JORGE; PÉREZ, 2004, p. 88). Ou seja, foi um movimento que se desenvolveu a partir da luta das mulheres contra os regimes políticos dos países, a feminilização da pobreza e a opressão de gênero, classe e raça.

Além dos movimentos internacionais, se destacam também os movimentos no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, a saber: Mães de Acari, Mães de Vigário Geral, Mães do Borel, Mães do Rio, Mães da Cinelândia e as Mães do Via Show; além de organizações e ONGs, como a Rede de Comunidades, o Movimento Contra a Violência, o SOS Queimados, o Fórum Grita Baixada e a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense[122] (MOURA, 2005c, 2007; MOURA; SANTOS, 2008; MOURA; SANTOS; SOARES, 2010; ROQUE; SANTOS, 2019; SOUZA, 2020).

Em decorrência dos casos de chacinas levados a cabo pelas forças policiais, esses movimentos brasileiros são formados por "associações e grupos de familiares de vítimas da violência armada, sobretudo grupos de mães, que procuraram, inicialmente de modo individual, e posteriormente em termos coletivos, dar resposta à suas necessidades, sobretudo no campo da luta contra a impunidade" (MOURA; SANTOS, 2008, p. 230).

Mas, essa luta acaba esbarrando em barreiras sociais, sendo uma delas o estigma social que as mulheres carregam, como, por exemplo, a terminologia "mãe de bandido". Contudo, essas mulheres também se tornam "vítimas secundárias, indiretas ou ocultadas da violência urbana" (MOURA, 2007, p. 93).

A partir de um estudo desenvolvido por Tatiana Moura (2007), na cidade do Rio de Janeiro, uma série de relatos sobre os "rostos invisíveis da violência armada" mostram a importância do movimento e da organização dessas mulheres. Os depoimentos das mães, irmãs e esposas dos rapazes e moças mortos em decorrência da ação policial, evidenciam a impunidade dos atos e a certeza da continuidade dos mesmos, como pontua uma mãe: "*nós fizemos o [Movimento] 'Posso me Identificar' para evitar que essas chacinas aconteçam… só que a impunidade é a mãe da violência. Eles sabem que não vão ser punidos e continuam matando*"[123] (MOURA, 2007, p. 104).

---

[121] Tradução livre. Texto original: "el feminismo latinoamericano ha adquirido características especiales, movilizándose contra la opresión de género y contra todas las formas locales de opresión y dominación económica, política y social" (JORGE; PÉREZ, 2004, p.88).

[122] O Dicionário de Favelas Marielle Franco contém uma série de informações importantes sobre a construção e veiculação de conhecimento sobre as comunidades do Rio de Janeiro, além de dados sobre as chacinas que aconteceram no RJ, sendo essas uma das principais motivações para a formação dos coletivos de mães. Essa iniciativa é um projeto que tem como apoio a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para mais informações: Disponível em: https://wikifavelas.com.br/. Acesso em 09 julho 2021.

[123] Relato de Dalva da Costa, 52, mãe de Thiago Silva, 19, assassinado em abril de 2003 na Chacina do Borel.

Assim, a partir dos seus relatos, é visível que os familiares transformaram o seu luto e a sua dor em luta: a - *"[...] é para que isso pare de acontecer que nós lutamos. Para que isso tenha um fim. Se a gente não falar nada, nada é feito, e eles continuam matando"*[124] *(ibidem, 2007, p. 100)*; b - *"[...] para mostrar para as outras mães que elas podem gritar, que não tenham medo. A gente era tímida, não sabia falar, e aprendeu a encarar tudo"*[125] (ibidem, 2007, p. 102); c - *"E eu luto, todos os dias. As mulheres, desde muitos anos atrás, vêm lutando [...] A gente tem que lutar pelos nossos direitos, os direitos dos nossos filhos [...]. Eu vou continuar lutando. Tudo me fez transformar essa dor em luta"*[126] (ibidem, 2007, p. 118).

À vista disso, "algumas mães, no caminho percorrido em busca de justiça pela perda dos seus filhos, encontraram noutras mães o apoio para fortalecer a sua luta, que afinal é comum" (MOURA; SANTOS, 2008, p. 25).

Posto isso, é importante ressaltar um ponto relevante dos Movimentos de Mães no Brasil. Em decorrência da sua localidade de atuação e fala (comunidades do Rio de Janeiro), essas mulheres partilham pontos em comum nas suas lutas, sendo a questão social e racial uma delas. Elas também denunciam a necropolítica[127] praticada pelo Estado brasileiro, que faz com que os jovens pretos e de comunidade sejam as suas principais vítimas[128]. Essa política, que dita quem deve viver ou quem deve morrer, é legitimada por uma soberania estatal que sustenta "quem é 'descartável' e quem não é" (MBEMBE, 2016, p. 135). Assim, o racismo presente na sociedade brasileira justifica o exercício do biopoder e da política da morte (MOURA, 2007; MBEMBE, 2016).

Desse modo, as mulheres dos Movimentos de Mães estão conectadas por meio da dororidade[129] (PIEDADE, 2020; COSTA, 2021), ou seja, estão ligadas por meio da compaixão, da dor da perda, do silenciamento, da ausência e do racismo. É um processo de dor que é marcado pelos diferentes tipos de violência que elas enfrentam no dia a dia, seja de forma direta quanto indireta. Posto isso, Vilma Piedade (2020, p. 19), pontua que:

---

[124] Relato de Elisabete Medina Paulino, 42, mãe de Renan M. Paulino, 13, e Rafael M. Paulino, 18, assassinados em dezembro de 2003 na Chacina da Via Show.

[125] Relato de Siley Muniz Paulino, 48, mãe de Bruno Paulino, 20, assassinado em dezembro de 2003 na Chacina da Via Show.

[126] Relato de Iracilda Toledo Siqueira, 41, viúva de Adalberto, 44, assassinado em agosto de 1993 na Chacina de Vigário Geral.

[127] A necropolítica é a vida ao poder e política da morte (MBEMBE, 2016). O termo "necropolítica" foi apresentado por Achille Mbembe (2016).

[128]Para mais informações: IPEA. Atlas da Violência 2020. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes. Acesso em 10 julho 2021.

[129] O termo "dororidade" foi desenvolvido por Vilma Piedade (2017), "mulher preta, antirracista, brasileira e feminista", pós-graduada em Ciência da Literatura pela UFRJ, integrante da organização feminista PartidA Rio e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). D'ANGELO, Helô. Em novo livro, autora questiona noção de 'sororidade' dentro do feminismo. Revista Cult. 2017. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/dororidade-vilma-piedade/. Acesso em 10 julho 2021.

> "Tem uma dor constante que marca as Mulheres Pretas no cotidiano – a dor diante de uma perda. E, nesse jogo cruel do Racismo, quem perde mais? Quem está perdendo seus filhos e filhas? Todos Pretos. Todas Pretas. A resposta tá estampada nos dados oficiais sobre o aumento do Genocídio da Juventude Preta. Dororidade."

Assim, o movimento das mães é um processo de resistência e de ação coletiva que conecta as mulheres a partir das suas dores em busca de justiça social e de luta em prol dos seus. Esses movimentos dão lugar a voz e a experiência das mulheres que ao longo da história e das relações de poder foram marginalizadas (MOURA; SANTOS, 2008; MOURA; SANTOS; SOARES, 2010; COSTA, 2021). Logo, para elas, "o [ativismo] passa a ser uma nova motivação para a vida, e a consciência de que podem contribuir para a transformação social, lutando contra a impunidade, contribuindo para que, muitas vezes, a total falta de sentido possa ser atenuada" (MOURA; SANTOS, 2008, p. 25)

Desse modo, é importante destacar que a mobilização liderada pelas mães é um processo de maternagem que tem um caráter político, e pode estar inserido no que Tatiana Moura (2005c) classifica como *novíssimas pazes,* ou seja, "são formas alternativas e não violentas de prevenção e transformação destes conflitos" (ibidem, 2005c, p. 78). Logo, é uma resposta das mulheres à violência cotidiana, uma vez que elas agem como agentes da mudança social.

Assim, "quando as próprias mulheres assumem o controle de sua própria identidade, muitas vezes celebram a maternidade como um arauto da paz"[130] (AFSHAR, 2003, p. 187), uma vez que elas usam da maternidade como uma forma estratégica de ganhar espaço na sociedade, nos processos políticos e nas críticas aos sistemas de guerra e de militarismo, além de usarem o símbolo da maternidade em prol de alcançar a paz e a justiça social (AFSHAR, 2003).

3.3 - A atuação prática das mulheres na construção da paz (*peacebuilding from below*)

Assim como foi visto a atuação das mulheres e do feminismo tanto na academia quanto nos movimentos sociais e de ativismo, o terceiro ponto que fecha a ideia do presente capítulo é a análise da atuação prática, local e de base (*grassroots*) das mulheres na busca por

[130] Tradução livre. Texto original: "when women themselves take charge of their own identity, they often celebrate motherhood as a harbinger of peace" (AFSHAR, 2003, p.187).

desenvolver ações que gerem transformações reais, sendo elas caracterizadas na construção da paz (*peacebuilding*)[131].

Contudo, "por que as mulheres deveriam se envolver na construção da paz?"[132] (SCHIRCH; SEWAK, 2005a, p. 6). Apresentando trabalho de base e ideias inovadoras, as mulheres buscam uma construção de paz verdadeira. Elas usam das suas experiências para a construção de uma paz sustentável que deve acontecer de baixo para cima (*bottom-up)*. Assim, o que acontece com as mulheres têm impacto nesse processo (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001b; CONFORTINI, 2010; PACHECO, 2018), dado que "a construção da paz de base feminina é frequentemente pessoal, interpessoal, criativa e política"[133] (MCKAY; MAZURANA, 2001, p. 6).

Assim, as mulheres buscam a paz porque elas estão preocupadas com a situação real e diária da comunidade, como a segurança alimentar e as condições humanitárias básicas, por exemplo, além de ocorrer um temor direto pela sobrevivência em meio ao cenário de violência direta. Com isso, elas atuam de modo que seja possível criar um ambiente no qual seja possível a construção de uma cultura de paz local (MCKAY; MAZURANA, 2001; PACHECO, 2018).

Desse modo, as ações das mulheres acabam sendo vistas como mais confiáveis para a sociedade do que as iniciativas políticas e externas aos seus países. É importante o papel das mulheres na resolução não violenta do conflito, uma vez que elas compartilham valores de empatia, baseado na coexistência e na cooperação, além de atuarem a partir de trabalhos práticos e de usarem da sororidade, do apoio e da confiança mútua entre as mulheres para a construção de uma paz local, ou seja, elas acabam formando redes horizontais que agem em prol da paz local (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001b, 2004; MCKAY; MAZURANA, 2001; SCHIRCH; SEWAK, 2005b; ARIÑO, 2010a; GIZELIS, 2011; PACHECO, 2018).

Assim, é importante levar em consideração as mulheres e as suas experiências nos processos de paz, uma vez que incluir esses fatores pode levar a mudanças significativas no futuro, visto que as mulheres acabam dando um enfoque mais inclusivo na tentativa de negociação da paz, ou seja, elas acabam abordando questões sociais e econômicas. Com isso,

---

[131] O termo *peacebuilding* foi utilizado como referência aos casos de processo de construção da paz que têm como foco a atuação local para a paz, ou seja, são as ações informais e de base (*grassroots*) e que atuaram no nível de baixo para cima (*bottom-up*), sendo elas entendidas como *peacebuilding from below (*LEDERACH, 1998; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE; MIALL, 2005; DONAIS, 2009; BALL, 2019). O uso do termo "*peacebuilding"* abordado ao longo desta sessão não faz referência ao *peacebuilding* impositivo, ou da paz liberal, que acontece a partir de cima e que é proposto pelas iniciativas da ONU.

[132] Tradução livre. Texto original: Why should women be involved in peacebuilding? (SCHIRCH; SEWAK, 2005a, p. 6).

[133] Tradução livre. Texto original: "Women's grassroots peacebuilding is frequently personal, interpersonal, creative and political" (MCKAY; MAZURANA, 2001, p. 6).

a proposta de paz tende a se tornar sustentável e duradoura, bem como passa a ser considerada uma garantia de qualidade e sucesso na implementação dos acordos (ARIÑO, 2006; CARVALHO; PORTELLA JUNIOR; RIBEIRO, 2017). Assim, "quando as mulheres podem contribuir, as chances de que os acordos levem a uma maior equidade e uma sociedade mais inclusiva são muito maiores"[134] (ARIÑO, 2006, p. 13).

Homens e mulheres têm experiências diferentes e cada um dos grupos deve ser representado no processo de consolidação da paz. Existem diferentes realidades em um contexto de pós-conflito, e todas essas devem ser contempladas nos processos e nos acordos de paz. Por isso, é importante que ocorra uma identificação dos grupos vulneráveis e dos marginalizados para que ocorra uma garantia de direito para todos (CARVALHO; PORTELA JUNIOR; RIBEIRO, 2017).

Contudo, o que se entende por *peacebuilding*? O *peacebuilding from below*[135] é uma iniciativa que evidencia os saberes locais e que apresenta características comunitárias, além de buscar resolver os problemas a partir de soluções viáveis e que sejam condizentes com a realidade da comunidade. Desse modo, a prática do "*peacebuilding* requer esforços coletivos"[136] (SCHIRCH, 2003, p. 146), no qual seja possível perceber a atuação das pessoas e dos grupos e redes de nível de base, sendo eles ativistas, líderes e organizações locais (LEDERACH, 1998; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE; MIALL, 2005; DONAIS, 2009; BALL, 2019).

"O *peacebuilding from below* ficou ligada à ideia de libertar as comunidades da opressão e da miséria da violência em um projeto cujo objetivo principal era o cultivo de culturas e estruturas de paz"[137](RAMSBOTHAM; WOODHOUSE; MIALL, 2005, p. 219), ou seja, tinha relação direta com o desenvolvimento da paz positiva nos termos de Galtung (2003). Sendo assim, o *peacebuilding from below* enxerga a transformação do conflito a partir dos recursos locais, no qual, o interesse, a opinião popular e a cultura local são levadas em consideração (LEDERACH, 1998; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE; MIALL, 2005).

Timothy Donais (2009) também apresenta o conceito de *local ownership*, sendo esse conceito igualmente importante na análise dos processos de *peacebuilding* que agem a partir

---

[134] Tradução livre. Texto original: "Cuando las mujeres tienen posibilidad de aportar, las probabilidades de que los acuerdos apunten a una mayor equidad y a una sociedad más incluyente son mucho mayores" (ARIÑO, 2006, p. 13).

[135] É relevante destacar a influência de Paulo Freire, e da sua obra, Pedagogia do Oprimido (1968) no desenvolvimento da ideia do *peacebuilding from below.*

[136] Tradução livre. Texto original: "Peace-building requires collective efforts" (SCHIRCH, 2003, p. 146).

[137] Tradução livre. Texto original: "Peacebuilding from below became linked with the idea of liberating communities from the oppression and misery of violence in project whose main goal was the cultivation of cultures and structures of peace" (RAMSBOTHAM; WOODHOUSE; MIALL, 2005, p. 219).

do nível local. Posto isso, o *local ownership* é a atuação dos atores domésticos na implementação de processos políticos após situações de conflito, sendo necessária a participação deles para se ter sucesso nas operações, uma vez que os processos de paz que não adotam os saberes locais tendem ao fracasso, uma vez que não conseguem se firmar por muito tempo, dado que as disputas internas voltam a aparecer (DONAIS, 2009), e possivelmente foram essas disputas que geraram o conflito maior.

Entretanto, acaba existindo divergências entre os interesses e as prioridades da comunidade internacional e a dos atores locais na elaboração do processo de *peacebuilding*, ou seja, é a divergência entre o modelo da paz liberal e o *peacebuilding from below*, dado que a paz vinda de fora nem sempre entende as questões locais para a transformação do conflito bem como o que motivou tal ação (RAMSBOTHAM; WOODHOUSE; MIALL, 2005; DONAIS, 2009).

Com isso, é importante pensar que o *peacebuilding from below* atua a partir do modelo *bottom-up,* além de seguir a ideia do *local ownership* (LEDERACH, 1998, 2012; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE; MIALL, 2005; DONAIS, 2009; BALL, 2019), sendo, portanto, vital a presença das mulheres nos diferentes estágios desse processo. Logo, o processo de *peacebuilding* a partir de uma lente feminista é diverso e múltiplo, uma vez que acolhe diferentes experiências, perspectivas e realidades na sua condução (SCHIRCH; SEWAK, 2005a, 2005b; MCKAY; MAZURANA, 2001).

A transformação do conflito e o desenvolvimento de uma cultura de paz local deve ser pensado a partir da base e com conexão com a realidade do contexto social (LEDERACH, 2012; BALL, 2019). John P. Lederach (2012) descreve a transformação de conflito como sendo uma prática no qual é necessário olhar para o conflito e enxergar possibilidades de mudanças necessárias e concretas, ou seja, a abordagem transformativa do conflito busca promover mudanças construtivas, e não apenas resolver a disputa, sem causar mudanças na sua raiz. Logo, essas mudanças partem do epicentro do conflito, no qual acaba ocorrendo múltiplos processos de mudanças (LEDERACH, 2007)

Contudo, pensar o conflito como uma ação recorrente nos relacionamentos humanos é um ato considerado como um motor de mudanças (LEDERACH, 2012, p.17). De acordo com Ramsbotham, Woodhouse e Miall (2005), é importante pensar no empoderamento das comunidades afetadas pelos conflitos como uma forma de construir a paz a partir da base, seguindo os seus interesses e perspectivas.

Desse modo, a transformação do conflito e a construção da paz podem ser entendidos como atos de imaginação moral, no qual os processos informais de paz são fruto dessa

imaginação, ou seja, são ações imprevistas e improváveis que acontecem por acaso, logo, elas partem da serendipidade. Assim, serendipidade se refere às descobertas afortunadas feitas, aparentemente, por acaso, mas que, no fundo, partem de uma visão aberta, a princípio, sem pressuposições, mas que apresentam uma atenção aos detalhes, buscando encontrar as raízes do conflito, bem como as possíveis soluções adequadas (LEDERACH, 2007).

O relacionamento entre os indivíduos é a base do *peacebuilding*, uma vez que esse é um meio que gera cooperação entre as sociedades e as pessoas, e isso se torna uma forma de prevenir o conflito violento no futuro (SCHIRCH; SEWAK, 2005a). Posto isso, é importante destacar a atuação das mulheres na busca pela transformação do conflito, bem como pensar na transformação do conflito a partir da lente de gênero (SCHIRCH; SEWAK, 2005b), no qual "o feminismo fornece um paradigma ou um conjunto de valores para a construção da paz"[138] (SCHIRCH, 2003, p. 143)

Sendo assim, é essencial pensar a prática do diálogo como uma ferramenta importante para a transformação dos conflitos (LEDERACH, 2012), uma vez que "o diálogo é um modo fundamental de promover mudanças construtivas em todos os níveis" (LEDERACH, 2012, p. 34-35).

Em relação a essa prática, as mulheres além de terem experiência nesse ponto, elas atuam a partir dessa técnica (SCHIRCH; SEWAK, 2005a, 2005b; ARIÑO, 2010a). "[...] As iniciativas de diálogo das mulheres são frequentemente o único canal de comunicação entre comunidades / nações hostis"[139] (SCHIRCH; SEWAK, 2005b, p. 99), sendo, portanto, uma ajuda no processo de humanização do outro[140] (SCHIRCH; SEWAK, 2005b).

A partir disso, percebe-se que a criação de redes de contato entre comunidades inimigas e a construção de relacionamentos também podem ser entendidas a partir da lógica da imaginação moral. Desse modo, a atuação das mulheres, a partir dessas redes de relacionamento e de diálogo entre diferentes grupos sociais, também pode ser vista como um ato de imaginação moral, ou seja, uma ação inesperada que produz resultados positivos (LEDERACH, 2007).

Ademais, também se evidencia a prática do ritual e da análise simbólica dos processos de *peacebuilding* (SCHIRCH, 2003, 2005). O uso dos rituais é visto como uma forma de

---

[138] Tradução livre. Texto original: Feminism provides a paradigm or a set of values for peace-building (SCHIRCH, 2003, p.143)

[139] Tradução livre. Texto original: "[...] women's dialogue initiatives are often the only channel of communication between hostile communities/ nations" (SCHIRCH; SEWAK, 2005b, p. 99).

[140] Para saber mais sobre o processo de desumanização do outro, ver: VALDEVINO, Deisiane. O paradoxo da desumanização no Afeganistão: Um estudo de caso do papel desumanizador da International Security Assistance Force (ISAF) no período de 2003-2014. 2017. 140f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2017.

transformar o conflito e ajuda nos processos de construção da paz, sendo as mulheres importantes perpetuadoras de tais atos (SCHIRCH, 2003).

O uso do "ritual feminista dá legitimidade e valor as experiências das mulheres"[141] (SCHIRCH, 2003, p. 144), além de fornecer novas maneiras de entender os problemas das pessoas (SCHIRCH, 2003). Sendo assim, o "ritual pode ser definido como uma forma simbólica de comunicação que ocorre em um espaço único e [que] visa reafirmar ou transformar relacionamentos"[142] (SCHIRCH, 2003, p. 144)

Contudo, mesmo as mulheres possuindo um papel importante na prática da reconciliação e no trabalho de base, frequentemente elas não são reconhecidas, ou são postas em lugares marginalizados (MCKAY; MAZURANA, 2001). Além do mais, essas experiências não podem ser naturalizadas e nem vistas de forma essencialista, posto que quando essa ação se torna naturalizada ela acaba perdendo o valor. Assim, "quando o trabalho de paz das mulheres é naturalizado, aumenta o risco de perpetuação das desigualdades"[143] (ARIÑO, 2010a, p. 28).

Com isso, é importante ressaltar que existem obstáculos que impedem e dificultam o acesso e reconhecimento das mulheres nos trabalhos de paz, uma vez que é perpetuada a ligação estereotipada delas com a paz, no qual, se perpetua que essa atuação só pode acontecer no âmbito doméstico e nos trabalhos familiares, além de ocorrer a identificação da mulher apenas como vítima. Assim, é difícil o reconhecimento e a aceitação do trabalho das mulheres como agente ativo que opera a paz no público e nas comunidades, e que desenvolvem atividades com caráter social e político (MESA, 2012; ARIÑO, 2016b).

Todavia, é evidente a capacidade das mulheres de exercerem atividades em favor da paz. Um exemplo disso são as mulheres que ao longo da história receberam o Prêmio Nobel da Paz, por atuarem em causas no campo social e político, sendo elas: Bertha von Suttner (1905), Jane Addams (1931), Emily Greene Balch (1946), Betty Williams e Mairead Corrigan (1976), Madre Teresa de Calcutá (1979), Alva Myrdal (1982), Aung San Suu Kyi (1991), Rigoberta Menchú (1992), Jody Williams (1997), Shirin Ebadi (2003), Wangari Maathai (2004), Ellen Johnson Sirleaf, Leymah Gbowee e Tawakel Karman (2011), Malala Yousafzai

[141] Tradução livre. Texto original: Feminist ritual [...] gives value and legitimacy to women's experiences (SCHIRCH, 2003, p. 144).
[142] Tradução livre. Texto original: "Ritual can be defined as a symbolic form of communication that takes place in a unique space and aims to either reaffirm or transform relationships" (SCHIRCH, 2003, p. 144)
[143] Tradução livre. Texto original: "[...] cuando el trabajo por la paz de las mujeres es naturalizado aumenta el riesgo de que se perpetúen las desigualdades" (ARIÑO, 2010a, p. 28).

(2014) e Wided Bouchamaoui (2015)[144] (MESA, 2012; JADE, 2017; CARON; GRAUPE; RECKZIEGEL, 2020).

Além das mulheres que conseguiram construir uma paz de forma indireta nas sociedades, sendo elas situadas em: Bougainville, Chipre, Colômbia, Irlanda do Norte, Israel e Palestina, Libéria, País Vasco, Quênia, Região dos Balcãs (Kosovo e Sérvia), Somália e Sudão do Sul; além de exemplos no Nepal, Serra Leoa, Guatemala, Uganda, Ruanda, Burundi, República Democrática do Congo[145] (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001, 2004; SCHIRCH; SEWAK, 2005b; COMINS MINGOL, 2007; LEDERACH, 2007; ARIÑO, 2010a, 2016; WILCHES M., 2010; ANGOM, 2018; PACHECO, 2018).

Essas mulheres acabam procurando pontos em comum pelos quais devem lutar e buscar a consolidação da paz, assim, elas acabam deixando as diferenças de lado e formam organizações para lutar em prol de um bem comum, haja vista que elas conseguem se entender por serem vítimas dos mesmos crimes e violências do cotidiano. Ou seja, elas reconhecem o outro como interlocutor e agente de transformação, no qual acaba existindo a construção de vínculos e um processo de identificação entre elas. Assim, como já citado, as mulheres acabam aplicando a sua experiência pessoal na busca pela transformação do conflito, além de atuarem com base na solidariedade por seus pares (ARIÑO, 2006, 2010a; CARVALHO; PORTELLA JUNIOR; RIBEIRO, 2017).

É percebido que "em todas as sociedades afetadas por conflitos armados, as mulheres são a força motriz por trás de uma infinidade de mediações diárias e iniciativas de construção da paz, especialmente em sociedades profundamente divididas"[146] (ARIÑO, 2006, p. 12). Essas ações estão inseridas no que Roger Mac Ginty (2014) classifica como *everyday peace*, ou seja, é um processo de construção da paz que ocorre de baixo para cima e que conta com ações práticas e diárias em prol da paz. O *everyday peace* atua como um importante bloco de construção da formação da paz, logo, “[...] refere-se às práticas rotinizadas usadas por indivíduos e coletivos enquanto navegam em seu caminho pela vida em uma sociedade profundamente dividida que pode [...] estar sujeita à violência direta episódica além da violência crônica ou estrutural”[147] (MAC GINTY, 2014, p. 549).

---

[144] Para mais informações: **Quadro 2 “Mulheres que ganharam o Prêmio Nobel da Paz”** (ANEXO).

[145] Para mais informações: **Quadro 3 “A participação das mulheres nos processos informais da paz”** (ANEXO).

[146] Tradução livre. Texto original: "En todas las sociedades que se ven afectadas por los conflictos armados las mujeres son motor impulsor de multitud de iniciativas cotidianas de mediación y construcción de paz, especialmente en aquellas sociedades profundamente divididas" (ARIÑO, 2006, p. 12).

[147] Tradução livre. Texto original: “Everyday peace refers to the routinized practices used by individuals and collectives as they navigate their way through life in a deeply divided society that may suffer from ethnic or religious cleavages and be prone to episodic direct violence in addition to chronic or structural violence” (MAC GINTY, 2014, p. 549).

Sendo assim, "as experiências das mulheres ampliam o âmbito da própria construção da paz, uma vez que seu ativismo aborda as dimensões psicossocial, relacional e espiritual, bem como as dimensões política e econômica da transformação de conflitos"[148] (EL-BUSHRA, 2007, p. 138).

Com isso, é importante pensar na integração dos princípios da igualdade de gênero nos processos de paz (ARIÑO, 2016b; HENDRICKS, 2020), além de ocorrer um processo de feminização da paz, mas esse sendo entendido como a incorporação de "práticas e atitudes femininas pacíficas tradicionais em toda a sociedade, permitindo que as mulheres participem na construção ativa da paz, e, por outro, compreender que a paz estrutural só é possível se houver paz de gênero"[149] (JORGE; PÉREZ, 2004, p.88).

A constante busca pela transformação do conflito também proporciona e leva a comunidade para um meio onde seja possível alcançar a cultura de paz, dado que o conflito deve ser transformado e não evitado, uma vez que ele é diferente da violência (BOULDING et al, 2008; ARIÑO, 2010a).

Segundo Galtung (2003, p. 261), cultura de paz são "aqueles aspectos de uma cultura que servem para justificar e legitimar uma paz direta e a paz estrutural"[150]. Ou seja, ela é a busca por uma cultura que seja pacífica, e que não perpetue elementos da violência cultural, estrutural e direta. Logo, a cultura de paz envolve atitudes, valores, crenças e regras, e é sobre respeitar as diferenças. Com isso, busca-se que todos os indivíduos sejam singulares, que demonstrem as suas subjetividades, e que essas diferenças sejam tratadas de forma respeitosa e com equidade (PUREZA; MOURA, 2004; BOULDING et al, 2008; FISAS, 2011; HENDRICKS, 2020). Desse modo, "uma cultura de paz significa que, quando há conflitos por diferenças, as pessoas tentarão resolvê-los de forma criativa e não violenta"[151] (BOULDING et al, 2008, p. 10).

Assim, quando se pensa na cultura de paz, pelo menos dois elementos devem ser conectados, sendo eles o cuidado e a educação. A educação atua como uma importante ferramenta para uma construção de paz, assim como o cuidado facilita a cultura da paz, ou

---

[148] Tradução livre. Texto original: "[...] women's experiences expand the scope of peace making itself, since their activism addresses the psychosocial, relational and spiritual as well as the political and economic dimensions of conflict transformation." (EL-BUSHRA, 2007, p. 138).

[149] Tradução livre. Texto original. "«Feminizar» la Paz significa, por un lado, incorporar a la sociedad en su conjunto las tradicionales prácticas y actitudes pacíficas femeninas, permitiendo a las mujeres participar en la construcción activa de la Paz, y, por otro, entender que la Paz «estructural» sólo es posible si existe una Paz de género" (JORGE; PÉREZ, 2004, p. 88).

[150] Tradução livre. Texto original: "[...] aquellos aspectos de una cultura que sirven para justificar y legitimar la paz directa y la paz estructural." (GALTUNG, 2006, p. 261).

[151] Tradução livre. Texto original: " A peace culture does mean that when there are conflicts over differences, people will try to solve the conflicts creatively and nonviolently." (BOULDING et al, 2008, p. 10).

seja, a cultura da paz é uma prática educativa que também tem relação com o cuidado (REARDON, 2001; FISAS, 2011; MINGOL, 2015; WOOLF, 2019). Desse modo, a cultura de paz é a "[...] possibilidade e responsabilidades do ser humano de construir uma cultura que promova a justiça e a transformação pacífica dos conflitos"[152] (MINGOL, 2015, p. 35), além de ser "uma possibilidade de enfrentamento de violências de gênero" (CARON; GRAUPE; RECKZIEGEL, 2020, p. 43).

É nesse ponto que mais uma vez pode ocorrer a associação estereotipada da mulher com a paz, uma vez que a atividade do cuidado e do educar são desenvolvidas diariamente por elas, tanto na esfera pública quanto na privada (FISAS, 2011). Contudo, a relação da mulher com o cuidado é fruto de um processo de socialização, e não é fruto de implicação biológica, ou seja, "[...] o cuidar precisa estar inserido na educação, e certamente deve ser uma prática importante na educação para uma cultura de paz na perspectiva de gênero"[153] (REARDON, 2001, p. 85). Sendo assim, existe uma relação entre a cultura de paz e a igualdade de gênero.

A cultura de paz também busca transformar a cultura da violência, uma vez que a opressão de gênero é uma manifestação da violência cultural e estrutural. Com isso, a busca por igualdade entre os gêneros é um caminho que pode levar a paz e a construção de sociedades mais pacíficas, dado que existe uma conexão entre os temas (SCHOTT, 1985; MAGALLÓN PORTOLÉS, 2004; ARIÑO, 2010a; FISAS, 2011). Logo, a marginalização das mulheres implica em uma ordem social injusta e com um viés antiético (CONFORTINI, 2010). Por isso que as "feministas argumentam que um mundo mais pacífico só é possível onde as mulheres realizam todo o seu potencial em um ambiente de oportunidades iguais"[154] (PARASHAR, 2010, p. 169).

Desse modo, assim como apresenta Lisa Schirch e Manjrika Sewak (2005a, 2005b), o *peacebuilding* deve ser pensado a partir de três elementos chaves, sendo eles: a análise de gênero, a igualdade de gênero, e a representação de gênero[155]; de modo que essas categorias

---

[152] Tradução livre. Texto original: "[...] posibilidad y responsabilidades de los seres humanos de construir una cultura en la que se promueva la justicia y la transformación pacífica de los conflictos" (MINGOL, 2015, p. 35).
[153] Tradução livre. Texto original: "[...] caring needs to be included in education, and certainly must be a major practice in education for a culture of peace in a gender perspective" (REARDON, 2001, p. 85).
[154] Tradução livre. Texto original: "Feminist have argued that a more peaceful world is possible where women realize their full potential in an environment of equal opportunities." (PARASHAR, 2010, p. 169).
[155] A análise de gênero (*gender analysis*) diz respeito a análise do processo da guerra, tendo como base a explicação dos efeitos desproporcionais deste ato sobre a vida das mulheres e dos homens; além de pontuar sobre a conexão entre a violência doméstica e a violência perpetrada durante os conflitos armados. Também destaca a necessidade da presença de mulheres ao longo de todo o processo de construção da paz, uma vez que torna este processo mais inclusivo (SCHIRCH; SEWAK, 2005a, 2005b).
A igualdade de gênero (*gender equality*) deve ser posto como um elemento central para todos os envolvidos na construção da paz, uma vez os homens e as mulheres têm o mesmo valor, assim como devem partilhar de direitos, oportunidades e recursos iguais (SCHIRCH; SEWAK, 2005a, 2005b).

sejam incluídas ao longo de todo processo por meio de ações concretas e que gerem transformações na forma de conduzir uma mudança na cultura da violência para a da paz.

Contudo, a tentativa de institucionalizar a cultura de paz, fazendo dela uma obrigação cultural, é visto como um movimento de violência direta, dado que essa violência pode ser perpetuada por ações de imposição. Por isso, é importante que esse movimento da cultura de paz ocorra de forma natural e espontânea (GALTUNG, 2003; PUREZA; MOURA, 2004). Com isso, "a cultura de paz assume-se como um tecido combinatório de salvaguarda das especificidades diferenciadoras com a aspiração à não discriminação igualizadora" (PUREZA; MOURA, 2004, p. 1).

Posto isso, a partir do que foi apresentado ao longo do presente tópico, pode-se pontuar que o processo da paz sustentável vem da base (LEDERACH, 1998; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE; MIALL, 2005); além de que a paz, tanto no seu espectro negativo quanto positivo, pode ser considerado como sendo: liberdade; justiça e igualdade social e racial; direitos iguais, emancipação e voz política das mulheres; desenvolvimento humano e socioeconômico; responsabilidades iguais; acesso à educação; soberania alimentar e respeito ao meio ambiente; descolonização; liberdade da opressão; direitos humanos; cuidado e valorização da vida; a não violência; e a tolerância (SCHOTT, 1985; BURGUIERES, 1990; BOULDING, 1992; PORTOLÉS, 2001; PUREZA; MOURA, 2004; SCHIRCH; SEWAK, 2005a, 2005b; CONFORTINI, 2010; LEDERACH, 2012; TICKNER, 2018).

Sendo assim, o movimento para e pela paz, levantado pelas mulheres e feministas, pode ser esquematizado a partir das suas lutas contrárias e a favor de determinadas pautas, como pode ser visto no Quadro 4:

Quadro 4: Lutas contra e a favor do movimento de mulheres e feministas para e pela paz

Luta contra	A favor

Por fim, a representação de gênero (*gender representation*) fala sobre a necessidade da presença de mulheres e de organização de mulheres, assim como de homens e organização de homens ao longo de todo o processo da construção da paz. É preciso que ocorra uma troca e coordenação entre os diferentes atores envolvidos em tal processo, de modo que ocorra de fato uma representação de gênero (SCHIRCH; SEWAK, 2005a, 2005b).
É importante destacar que estes três pontos também serão essenciais para a análise dos processos de *peacemaking*, assim como eles foram colocados como objetivos estratégicos da Agenda Mulheres, Paz e Segurança.

O racismo, colonialismo e imperialismo	Do reconhecimento das nações e dos diferentes grupos étnicos
A corrida armamentista, a proliferação nuclear e as ações violentas	De soluções não-militares para a resolução dos conflitos
As ações violentas dos Estados e as Ditaduras	Da emancipação política dos grupos marginalizados
A marginalização da mulher e de outros grupos oprimidos	Da liberdade sexual sem as opressões do sistema patriarcal
A pobreza e a insegurança alimentar	Da preservação do meio ambiente e da soberania alimentar

Fonte: Elaboração própria com base nos textos: PORTOLÉS, 2001; MAGALLÓN, 2004; CONFORTINI, 2010; TICKNER, 2018; ESCHLE, 2021; WIBBEN, 2021.

3.4 - Conclusões parciais

A partir do que foi apresentado e visto ao longo do presente capítulo, percebe-se que o movimento feminista pela paz evidencia diferentes questões e apresenta diferentes discursos.

Assim como nos Estudos de Segurança Internacional, as feministas inseridas no campo dos Estudos para a Paz foram negligenciadas na formulação da agenda de pesquisa. Contudo, elas apresentaram mudanças significativas nas percepções de questões centrais para a área (REARDON; SNAUWAERT, 2015).

A relação entre o feminismo e a paz também acaba sendo complexa, uma vez que existe uma linha tênue entre a reprodução ou não dos discursos essencialistas, e é por isso que o tema da paz acaba sendo um estudo e uma área delicada, na qual muitas feministas acabam deixando de lado (ESCHLE, 2021).

Sendo assim, existem implicações na reprodução dos mitos e dos discursos enviesados sobre a mulher e a paz. Pela associação com viés negativo e estereotipado entre a mulher e a paz, muitas teóricas feministas das Relações Internacionais acabaram deixando de lado a pesquisa que envolvesse essa temática. Contudo, como já evidenciado ao longo do capítulo, esse movimento também é prejudicial, uma vez que deixa de lado um assunto importante de ser analisado e debatido. É importante que as mulheres feministas estejam pensando e teorizando sobre as questões da paz e os seus desdobramentos, como, por exemplo, a questão da violência e suas implicações na vida das mulheres.

Não se pode negar o histórico ativismo feminino nos movimentos para a paz, e nem as ações cotidianas desenvolvidas pelas mulheres na busca por uma transformação do conflito e uma construção de paz local. Com isso, é preciso que a teoria se valha do que é visto na prática, e que as ações do dia a dia das mulheres sejam analisadas sem que isso seja enquadrado como algo negativo ou essencialista, ou que deva ser menosprezado, silenciado ou esquecido.

Dessa maneira, mesmo o discurso essencialista estando presente nos movimentos de mulheres, é importante romper com ele e com os estereótipos que a representação das mulheres e da paz carregam, uma vez que eles são frutos do sistema patriarcal, e que podem ser legitimados pelas teorias *mainstream* das Relações Internacionais (MOURA, 2005a; SANTOS, 2011; CONFORTINI, 2012).

Sendo assim, a relação da mulher com a paz acaba perpassando o plano da retórica maternalista, contudo, mesmo sendo um discurso que em alguns casos busca homogeneizar as experiências das mulheres como sendo mães, tornando-as universais (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2004; MOURA, 2005a; ARIÑO, 2010a; ROQUE; SANTOS, 2019), ele também pode ser colocado de forma estratégica (MOURA, 2005a; TICKNER, 2018).

Assim, o processo da maternagem também deve ser visto a partir da sua ação política, como é o caso dos Movimentos de Mães pelo mundo e no Brasil; e mesmo esses movimentos seguindo a mesma linha de pensamento e ação, cada um apresenta a sua singularidade. Sendo assim, é importante destacar as suas diferenças e peculiaridades. As lutas das mulheres nos Movimentos das Mães pela América Latina e outros países é fruto de uma atuação contrária às práticas dos Estados em cenários de guerra civil e de ditadura, por exemplo; enquanto que no Brasil, esse Movimento atua contra as práticas de necropolítica do Estado brasileiro, ou seja, contra as ações violentas desenvolvidas e legitimadas no dia a dia, em decorrência do racismo e da violência estrutural e cultural.

Com isso, é preciso romper com os paradigmas que colocam as mulheres como ineficazes e apolíticas, sendo necessário tornar visível a sua atuação e não reduzir à insignificância o movimento delas pela paz e pela mudança social, seja ele independente da sua orientação (essencialista, liberal, antimilitar, materno) (LINDSEY et al, 2002; MINGOL, 2015).

Também é importante ressaltar a presença das mulheres nos processos de construção de paz na sociedade civil, por meio de ações informais, uma vez que elas se tornam agentes essenciais para a mudança na realidade local. Contudo, assim como foi visto no primeiro capítulo, existe uma marginalização da atuação feminina nos processos de paz e essa ação é

legitimada pelos estereótipos que consolidam a imagem da mulher como vítima e indefesa. Todavia, da mesma forma que é importante pensar a mulher enquanto agente ativo durante os conflitos, as mulheres também devem ser pensadas como agentes ativas em atividades em favor da paz e nos processos de reconstrução da paz em sociedades afetadas pelo conflito armado. Desse modo, não se pode ter um pensamento generalizado e essencialista em relação às mulheres (LINDSEY et al, 2002; CARVALHO; PORTELLA JUNIOR; RIBEIRO, 2017).

Sendo assim, é ancorado no que foi apresentado no presente capítulo que o próximo se dedicará à análise das ações das mulheres nos processos formais de paz (*peacemaking*) a partir da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, uma vez que esse movimento torna-se essencial para uma maior consolidação da atuação feminina na arena internacional.

4. A ATUAÇÃO FEMININA NOS PROCESSOS FORMAIS DE PAZ A PARTIR DA AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA

A partir do que foi apresentado ao longo dos capítulos anteriores, é perceptível a presença e atuação das mulheres enquanto militares e agentes ativos nos cenários de conflito armado, bem como elas sendo fundamentais nos movimentos para a paz e nas ações locais de *peacebuilding*. Desse modo, a possibilidade de uma multiplicidade de performance das mulheres leva ao rompimento dos estereótipos que limitam a sua atuação e representação.

Contudo, mesmo elas estando presentes em diferentes cenários, é possível perceber uma marginalização, e em certos casos até a ausência, ou silenciamento e ocultação, da sua presença nos processos formais de paz, ou seja, enquanto agentes da mediação, da negociação, da tomada de decisão e nos processos de elaboração de acordos de paz em cenários de conflito e pós-conflito. É com base em tais pontos que o presente capítulo se desenvolverá, uma vez que ele partirá de uma análise sobre as iniciativas da ONU para a maior inclusão feminina nos processos formais de paz.

Sendo assim, o presente capítulo será estruturado a partir da análise de quatro tópicos centrais, sendo eles: 1 - a atuação das mulheres nos processos de *peacemaking;* 2 - o desenvolvimento da Agenda Mulheres, Paz e Segurança; 3 - o processo de implementação da Agenda; e por fim, 4 - uma análise da avaliação, dos desafios e das críticas à Agenda.

Este capítulo se enquadra na ferramenta ‘estudo de caso’, uma vez que ele partirá para uma exploração mais detalhada das iniciativas gerais da ONU, e em específico do Conselho de Segurança, para a adoção da participação plena e igualitária das mulheres nos diferentes estágios dos processos de paz

Também é relevante ressaltar que o presente capítulo tem como fim apresentar a ideia de que a presença e atuação da mulher enquanto operadora do *peacemaking* representa o seu desempenho enquanto agente ativo tanto na segurança internacional quanto na paz, uma vez que a mulher negociadora e mediadora se faz presente como ator essencial da paz em cenários de conflito armado.

Com isso, a partir da análise da Agenda MPS é possível perceber que a ONU buscou criar meios onde fosse possível mostrar a importância da mulher tanto na área da paz quanto da segurança, uma vez que as mulheres podem operar tanto na função de militares e policiais, quanto na de civis como agentes dos processos de *peacebuilding* e *peacemaking*.

Sendo assim, partindo-se dos objetivos específicos da presente pesquisa, que tem como propósito localizar as mulheres no setor de segurança, nos processos de *peacebuilding* e

peacemaking, é possível perceber que esses diferentes caminhos se concentram e se complementam a partir da análise da Agenda Mulheres, Paz e Segurança.

4.1 - A atuação das mulheres nos processos formais de paz (*peacemaking)*[156]

Quando se pensa nas negociações e mediações internacionais, nos processos de tomada de decisão e na assinatura de acordos de paz, recorrentemente se considera a atuação da ONU e do Conselho de Segurança nos cenários de conflito e pós-conflito. De fato, a mudança na conjuntura internacional ao longo do século XX e na natureza dos conflitos, por exemplo, fez com que a ONU desempenhasse um importante papel na busca por manter estáveis a paz e a segurança internacional (BIGATÃO, 2009; MATIJASCIC, 2010; SOUZA, 2012; PACHECO, 2018). Essa é uma das principais premissas presentes na Carta de São Francisco (1945), uma vez que o Artigo 1º pontua que é essencial manter a paz e a segurança internacional a partir de meios pacíficos, sendo necessário tomar medidas coletivas; essas em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional (ONU, 1945).

Sendo assim, foram desenvolvidos instrumentos legais para o cumprimento de tais funções. As operações de paz se constituem como uma das principais ferramentas do Conselho de Segurança para executar o objetivo de manter, promover e consolidar a paz (MATIJASCIC, 2010; FAGANELLO, 2013), sendo elas essenciais para se chegar às Soluções Pacíficas de Controvérsias (Cap. VI da Carta da ONU, 1945).

De acordo com *An Agenda for Peace*, desenvolvida por Boutros Boutros-Ghali (1992), quatro medidas são apontadas como as mais efetivas para o cumprimento da preservação da paz e da segurança internacional, a partir dos meios pacíficos, sendo elas: a *preventive diplomacy* (diplomacia preventiva), o *peacemaking* (promoção da paz), o

[156] É importante destacar que, para termos legais e práticos, foi adotado no trabalho o termo *peacemaking* como forma de referendar os processos de paz formais, ou seja, aqueles que foram desenvolvidos a partir de instâncias e organismos internacionais, nos quais passaram por abordagens tradicionais de mediação e negociação. Os termos "*peacebuilding*" e "*peacemaking*" adotados ao longo do trabalho foram usados a partir de seus termos e representações literais, e com forma a referendar os processos de paz informais e formais, respectivamente. Assim, na análise do *peacemaking*, deve ser levado em consideração o processo de promoção da paz, ou seja, as ações de negociação, mediação e tomada de decisão formais. Colocando de acordo com as diretrizes da ONU, esse termo atua de acordo com a ideia do *Peacemaking* (Promoção da Paz) presente no documento "*An Agenda for Peace" (BOUTROS-GHALI,* 1992).

peacekeeping (manutenção da paz), e o *peace-building* (construção da paz)[157] (BOUTROS-GHALI, 1992; BIGATÃO, 2009; FAGANELLO, 2013).

Desse modo, a atuação em conjunto dos diferentes tipos de operações de paz ajuda na execução dos objetivos da ONU e do Conselho de Segurança. Com isso, pensar nas Soluções Pacíficas de Controvérsias é estar ciente de que a "negociação, [o] inquérito, [a] mediação, [a] conciliação, [a] arbitragem, [a] via judicial, [o] recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer outro meio pacífico" (Artº. 33, ONU, 1945)[158], faz parte da escolha da Organização para se chegar à paz e à segurança internacional, sem que seja necessário a adoção de meios não pacíficos.

Em vista disso, é importante pensar a mediação e a negociação internacional como um dos instrumentos para a promoção da paz (*peacemaking*). Em termos acadêmicos acaba existindo uma diferenciação na definição de tais termos, contudo, na prática, essas ações se confundem (SOUZA, 2012).

Posto isso, a negociação, ou negociação diplomática, acontece apenas entre as partes envolvidas no conflito e na disputa, no qual eles negociam a fim de se chegar a um consenso satisfatório para todas as partes, uma vez que esse processo é pautado pelo dar e receber concessões. Entretanto, eles atuam com base nos seus interesses próprios, fazendo assim, com que o processo se torne mais demorado (MAIESE, 2003; SOUZA, 2012; PORTELA, 2019).

---

[157] O *peacemaking* diz respeito à promoção da paz a partir dos termos da negociação, mediação e tomada de decisão; o *peacekeeping* é a manutenção da paz a partir do âmbito militar; o *peacebuilding* é a consolidação da paz após a assinatura do acordo de paz, e tem como base a sociedade civil (BIGATÃO, 2009; FAGANELLO, 2013; PACHECO, 2018).
Em 1995 seria adicionado o termo *peace-enforcement* (imposição da paz) a partir do documento " *Supplement to an Agenda for Peace : position paper of the Secretary-General on the occasion of the 50th anniversary of the United Nations*" (A/50/60 - S/1995/1). Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/168325. Acesso em 06 de set 2021.

[158] Morais (2019) e Portela (2019) apresentam a negociação diplomática, a investigação (ou inquérito), as consultas, os bons-ofícios, a mediação internacional e a conciliação, como meios não-jurisdicionais da resolução das controvérsias, ou seja, é uma prática vista como um meio político e diplomático, na qual "a solução que buscam nem sempre se fundamentará no Direito" (PORTELA, 2019, p.721). Os bons-ofícios, por sua vez, é uma prática recorrente, sendo, em alguns casos, considerada sinônimo da mediação; contudo, esse termo não está presente na Carta da ONU (1945), mas pode ser entendida como a atuação de uma terceira parte na busca por utilizar a sua influência na condução do conflito, uma vez que restabelece o contato entre as partes conflitantes.
Por fim, a arbitragem é considerada o único meio semijudicial da resolução das controvérsias, ou seja, "é uma decisão fundamentada no Direito e juridicamente vinculante para as partes, [contudo] [...] não é proferida por um órgão jurisdicional permanente"(PORTELA, 2019, p.724).

Entretanto, é interessante pensar a negociação a partir da lógica da teoria dos jogos[159], no qual os participantes buscam encontrar soluções a partir dos seus interesses. Desse modo, cada acordo vai ser elaborado com base nos interesses das partes, ou seja, a forma de negociar não é única, uma vez que ela sofre interferência a partir das preferências dos jogadores envolvidos (MAIESE, 2003)

A negociação pode acontecer na fase da *preventive diplomacy* (diplomacia preventiva), uma vez que esse estágio da operação de paz é o responsável por aplicar medidas diplomáticas a fim de se evitar a eclosão do conflito. Assim, o desenvolvimento da confiança entre as partes é um dos passos fundamentais do processo[160] (BOUTROS-GHALI, 1992; MAIESE, 2003; BIGATÃO, 2009; FAGANELLO, 2013).

O processo de mediação, por sua vez, deve estar conectado à natureza do conflito e às causas que levaram o desenrolar da disputa entre as partes, uma vez que o mediador faz parte do processo como um terceiro ator, devendo ele ser neutro, no qual ele deve facilitar a condução do litígio até a chegada de um acordo entre as partes (HONEYMAN; YAWANARAJAH, 2003; SOUZA, 2012; FEDERER; GASSER, 2016; MORAIS, 2019)

Assim, os mediadores não devem tomar a decisão final e nem interferir na condução do texto do acordo que vai selar o fim do conflito entre as partes. A função da mediação é ajudar no diálogo entre os integrantes da disputa, no qual é possível a apresentação de ideias e de soluções plausíveis, que podem ou não ser aceitas pelas partes. Assim, o mediador parte da lógica de uma atuação não conflituosa e não violenta, por isso, deve existir o princípio da imparcialidade na sua ação, além da não coerção e não vinculação (HONEYMAN; YAWANARAJAH, 2003; SOUZA, 2012; MORAIS, 2019; PORTELA, 2019).

No processo de *peacemaking,* a mediação ocorre durante a incidência do conflito, no qual os mediadores têm a função de encontrar soluções para as hostilidades, de forma a atuar em consonância com o Capítulo VI da Carta da ONU (BOUTROS-GHALI, 1992;

---

[159] Teoria dos jogos é uma ferramenta de análise que parte de princípios matemáticos e que ajuda na observação das escolhas tomadas pelos participantes da disputa. Ou seja, é um procedimento que ajuda a entender o processo de tomada de decisão em questões sociais, por exemplo. Dentro da lógica da teoria dos jogos existe a escolha entre a cooperação e a competição entre as partes, e os termos *win-win*, *win-lose*, e *lose-lose* fazem parte dos possíveis resultados do jogo (SMITH, 2003; SPANGLER, 2013).
Para saber mais, ver: AXELROD, Robert, ***The Evolution of Cooperation***. New York: Basic Books, 1984. AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert O. Achieving Cooperation Under Anarchy: Strategies and Institutions. **World Politics**, vol. 38, nº. 1, p. 226-256, October, 1985. RAPOPORT, Anatol. **Game Theory as a Theory of Conflict Resolution**. Boston: D. Reidel Publishing Company, 1974. SCHELLING, Thomas C. **The Strategy of Conflict.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1960.

[160] De acordo com o documento de *An Agenda for Peace (1992),* medidas de construção de confiança, missão de averiguação (*fact-finding missions*), mecanismos de *early warning*, destacamento preventivo e estabelecimento de zonas desmilitarizadas são exemplos de atividades desenvolvidas na fase da diplomacia preventiva (BOUTROS-GHALI, 1992; BIGATÃO, 2009)

HONEYMAN; YAWANARAJAH, 2003; BIGATÃO, 2009; FAGANELLO, 2013; NASCIMENTO; RIBEIRO, 2019).

Assim, na avaliação sobre a mediação, três pontos devem ser levados em consideração, uma vez que eles possuem conexão, sendo eles: o conteúdo, o desenho do processo de mediação e os atores envolvidos. O conteúdo dos acordos de paz e o desenho de processo, por exemplo, devem estar em conformidade, sendo a elaboração do texto do acordo de paz um exemplo disso. Ou seja, um desenho do processo de mediação mais inclusivo significa um acordo de paz mais inclusivo; dado que a percepção sobre diferentes questões, como as minorias, por exemplo, faz com que as cláusulas do acordo de paz também abordem pontos sensíveis relativos a estes grupos. Logo, é essencial que o desenho do processo de mediação esteja conectado à realidade local e ao contexto do lugar onde está inserido, tendo ocorrido também a participação da população na elaboração desse desenho (FEDERER, 2016; FEDERER; GASSER, 2016).

Em relação aos atores, é importante destacar que diferentes tipos de atores estão envolvidos no processo da mediação internacional, sendo o *modus operandi* diferente para cada um dos grupos. Logo, eles variam a partir do grau de formalidade, poder, legitimidade e reconhecimento na condução da mediação, podendo se distinguir a atuação entre os indivíduos, os Estados, as Organizações Internacionais (OIs) e Regionais, e as Organizações não-governamentais (ONGs). Os Estados e as Organizações Internacionais e Regionais desenvolvem um trabalho mais burocratizado e com alto custo político, no qual se percebe um maior grau de rigidez na sua mediação. Em alguns casos, os Estados atuam com base no interesse próprio, sendo isso também visto ao longo da condução das Organizações Internacionais e Regionais, dado que elas se constituem como um dos principais substitutos dos Estados, assim, elas podem acabar ficando sujeitas a interesse específicos, como foi o caso da ONU ao longo da Guerra Fria (SOUZA, 2012; FEDERER; GASSER, 2016; MORAIS, 2019).

Os indivíduos e as ONGs atuam com maior grau de flexibilidade, contudo, eles acabam atuando de forma mais indireta e informal, e menos institucionalizada. Todavia, é importante pontuar que esses atores, na maioria dos casos, estão envolvidos com a sociedade e desempenham trabalhos de base, nas quais buscam a negociação a partir da transformação do conflito na sua raiz. Sendo assim, este trabalho engloba a atuação de líderes locais, de ativistas, de líderes religiosos, entre outros (SOUZA, 2012; MORAIS, 2019).

A diferença de atuação é pontuada nos termos *Track One* e *Track Two Diplomacy*[161] (MAPENDERE, 2006). A *Track One Diplomacy*, ou a diplomacia oficial e governamental, "abrange as mediações realizadas por indivíduos que representam oficialmente o Estado, sendo estes diplomatas, Chefes de Estado ou Governo ou outros funcionários designados oficialmente pelo Estado para esta função" (MORAIS, 2019, p.56-57). Assim, esse grupo inclui os representantes dos Estados e das Organizações Internacionais e Regionais (NAN, 2003; MAPENDERE, 2006; FEDERER; GASSER, 2016; MORAIS, 2019).

Enquanto que a *Track Two Diplomacy* é entendida como sendo a condução desempenhada pelos atores não oficiais, ou seja, aqueles envolvidos a partir de atuações informais, como os ativistas, líderes locais, líderes religiosos, representantes de ONGs, acadêmicos, entre outros. A *Track Two Diplomacy* é vista como sendo a diplomacia cidadã, uma vez que os envolvidos participam como intermediários na busca por encontrar soluções para o conflito; além de ser um complemento para a mediação e negociação conduzida pela *Track One Diplomacy* (CHIGAS, 2003; MAPENDERE, 2006; FEDERER; GASSER, 2016; MORAIS, 2019).

Diana Chigas (2003) também cita a *Track Three Diplomacy,* referindo-se às iniciativas não oficiais que buscam atuar na raiz do conflito. São os atos realizados a partir da lógica de *bottom-up*, ou seja, são ações da base que buscam promover a paz a partir de iniciativas locais, e que podem ser inseridas na definição de *peacebuilding from below* apresentando no tópico anterior. Estes grupos buscam "encontrar maneiras de promover a paz em ambientes de conflito violento"[162] (CHIGAS, 2003, s.p.), além de "construir ou reconstruir relações rompidas através das linhas de divisão entre os cidadãos comuns nas comunidades"[163] (CHIGAS, 2003, s.p.) a partir do diálogo entre as partes (CHIGAS, 2003; FEDERER; GASSER, 2016).

As contribuições das intervenções não oficiais podem ser múltiplas, uma vez que podem gerar resultados positivos para o convívio diário da sociedade. Assim, entre as iniciativas, podem ser citadas: a mudança de percepção sobre o outro a partir da quebra de estereótipos negativos; a abertura de canais de comunicação, assim como a sua melhoria; o estabelecimento de redes de relacionamento e da construção de uma confiança mútua entre as partes do conflito e da sociedade; a alteração na percepção do conflito; a adoção de novas

[161] Para mais informações sobre *Track Diplomacy*, ver: DIAMOND, L.; MCDONALD, J. **Multi-Track Diplomacy**: A Systems Approach to Peace. Sterling, VA: Kumarian Press, 1996.
[162] Tradução livre. Texto original: "[...] to find ways to promote peace in settings of violent conflict." (CHIGAS, 2003, s.p.).
[163] Tradução livre. Texto original: "This work is aimed at building or rebuilding broken relationships across the lines of division among ordinary citizens in communities" (CHIGAS, 2003, s.p.).

formas de negociação, como a compreensão e o diálogo; o fortalecimento das vozes locais que foram silenciadas e negligenciadas pelos processos formais de paz; além do desenvolvimento de uma infraestrutura para a paz (CHIGAS, 2003).

Desse modo, quando se analisa o processo de *peacemaking*, é perceptível que diferentes atores estejam envolvidos, com eles atuando de diferentes modos e levando em consideração temas e pautas específicas. Assim, percebe-se que a atuação das mulheres, por exemplo, pode ser inserida nos três tipos de *Track Diplomacy* citados. Contudo, por que é necessário olhar os processos de *peacemaking* a partir da perspectiva das mulheres e da lente de gênero?

De acordo com Pacheco (2018, p. 35), o *peacemaking* "se configura como uma etapa de extrema importância para a participação feminina na resolução de conflitos, pois, além de poder integrar as mulheres nos seus processos de negociação, acordos e mediação, ela pode incluir as pautas de gênero em acordos de paz e outros documentos."

Assim, quando se pensa nos processos de promoção de paz e na elaboração dos acordos, duas questões devem ser destacadas, sendo elas: a inclusão de mulheres e da perspectiva de gênero; uma vez que "para construir processos de paz sustentáveis e transformadores, tanto a inclusão das mulheres quanto a perspectiva de gênero são essenciais"[164] (ARIÑO, 2010a, p. 46).

Além disso, também é preciso prestar atenção ao fato de que as mulheres representam quase 50% da população mundial[165], e com isso elas "têm o direito de ser[em] representadas nesses processos de tomada de decisão que afetarão suas vidas"[166] (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 2).

A inclusão das mulheres nos processos de paz também faz parte de "uma série de tendências recentes no campo mais amplo da pacificação, ao mesmo tempo que confronta estruturas de poder profundamente enraizadas e conceitualizações desgastadas pelo tempo de paz e segurança"[167] (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 6).

---

[164] Tradução livre. Texto original: "para construir procesos de paz sostenibles y transformativos, tanto la inclusión de la mujer como la perspectiva de género son esenciales" (ARIÑO, 2010a, p. 46).

[165] De acordo com dados do Banco Mundial, em 2020 a população feminina era de aproximadamente 3.846 bilhões, enquanto que a masculina era de 3.907 bilhões. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL.FE.IN. Acesso em 11 de out 2021. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL.MA.IN?locations=1W. Acesso em 11 de out 2021.

[166] Tradução livre. Texto original: "[...] women have a right to be represented in these decision-making processes that will affect their lives" (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 2).

[167] Tradução livre. Texto original: " [...] a number of recent trends in the broader field of peacemaking, even as it confronts deeply rooted power structures and time-worn conceptualizations of peace and security" (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 6).

Sendo assim, é perceptível que as negociações fazem parte de uma disputa e um jogo de poder (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015), no qual "na maioria desses jogos, as mulheres não estão lá"[168] (VOGT, 2013, apud, O'REILLY, 2013, s.p.)[169]. Com isso, "as mulheres mediadoras, negociadoras e construtoras da paz estão bem cientes da dinâmica de poder que torna difícil que suas vozes sejam ouvidas – ou levadas a sério – nos processos de paz"[170] (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 4).

Também é relevante evidenciar o fato de que, assim como visto nas áreas de estudo das Relações Internacionais, existe uma falta de conexão entre os estudos de gênero e de mediação internacional (ARIÑO, 2010a; FEDERER; GASSER, 2016). "As questões de gênero ainda são vistas como um complemento aos processos tradicionais de mediação e não como uma epistemologia no ramo da mediação internacional" (NASCIMENTO; RIBEIRO, 2019, p. 151).

De acordo com Federer e Gasser (2016) acaba existindo um *gap* na literatura e na análise entre os dois tópicos, uma vez que ambos os estudos acabam focando nas questões mais gerais de cada área. Sendo assim, na pesquisa sobre mediação, o foco é direcionado para as estratégias e o processo de tomada de decisão, por exemplo, deixando de fora a análise sobre quem são os atores / indivíduos envolvidos em tal processo. Com isso, a análise da presença e atuação das mulheres enquanto promotoras do *peacemaking* se faz necessária, uma vez que parte de uma observação para além do *mainstreaming* do tema.

Tendências sexistas também fazem com que ocorra uma marginalização e baixa representação das mulheres nos processos formais de paz, uma vez que a sua aceitação e as questões de gênero são vistas como secundárias (ARIÑO, 2010a; O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015; SHEPHERD, 2015; FEDERER; GASSER, 2016; PACHECO, 2018; NASCIMENTO; RIBEIRO, 2019). Assim como ocorre no cenário da guerra e da segurança internacional, existe um movimento de masculinização da área de atuação dos processos de paz, e isso pode estar inserido na lógica das instituições de masculinidade hegemônica[171]. Desse modo, continuam existindo uma hierarquia de gênero, no qual a elite masculina acaba ocupando as principais posições (KRONSELL, 2006; ARIÑO, 2006, 2010a; PACHECO, 2018).

---

[168] Tradução livre. Texto original: "[...] And in most of these games, women are not there." (VOGT, 2013, apud, O'REILLY, 2013, s.p.).

[169] Entrevista de Margaret Vogt, mediadora residente da ONU, concedida à Marie O'Reilly (2013).

[170] Tradução livre. Texto original: "Women mediators, negotiators, and peace builders are well aware of the power dynamic that makes it difficult for their voices to be heard—or taken seriously—in peace processes" (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 4).

[171] A análise sobre instituições que perpetuam a masculinidade hegemônica foi apresentada no capítulo 02 da presente dissertação.

Um exemplo disso é o que acontece entre os mediadores internacionais independentes, como organizações privadas, por exemplo, dado que eles não demonstram tanto interesse na inclusão das mulheres nos processos formais de paz; no qual acaba existindo uma pressão por parte das instâncias internacionais e locais para a inclusão das mulheres. O processo de paz no Mali é uma amostra disso, no qual houve resistência na inclusão de mulheres ao longo do processo (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015).

A exclusão das mulheres e das suas pautas nos processos de negociação e acordos de paz faz com que as suas demandas, e até elas próprias, sejam excluídas da vida pública após a assinatura do acordo. Sendo assim, se os acordos de paz são guiados por princípios democráticos, de igualdade, de justiça, de responsabilidade e de representação dos diferentes grupos que compõem a sociedade, é essencial que seja vista a sua aplicação a partir da presença feminina. Desse modo, a resistência à inclusão das mulheres é considerada como um problema (ARIÑO, 2010a; VOGT, 2013, apud, O'REILLY, 2013; O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015).

Posto isso, é necessária essa inclusão feminina nas negociações formais, uma vez que um processo de paz com as mesmas bases de antes do conflito, com a predominância da dominação masculina e núcleo patriarcal, não gera mudanças positivas (ARIÑO, 2010a; CARVALHO; PORTELLA JUNIOR; RIBEIRO, 2017; HENDRICKS, 2020). Assim, "ambientes pós-conflitos podem oferecer maior oportunidade para corrigir injustiças [,] em especial injustiças de gênero do passado, estabelecendo novos precedentes para o futuro" (CARVALHO; PORTELLA JUNIOR; RIBEIRO, 2017, p. 10). Desse modo, "se os acordos de paz forem redigidos, decididos e implementados exclusivamente por homens, a dinâmica de gênero que esteve presente durante o conflito armado permanecerá em questão e intacta"[172] (ARIÑO, 2010a, p. 47).

Logo, é importante os esforços das mulheres para que elas participem desse processo (SCHIRCH; SEWAK, 2005a). Assim como foi apresentado ao longo do segundo capítulo, a percepção das mulheres sobre o que é segurança diverge do entendimento *mainstreaming*, fazendo com que a sua percepção sobre paz também seja diferente do que recorrentemente é aplicado nos processos formais de paz (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015); uma vez que "assim como as mulheres tendem a vivenciar conflitos de maneira

[172] Tradução livre. Texto original: "si los acuerdos de paz son redactados, decididos e implementados únicamente por hombres, las dinámicas de género que se hallaban presentes durante el conflicto armado permanecerán cuestionadas e intactas" (ARIÑO, 2010a, p. 47)".

diferente dos homens, suas prioridades para a paz frequentemente diferem na mesa de negociações"[173] (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 6).

Uma dessas prioridades é a inclusão da perspectiva de gênero nos acordos de paz. Julia P. Federer (2016) coloca que os mediadores não têm poder de interferir na escrita desses acordos, contudo, eles têm a possibilidade de introduzir temas a serem pensados e debatidos ao longo do processo de mediação e negociação. Logo, nesse movimento é possível introduzir temas e questões relacionados à perspectiva de gênero e a maior participação das mulheres. Existem quatro maneiras do mediador abordar as normas de gênero na mediação, sendo elas: estabelecer os papéis de todos os atores na mediação; estar a par da estrutura normativa de gênero na mediação; conduzir a análise do conflito a partir da perspectiva de gênero; e por fim, saber distinguir os diferentes tipos de normas presentes na mediação (FEDERER, 2016, p. 20-23).

Dessa forma, as mulheres colocam diferentes temas e soluções nas mesas de negociação, uma vez que elas saem dos temas *mainstreaming*, ou seja, as mulheres prestam mais atenção naquilo no qual elas foram e são afetadas, fazendo com que nos processos de construção e promoção da paz as pautas que tenham relação com as suas experiências e o seu dia a dia sejam incluídas. Assim, elas destacam as múltiplas questões como: as diferentes manifestações da violência, a segurança alimentar, a educação, os direitos humanos e a justiça. Desse modo, elas enxergam os problemas a partir de diferentes perspectivas, visto que elas têm um olhar mais amplo do problema, além de apresentarem pautas interseccionais entre raça, classe, gênero e religião. As concepções dominantes dos acordos de paz focaram na paz negativa, enquanto que as mulheres se direcionam mais para a paz positiva (POTTER, 2005; ARIÑO, 2010a; VOGT, 2013, apud,O'REILLY, 2013; O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015; FEDERER, 2016).

Também é necessária a menção das pautas e da linguagem de gênero nos documentos, mandatos e resoluções oficiais dos acordos de paz, uma vez que a ausência de tais referências fazem com que as experiências e demandas dos diferentes grupos não sejam levadas em consideração. Assim, sem a presença das mulheres, essas pautas de gênero são deixadas de lado (VOGT, 2013, apud, O'REILLY, 2013; PACHECO, 2018; NASCIMENTO; RIBEIRO, 2019). Contudo,

> "[...] a participação das mulheres não deve ser confundida com a inclusão de linguagem sensível ao gênero em um acordo de paz. A inclusão das mulheres não é

[173] Tradução livre. Texto original: "Just as women tend to experience conflict differently from men, their priorities for peace frequently differ at the negotiating table" (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 6).

> garantia de que as questões de gênero serão abordadas, e as mulheres podem trazer muito mais do que questões relacionadas ao gênero para um processo de paz. No entanto, grupos de mulheres influentes tendem a pressionar por disposições sensíveis à paz e ao gênero."[174] (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 31).

Sendo assim, é um problema presumir "que as mulheres possuem universalmente qualidades específicas de gênero"[175] (BIGOMBE, 2014, p.2), e que a presença de mulheres resulte na busca por igualdade de gênero (ARIÑO, 2010a), uma vez que a inclusão e participação das mulheres nas mesas de negociação pela paz é diferente da inclusão da perspectiva de gênero nos acordos de paz, não podendo as duas questões serem confundidas (FEDERER, 2016). Logo, assim como pontua Margaret Vogt, mediadora residente da ONU, é necessário que ocorra a inclusão de pessoas certas, seja mulheres ou homens, ao longo das negociações e mediações para que se tenha resultados positivos (VOGT, 2013, apud, O'REILLY, 2013).

Todavia, é positivo o impacto da presença delas nos processos de *peacemaking* (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015). Além das mulheres conseguirem ouvir mais as demandas dos outros – os homens acabam sendo menos proativos – (POTTER, 2005; BIGOMBE, 2014), elas "são muitas vezes mais orientadas para o processo e os homens mais orientados para os resultados"[176] (TANNEN, 1994, p. 317, apud, POTTER, 2005, p. 15).

As mulheres têm uma tendência a defender a implementação de direitos específicos ao seu gênero, além delas atuarem como atores fundamentais para alcançar os objetivos dos acordos de paz. Por isso, a população acaba confiando mais nas iniciativas encabeçadas pelas mulheres nos processos de paz, além de que há maiores chances dos acordos serem implementados, bem como os acordos terem maior durabilidade (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015). "Além disso, não houve um único caso em que grupos organizados de mulheres tivessem um impacto negativo no processo de paz."[177] (ibidem, 2015, p. 11).

---

[174] Tradução livre. Texto original: "[...] that women's participation should not be conflated with the inclusion of gender-sensitive language in a peace agreement. The inclusion of women is no guarantee that gender issues will be addressed, and women can bring far more than gender-related issues to a peace process. Nonetheless, influential women's groups have tended to push for both peace and gender-sensitive provisions." (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 31).

[175] Tradução livre. Texto original: "[...] the problem in assuming that women universally possess specific gendered qualities" (BIGOMBE, 2014, p.2).

[176] Tradução livre. Texto original: "[...] that women are often more process-oriented and men more outcome-oriented" (TANNEN, 1994, p. 317, apud, POTTER, 2005, p. 15).

[177] Tradução livre.Texto original: "Moreover, there was not a single case where organized women's groups had a negative impact on a peace process" (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 11).

Em relação à perspectiva de gênero e a sociedade (ARIÑO, 2010a), é visto que assim como ocorre com a incorporação das mulheres nas guerras e nas Forças Armadas (SEGAL, 1999), por exemplo, "os papéis de gênero nas sociedades também desempenham um papel na facilitação ou impedimento da participação das mulheres, bem como no nível de influência que as mulheres são capazes de exercer"[178] (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 31).

Também é importante destacar a conexão e coalização entre as mulheres que compõem os dois níveis (formal e informal) dos processos de paz, uma vez que é importante a atuação conjunta entre elas (VOGT, 2013, apud, O'REILLY, 2013; O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015; SHEPHERD, 2015).

Mesmo desenvolvendo trabalhos de base importantes, "o envolvimento das mulheres precisa se estender além dos processos informais para garantir uma mudança verdadeira e uma paz duradoura"[179] (SHEPHERD, 2015, p.60), uma vez que é necessário que as mulheres sejam "[...] representada em processos formais em número suficiente para criar uma mudança de enfoque para questões de importância para as mulheres, caso contrário a sociedade continuará a perpetuar a relegação das mulheres para processos informais"[180] (ibidem, 2015, p. 60). Por isso é importante a troca entre as mulheres locais e as mulheres que estão nas mesas de negociação (BIGOMBE, 2014; SHEPHERD, 2015). Logo, é decisiva a participação das mulheres no *peacemaking*, uma vez que elas levam consigo os aprendizados dos processos informais e não governamentais da construção da paz dos quais elas fazem parte (MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001b, 2004; ARIÑO, 2006, 2010a; CARVALHO; PORTELLA JUNIOR; RIBEIRO, 2017).

As mulheres estão envolvidas de diferentes maneiras nos processos de *peacemaking*, podendo ser citados sete modelos de inclusão, de acordo com Marie O'Reilly, Andrea Ó Súilleabháin, e Thania Paffenholz (2015, p. 13-19), sendo eles: participação direta na mesa de negociação; *status* de observador; consultoras; na comissão inclusiva; nas oficinas de

[178] Tradução livre. Texto original: "Gender roles in societies also play a role in facilitating or hindering women's participation as well as the level of influence that women are able to exert." (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 31).
[179] Tradução livre. Texto original: "Women's involvement needs to extend beyond the informal processes to ensure true change and endurable peace." (SHEPHERD, 2015, p.60).
[180] Tradução livre. Texto original: "[...] to be represented in formal processes in numbers large enough to create a shift of focus to issues of importance to women, otherwise society will continue to perpetuate the relegation of women to informal processes (SHEPHERD, 2015, p.60).

resolução de problemas; nos processos de tomada de decisão pública; e nas ações em massa[181].

Assim, a partir da análise desses modelos, é importante citar os casos dos países nos quais as mulheres participaram ativamente nos processos formais de paz, sendo eles: Afeganistão, Burundi, Chipre, Colômbia, Filipinas, Guatemala, Indonésia, Irlanda do Norte, Libéria, Quênia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Sri Lanka, Somália, Somalilândia, Sudão do Sul e Uganda (Ver: Quadro 5) (ARIÑO, 2010a, 2016; BIGOMBE, 2014; O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015; SHEPHERD, 2015; FEDERER; GASSER, 2016; ANGOM, 2018; PACHECO, 2018). Sendo assim, é possível perceber que ocorre, em muitos desses casos, a atuação conjunta das mulheres no nível informal e formal, nos quais as iniciativas locais e de base se estenderam para as mesas de negociações.

Quadro 5: Mulheres e os processos de paz formal[182]

País	Fez parte como / Função	País	Fez parte como / Função
Afeganistão	Atuação direta (negociação e consultora)	Quênia	Atuação direta (Membro da delegação, Comissão, Consultor e co-mediação) - com destaque para Graça Machel
Burundi	Atuação indireta (*mass action*)	República Centro Africana	Atuação direta (facilitador) - com destaque para Margaret Vogt e sua equipe
Chipre	Atuação indireta (tomada de decisão pública e *mass action*)	República Democrática do Congo	Atuação indireta (oficinas de resolução de problemas e *mass action)*
Colômbia	Atuação direta (negociação) e indireta (*mass action*)	Ruanda	Atuação direta (na política parlamentar
Filipinas	Atuação direta (negociação e signatário) e indireta - com destaque	Sri Lanka	Atuação direta (sub-comitê de gênero) - com destaque para Astrid

[181] Tradução livre. Texto original: *Direct participation at the negotiation table; Observer status; Consultations; Inclusive commissions; Problem-solving workshops; Public decision making; Mass action* (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015, p. 13).

[182] Quadro desenvolvido com base nos sete indicadores apresentados por O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015.

	para Miriam Coronel Ferrer		N. Heiberg - e indireta (*mass action*) - com destaque para Neela MarikKar
Guatemala	Atuação direta (Consultora e membro da delegação) - com destaque para Luz Méndes.	Somália	Atuação direta (na política com a formação do Sexto Clã)
Indonésia	Atuação direta (membro de delegação) - com destaque para Shadia Marhaban	Somalilândia[183]	Atuação indireta (*mass action*)
Irlanda do Norte	Atuação direta (membro da delegação) e indireta (tomada de decisão pública)	Sudão do Sul	Atuação direta (delegação)
Libéria	Atuação indireta (*mass action*) e no status de observador	Uganda	Atuação direta (mediação) - destaque para Betty Bigombe

Fonte: Elaboração própria com base nos textos: ARIÑO, 2010a, 2016; BIGOMBE, 2014; O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015; SHEPHERD, 2015; FEDERER; GASSER, 2016; ANGOM, 2018; PACHECO, 2018.

Por fim, é possível perceber que, de acordo com um estudo realizado pelo *Council on Foreign Relations* (2021)[184] sobre a participação das mulheres nos processos de paz[185], é possível destacar que "entre os anos de 1992 e 2019, as mulheres constituíram, em média, 13% dos negociadores, 6% dos mediadores e 6% dos signatários nos principais processos de paz em todo o mundo"[186] (ibidem, 2021, s.p.). Assim como, na análise de 1.860 acordos de paz, que ocorreram no mesmo intervalo de tempo, 20% contém referências a mulheres, meninas e gênero, e 6% contém pelo menos uma disposição que aborda especificamente a violência contra as mulheres (CFR, 2021, s. p.)

Esses dados apenas mostram que, apesar dos esforços nacionais e internacionais, é necessário se ter maior inclusão da presença feminina e dos temas de gênero nos processos de

[183] Somalilândia é um Estado não-reconhecido oficialmente e que faz parte da Somália.
[184] O *Council on Foreign Relations* (2021) também apresenta um banco de dados com os principais processos de paz de 1992 até o presente (2021) e aponta onde estão as mulheres em cada um deles. Para saber mais, acesse: **Explore the Data**. Disponível em: https://www.cfr.org/womens-participation-in-peace-processes/explore-the-data. Acesso em 13 de out 2021.
[185] No movimento de localizar quem são as mulheres que participam dos processos de paz, o CFR fez um estudo sobre as mulheres que estiveram nessa posição. Para saber mais, acesse: **Women at the Table**. Disponível em: https://www.cfr.org/womens-participation-in-peace-processes/women-at-the-table. Acesso em 13 de out 2021.
[186] Tradução livre. Texto original: "Between 1992 and 2019, women constituted, on average, 13 percent of negotiators, 6 percent of mediators, and 6 percent of signatories in major peace processes around the world." (CFR, 2021, s. p.).

peacemaking. Com isso, a partir do que foi apresentado, o próximo capítulo busca explorar as iniciativas formais da ONU e do Conselho de Segurança, na tentativa de ter maior inclusão das mulheres e da perspectiva de gênero ao longo dos diferentes tipos de processos de paz.

4.2 - A Agenda Mulheres, Paz e Segurança

A Agenda Mulheres Paz e Segurança (MPS) é resultado de uma iniciativa das Nações Unidas, e em específico do Conselho de Segurança, que busca, além de aumentar a integração e participação de mulheres ao longo dos processos de paz, implementar questões vinculadas à perspectiva de gênero. Desse modo, o presente tópico elucidará o caminho percorrido pela Organização até a adoção da Resolução 1325/2000.

4.2.1 - Antecedentes

A segunda metade do século XX evidenciou o desenvolvimento de uma agenda de gênero no Sistema Internacional, sendo a década de 1970 um dos marcos centrais. Influenciado pelos movimentos de mulheres de diferentes partes do mundo, a ONU estabeleceu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, tendo como base de promoção a Primeira Conferência Mundial sobre Mulher na Cidade do México (1975). Tendo como *slogan* os objetivos da "Igualdade, Desenvolvimento e Paz", a Conferência buscou denunciar as práticas de violência e discriminação que as mulheres vivenciavam. Como resultado desse encontro, foi promulgada a decretação da Década da Mulher (1976-1985), no qual, ao longo do decênio, deveria ser avançado uma agenda que levasse em conta os direitos das mulheres (TABAK, 1985; UN, 1976; ONU MULHERES, 2021).

Desse modo, é perceptível que o ativismo de mulheres e das organizações de mulheres foi fundamental na luta pela igualdade de gênero e na busca por encontrar soluções para tais atos de desigualdade e discriminação, sendo essas iniciativas elementares para a sua inclusão na ONU (TABAK, 1985; MESA, 2012).

Assim, a partir de uma série de Convenções Internacionais[187] sobre os direitos políticos, sociais e culturais das mulheres, que ocorreu ao longo dos anos 1949 a 1962, a Comissão de Status da Mulher (*Commission the Status of Women* - CSW), preparou, em 1976,

[187] É possível destacar: a Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres (1952); a Convenção sobre a Nacionalidade de Mulheres Casadas (1957); a Convenção Sobre o Casamento por Consenso, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamento (1962).

uma Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, contudo, a Declaração não se efetivou no Sistema Internacional. Na tentativa de dar maior legitimidade e um caráter normativo à Declaração, e pautada nos avanços da ONU para a questão da mulher, em 1979 a Assembleia Geral adotou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), ou apenas a Convenção da Mulher ou a Convenção CEDAW; que entrou em vigor em 1981 (PIMENTEL, 2006; PORTELA, 2019).

Sendo considerada a Carta Magna para os direitos das mulheres (PIMENTEL, 2006; TRYGGESTAD, 2009), "a Convenção da Mulher deve ser tomada como parâmetro mínimo das ações estatais na promoção dos direitos humanos das mulheres e na repressão às suas violações, tanto no âmbito público como no privado" (PIMENTEL, 2006, p. 15).

Desse modo, a CEDAW (1979) considera que "a participação máxima da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país, o bem-estar do mundo e a causa da paz".

Diferentes pontos foram avaliados, na tentativa de consolidar a igualdade e a dignidade das mulheres, visto que elas ainda sofriam de diferentes tipos de discriminação, principalmente na condição e no *status* civil, na maternidade, na educação, na vida pública e profissional, entre outros temas (CEDAW, 1979; PORTELA, 2019). Assim, a Convenção considera como discriminação contra a mulher:

> "toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo" (Artigo 1º, CEDAW, 1979).

À vista disso, e na tentativa de consolidar e aplicar os termos presentes na Convenção sobre a Mulher, é percebido que a proclamação da Década da Mulher foi necessária para chamar a atenção da comunidade internacional para as questões da mulher, sendo a Conferência de Copenhague (1980) a primeira fase de avaliação da Década. Com o lema da "Educação, Emprego e Saúde", essa Conferência tinha como objetivo denunciar a falta de vontade política dos Estados na luta pelo enfrentamento da desigualdade de gênero (UN, 1980; TABAK, 1985; ONU MULHERES, 2021).

O fim da Década da Mulher marcou a realização da terceira Conferência Mundial em Nairobi (1985), que tinha como objetivo fazer um balanço do decênio. Contudo, o que se percebeu foi uma baixa adesão às práticas das metas estabelecidas ao longo dos dez anos, fazendo assim, com que os anos 2000 se tornassem o mais novo prazo para o cumprimento

das metas. Assim, a Conferência foi intitulada como “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000” (UN, 1976; ONU MULHERES, 2021).

Em meio ao cenário de conflitos armados durante a década de 1990, percebeu-se que as mulheres e meninas sofriam de diferentes formas os impactos das guerras, podendo sofrer os seus impactos de modo direto e indireto (RABELO, 2014; O’REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015). Sendo assim, em 1993 a Assembleia Geral das Nações Unidas se reuniu a fim de se debater os efeitos dessa violência, aprovando a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (A/ RES/48/104), que entrou em vigor em 1994.

Era necessário o reconhecimento dos Estados Parte sobre os efeitos das diferentes formas de violência sobre a vida das mulheres, no qual elas eram impactadas por uma violência contínua e endêmica. Com isso, era necessário a aplicação dos direitos humanos e dos princípios promulgados pelos Pactos Internacionais dos Direitos Civis, Políticos, Econômicos, Sociais e Culturais, além dos da CEDAW e da Convenção contra a Tortura[188] (NU, 1994).

Desse modo, a Declaração, no artigo 1º, declarou a violência contra a mulher como

> “qualquer ato de violência com base no pertencimento ao sexo feminino[189] que tenha ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou sociológico para a mulher, bem como ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer eles ocorram na vida pública ou na vida privada”[190] (NU, 1994, p. 3, artigo 1º).

Sendo o meio privado, a comunidade em geral e o Estado um dos principais agentes responsáveis pela perpetuação dos atos, era necessária a atuação conjunta entre diferentes atores a fim de se preservar a vida das mulheres, como a atuação de ONGs, de movimento de mulheres e dos próprios Estados (NU, 1994).

Logo, também foi por volta desta década que o tema de gênero começou a fazer parte, com maior evidência, da agenda internacional sobre paz e segurança internacional, sendo este feito acontecido a partir da realização da quarta Conferência Mundial sobre Mulheres em Pequim (1995) (RABELO, 2011; MESA, 2012). Tendo como tema central “Ação para a

---

[188] Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução 2017 A); Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (Resolução 2200 A); Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Resolução 2200 A); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Resolução 34/180); e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes (Resolução 39/46).

[189] A Declaração pontua a violência contra a mulher com base no seu pertencimento ao sexo feminino, não levando em consideração o gênero feminino e as diferentes manifestações e representações da mulher. Isso mudou em 1995 com a Conferência de Pequim.

[190] Tradução livre. Texto original: “[...] todo acto de violencia basado en la pertenencia al sexo femenino que tenga o puede tener como resultado un daño o sufrimiento físico, sexual o sociológico para la mujer, así como las amenazas de tales actos, la coacción o la privación arbitraria de la liberdad, tanto si se producen en la vida pública como en la vida privada” (NU, 1994, p. 3, artigo 1º).

Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz", a Conferência de Pequim teve como resultado a divulgação do Plano Nacional de Ação que tinha como objetivo pontuar 12 áreas sensíveis e estratégicas para a questão da proteção das mulheres, sendo elas: Mulheres e pobreza; Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra a Mulher; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na liderança; Mecanismos institucionais para o Avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e a mídia; Mulheres e Meio Ambiente; Direitos das Meninas (ONU, 1995; RABELO, 2011; MESA, 2012; ONU MULHERES, 2021).

Desse modo, era necessária a integração da perspectiva de gênero em diferentes campos políticos, sociais e econômicos. Três importantes conceitos foram destacados ao longo do Plano de Ação, sendo eles: o entendimento e a integração da perspectiva de gênero (*gender mainstreaming*), a busca pelo empoderamento das mulheres e o enfoque da transversalidade de gênero. (VIOTTI, 2006; BARROW, 2009; MESA, 2012; PACHECO, 2018).

Entretanto, é indispensável destacar a relação da mulher e dos conflitos armados, tendo a Conferência de Pequim (1995) iniciado uma importante linha de trabalho sobre essa temática (MESA, 2012). Essas iniciativas deram base para o desenvolvimento de uma área de trabalho focada na necessidade da presença e da participação plena e igualitária das mulheres ao longo dos diferentes tipos de processos de paz, bem como da necessidade da presença delas em ambientes de tomada de decisão (ONU, 1995).

Assim como visto ao longo da análise do debate acadêmico e dos movimentos de mulheres, a violência contra as mulheres era sentida como uma violação dos direitos humanos, e a violência sexual era considerada uma arma de guerra e um método de perseguição sistemática contra a população inimiga. Desse modo, era importante pensar na paz e na solução pacífica dos conflitos, uma vez que em tempos de guerra recairiam sobre as mulheres diferentes tipos de violência, ou seja, elas sofriam de um *continuum* de violências[191] (ONU, 1995).

Logo, seis objetivos estratégicos foram elaborados a fim de tornar efetiva a ação do tópico "A mulher e os conflitos armados", sendo eles: E1. aumentar a participação das mulheres na tomada de decisões para soluções dos conflitos e proteger as mulheres que vivem em situações de conflitos armados e outros conflitos ou sob a ocupação estrangeira; E2. reduzir os gastos militares excessivos e controlar a disponibilidade de armamentos; E3.

[191] O tema da violência e da sua manifestação em forma de *continuum* foi apresentado e debatido ao longo do capítulo 02.

promover formas não violentas de solução de conflitos e reduzir a incidência dos abusos contra os direitos humanos em situações de conflito; E4. promover a contribuição da mulher para o desenvolvimento de uma cultura de favoreça a paz; E5. proporcionar proteção, assistência e capacitação às mulheres refugiadas e deslocadas que necessitam de proteção internacional, e às mulheres internamente deslocadas; e por fim, E6. proporcionar assistência às mulheres das colônias e territórios não autônomos (ONU, 1995).

O tema sobre a mulher e os conflitos armados continuou em voga, sendo debatido constantemente no âmbito da ONU. Ainda em 1995, foi lançado o documento *Women 2000: The role of women in United Nations Peace-keeping* (1995), que tinha como objetivo promover as metas da Declaração e do Plano de Ação de Pequim (BEILSTEIN, 1995).

Este documento teve como meta fazer uma revisão quantitativa do equilíbrio de gênero nas operações de paz, além de pontuar a necessidade de implementar a perspectiva das mulheres ao longo desses processos. Sendo assim, foram apontados dados sobre a presença feminina ao longo das operações de paz, bem como apresentados pontos que justificaram a necessidade da presença das mulheres, uma vez que elas faziam a diferença ao longo das operações de paz, nos quais elas ocupavam diferentes posições (BEILSTEIN, 1995; RABELO, 2014).

A Declaração de Windhoek e o Plano de Ação de Namíbia (2000) marcou, no início do século XX, a continuidade do debate sobre o tema (RABELO, 2011; PACHECO, 2018), uma vez que ele "estabelece[u] formas práticas para conceder acesso igualitário às mulheres, que vão desde o planejamento e estruturação das missões de paz à implementação dos acordos" (RABELO, 2011, p. 78).

Sendo assim, era perceptível que a integração da perspectiva de gênero e a presença de mulheres ao longo dos acordos de paz eram necessárias, na qual foram apresentadas e estabelecidas nove áreas em que esses dois temas deveriam aparecer, sendo eles: nas negociações de cessar-fogo; nos mandatos das operações de paz; na liderança e tomada de decisão; no planejamento, estrutura e recursos das missões; no recrutamento de pessoal qualificado e especialista na área; no treinamento militar, policial e civil; nos mecanismos de procedimento; no monitoramento, avaliação e prestação de contas; assim como na consciência pública (UN, 2000b).

Dando continuidade às iniciativas da ONU, em junho e junho de 2000 foi realizada a 23º Sessão Extraordinária da Assembleia Geral (Mulher 2000: Igualdade entre os Sexos, Desenvolvimento e Paz no Século XXI) (A/S-23/10/Rev.1), também considerada a Beijing + 5, e o lançamento do documento *Mainstreaming a Gender Perspective in Multidimensional*

Peace Operations (2000), respectivamente (UN WOMEN, 2000; UN, 2000a).

Assim, a Sessão Extraordinária teve como objetivo reforçar a discussão sobre as mulheres e os conflitos armados, destacando os efeitos deles na vida das mulheres e meninas, bem como da necessidade de ver as mulheres para além do papel de vítimas, já que elas desenvolviam diferentes tipos de função no mantimento da vida social e do estabelecimento da paz. Entretanto, "a ausência das mulheres nas mesas de negociações é um fato inegável" (DPI, 2000, p. 1), sendo necessário romper com esse padrão.

Por fim, o documento *Mainstreaming a Gender Perspective in Multidimensional Peace Operations* (2000) enfatizou o tópico sobre gênero ao evidenciar a urgência de inserir nos processos de paz o equilíbrio e a perspectiva de gênero (*gender balance* e *gender mainstreaming*) (UN, 2000a).

A partir do que foi apresentado, é notório que ao longo dos anos 2000 várias iniciativas da ONU foram fundamentais, e consideradas um passo importante, para o que mais tarde viria a ser a Resolução 1325 (2000). Assim, era perceptível que duas áreas centrais indicavam o caminho que seria evidenciado pelas ações da ONU, sendo elas: a inclusão das mulheres e da perspectiva de gênero nos diferentes tipos de operações de paz. Desse modo, o próximo subtópico será destinado para a análise da Resolução 1325 e do desenvolvimento da Agenda Mulheres, Paz e Segurança.

4.2.2 - A Resolução 1325 e o desenvolvimento da Agenda Mulheres, Paz e Segurança

A Resolução 1325 e a Agenda Mulheres, Paz e Segurança fazem parte das iniciativas do Conselho de Segurança na busca por ampliar o seu escopo de análise dos conflitos armados (TRYGGESTAD, 2009; O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013). Essas ações estão inseridas na lógica das Resoluções Temáticas do Conselho de Segurança[192], que tinha como objetivo pontuar a necessidade de pensar e construir a paz a partir do respeito às normas do Direito Internacional Humanitário. Essa mudança na condução e percepção do conflito ocorreu em decorrência das mudanças que se deram ao longo do final do século XX, no que diz respeito aos conflitos e às guerras (TRYGGESTAD, 2009; OLIVEIRA; RABELO, 2017).

[192] As Resoluções Temáticas do Conselho de Segurança são consideradas um instrumento para tratar de temas específicos e que merecem destaque, além de serem resolução com medidas protetivas para grupos vulneráveis. São exemplos de resoluções temáticas as destinadas para tratar de temas como: a proteção da população civil e das crianças nos conflitos armados; além da temática da mulher (TRYGGESTAD, 2009; OLIVEIRA; RABELO, 2017).

Sendo assim, em outubro de 2000, em sessão conduzida pelo representante da Namíbia, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1325 que tinha como objetivo abordar a temática da mulher, da paz e da segurança. Essa ação merece destaque, uma vez que, tendo o governo da Namíbia tido uma importante atuação na Declaração de Windhoek e no Plano de Ação da Namíbia (2000), ele pegou para si, a partir da influência do *lobby* de ONGs e grupos de mulheres, a missão de definir a pauta da mulher, da paz e da segurança como o tema central de debate durante o seu mês na presidência do Conselho de Segurança, que seria outubro (TRYGGESTAD, 2009). Desse modo, a assinatura da Resolução 1325 foi um marco especial, uma vez que "um país não ocidental [assumiu] o patrocínio de uma possível resolução do Conselho de Segurança sobre mulheres, paz e segurança"[193] (TRYGGESTAD, 2009, p. 547).

Com isso, é possível perceber que mais uma vez se destacou a atuação e o ativismo das mulheres e de organizações de mulheres, dado que foi visto a atuação de um *lobby* de diferentes grupos para a elaboração da temática da mulher, da paz e da segurança (ARIÑO, 2006, 2016a; TRYGGESTAD, 2009; RABELO, 2011; MESA, 2012). Assim, a Resolução 1325 é fruto do movimento de mulheres ativistas, de ONGs, de diferentes Estados e do próprio Conselho de Segurança, ou seja, foi um movimento interno da ONU em conjunto com ações externas (TRYGGESTAD, 2009).

Posto isso, é importante destacar que, fazendo parte das Resoluções Temáticas, a Resolução 1325 atua com base o Capítulo VI da Carta da ONU, assim como tem uma natureza não coercitiva, ou seja, ela carrega "um imperativo normativo que se destina a influenciar o comportamento (no curto ou longo prazo) nos níveis internacional e nacional"[194] (TRYGGESTAD, 2009, p. 544), não gerando assim, um caráter de obrigatoriedade por parte dos Estados no seu cumprimento. Por isso, ao longo de todo o texto da Resolução, é usado termos como "encoraja", "solicita", "pede", "exorta", "convida", entre outros (CSNU, 2000; TRYGGESTAD, 2009).

Desse modo, a Resolução 1325 atua como um catalisador de mudanças e um marco de referência para análise dos conflitos armados e dos seus diferentes impactos sobre a vida das mulheres e meninas (ARIÑO, 2006; RABELO, 2011; GIANNINI, 2014; HAPPEL, 2015; SHEPHERD, 2015; OLIVEIRA; RABELO, 2017). Ou seja, a Resolução 1325 foi uma resolução inovadora e pode ser considerada um passo na direção certa, em que deve ser

[193] Tradução livre. Texto original: "[...] a non-Western country taking on the sponsorship of a possible Security Council resolution on women, peace, and security" (TRYGGESTAD, 2009, p. 547).
[194] Tradução livre. Texto original: "[...] they carry a normative imperative that is intended to influence behavior (in the short or long term) at both the international and national levels" (TRYGGESTAD, 2009, p. 544).

considerado um processo de paz integrativo, além de ser um marco e uma ferramenta fundamental para o movimento e ativismo de mulheres (TRYGGESTAD, 2009; SHEPHERD, 2015

A Resolução 1325 também representou um marco na comunidade internacional a partir da inserção da perspectiva de gênero como lente de análise dos conflitos armados e da construção da paz, uma vez que conseguiu conectar dois níveis de análise das RI, ou seja, a *high* e a *low politics* (RABELO, 2011; GIANNINI, 2014; OLIVEIRA; RABELO, 2017; PACHECO, 2018). Assim como afirma Tryggestad (2009, p. 540-542), uma barreira formal foi quebrada entre esses dois níveis de política, uma vez que as questões de gênero, até então consideradas *low politics*, passaram a fazer parte da *high politics* das relações internacionais. Logo, a Resolução 1325 fez a diferença "ao colocar os interesses e preocupações das mulheres na agenda de segurança da ONU"[195] (TRYGGESTAD, 2009, p. 541).

O preâmbulo da 1325 reafirma

> "o importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na consolidação da paz, e sublinhando a importância de que participem em pé de igualdade e se envolvam plenamente em todos os esforços para a manutenção e promoção da paz e da segurança, e a necessidade de aumentar sua participação no processo decisório em relação à prevenção e à resolução de conflitos" (CSNU, 2000, p. 1).

A partir disso, percebe-se que a Resolução tem como foco o destaque para o papel da mulher nas operações de paz, elas atuando em diferentes níveis, como a tomada de decisão, negociação, bons ofícios, representantes especiais, observadores militares, policiais civis e dedicadas às tarefas humanitárias (Artigos 1, 2, 3 e 4) (CSNU, 2000). Desse modo, a Resolução 1325 tem sido um importante instrumento para incluir a questão de gênero e a participação das mulheres nos processos formais da paz (MESA, 2012), uma vez que ajudou a "[transformar] a imagem das mulheres de vítimas exclusivas da guerra em participantes ativas como pacificadoras, construtoras e negociadoras da paz"[196] (SHEPHERD, 2015, p. 66).

Assim, ela chama a atenção para diferentes questões, mas destaca principalmente: a necessidade de aumentar a participação das mulheres, em diferentes postos e funções nos diferentes níveis das operações de paz; e a necessidade de aumentar a sensibilidade de gênero nos acordos de paz (CSNU, 2000; TRYGGESTAD, 2009; GIANNINI, 2014; ARIÑO, 2016a; FEDERER, 2016; OLIVEIRA; RABELO, 2017). Além de que é necessária essa inclusão no nível operacional, tático e estratégico das missões, assim como no estabelecimento de pontos

[195] Tradução livre. Texto original: "[...] in putting women's interests and concerns on the UN security agenda" (TRYGGESTAD, 2009, p. 541).
[196] Tradução livre. Texto original: "this has transformed the image of women from being exclusively victims of war to being active participants as peacemakers, peace-builders, and negotiators" (SHEPHERD, 2015, p.66).

focais de gênero, nas equipes de *staff*, nos treinamentos militares, policiais (*peacekeepers*) e civis, nas mesas de negociação e equipes de mediação (*peacemakers*) e *peacebuilders* (GIANNINI, 2014); ressaltando também a necessidade de mulheres uniformizadas nos contextos de violência e de reconstrução da paz (GIANNINI; MATHIAS, 2018).

Todavia, a temática da mulher, da paz e da segurança se ampliou e se aprofundou ao longo dos anos, e novas resoluções foram elaboradas a fim de dar continuidade às iniciativas que tinham como foco reforçar a implementação da 1325, além de abordar novas questões (CARREIRAS, 2014). A partir disso foi desenvolvido a Agenda Mulheres, Paz e Segurança (Agenda MPS), que conta com dez resoluções específicas para tratar sobre a temática da mulher, da paz e da segurança internacional.

Com isso, é possível perceber que a Agenda MPS dá base para a expansão de múltiplas discussões sobre a necessidade da inclusão das mulheres e da perspectiva de gênero nos processos de paz. Desse modo, ela se constitui como uma importante ferramenta para a análise da atuação das mulheres e da inclusão de gênero nos processos de *peacemaking* (MESA, 2012; FEDERER, 2016; FEDERER; GASSER, 2016).

Sendo assim, em 2008, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1820 (2008) que tinha como propósito maior denunciar as práticas de violência sexual cometido nos cenários de conflitos armado, e reafirma tais atos como sendo crimes de guerra, crime contra a humanidade e de genocídio, uma vez que eles eram usados contra a população como uma tática de guerra (CSNU, 2008; CARREIRAS, 2014).

A partir disso, o foco do Conselho de Segurança se ampliou, abrindo espaço para novas pautas de debate, sendo a violência sexual e o seu impacto na vida da população civil, em especial das mulheres e meninas, uma delas. Todavia, é importante ressaltar que o cerne da resolução 1820 é a incidência da violência sexual contra mulheres e meninas, não fazendo assim, referência aos homens e meninos como vítimas de tais atos (CSNU, 2008). Foi apenas em 2019, com a Resolução 2467 (2019), que o Conselho de Segurança passou a enxergar e pontuar os homens e meninos como também vítimas das atrocidades da violência sexual (Artigo 28 e 32) (CSNU, 2019a).

As Resoluções seguintes passaram a reforçar e a complementar o que estava previsto nas Resoluções 1325 (2000) e na 1820 (2008) (CARREIRAS, 2014; GIANNINI, 2014). Contudo, elas trouxeram novas perspectivas para a análise da temática, assim como indicaram a necessidade da presença das mulheres em diferentes fases do conflito armado.

A 1888 (2009), por exemplo, incluiu a necessidade da presença do Representante Especial do Secretário-Geral para tratar de questões relacionadas ao combate à violência

sexual em conflito armado, assim como pontuou a necessidade da presença de Assessores de Gênero (*Gender Advisor)* em campo para lidar com a proteção da mulher e para implementar as questões de gênero (CSNU, 2009a; CARREIRAS, 2014).

A 1889 (2009), por sua vez, voltou a atenção para a urgência de melhorar a participação da mulher em todas as etapas dos processos de paz, com ênfase para a sua atuação no cenários de pós-conflito, uma vez que se percebeu a exclusão e os obstáculos que as mulheres enfrentavam; assim como também destacou a situação da mulher local no contexto de pós-conflito, sendo necessário promover a promoção do empoderamento e da maior participação social desse grupo de mulheres, dado que suas perspectivas e necessidades deveriam ser levadas em consideração na elaboração dos acordos de paz. Logo, a fim de monitoramento das ações dos Estados, em âmbito nacional, foi indicado a elaboração dos Planos Nacionais de Ação (PNA), esse que tinha como objetivo servir como um indicador do progresso do cumprimento da Resolução 1325 (CSNU, 2009b; CARREIRAS, 2014; GIANNINI, 2014).

As Resoluções 1960 (2010) e a 2106 (2013) retomaram a temática da violência sexual ao destacar a emergência de maior foco para o monitoramento das operações de paz para as questões de gênero em campo, com a aplicação de um sistema de vigilância, análise, apresentação de informações e de responsabilização pelos atos de agressão sexual; assim como reitera a importância de um maior envolvimento dos diferentes atores (Conselho de Segurança, Estados, Organizações Regionais, ONGs e Organizações locais de mulheres) no cumprimentos dos requisitos necessários para o combate à impunidade pelos crimes sexuais (CSNU, 2010, 2013a; CARREIRAS, 2014; GIANNINI, 2014).

Por sua vez, a Resolução 2106 (2013) ressalta também a importância "da participação dos homens e meninos nas atividades destinadas ao combater a todas as formas de violência contra as mulheres" (CSNU, 2013a, p. 1), considerando essa atuação fundamental para todo o processo[197]. Contudo, ela continua a não considerar os homens e meninos como vítimas de tais atos de agressão sexual, apenas pontua que eles sofrem os efeitos da violência sexual, assim como toda a comunidade (Preâmbulo). Todavia, a Resolução 2106 (2003) reafirma o papel diferenciado das Assessoras de Gênero em campo, ao pontuar que elas são fundamentais para a incorporação da perspectiva de gênero na política, no planejamento e implementação nas operações de paz (Artigo 8) (CSNU, 2013a); uma vez que as Assessoras

[197] O movimento HeForShe é uma iniciativa da ONU, que foi fundada em 2014, e que parte deste pressuposto presente na Resolução 2106 (2013), uma vez que destaca a importância da atuação dos homens e meninos nas atividades destinadas ao combate a todas as formas de violência contra a mulher. Para saber mais, acesse: HeForShe. Disponível em: https://www.heforshe.org/pt-br. Acesso em 23 de out 2021.

auxiliam na capacitação do pessoal da missão (militares, policiais e civis), na assessoria estratégica das lideranças e na atuação direta com a população local, visto que buscam coordenar esforços para a proteção da população civil contra os casos de violência e abuso sexual (ATHIE; TAYLOR, 2017).

As Resoluções 2122 (2013) e a 2242 (2015) voltam a focar na questão do empoderamento feminino e na busca pela igualdade de gênero, visto que essas ações são consideradas essenciais para a estabilização da sociedade, da paz e da segurança internacional. São propostas medidas mais robustas para promover a efetivação da 1325 em campo, assim como se destaca a necessidade de maior interação entre os agentes dos processos de paz formal com as organizações de mulheres locais. Ou seja, se evidencia que a busca pela paz sustentável só é possível mediante a efetivação de uma ação integrada que promova a igualdade de gênero. Logo, foi inserida a ideia da transversalidade de gênero ao longo das operações de paz e seus desdobramentos (CSNU, 2013b, 2015; CARREIRAS, 2014; GIANNINI, 2014).

O Conselho de Segurança, por meio da Resolução 2242 (2015), fez um balanço dos 15 anos da 1325 (2000), analisando as suas iniciativas ao longo dos anos e ressaltando a necessidade de maior implementação da Agenda MPS, uma vez que ainda era visto uma sub-representação de mulheres nas áreas relacionadas à política, à paz e à segurança internacional. Assim, foi sugerido a revisão dos Planos Nacionais de Ação, para assegurar maior representação das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, nas delegações de negociação e mediação, e da integração da sociedade civil. Também destacou a necessidade dos PNAs estarem conectados com a realidade nacional de cada Estado Membro, sendo necessário também a atuação da sociedade civil e de organizações locais na elaboração e implementação das resoluções (CSNU, 2015).

Assim como já foi citado, a Resolução 2467 (2019) foi a primeira a inserir os homens e meninos como também vítimas da violência sexual, destacando o peso e o estigma social que esta categoria de delitos carrega consigo. A Resolução 2493 (2019), por sua vez, finaliza, por enquanto, as resoluções que constituem a Agenda MPS. Esta Resolução reafirma o papel da mulher e da perspectiva de gênero para as operações de paz, enfatizando a importância da garantia de uma participação inclusiva e da avaliação dos desafios para a implementação de fato da Agenda (CSNU, 2019a, 2019b).

Contudo, em 2020, em comemoração aos 20 anos da Resolução 1325, foi aprovada uma nova Resolução, a 2538 (2020), que não faz parte da Agenda MPS, mas que teve como objetivo fazer um panorama da situação da aplicação da 1325, reafirmando a necessidade da

promoção da participação plena, efetiva e significativa de mulheres uniformizadas em campo como policiais e militares (CSNU, 2020).

Assim, a partir do que foi apresentado, é notável que as resoluções que formam a Agenda MPS podem ser divididas em dois grandes grupos, sendo eles: o das resoluções que abordam e tratam sobre a necessidade da presença e participação plena, integral e igualitária das mulheres nos diferentes níveis das operações de paz; e o das que levantam o tema da violência sexual e os seus efeitos durante os conflitos armados, uma vez que essa prática passa a ser considerada uma tática de guerra (GIANNINI, 2014; ARIÑO, 2016a; OLIVEIRA; RABELO, 2017); e ambas devem ser desenvolvidas com base na perspectiva de gênero. Logo, os pilares da Agenda Mulheres, Paz e Segurança são a participação, a proteção, a prevenção e a integração da perspectiva de gênero, ou seja, os 3 "Ps" e a integração de gênero (Ver: Quadro 6 e 7) (TRYGGESTAD, 2009; MILLER; POURNIK; SWAINE, 2014; PACHECO, 2018).

Quadro 6: Resoluções com o foco na presença e participação de mulheres

Resolução	Principais pautas
1325 (2000) (Resolução base para a temática)	- aumento da participação e representação das mulheres em todos os níveis decisórios (Artigo 1 e 2); - nomeação de mais mulheres como representantes especiais do Secretário-Geral (Artigo 3); - aumento qualitativo de mulheres com a expansão de cargos e contribuições das mulheres (Artigo 4); - adoção da perspectiva de gênero nos processos de negociação e aplicação dos acordos de paz (Artigo 8); - apoio às iniciativas de paz de mulheres locais (Artigo 8); - tomar medidas especiais para proteger as mulheres e meninas da violência por motivo de gênero (Artigo 10);
1889 (2009)	- acolhe e incentiva as iniciativas nacionais dos Estados Membros voltadas à aplicação da Resolução 1325, como a elaboração dos Planos Nacionais de Ação (PNA) (Preâmbulo); - destaca os obstáculos para a participação plena das mulheres nos diferentes estágios das operações de paz, mas destaca a necessidade de maior atuação delas no contexto de pós-conflito em postos de categoria superior, com na tomada de decisão, e no processo de negociação e de elaboração do acordo de paz (Preâmbulo, Artigo 1, 4, 15); - reafirma a importância do Representante Especial do Secretário-Geral e dos Assessores de Gênero ao longo do processo da operação de paz (Artigo 7);

2122 (2013)	- reafirma a importância de promover o empoderamento feminino e a igualdade de gênero no trabalho de manutenção da paz e da segurança internacional; - destaca a necessidade de aumentar a participação e o número de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, nas soluções dos conflitos e na consolidação da paz, nos processos eleitorais, nos contingentes militares e policiais enviados para campo, e nas ações destinadas a erradicar a transferência ilícita de armas de pequeno porte (Preâmbulo, Artigo 1, 8, 9 e 14); - encoraja e reafirma a necessidade de aumentar a troca de experiências e a participação de organizações de mulheres locais, assim como mulheres líderes locais nas ações de prevenção e solução dos conflitos (Artigo 6 e 7);
2242 (2015)	- reafirma a necessidade da revisão das estratégias nacionais para a implementação da temática da mulher, da paz e da segurança, assim como destaca a necessidade de uma maior representação feminina, como a participação da sociedade civil; - destaca o incentivo ao desenvolvimento dos Planos Nacionais de Ação, esses condizentes com a realidade doméstica de cada Estado, assim como a importância do apoio da sociedade civil na aplicação da Agenda (Artigo 1 e 2); - destaca a luta contra o terrorismo e a violência generalizada, sendo fundamental a preservação dos direitos das mulheres; assim como a aplicação transversal da perspectiva de gênero em todos os mandatos (Preâmbulo, Artigo 11, 12 e 13);
2493 (2019)	- reafirma a importância da sua implementação por parte dos Estados Membros, de forma que promova a participação plena, igualitária, significativa e inclusiva de mulheres ao longo de todas as etapas dos processos de paz, - reafirma a incorporação da perspectiva de gênero nos mandatos das operações de paz e do aumento de mulheres civis e uniformizadas (Artigo 1, 2 e 9);

Fonte: Elaboração própria com base das Resoluções do CSNU - S/RES/1325 (2000); S/RES/1889 (2009); S/RES/2122 (2013); S/RES/2242 (2015); S/RES/2493 (2019).

Quadro 7: Resoluções com foco na violência de gênero e sexual

Resolução	Principais pautas
1820 (2008) (Resolução base para a temática)	- destaca que o uso da violência sexual como tática de guerra pode agravar a situação de conflito armado, sendo necessária a adoção de medidas eficazes para conter tais atos (Artigo 1); - é necessária a refutação dos mitos que alimentam e reforçam os atos de violência sexual (Artigo 3); - o estupro e outras formas de violência sexual podem ser considerados crimes de guerra, crimes contra a humanidade e atos constitutivos de genocídio (Artigo 4); - é de fundamental importância o contato, a consulta e a representação de mulheres e organização de mulheres

	locais e civis, como mecanismo para proteger as vítimas da violência sexual, além de ajudar no processo de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) (Artigo 10 e 11); - é necessário o convite para que as mulheres participem dos debates e dos processos decisórios (Artigo 12);
1888 (2009)	- reafirma a necessidade de combater os atos de violência sexual em conflito armado, uma vez que o seu uso como tática de guerra agrava a situação do conflito e impede o restabelecimento da paz e da segurança internacional (Artigo 1); - destaca a necessidade da nomeação de um Representante Especial do Secretário-Geral para o enfrentamento da violência sexual; assim como é necessária a presença de Assessores de Gênero em campo para prestar apoio a proteção da mulheres e para questões de gênero (Artigo 4 e 12);
1960 (2010)	- reafirma o perigo do uso da violência sexual como tática de guerra, uma vez que pode fazer parte de um ataque generalizado e sistemático que prolonga a situação de conflito armado e que dificulta o restabelecimento da paz e da segurança (Artigo 1); - solicita o estabelecimento de dispositivos de vigilância, de análise e apresentação de informações sobre a situação dos conflitos armados, no que diz respeito a situação da violência sexual; além de reafirmar a necessidade da troca de informações com o Representante Especial do Secretágio-Geral (Artigo 8 e 14); - reafirma a importância do trabalho do Assessor de Gênero na proteção das mulheres (Artigo 10);
2106 (2013)	- destaca a importância do empoderamento político, social e econômico das mulheres, assim como a igualdade entre os gêneros e a necessidade da participação dos homens nas atividades destinadas ao combate de toda forma de violência contra as mulheres (Preâmbulo); - reafirma a preocupação com a violência sexual, uma vez que eles agravam a situação de conflito armado, bem como devem ser considerados crime de guerra, crime contra a humanidade e ato de genocídio; contudo, destaca a importância da participação das mulheres em toda resposta de prevenção e proteção conta tais atos (Artigo 1 e 2); - exorta a necessidade da troca de informações mais oportunas, objetivas, precisas e fidedignas para dar respostas mais direcionadas aos casos de violência sexual; além de pontuar como essencial e diferenciada a atuação dos Assessores de Gênero na resposta aos casos de violência (Artigo 7 e 8);
2467 (2019)	- afirma a importância do compromisso dos sociedade civil, e em específico do Estados Membros, na aplicação dos dispositivos pertinentes às resoluções relativas às mulheres, a paz e a segurança; assim como a renovação dos Planos Nacionais de Ação (preâmbulo e Artigo 35); - reconhece que a violência sexual e de gênero, em

	situações de conflito armado, pode ser utilizado como parte dos objetivos estratégicos das partes envolvidas nos conflitos, e que tais atos afeta desproporcionalmente as mulheres e as meninas, sendo esses, em muitos casos, tendo relação com a desigualdade e discriminação de gênero, fruto de questões estruturais e culturais; contudo, é importante destacar que os homens e meninos também são vítimas de tais atos (preâmbulo, Artigo 21, 28 e 32);

Fonte: Elaboração própria com base das Resoluções do CSNU - S/RES/1820 (2008); S/RES/1888 (2009); S/RES/1960 (2010); S/RES/2016 (2013); S/RES/2467 (2019).

4.2.3 - Os objetivos estratégicos

Ao longo da elaboração da Agenda "Mulheres, Paz e Segurança", alguns termos aparecem de forma recorrente, os quais devem ser levados em consideração, uma vez que eles são postos como objetivos estratégicos, sendo eles: o equilíbrio de gênero e a integração da perspectiva de gênero (*mainstreaming gender perspective*). Assim, é necessário incluir a participação de mulheres, a fim de que a sua representação atinja um equilíbrio de gênero para com os homens (50/50, de acordo com o documento A/50/691 da Assembleia Geral)[198], bem como a perspectiva de gênero seja incluída ao longo dos mandatos das operações de paz e na atuação em campo, fazendo com que ocorra uma transversalidade da temática (RABELO, 2014; GIANNINI, 2014; FEDERER; GASSER, 2016; PACHECO, 2018).

Desse modo, integrar a categoria de gênero é ter em mente que os homens e as mulheres têm diferentes experiências e percepções sobre a guerra, a segurança e a paz. Assim, quando a ONU coloca esse termo como um dos seus objetivos estratégicos, a Organização destaca que os diferentes pontos de percepção devem ser levados em consideração ao longo da condução das operações de paz, assim como na assinatura dos mandatos e dos acordos de paz entre as partes envolvidas no conflito. Sendo assim, integrar o equilíbrio de gênero evidencia a importância de se ter uma participação plena e igualitária das mulheres para com os homens (RABELO, 2011).

Contudo, Julia P. Federer e Rachel Gasser (2016, p.5) coloca que:

> "enquanto gênero se refere às experiências socialmente construídas de homens e mulheres, as normas de gênero nos processos de mediação tendem a se concentrar nas mulheres. Os instrumentos normativos sobre gênero nos processos de paz, como a Agenda MPS, enfocam as mulheres, visto que a maioria dos mediadores tem sido historicamente do sexo masculino. Essas normas baseiam-se na igualdade entre homens e mulheres. Eles se concentram em como as experiências das mulheres podem torná-las atores para a mudança no conflito e na paz. É por isso que o

[198] Para mais informações, acesse: UNGA. Report of the Secretary-General on improvement of the status of women in the Secretariat (A/50/691). Disponível em: https://www.un.org/womenwatch/daw/documents/ga50.htm. Acesso em 31 de out 2021.

> discurso da mediação de paz está preocupado principalmente com (1) a participação significativa das mulheres como partes e mediadoras nos processos de paz e (2) os resultados de sua inclusão"[199].

Logo, entende-se equilíbrio de gênero como a possibilidade de que homens e mulheres possam desenvolver atividades conjuntas, de forma que ocupem os mesmos cargos e posições. Ou seja, é necessário que ocorra uma paridade numérica e de funções entre aqueles que participam de determinadas ações (GIANNINI, 2019; UN WOMEN).

De acordo com o Departamento de Operações de Paz (DPO, 2020), o equilíbrio de gênero deve ser encorajado a fim de que se possa atingir a justiça social e a igualdade de gênero. Desse modo, pode-se entender que o equilíbrio de gênero é um passo fundamental para atingir a igualdade de gênero (GIANNINI, 2019). Logo,

> "Igualdade de gênero refere-se à igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades de mulheres e homens. Igualdade não significa que mulheres e homens se tornarão iguais, mas que os direitos, responsabilidades, contribuições e oportunidades das mulheres e dos homens não dependerão do fato de eles nascerem homem ou mulher. A igualdade de gênero implica que os interesses, necessidades e prioridades de mulheres e homens sejam levados em consideração, reconhecendo a diversidade dos diferentes grupos de mulheres e homens. A igualdade de gênero não é uma "questão das mulheres", ela diz respeito, e deve envolver totalmente, tanto homens quanto mulheres"[200] (DPO, 2020, p. 9-10).

A partir disso, percebe-se a igualdade de gênero a partir da igualdade de acesso, direitos e representação entre os diferentes grupos de homens e mulheres, bem como não diz respeito apenas a "questões das mulheres", mas é uma pauta que engloba as múltiplas identidades e performances de mulheres e homens (FEDERER, 2016; DPO, 2020; COE, 2021).

Por sua vez, a integração da perspectiva de gênero (*mainstreaming gender perspective*), diz respeito ao

> " [...] processo de avaliar as implicações para mulheres e homens de qualquer ação planejada, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para tornar as preocupações e experiências de mulheres e

---

[199] Tradução livre. Texto original: "While gender refers to the socially constructed experiences of both men and women, gender norms in mediation processes tend to focus on women. Normative instruments on gender in peace processes such as the WPS Agenda focus on women as the majority of mediators have historically been male. These norms are based on equality between and among men and women. They focus on how women's experiences can render them actors for change in conflict and peace. This is why the peace mediation discourse is concerned mainly with (1) women's meaningful participation as parties and mediators in peace processes and (2) the results of their inclusion" (FEDERER; GASSER, 2016, p. 5).

[200] Tradução livre. Texto original: "Gender equality refers to the equal rights, responsibilities and opportunities of women and men. Equality does not mean that women and men will become the same but that women and men's rights, responsibilities, contributions and opportunities will not depend on whether they are born male or female. Gender equality implies that the interests, needs and priorities of both women and men are taken into consideration, recognising the diversity of different groups of women and men. Gender equality is not a "women's issue", it concerns, and should fully engage, men as well as women." (DPO, 2020, p. 9-10).

> homens uma dimensão integral do desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais para que mulheres e homens se beneficiem igualmente e a desigualdade não seja perpetuada. O objetivo final é alcançar a igualdade de gênero"[201] (ECOSOC, 1997).

Ou seja, é o entendimento de que homens e mulheres têm experiências e necessidades diferentes e únicas ao longo dos conflitos armados e da paz, e que ambas devem ser levadas em consideração de forma integral. Posto isso, é importante pontuar o princípio da não neutralidade de gênero, de forma que todas as diferenças entre os gêneros sejam percebidas e levadas em consideração (ECOSOC, 1997; OLSSON, 2000; UN, 2000a).

A integração da perspectiva de gênero nos processos de paz diz respeito à integração das necessidades específicas de cada grupo ao longo da elaboração dos mandatos e da condução das operações de paz. Também está conectada com a inclusão de Assessores de Gênero e dos Representantes Especiais do Secretário-Geral ao longo da atuação no terreno; ao processo de levar em consideração as demandas das mulheres e meninas no desenvolvimento dos mandatos, assim como destacar questões humanitárias; e a incorporação das experiências e perspectivas das mulheres locais e das organizações de mulheres ao longo do desenvolvimento de políticas e programas destinados à paz (OLSSON, 2000; MILLER; POURNIK; SWAINE, 2014).

E assim como o equilíbrio de gênero, o *gender mainstreaming* é mais um dos objetivos estratégicos para se atingir a igualdade de gênero (COHN; KINSELLA; GIBBINGS, 2004), dado que, mesmo sendo questões diferentes, elas são complementares e devem atuar em conjunto, uma vez que mesmo "o equilíbrio de gênero por si só [aumente] a integração de gênero[...], a integração de gênero é responsabilidade de homens e mulheres"[202] (UN, 2000a, p. 6).

Desse modo, a integração da perspectiva de gênero tem conexão com a busca pelo equilíbrio de gênero, uma vez que uma questão vai se conectando e puxando a outra. Ou seja, ao inserir a categoria de gênero nas operações de paz, a falta de representação das mulheres é evidenciada, fazendo assim, com que se pontue a necessidade de maior representação e

---

[201] Tradução livre. Texto original: ""Mainstreaming a gender perspective is the process of assessing the implications for women and men of any planned action, including legislation, policies or programmes, in all areas and at all levels. It is a strategy for making women's as well as men's concerns and experiences an integral dimension of the design, implementation, monitoring and evaluation of policies and programmes in all political, economic and societal spheres so that women and men benefit equally and inequality is not perpetuated. The ultimate goal is to achieve gender equality." (ECOSOC, 1997).

[202] Tradução livre. Texto original: "Indeed, there is much evidence that gender balance in and of itself increases gender mainstreaming. However, gender mainstreaming is the responsibility of both men and women." (UN, 2000a, p. 6).

participação das mulheres nos processos de paz, a fim de que tanto as demandas dos homens, já presente nas operações, quanto das mulheres sejam destacadas (OLSSON, 2000).

Sendo assim, as ações ao longo do desenvolvimento das operações de paz, como a atuação em terreno, o contato com a população local, a análise dos efeitos da violência sexual, a busca pelos direitos humanos, as medidas de negociação e reconstrução pós-conflito e a elaboração de agendas políticas, por exemplo, devem ser pautadas pelo *gender mainstreaming,* ou seja, pela transversalidade de gênero (GIANNINI, 2014, 2019).

Em vista disso, integrar a categoria de gênero de forma transversal é ter em mente que deve ocorrer

> "a (re) organização, melhoria, desenvolvimento e avaliação dos processos políticos, de modo que uma perspectiva de igualdade de gênero seja incorporada em todas as políticas, em todos os níveis e em todas as etapas, pelos atores normalmente envolvidos na formulação de políticas."[203] (COUNCIL OF EUROPE, 1998, apud, COE, 2021).

Logo, ela deve ser aplicada na elaboração de políticas e de pautas sociais, a fim de que se resolva a desigualdade de gênero e se atinja a sua equidade (COSTA; PORTO, 2012; COE, 2021).

A partir do que foi apresentado, percebe-se que existe uma conexão entre os objetivos estratégicos que a ONU apresenta ao longo da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, sendo a implementação desses objetivos possível a partir da elaboração dos Planos Nacionais de Ação por parte dos Estados e Organizações. Sendo assim, o próximo tópico será destinado à análise da implementação da Agenda MPS.

4.3 - A implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança

A partir do que foi visto ao longo das Resoluções que formam a Agenda MPS, é possível perceber que a implementação da mesma, por parte dos Estados-membros da ONU, pode ocorrer por meio da elaboração de Planos Nacionais de Ação (PNA) (CSNU, 2000, 2009b, 2015).

Ao longo dos primeiros anos dos anos 2000, Declarações Presidenciais do Conselho de Segurança[204] pontuaram sobre a necessidade de elaboração e implementação de planos

[203] Tradução livre. Texto original: "The (re)organization, improvement, development and evaluation of policy processes, so that a gender equality perspective is incorporated in all policies at all levels and at all stages, by the actors normally involved in policy-making." (COUNCIL OF EUROPE, 1998, apud, COE, 2021).

[204] Statement by the President of the Security Council S/PRST/2002/32; Statement by the President of the Security Council S/PRST/2004/40; Statement by the President of the Security Council S/PRST/2005/52; sendo reafirmado na Declaração de 2007 (Statement by the President of the Security Council - S/PRST/2007/5).

nacionais estratégicos, a fim de reafirmar a importância do comprometimento dos Estados com a Resolução 1325. Contudo, foi apenas com a Resolução 1889/2009 que o tema foi definido como ação prioritária e passou a fazer parte da Agenda MPS (UNSC, 2002, 2004, 2005, 2007; CSNU, 2009b; GUMRU; FRITZ, 2009; ZAKHAROVA, 2012; FEDERER; GASSER, 2016; PEACEWOMEN, 2021).

Assim, os Planos Nacionais de Ação dizem respeito a uma série de medidas planejadas pelos Estado, Organizações, ONGs e a sociedade civil, a fim de aplicar no contexto nacional e internacional determinadas políticas e objetivos específicos relacionados a busca pela igualdade de gênero (MILLER; POURNIK; SWAINE, 2014). Ou seja, os Planos Nacionais são estratégias nacionais adotadas pelos Estados a fim de promover e operacionalizar a Agenda MPS (FEDERER; GASSER, 2016; DRUMOND; RABELO, 2018; GIANNINI; MATHIAS, 2018; SCHWETHER, 2020; PEACEWOMEN, 2021).

Desse modo, é importante pontuar que os Planos de Ação podem adquirir diferentes formas e temáticas, além de terem uma abrangência local, regional, internacional e organizacional, uma vez que eles atuam em diferentes contextos, podendo serem aplicados, por exemplo, por países que estão saindo de uma situação de conflito armado prolongado, ou por países que não tem histórico recente de disputas internas (GUMRU; FRITZ, 2009; FRITZ, 2010; ZAKHAROVA, 2012; FEDERER; GASSER, 2016; PEACEWOMEN, 2021). Contudo, destaca-se a urgência necessária dos Estados em elaborarem e adotarem os PNAs na esfera doméstica (HAPPEL, 2015), uma vez que eles precisam mostrar comprometimento na adoção das recomendações previstas pelas Resoluções do Conselho de Segurança (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013; OLIVEIRA; RABELO, 2017; GIANNINI; MATHIAS, 2018).

Sendo considerada um compromisso normativo (MILLER; POURNIK; SWAINE, 2014), os PNAs conferem legitimidade às ações desenvolvidas por indivíduos ou organizações civis que buscam promover a paz e a igualdade de gênero no âmbito nacional, uma vez que a partir das recomendações internacionais vindas da ONU, seguindo o modelo *top-down*, são elaborados os Planos que servirão de base para o desenvolvimento de políticas públicas. Logo, a atuação e o comprometimento da sociedade civil junto da elaboração do PNA são de fundamental importância (BARROW, 2009; CSNU, 2015; ARIÑO, 2016a; DRUMOND; RABELO, 2018).

Desse modo, o conteúdo de cada PNA deve ser elaborado de acordo com objetivos reais que condizem com a realidade nacional dos Estados, ou seja, o contexto doméstico e

internacional de cada país deve ser levado em consideração, devendo ser pontuado que cada um desenvolve o Plano de Ação de acordo com temas que lhe são mais sensíveis, urgentes e prioritários (GUMRU; FRITZ, 2009; MESA, 2012; ARIÑO, 2016a; FEDERER; GASSER, 2016; DRUMOND; RABELO, 2018).

Em países que não estão vivenciando o conflito armado ou que não tem histórico recente de tais atos, os Planos de Ação, por exemplo, dão base para o desenvolvimento de políticas que ajudam na promoção da igualdade de gênero, assim como servem de instrumento para pautas de política externa, e de temas relacionados à economia, educação e saúde. Assim, preza-se pela promoção do fim das desigualdades, discriminações e vulnerabilidades de gênero, pela elaboração de políticas que promovam a proteção e os direitos das mulheres, o acesso igualitário a postos e funções políticos, públicos e privados, assim como a atividades relacionadas à segurança pública, como em cargos policiais e das Forças Armadas, que estejam relacionadas na promoção da paz e da segurança nacional e internacional. Sendo considerado, assim, uma Agenda também importante para os tempos de paz (FRITZ, 2010; ZAKHAROVA, 2012; GIANNINI; FOLLY, 2017; DRUMOND; RABELO, 2018).

Já os países que estão vivenciando a guerra, ou que saíram recentemente de tal cenário de conflito armado, os PNAs ajudam na elaboração de políticas que promovam o restabelecimento da ordem, da justiça social e da paz, mediante a incorporação de mulheres nas diferentes etapas dos processos de paz, a fim de se atingir o equilíbrio de gênero, assim como a inclusão nos mandatos e nos acordos de paz questões relacionadas à perspectiva de gênero (FRITZ, 2010; MESA, 2012). A exemplo disso, é possível perceber a elaboração dos PNAs de países como a Libéria e Costa do Marfim (MILLER; POURNIK; SWAINE, 2014; PACHECO, 2018).

Assim, de acordo com Mesa (2012, p. 207), "os Planos de Ação têm sido uma ferramenta de trabalho relevante para as organizações de mulheres, o que tem permitido discutir com seus governos questões relevantes relacionadas a gênero e conflitos"[205]. Com isso, ressalta-se a conexão que existe entre as ações locais de mulheres e as iniciativas previstas no cenário internacional, como a Agenda MPS (ARIÑO, 2006; MESA, 2012; SHEPHERD, 2015).

[205] Tradução livre. Texto original: "Los Planes de Acción ha sido una herramienta de trabajo relevante para las organizaciones de mujeres, que les ha permitido discutir con sus gobiernos cuestiones relevantes relacionadas com el género y los conflictos" (MESA, 2012, p. 207).

Contudo, quando se analisa a elaboração dos PNAs, algumas questões devem ser levadas em consideração, como, por exemplo: o enfoque, a estratégia e áreas prioritárias, dado que o conteúdo deve estar conectado com as recomendações da Agenda MPS; a questão orçamentária; a existência de um marco regulatório para avaliação e monitoramento; a atuação da população civil e os atores envolvidos na elaboração e implementação; e o cronograma de atividades para desenvolvimento e aplicação do Plano[206] (GUMRU; FRITZ, 2009; FRITZ, 2010; ZAKHAROVA, 2012; MILLER; POURNIK; SWAINE, 2014; DRUMOND; RABELO, 2018; SCHWETHER, 2020; PEACEWOMEN, 2021).

Posto isso, de acordo com o PeaceWomen (2021), atualmente (até setembro de 2021), 98 Estados-Membros da ONU adotaram um Plano Nacional de Ação, ou seja, um total de 51% dos Estados que fazem parte da Organização. Entretanto, desse total, apenas 35 PNAs (36%) incluem um orçamento atribuído para sua implementação, 31 (32%) incluem referências e ações específicas destinadas ao desarmamento, e 70 (72%) atribuem um papel específico às organizações da sociedade civil para implementação do PNA.

Os primeiros Planos de Ação foram desenvolvidos na Europa, sendo eles o da Dinamarca (2005), o da Noruega, Suécia e Reino Unido (em 2006), e o da Áustria, Espanha e Suíça (em 2007). Em 2008, Uganda e Costa do Marfim desenvolveram os seus, ampliando o leque de regiões que passaram a aderir a Resolução 1325 e o PNA. O Plano de Ação da Costa do Marfim foi significativo, uma vez que o país estava recém saído de uma guerra civil que o assolava desde 2002 (2002-2007) (Ver: Figura 1) (GUMRU; FRITZ, 2009; MILLER; POURNIK; SWAINE, 2014; PEACEWOMEN, 2021).

O Chile foi o primeiro país das Américas a adotar um PNA, em 2009, podendo destacar a sua atuação no comprometimento com a causa da mulher, uma vez que em 2015 o país atualizou o seu Plano. Na Região da Ásia e Pacífico, foi a Filipinas que primeiro adotou o primeiro PNA da região, em 2010; enquanto que na região do Oriente Médio e Norte da África foi o Iraque, em 2014 (Ver: Figura 1) (PEACEWOMEN, 2021).

Com isso, é possível perceber que os Planos Nacionais de Ação estão presentes em todas as regiões, sendo visto, do valor total atual (98 PNAs): 29,5 % (29 PNAs) na África[207];

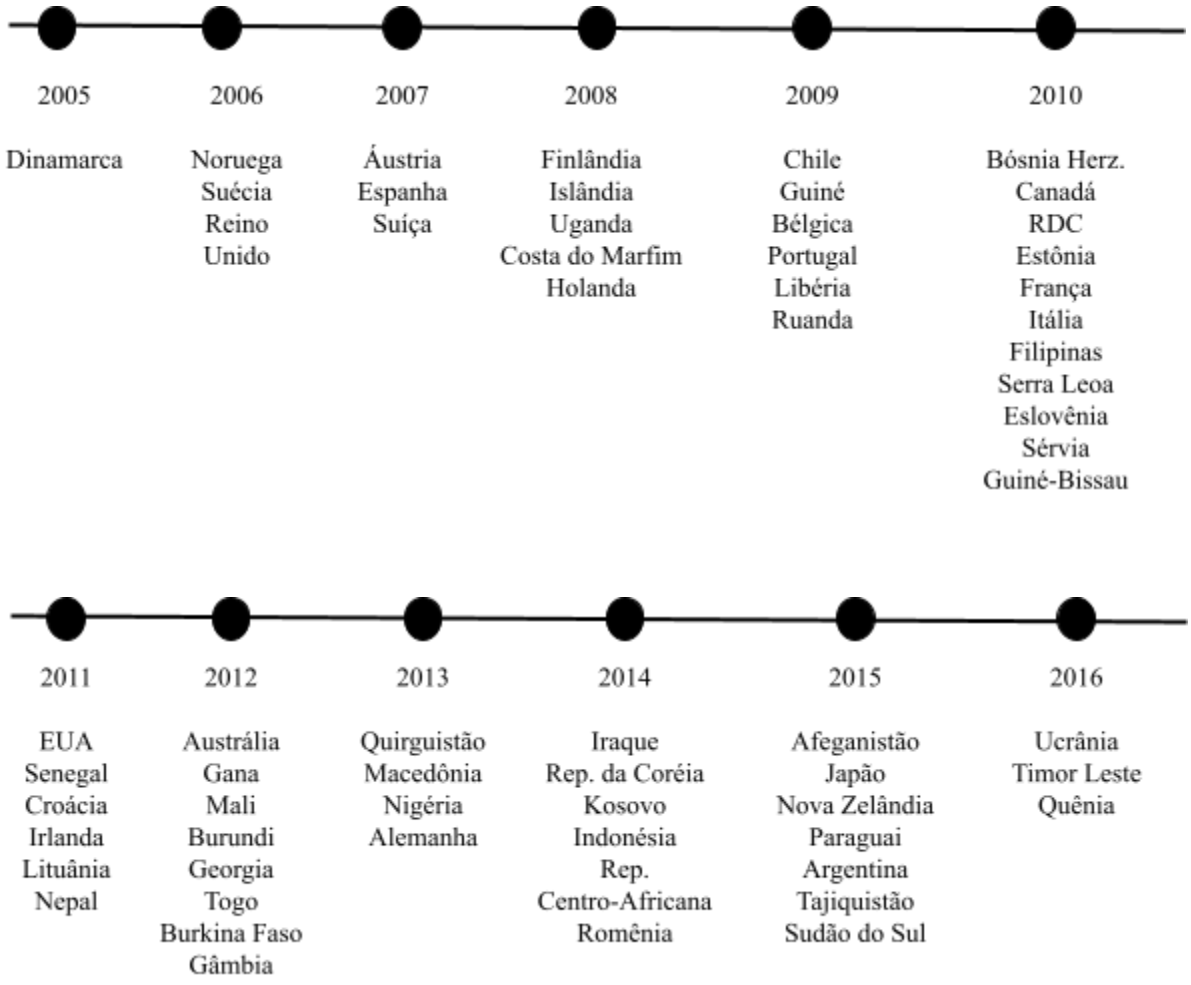
---

[206] Uma série de trabalhos se dedicaram a uma análise detalhada e sistematizada sobre os critérios básicos para a elaboração dos Planos Nacionais de Ação, podendo se destacar os trabalhos de: GUMRU; FRITZ (2009); ZAKHAROVA (2012); MILLER; POURNIK; SWAINE (2014); Além do de SCHWETHER (2020) sobre os PNAs da América do Sul.

[207] Países considerados como fazendo parte da África: África do Sul, Angola, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Costa do Marfim, Djibouti, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Ruanda, Senegal,Serra Leoa, Sudão, Sudão do Sul, Togo, Uganda e Quênia.

9,1 % (9 PNAs) nas Américas[208]; 13,2 % (13 PNAs) na Ásia e Pacífico[209]; 40,8 % (40 PNAs) na Europa[210]; e 7,1 % (7 PNAs) no Oriente Médio e Norte da África[211] (MENA) (PEACEWOMEN, 2021).

Figura 1: Desenvolvimento dos Planos Nacionais de Ação (PNA) por país.

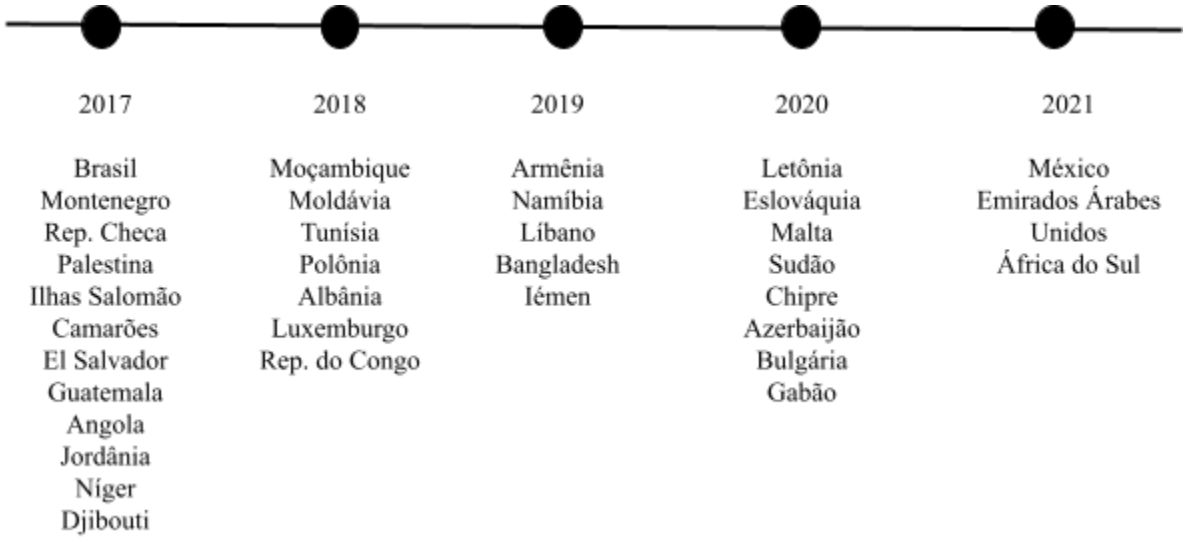


[208] Países considerados como fazendo parte das Américas: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, México e Paraguai.

[209] Países considerados como fazendo parte da Ásia e do Pacífico: Afeganistão, Austrália, Bangladesh, Filipinas, Ilhas Salomão, Indonésia, Japão, Nepal, Nova Zelândia, República da Coréia, Tajiquistão, Timor-Leste e Quirguistão.

[210] Países considerados como fazendo parte da Europa: Albânia, Alemanha, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Holanda, Islândia, Irlanda, Itália, Kosovo, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Moldávia, Montenegro, Macedônia do Norte, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Sérvia, Suécia, Suíça e Ucrânia.

[211] Países considerados como fazendo parte do Oriente Médio e Norte da África (MENA): Emirados Árabes Unidos, Iémen, Iraque, Jordânia, Líbano, Palestina e Tunísia.



Fonte: Elaboração própria com base no PeaceWomen (2021).

Sendo também importante o seu desenvolvimento em âmbito regional, podem ser vistos 11 Planos de Ação Regionais (RAPs)[212], sendo eles: o da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da União Africana (*African Union* - AU), da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of West African States* - ECOWAS), da Região dos Grandes Lagos (*Great Lakes Region of Africa*), da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (*Economic Community of Central African States* - CEEAC), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community* - SADC), da União Europeia (*European Union* - EU), da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (*Organization for Security and Cooperation in Europe* - OSCE), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (*North Atlantic Treaty Organization* - NATO), da Região do Pacífico (*Pacific Regional Action Plan*), e o Liga dos Estados Árabes (*League of Arab States*) (ZAKHAROVA, 2012; FEDERER; GASSER, 2016; PEACEWOMEN, 2021).

Contudo, é perceptível que os PNAs podem ser desenvolvidos e implementados sozinhos, ou eles podem atuar em conjunto com outras iniciativas já existentes, como é o caso da Argentina, dado que o país reuniu as pautas nacionais já existentes para a implementação da Agenda MPS na elaboração do seu Plano de Ação (ZAKHAROVA, 201; GIANNINI;

[212] É importante destacar que as regiões das Américas (América Latina e Caribe) e da Ásia não possuem um Plano de Ação Regional.

FOLLY, 20172). Também pode se destacar o caso dos países que não adotaram o PNA, entretanto, implementaram a Resolução 1325 de outras formas, como é o caso da Colômbia (GUMRU; FRITZ, 2009; GIANNINI; FOLLY, 2017). Na Colômbia, por exemplo, as mulheres conseguiram colocar em prática a 1325 no processo do Acordo de Paz entre o Estado Colombiano e as FARC, no qual, em busca por participar das negociações para o fim do conflito, as mulheres criaram a Aliança de Iniciativa das Mulheres Colombianas para a Paz (*Alianza Iniciativa de Mujeres Colombianas por la Paz* – IMP[213]), que, até os dias atuais, segue influenciando a agenda política e de segurança do país (ONU MULHERES, 2020).

Também podem ser destacados uma série de eventos na comunidade internacional que marc

aram a busca pela implementação da agenda, sendo, por exemplo: em 2001, o estabelecimento do grupo *Friends of 1325,* ação *ad hoc* organizada e liderada pelo Canadá e que conta com a presença de outros Estados-Membros da ONU; em 2008 o *Women in Development Europe* (WIDE), Conferência Anual sobre a Resolução 1325 da Rede Feminista Europeia; em 2009 a reunião do *Institute for Inclusive Security*, em Nova Iorque, que teve como resultado a iniciativa para criar um Comitê Diretor de Alto Nível da ONU sobre a Resolução 1325; em 2011 o Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) realizou uma conferência sobre a 1325; em 2012 foi realizado no Iraque um workshop, liderado pela Iniciativa Feminista Europeia, com apoio da Embaixada da Noruega no país, que buscava tratar sobre a criação de um PNA no Iraque; e em 2013, a realização de Conferências sobre a Resolução 1325 (MILLER; POURNIK; SWAINE, 2014, p. 8-9).

Desse modo, para além dos Planos Nacionais de Ação, também é importante pontuar a existência de outros meios para a implementação da Agenda MPS, a saber: como os mandatos das operações de paz e os acordos de paz, bem como "unidades de gênero dentro do Departamento de Operações de Paz (DPKO) e em missões políticas especiais; [assim como] o cargo de representante especial do secretário-geral para violência sexual; e unidades de violência sexual em países afetados pelos conflitos" (OLIVEIRA; RABELO, 2017, p. 190).

Assim, das 13 operações de paz que estão em andamento atualmente[214], segundo o Departamento de Operações de Paz, sete operações (MINUSCA, MONUSCO, MINUSMA, UNFICYP, UNMIK, UNMISS, UNIFIL) estão trabalhando para implementar a Resolução

[213] Para mais informações, acesse: Mujeres por la Paz. Disponível em: https://mujeresporlapaz.org/. Acesso em 21 de ago 2021.

[214] As 13 Operações de Paz atuais são: MINUJUSTH (Haiti); MINURSO (Saara Ocidental); MINUSCA (República Centro-Africana); MINUSMA (Mali); MONUSCO (República Democrática do Congo); UNDOF (Colinas do Golã); UNFICYP (Chipre); UNIFIL (Líbano); UNISFA (Abyei); UNMIK (Kosovo); UNMISS (Sudão do Sul); UNMOGIP (Índia e Paquistão); UNTSO (Oriente Médio).

1325 em campo e nos mandatos das Missões; podendo também destacar as operações já finalizadas, como a UNAMID, no Sudão, a MINUSTAH, no Haiti, e a UNMIL, na Libéria (PACHECO, 2018; UN PEACEKEEPING, 2021c).

Desse modo, é possível perceber, a partir da análise do Quadro 8, as atividades desenvolvidas em cada uma das operações, de forma que a perspectiva de gênero e a maior participação de mulheres seja plausível.

Quadro 8: Implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança nas Operações de Paz

País	Operação	Ano	Atividade
Chipre	UNFICYP (*United Nations Peacekeeping Force in Cyprus*)[215]	1964 - atual (2021)	- atividade de destaque em relação a presença de mulheres na UNPOL (20% do efetivo), e com representação em: chefe de missão, conselheira de gênero, oficiais de ligação com a comunidade local, e no ponto focal de gênero.
Kosovo	UNMIK (*United Nations Interim Administration Mission in Kosovo*)[216]	1999 - atual (2021)	- fortalecimento das habilidades políticas das mulheres para uma maior representação delas nos processos políticos e de paz.
Líbano	UNIFIL (*United Nations Interim Force in Lebanon*)[217]	1978 - atual (2021)	- maior atenção ao desenvolvimento de projetos que promovam a rápida inclusão de projetos direcionados às mulheres.
Mali	MINUSMA (*United Nations Multidimensional Integrated Stabilization*	2013 - atual (2021)	- a Unidade de Gênero da Missão atua com base nas Resoluções 2100 e 2164 do CSNU;

[215] Para mais informações: UNFICYP. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/mission/unficyp. Acesso em 02 de nov 2021. Gender Section. Disponível em: https://unficyp.unmissions.org/gender-and-peacekeeping. Acesso em 02 de nov 2021.

[216] Para mais informações: UNMIK. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/mission/unmik. Acesso em 02 de nov 2021. Gender Section. 2020. Disponível em: https://unmik.unmissions.org/%E2%80%98changing-mindsets%E2%80%99-women-leaders-support-each-other-lift-their-voices. Acesso em 02 de nov 2021.

[217] Para mais informações: UNIFIL. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/mission/unifil. Acesso em 02 de nov 2021.

	Mission in Mali)[218]		- apoio às iniciativas de mulheres locais, à participação políticas das mulheres, e da inclusão da perspectiva de gênero no setor de segurança.
República Centro-Africana	MINUSCA (*Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic*)[219]	2014 - atual (2021)	- a sessão de gênero é definida na Resolução 2552 do CSNU - devem ser desenvolvidas ações tanto internas quanto externas à Missão - apoio à implementação da perspectiva de gênero ao longo da operação de paz e o apoio das iniciativas de mulheres locais.
República Democrática do Congo	MONUSCO (*United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of Congo*)[220]	2010 - atual (2021)	- a Resolução 2409 do CSNU aponta como necessária a aplicação transversal de gênero; - aplicação da perspectiva de gênero em todas as atividades da Missão, com o estabelecimento de quatro áreas focais: prestação de contas, treinamento/ conhecimento de gênero, paridade e participação política feminina;
Sudão do Sul	UNMISS (*United Nations Mission in the Republic of South Sudan*)[221]	2011 - atual (2021)	- aplicação da perspectiva de gênero e da presença de mulheres a partir da Resolução 2327 do CSNU; - atuação do grupo de Conselheiros de Gênero em diferentes níveis da

[218] Para mais informações: MINUSMA. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/mission/minusma. Acesso em 02 de nov 2021. Gender Section. Disponível em: https://minusma.unmissions.org/en/mandate-gender-unit. Acesso em 02 de nov 2021; Disponível em: https://minusma.unmissions.org/en/impact-crisis-women-mali. Acesso em 02 de nov 2021.

[219] Para mais informações: MINUSCA. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/mission/minusca. Acesso em 02 de nov 2021. Gender Section. Disponível em: https://minusca.unmissions.org/en/gender. Acesso em 02 de nov 2021.

[220] Para mais informações: MONUSCO. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/mission/monusco. Acesso em 02 de nov 2021. Gender Section. Disponível em: https://monusco.unmissions.org/en/mandates-and-objectives. Acesso em 02 de nov 2021.

[221] Para mais informações: UNMISS. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/mission/unmiss. Acesso em 02 de nov 2021. Gender Section. Disponível em: https://unmiss.unmissions.org/office-gender-adviser. Acesso em 02 de nov 2021.

			Missão; - contato com mulheres líderes da sociedade civil.
Haiti	MINUSTAH (*Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti*)[222]	2004 - 2017 (Finalizada)	- ao longo da Missão de Paz foi aplicado uma Unidade de Gênero; - atuação em conjunto com a população civil e a busca pela paridade de gênero ao longo das operações.
Libéria	UNMIL (*United Nations Mission in Liberia*)[223]	2003 - 2018 (Finalizada)	- estabeleceu um Escritório para o Conselheiro Sênior de Gênero, e teve como objetivo aplicar a participação das mulheres em todas as áreas prioritárias dos mandados da Missão.
Sudão	UNAMID (*United Nations – African Union Hybrid Operation in Darfur*)[224]	2007 - 2020 (Finalizada)	- a Unidade de Gênero atuava com base nas Resoluções 1769 (2007) e 2113 (2013) do CSNU; - era aplicada a integração da perspectiva de gênero em diferentes níveis e em todas as operações da Missão; - também tinha como foco a proteção contra a violência sexual.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pela UN Peacekeeping (2021c).

A partir do que foi apresentado, tem-se que a implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança pode acontecer a partir de diferentes meios, sendo possível perceber uma atuação sistemática do Conselho de Segurança na busca por promover a participação de mulheres e a implementação da perspectiva de gênero ao longo das operações de paz. Contudo, o que se percebe, por meio de uma análise mais detalhada, é que tais iniciativas

[222] Para mais informações: MINUSTAH. Disponível em: https://minustah.unmissions.org/. Acesso em 02 de nov 2021. Gender Section. Disponível em: https://minustah.unmissions.org/genre. Acesso em 02 de nov 2021.
[223] Para mais informações: UNMIL. Disponível em: https://unmil.unmissions.org/. Acesso em 02 de nov 2021. Gender Section. Disponível em: https://unmil.unmissions.org/office-senior-gender-adviser. Acesso em 02 de nov 2021.
[224] Para mais informações: UNAMID. Disponível em: https://unamid.unmissions.org/. Acesso em 02 de nov 2021. Gender Section. Disponível em: https://unamid.unmissions.org/gender-advisory-unit. Acesso em 02 de nov 2021.

apresentam desafios e críticas. Sendo assim, o próximo tópico será destinado a uma análise detalhada sobre a avaliação, as críticas e os desafios da Agenda MPS.

4.4 - Avaliação, críticas e desafios

Assim como foi apresentado ao longo do capítulo, é perceptível que a ONU, e em especial o Conselho de Segurança, buscou diferentes formas e maneiras de inserir a mulher e a perspectiva de gênero ao longo das suas ações nos diferentes tipos de operações de paz, contudo, o que se percebeu ao longo do seu desenvolvimento foram algumas falhas. Por que? Por que importa abordar essas questões? E por que é necessário reafirmar a importância das mulheres em campo em diferentes níveis e posições? Assim, o presente tópico busca fazer uma análise e avaliação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, a fim de se entender os principais desafios e críticas que giram em torno dela.

4.4.1 - Avaliação

Assim como foi apresentado, a Agenda Mulheres, Paz e Segurança foi desenvolvida com base em dois objetivos estratégicos, sendo eles: o equilíbrio de gênero, a partir da maior presença e atuação das mulheres; e a integração da perspectiva de gênero ao longo dos mandatos das operações de paz e dos acordos de paz. Desse modo, a avaliação da Agenda será fundamentada a partir desses dois pontos.

Em relação a elaboração dos acordos, após a inclusão dos dois objetivos estratégicos, percebe-se que eles se tornam mais inclusivos e progressivos, uma vez que leva em consideração os direitos humanos, sociais, políticos, econômicos e culturais dos diferentes grupos que compõem a sociedade, fazendo assim, com que a paz seja mais justa, ou seja, atinja o nível da paz positiva. Logo, eles acabam tendo maior legitimidade entre a população (ARIÑO, 2016a; O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013).

Um exemplo disso é que, a partir do que é colocado na Agenda MPS e nas iniciativas internacionais, tem-se que as iniciativas locais de mulheres acabam se baseando naquilo que está previsto na Res. 1325, fazendo com que a Agenda sirva de suporte para as iniciativas locais das mulheres (ARIÑO, 2006; MESA, 2012; SHEPHERD, 2015).

Sendo assim, é possível perceber um movimento de trocas, no qual, por meio da pressão internacional e do movimento de mulheres e das organizações, a ONU elaborou uma Agenda para tratar sobre a questão da mulher e de gênero nos conflitos armados e na paz. Contudo, as iniciativas locais acabam tomando como base estas resoluções para guiar as suas

ações locais. Assim, existe a atuação tanto do modelo *top-down* quanto do *bottom-up* da Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Diferentes países conseguiram aplicar nos seus processos de paz informais e formais medidas previstas e estabelecidas pelas Resoluções, como é o caso, por exemplo, da Colômbia, Guatemala, Libéria e Sri Lanka (ARIÑO, 2006; GIANNINI; FOLLY, 2017).

À vista disso,

> "a Resolução 1325 tornou-se um documento de referência para as organizações de mulheres em muitos países afetados por conflitos armados, que a utilizaram para exigir de seus governos e dos atores da comunidade internacional envolvidos no contexto específico [,] que as necessidades das mulheres fossem levadas em consideração, bem como seus próprios espaços de participação nas negociações que levaram ao fim de alguns conflitos armados"[225] (ARIÑO, 2006, p. 15).

Logo, o compromisso político, em todos os níveis, é fundamental para se atingir a paz (MESA, 2012; ARIÑO, 2016a), e a inclusão de mulheres representa "um passo para alcançar um maior grau de igualdade de gênero na sociedade e em suas instituições"[226] (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013, p. 9).

Assim como afirmam Marie O'Reilly e Andrea Ó Súilleabháin (2013, p. 5),

> "as mulheres devem ser envolvidas nos processos de mediação e paz por uma série de razões. Em um nível básico, sua participação é uma questão de igualdade e equidade: é importante porque as negociações de paz e os acordos que geram estabelecem a estrutura e a direção da reconstrução pós-conflito e da política, que afetam a vida de todas as mulheres e da sociedade como um todo"[227].

Desse modo, as mulheres nos processos formais de paz apresentam resultados positivos, uma vez que elas diferem do modelo tradicional de negociação; além de terem um impacto na durabilidade do acordo, no processo de mediação, no resultado e na paz sustentável. (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013; ARIÑO, 2016a). Contudo, é importante pontuar que essa análise não pode seguir o caminho essencialista sobre a mulher e a paz.

De acordo com as Nações Unidas, a presença das mulheres é importante por gerar efeitos positivos nas sociedades afetadas pelos conflitos, uma vez que elas conseguem ter um

---

[225] Tradução livre. Texto original: "la Resolución 1325 se ha convertido en un documento de referencia para las organizaciones de mujeres en muchos países afectados por conflictos armados, que la han utilizado para exigir a sus Gobiernos y aquellos actores de la comunidad internacional implicados en el contexto concreto, que las necesidades de las mujeres fueran tenidas en cuenta, así como espacios propios de participación en las negociaciones que han llevado al fin de algunos conflictos armados" (ARIÑO, 2006, p. 15).

[226] Tradução livre. Texto original: "[...] a step toward achieving a greater degree of gender equality in society and its institutions" (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013, p. 9).

[227] Tradução livre. Texto original: "Women should be involved in mediation and peace processes for a number of reasons. At a basic level, their participation is a question of equality and equity: it matters because peace negotiations and the agreements they generate set the structure and direction for postconflict reconstruction and politics, which affect the lives of all women and the society as a whole" (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013, p. 5).

maior acesso, envolvimento e troca com a comunidade, dado que é possível a construção de confiança mútua entre as partes, sendo possível a troca de informações; além de que elas conseguem ter contato com as mulheres, que em determinadas sociedades são proibidas de falar com os homens (UN PEACEKEEPING, 2021d).

Ademais, a missão de paz pode se tornar mais efetiva e com melhores resultados. Isso é possível graças à diversidade do contingente, devido ao maior conjunto de habilidades atuando em conjunto, fazendo com que o processo de tomada de decisão, as negociações e mediação, e a elaboração dos acordos de paz sejam mais inclusivos. Isso também favorece o aumento da eficácia e do desempenho operacional, além de trazer novas perspectivas para a sociedade na condução política e social do pós-conflito, haja visto que as mulheres militares podem servir de exemplo e inspiração para mulheres e meninas das comunidades locais, dado que representam a busca por direitos e o questionamento aos estereótipos sociais de gênero (UN PEACEKEEPING, 2021d).

Sendo assim, os benefícios da presença feminina nas operações de paz são múltiplos, como, por exemplo: a facilitação no acesso e na comunicação; a representação da figura da mulher como sendo mais acessível e menos ameaçadora; a atuação delas prestando assistência a ex-combatentes e às vítimas dos diferentes tipos de violência; e no melhoramento da imagem das tropas frente à comunidade. Também são pontuadas questões como: a diminuição dos casos de má conduta dos soldados masculinos, além do abuso e violência sexual (OLSSON, 2000; OLIVEIRA; RABELO, 2007; RABELO, 2011, 2014; ARIÑO, 2016a).

A exemplo de referência, assim como foi apresentado as operações de paz que estão aplicando a perspectiva de gênero ao longo dos mandatos e das resoluções das Missões, destaca-se também a atuação das mulheres uniformizadas, na função de militares e policiais, nessas mesmas operações. Na MINUSCA (República Centro-Africana), por exemplo, Adrienne Njuikam, natural de Camarões, oficial da UNPOL e chefe de equipe da MINUSCA na brigada de Bimbo, ressalta a importância do envolvimento dos jovens, e em especial das mulheres, nas iniciativas de construção da paz (KABATANYA, 2020). Na MONUSCO (República Democrática do Congo), a Equipe de Engajamento Feminino (*Female Engagement Team* - FET) do Paquistão recebeu, em 2020, uma medalha da ONU por servir na Missão, uma vez que essa era a primeira equipe exclusivamente feminina do Paquistão, no qual contava com a presença de 15 mulheres. Assim, entre as funções desempenhadas por elas, é importante destacar duas, sendo elas: a de ajudar a construir maior confiança para com a população local, de modo que possa ocorrer a coleta de informações importantes e sensíveis

para a Missão, assim como a criação de maior envolvimento com as mulheres locais em nível de base (TSHIBANGU, 2020).

No Líbano (UNIFIL), Zeina Saleh, desafiando as normas de gênero, atuou em campo no Serviço de Ação Anti-Minas da ONU (*UN Mine Action Service* - UNMA), na função de desminagem e do descarte de munições explosivas (*Explosive Ordnance Disposal* - EOD), no qual, em 2020, ela e mais seis jovens ganharam o prêmio do Secretário-Geral pelo serviço prestado e por abordar o desequilíbrio de gênero em tal função (UNIFIL, 2020). Para além disso, as mulheres militares no Líbano atuaram em conjunto com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para a preservação e salvaguardas dos patrimônios culturais do país, uma vez que em cenário de conflito armado, os bens culturais ficam em situação de vulnerabilidade. Assim, mulheres militares da UNIFIL, das Forças Armadas Libanesas (LAF), das Forças Armadas da Jordânia e do Iraque atuaram em conjunto em prol da preservação dos bens culturais, dado que isso é importante para a consolidação da paz[228] (UNIFIL, 2019).

No Mali, a Missão de Paz (MINUSMA) oferece oportunidades singulares para as mulheres, uma vez que a Missão vem buscando aumentar a participação de mulheres em campo. Assim, elas são vistas como estratégicas, uma vez que são as únicas com acesso às redes locais de mulheres, bem como a presença delas é vista como fonte de inspiração para as mulheres locais. Sendo assim, é importante ressaltar a abertura que a MINUSMA dá para as mulheres pilotos, podendo se destacar a atuação de Valentina Iglesias, pilota de El-Salvador que atua no país (MINUSMA, 2019).

Por fim, na UNMISS (Sudão do Sul), a atuação das mulheres mais uma vez é colocada como ponto de referência para as mulheres locais, sendo essas afirmações postas a partir da perspectiva das próprias mulheres locais. Assim, a experiência das mulheres uniformizadas foi colocada como um ponto de destaque e inspiração para as mulheres locais, uma vez que foi apenas em 2018, com a revitalização do acordo de paz de Pariang, que as mulheres passaram a adquirir acesso para atuação política, dado que receberam a representação política em 35% dos cargos de tomada de decisão. Ou seja, possuindo uma participação política limitada, as locais pegaram como exemplo a atuação e o conhecimento das mulheres uniformizadas para aplicarem na sua própria atuação política. Tanto a sargento Princesa Kamala, quanto a sul-sudanesa, Angelina Abui, destacaram os esforços positivos da atuação

[228] A busca pela preservação e proteção do patrimônio cultural está presente na Resolução 2347/2017 do Conselho de Segurança, uma vez que a preservação dos bens culturais é um fundamento importante para a paz e a segurança internacional (UNIFIL, 2019). Para saber mais, acesse: UNSC. Resolution 2347/2017. S/RES/2347 (2017). Disponível em: https://www.undocs.org/S/RES/2347%20(2017). Acesso em 03 de nov 2021.

das mulheres em sociedade afetadas pelo conflito em prol da construção da paz (NYAK; KUMANA; ANDERSSON, 2020).

Esse incentivo pode ser visto, por exemplo, a partir da forte presença de mulheres militares, como a do pelotão exclusivo de mulheres no Nepal, que tinha Sunita Parajuli como Capitã (MUWANGALA, 2020); assim como a das *peacekeepers* de Bangladesh, uma vez que o contingente de 15 militares oficiais e suboficiais está servindo de exemplo para as mulheres e meninas de Wau a se alistarem nas forças de segurança do país. Desse modo, as mulheres líderes locais buscam manter contato com as mantenedoras da paz, assim como pontua Florence Abina, a presidente da bancada das mulheres da Assembleia Legislativa de Wau (NEMAYA, 2020). Ainda em Wau, também se percebe a atuação de mulheres ganesas na UNPOL, como Vera Ayensu, que atuando como Superintendente Adjunta do Serviço Policial, busca ser modelo para as mulheres locais, assim como destacar que homens e mulheres podem exercer as mesmas funções (PASI; ANDERSSON, 2020).

Em vista disso, percebe-se que a presença de mulheres uniformizadas em campo é significativa, uma vez que a sua representação pode ser vista como uma forma de romper com os estereótipos negativos perpetuados socialmente, e que estão presentes ao longo das operações. Ou seja, essas mulheres geram impactos na população local, em específico nas mulheres, uma vez que ocorre uma quebra dos estigmas negativos que as operações militares e de paz carregam consigo, fazendo delas um exemplo a ser seguido (OLSSON, 2000).

Posto isso, Renata Giannini e Maiara Folly (2017, p. 13), colocam que “a agenda MPS não impactará a realidade de mulheres e meninas em situação de conflito se as próprias mulheres não estiverem representadas”. Por isso, é fundamental a presença delas nos processos de paz.

Em relação à atuação em defesa dos princípios e da aplicação da perspectiva de gênero, pode-se relatar os casos daquelas que ganharam o Prêmio Anual das Nações Unidas para o Melhor Defensor Militar de Questões de Gênero. Iniciado em 2016, o Prêmio Anual visa homenagear aquelas que, ao longo da sua atividade nas Missões, mostram esforços e dedicação à aplicação dos princípios da Resolução 1325. Logo, ao longo dos últimos anos, o Prêmio já condecorou mulheres de diferentes países e posições militares. A primeira a receber o Prêmio foi, a então Capitão, a nigerense Aichatou Ousmane Issaka. Atualmente Major, Aichatou Issaka atuou na MINUSMA no setor de cooperação civil-militar e na realização de patrulhas, aplicando os princípios da resolução e fortalecendo os laços com a comunidade

local e tornando o serviço mais acessíveis às mulheres e meninas (UN PEACEKEEPING, 2016, 2021d[229]).

Em 2017, a Major Seitebatso Pearl Block, da África do Sul, ganhou o Prêmio por seu trabalho desenvolvido na MONUSCO. Exercendo a função como Oficial de Operações de Informação, a Major Block desenvolveu uma rede de trabalho via SMS, por toda a Missão, que tinha como objetivo relatar e lidar com os casos de violência sexual. Assim, ela treinou a equipe para saber lidar com os casos, assim como mantinha contato com mulheres, meninas, homens e meninos locais, a fim de entender melhor suas preocupações (UN PEACEKEEPING, 2017, 2021d).

No terceiro ano do Prêmio (2018), a Capitão de Corveta Marcia Andrade Braga, militar da Marinha do Brasil, recebeu a honraria pelo serviço prestado. Atuando na função de Conselheiro de Gênero Militar no Quartel-General da Força, a Capitão de Corveta desenvolveu uma série de trabalhos ao longo do seu um ano na MINUSCA, podendo se destacar: a construção de Equipes de Engajamentos com a rede de Conselheiros de Gênero, que foram treinados para atuar em campo, além de um conjunto de Pontos Focais, entre as unidades militares da Missão, para facilitar a troca de informações entre a tropa; o estabelecimento de equipes mistas para a realização de patrulhas; o desenvolvimento de projetos comunitários, para apoiar comunidades em situação de vulnerabilidade, com a "instalação de bombas d'água perto das aldeias, iluminação com energia solar e o desenvolvimento de hortas comunitárias para que as mulheres não tenham que viajar longas distâncias para cuidar de suas colheitas"[230] (UN PEACEKEEPING, 2019, s. p.). Desse modo, a partir da sua atuação em campo, Marcia Braga conseguiu estabelecer uma rede de contato com a população local, com o intuito de compreender as necessidades específicas de cada grupo da sociedade. Assim, ela foi considerada a força motriz por trás da aproximação entre a liderança da Missão e as mulheres locais (UN PEACEKEEPING, 2019, 2021d).

Com o segundo ano consecutivo, uma militar da Marinha Brasileira, e também atuando na MINUSCA, ganhou o Prêmio de Gênero em 2019. A Comandante Carla Monteiro de Castro Araújo atuou como Assessora de Gênero e Proteção Militar no Quartel-General da Força, e teve uma atuação de destaque com as pautas de gênero e de proteção às crianças, uma vez que ela conseguiu aumentar a quantidade de Pontos Focais e de patrulhas sensíveis de

[229] Para informações mais direcionadas sobre o Prêmio Anual, acesse: UN PEACEKEEPING. Gender Advocate of the Year Award. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/gender-advocate-of-year-award. Acesso em 04 de nov 2021.

[230] Tradução livre. Texto original: "[...] the installation of water pumps close to villages, solar-powered lighting and the development of community gardens so that women do not have to travel great distances to tend their crops." (UN PEACEKEEPING, 2019, s. p.).

gênero, dado que o seu engajamento com as comunidades aumentou de 574 para quase 3.000 por mês. Em conjunto com a brasileira, a Major Suman Gawani, da Índia, também recebeu o Prêmio em 2019. A Major Gawani, como Observadora Militar na Missão do Sudão do Sul (UNMISS), orientou mais de 230 Observadores Militares para a questão da violência sexual, além de estabelecer a presença de mulheres observadoras militares em todos os locais da Missão (UN PEACEKEEPING, 2020, 2021d).

O último Prêmio foi realizado em 2020, sendo o trabalho da Conselheira de Gênero Militar Steplyne Nyaboga, do Quênia, reconhecido. Steplyne Nyaboga participou da Missão híbrida já finalizada, a UNAMID, em Darfur, Sudão. O seu trabalho foi o de integrar a perspectiva de gênero ao longo dos componentes militares, bem como a realização do treinamento das tropas. Também teve um papel de destaque em conjunto com a população civil, no qual foi possível perceber a sua atuação com as ativistas locais, assim como nos seus esforços para proteger a população civil (UN PEACEKEEPING, 2021b, 2021d).

Destarte, ao longo dos últimos 21 anos, observa-se que o Conselho de Segurança vem buscando colocar em prática o que está previsto na Resolução 1325 e na Agenda MPS. Esse avanço pode ser validado a partir da análise de dados. Em 1999, as mulheres representavam apenas 1% do pessoal uniformizado que serviam nas Missões de Paz, entretanto, "em 2020, de aproximadamente 95.000 mantenedores da paz, as mulheres constituíam 4,8% dos contingentes militares e 10,9% das unidades policiais formadas e 34% do pessoal de justiça e correções fornecido pelo governo em missões de manutenção da paz da ONU"[231] (UN PEACEKEEPING, 2021d, s. p.)[232].

Contudo, "não basta a participação em termos quantitativos, mas também a qualidade desta representação, já que a mera figura da mulher não implica necessariamente uma abordagem sensível às questões de gênero" (NASCIMENTO; RIBEIRO, 2019, p. 151). Sendo assim, é importante pensar onde estão as mulheres e quais funções elas ocupam quando inseridas nas operações de paz e nos processos de *peacemaking*. Desse modo, é importante que o aumento da presença de mulheres nos processos de paz ocorra em termos quantitativos e qualitativos (MESA, 2012; NASCIMENTO; RIBEIRO, 2019).

Assim, na posição de pessoal uniformizado, é possível perceber as mulheres em diferentes funções. Nos cargos militares elas ocupam as funções de: Especialistas em

---

[231] Tradução livre. Texto original: " In 2020, out of approximately 95,000 peacekeepers, women constitute 4.8% of military contingents and 10.9% of formed police units and 34% of justice and corrections government-provided personnel in UN Peacekeeping missions" (UN PEACEKEEPING, 2021d, s. p.).

[232] Para informações mais direcionadas, acesse: Women in Peacekeeping. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping. Acesso em 04 de nov 2021.

Missões, Oficiais de Estado-Maior e Tropas, e na UNPOL, como: Unidades de Polícia Formadas e Polícia Individual[233]; variando a sua presença nas funções de acordo com cada Operação de Paz. Desse modo, fazendo um balanço geral[234] da representação delas ao longo dos anos, é possível perceber os seguintes dados, a partir da análise da tabela e do gráfico a seguir:

Tabela 1: Homens e Mulheres Militares (2006-2021)[235]

Ano	Total	Homens	Mulheres	Ano	Total	Homens	Mulheres
2006	70.728	69.541 (98,3%)	1.187 (1,7%)	**2014**	87.471	84.888 (97%)	2.583 (3%)
2007	73.572	72.171 (98,1%)	1.401 (1,9%)	**2015**	92.862	89.960 (96,9%)	2.902 (3,1%)
2008	77.972	76.314 (97,9%)	1.658 (2,1%)	**2016**	89.859	86.613 (96,4%)	3.246 (3,6%)
2009	82.895	81.002 (97,7%)	1.893 (2,3%)	**2017**	85.914	82.888 (96,5%)	3.026 (3,5%)
2010	86.097	84.031 (97,6%)	2.066 (2,4%)	**2018**	80.312	77.073 (96%)	3.239 (4%)
2011	84.613	82.430 (97,4%)	2.183 (2,6%)	**2019**	77.164	73.505 (95,2%)	3.659 (4,8%)
2012	84.766	82.448 (97,3%)	2.318 (2,7%)	**2020***	73.461	69.449 (94,5%)	4.012 (5,5%)
2013	82.290	79.946 (97,2%)	2.344 (2,8%)	**2021**	70.237	66.083 (94%)	4.154 (6%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo UN PEACEKEEPING (2021a).

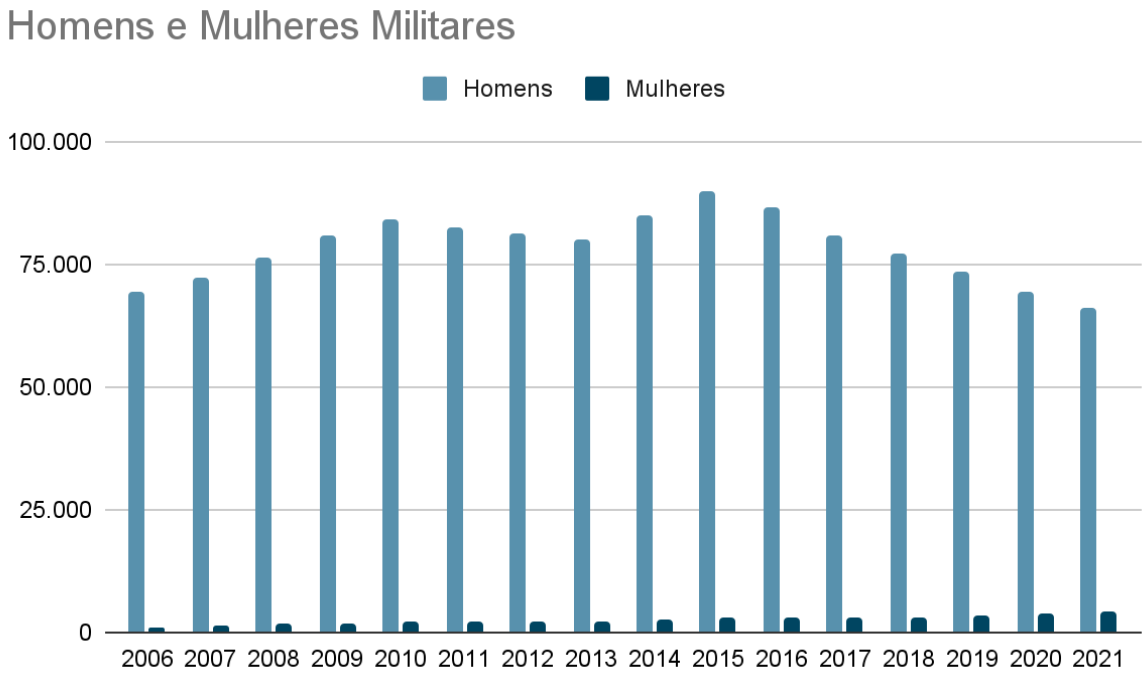
* Os valores de 2020 podem variar do que está disponibilizado no site oficial das Nações Unidas (UN PEACEKEEPING, 2021a), pelo fato da falta de dados legíveis disponíveis para o mês de fevereiro de 2020.

[233] Tradução livre. Texto original: *Experts on Mission, Staff Officer, Troops*, *Formed Police Units (FPUs)* e *Individual Police.*

[234] Optou-se por fazer uma análise geral do efetivo das mulheres, e não uma descrição por cargos (*Experts on Mission, Staff Officer e Troops)* pelo fato de que as informações disponibilizadas pelas Nações Unidas se alteram ao longo dos anos. Ou seja, de 2006 até outubro de 2009 era apresentado uma descrição detalhada dos *Military Observers, Staff Officers* e *Contingent Troop* (Componente Militar), e a partir de novembro de 2009, foi apresentado dados gerais dos *Military Experts e Troops*, não especificando mais o efetivo das funções de Observadores e Oficiais de Estado-Maior em detalhe.

[235] A média referente ao quantitativo de homens e mulheres que ficaram em decimais foi arredondada.

Gráfico 1: Homens e Mulheres Militares (2006-2021)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo UN PEACEKEEPING (2021a).

No contingente militar, as mulheres estão mais presentes nas Tropas Militares, sendo a sua presença reduzida nos cargos de *Military Experts* e de *Staff Officer*. Na análise dos dados disponibilizados pelas Nações Unidas (2006-2021)[236], percebe-se que ao longo dos anos alguns meses não contém informações[237], contudo, é possível fazer um balanço geral do efetivo de mulheres, em comparação ao de homens, sendo possível perceber um aumento considerável, mesmo que pequeno, de mulheres, tanto em termos absolutos quanto proporcionais (UN PEACEKEEPING, 2021a). Assim, o número total de mulheres aumentou de 1.187 (1,7%), em 2006, para 4.154 (6%), até setembro de 2021.

Para a UNPOL, a ONU passou a disponibilizar os dados referentes aos efetivos, de Unidades de Polícia Formadas (*Formed Police Units - FPUs)*[238] e Polícia Individual

[236] Para o ano de 2006, os dados começaram a ser disponibilizados a partir do mês de agosto, e no momento da realização da pesquisa, os dados de 2021 foram disponibilizados até setembro de 2021.
[237] Meses dos anos em que os dados não foram disponibilizados: maio (2011), setembro (2014), agosto (2018) e fevereiro (2020).
[238] As Unidades de Polícia Formadas (*Formed Police Units - FPUs)* são a maioria dos oficiais policiais que servem em missão. A função de policiamento é exclusiva dos FPUs, uma vez que os Policiais Individuais não podem realizar tal função. Assim, as Unidades de Polícia Formada desempenham três funções em campo, sendo elas: "gestão da ordem pública, proteção do pessoal e instalações das Nações Unidas e apoio às operações policiais que requerem uma resposta combinada, mas não respondem a ameaças militares." (UNPOL, 2021a, s. p.).

(*Individual police officers - IPOs*)[239], apenas a partir de 2009. Contudo, assim com o contingente militar, ao longo dos anos (de 2009 até 2021), alguns meses de determinados anos não apresentaram dados[240]. Sendo assim, a Tabela 2 e o Gráfico 2 apresentam a representação quantitativa de homens e mulheres de 2009 até setembro de 2021[241], sendo a análise feita a partir dos dados totais da polícia, não discriminando o efetivo de cada uma delas em específico. Entretanto, a partir dos dados disponibilizados pelas Nações Unidas, é possível perceber que é maior a quantidade de mulheres como Polícia Individual, em relação à sua presença nas Unidades de Polícia Formada, enquanto que os homens são maioria nas Unidades Policiais e esse valor cai em representação como Polícia Individual (UN PEACEKEEPING, 2021a).

Tabela 2: Homens e Mulheres Polícias (2009 - 2021)[242]

Ano	Total	Homens	Mulheres	Ano	Total	Homens	Mulheres
2009	10.540	9.672 (91,8%)	868 (8,2%)	**2016**	13.019	11.754 (90,3%)	1.265 (9,7%)
2010	13.463	12.332 (91,6)	1.131 (8,4%)	**2017**	11.812	10.678 (90,4%)	1.134 (9,6%)
2011	14.303	12.920 (90,3%)	1.383 (9,7%)	**2018**	10.746	9.533 (88,7%)	1.213 (11,3%)
2012	13.797	12.467 (90,4%)	1.330 (9,6%)	**2019**	9.920	8.475 (85,4%)	1.445 (14,4%)
2013	12.710	11.454 (90,1%)	1.256 (9,9%)	**2020***	8.954	7.548 (84,3%)	1.406 (15,7%)
2014	12.270	11.076 (90,3%)	1.194 (9,7%)	**2021**	7.949	6.505 (81,8%)	1.444 (18,2%)

Os dois documentos principais guiam as ações e o funcionamento da FPUs são: UN. **Guidelines for Formed Police Units (FPUs) on Assignment with Peace Operations**. DPKO/DP/2006/00015. May 2006. Disponível em: https://police.un.org/en/guidelines-fpus-assignment-with-peace-operations-2006. Acesso em 07 de dez 2021. UN. **Formed Police Units in United Nations Peacekeeping Operations**. DPKO/DFS, 2016. Disponível em: https://police.un.org/en/policy-formed-police-units-united-nations-peacekeeping-operations-2016. Acesso em: 07 de dez 2021.

[239] A Polícia Individual (*Individual police officers - IPOs*) é encarregada da aplicação da lei. Os policiais, atuando individualmente, "cobrem toda a gama de tarefas de policiamento, incluindo o desenvolvimento do policiamento comunitário em campos de refugiados ou deslocados internos" (UNPOL, 2021b, s. p.). Desse modo, dependendo da experiência dos IPOs, eles podem atuar em: na Administração Policial; Capacitação e Desenvolvimento Policial; Comando de Polícia; e Operações Policiais (UNPOL, 2021b).

[240] Meses dos anos em que os dados não foram disponibilizados: janeiro (2009), maio (2011), setembro (2014), agosto (2018), novembro (2019), fevereiro e setembro (2020).

[241] No momento da realização da pesquisa, os dados de 2021 foram disponibilizados até setembro de 2021.

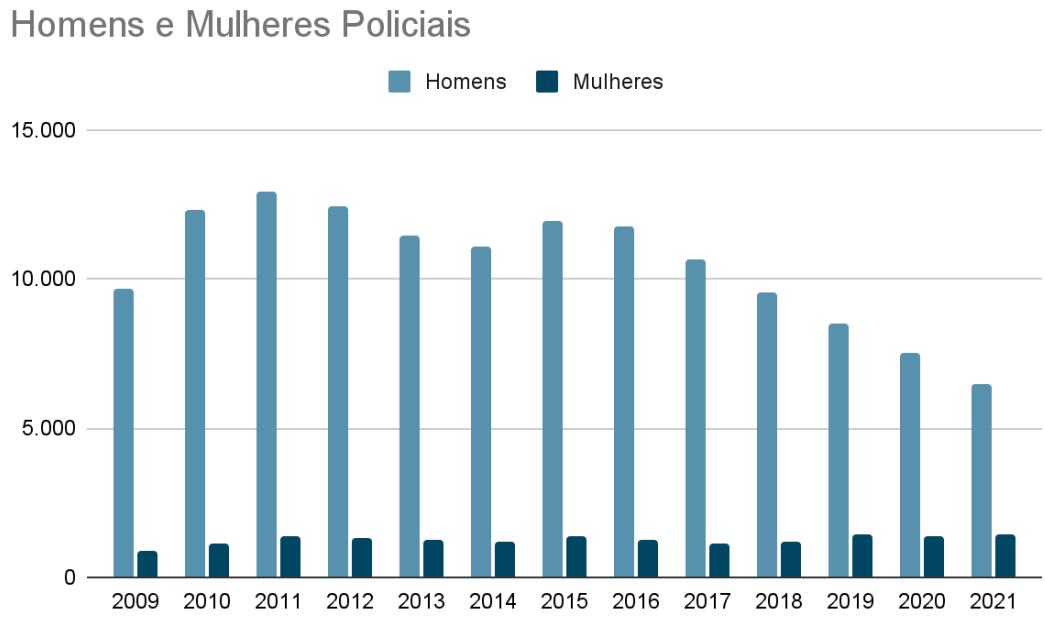
[242] A média referente ao quantitativo de homens e mulheres que ficaram em decimais foi arredondada.

2015	13.305	11.937 (89,7%)	1.368 (10,3%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo UN PEACEKEEPING (2021a).

* Os valores de 2020 podem variar do que está disponibilizado no site oficial das Nações Unidas (UN PEACEKEEPING, 2021a), pelo fato da falta de dados legíveis disponíveis para os meses de fevereiro e setembro de 2020.

Gráfico 2: Homens e Mulheres Policiais (2009-2021)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo UN PEACEKEEPING (2021a).

Assim, mesmo sendo baixa o efetivo de mulheres uniformizadas nas operações de paz, tem-se que, ao longo dos anos, a sua presença foi aumentando. Como representantes da UNPOL, o efetivo de mulheres saiu de 868 (8,2%), em 2009, para 1.444 (18,2%), até setembro de 2021 (UN PEACEKEEPING, 2021a).

Para a ONU, a sua meta para até 2028, a partir do seu projeto "Esforço Global" (*The Global Effort).* é o de que se atinja a representação de 15% e 25% de mulheres servindo em contingentes militares nos cargos de observadores militares e oficiais de estado-maior, respectivamente; enquanto que para mulheres servindo em unidades policiais, em tropas e individuais, é de 20% e 30% (UN PEACEKEEPING, 2021d).

Em relação à colocação sobre mulheres, meninas e a perspectiva de gênero nos Acordos de Paz é possível perceber que entre os anos 1990 até junho de 2021, do total de 1.915 acordos, 387 fazem referência aos termos "mulher, meninas e gênero" (PA-X, 2021)[243].

Assim, do total de acordos realizados (1.915), 664 foram assinados entre os anos 1990 até a divulgação da resolução 1325, em 31 de outubro de 2000 (BELL, 2015); enquanto que 1.251 acordos foram assinados após a RCSNU 1325.

Desse modo, quando se faz uma análise por região desse total de 387 acordos, que fizeram referência às mulheres e a perspectiva de gênero, tem-se que: 185 foi da África (sem a região da MENA); 40 nas Américas; 74 na Ásia e Pacífico; 45 na Europa e na Eurásia; 39 no Oriente Médio e no Norte da África, e 4 foram Inter-Regionais (PA-X, 2021).

4.4.2 - Desafios

Uma série de desafios marcam a Agenda MPS, fazendo com que ela enfrente obstáculos ao longo da sua implementação. O primeiro desafio diz respeito ao fato da participação das mulheres continuar limitada, e isso faz com que suas "abordagens [...] [na] mediação de alto nível também permanecem mal compreendidas"[244] (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013, p. 1). Existe uma sub-representação das mulheres nos processos de *peacemaking*, enquanto agentes da paz, e na aplicação da perspectiva de gênero nos documentos oficiais (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013; NASCIMENTO; RIBEIRO, 2019). Esse desafio é evidenciado ao longo das Resoluções subsequentes da RCSNU 1325 (CSNU, 2008, 2009a, 2009b, 2015, 2019b) e nos discursos dos presidentes do Conselho de Segurança (UNSC, 2002).

Assim, mesmo a Agenda sendo um marco normativo para a atuação da comunidade internacional frente às iniciativas que dizem respeito à mulher, à paz e à segurança, essa implementação acaba dependendo muito das iniciativas nacionais dos Estados, e o que se percebe é que o ritmo de implementação, na prática, não condiz com o que é posto nas Resoluções (HAPPEL, 2015; SCHWETHER, 2020). Com isso, a implementação da agenda acontece de forma lenta, tornando-se um desafio de ordem normativa (GIANNINI; FOLLY, 2017).

---

[243] Para uma análise mais direcionada para "PA-X Women, Girls, and Gender", acesse: PA-X Gender Database. Disponível em: https://www.peaceagreements.org/wsearch. Acesso em 08 de nov 2021

[244] Tradução livre. Texto original "It is partly for this reason that women's approaches to high-level mediation also remain poorly understood" (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013, p. 1).

Segundo Jody Williams (2014), vencedora do Nobel da Paz em 1997, os Estados não estão conseguindo cumprir o que está previsto na RCSNU 1325 (WILLIAMS, 2014), sendo percebido um obstáculo e abismo entre a teoria e a prática da implementação da Agenda (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013; ARIÑO, 2016a).

A própria ONU demorou em colocar em prática o que estava previsto na Agenda, uma vez que as mulheres participavam como consultoras das equipes de mediação, mas não assumiram a posição principal no nível da *Track One Diplomacy* (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013). Foi apenas em 2013 que a ONU selecionou uma mulher para liderar um processo de mediação enquanto mediadora principal, sendo ela Mary Robinson, "ex-presidente irlandesa e ex-alta comissária da ONU para os direitos humanos, no papel de enviada especial para a região dos Grandes Lagos"[245] (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013, p. 2).

Mesmo adotando uma linguagem de gênero, "as mulheres continuam ausentes ou, na melhor das hipóteses, têm uma presença marginal nas esferas de tomada de decisão e nas mesas formais de negociação nos processos de paz"[246] (ARIÑO, 2006, p. 15). Assim, os avanços formais não são acompanhados na prática, pela maior presença de mulheres em campo, ou pela presença delas nas negociações e mediações (ARIÑO, 2006, 2016a). Ou seja, "presente[s] no papel, ausente[s] na prática"[247] (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013, p. 2).

De acordo com Kang Kyung-wha, secretária-geral para Assuntos Humanitários da ONU, "apesar da resolução 1325 e das que a seguiram, elas [as mulheres e meninas] continuam sendo excluídas rotineiramente dos processos de decisão nas respostas humanitárias, bem como das iniciativas de negociação e construção de paz" (HAPPEL, 2015, s. p.). Com isso, percebe-se que continua a existir muita misoginia e ceticismo em relação às práticas encabeçadas pelas mulheres, principalmente vinda dos homens que ocupam posições de poder (ARIÑO, 2006; BARROW, 2009; HAPPEL, 2015).

Sendo assim, é necessário que o trabalho seja inclusivo, que além da participação das mulheres ocorra de fato uma integração delas nas estruturas formais, seja nas Forças Armadas nacionais, na polícia e nas tropas, assim como nas equipes de mediação e negociação. É

---

[245] Tradução livre. Texto original: "[...] former Irish president and former UN high commissioner for human rights, in the role of special envoy to the Great Lakes region" (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013, p. 2).
[246] Tradução livre. Texto original: "las mujeres continúan ausentes o en el mejor de los casos gozan de una presencia marginal en los ámbitos de toma de decisiones y en las mesas de negociaciones formales en los procesos de paz" (ARIÑO, 2006, p. 15).
[247] Tradução livre. Texto original: "Present on paper, absent in practice" (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN, 2013, p. 2).

necessário que ocorra uma ampliação dos papéis desempenhados pelas mulheres (ARIÑO, 2006, 2016a; GIANNINI, 2014).

Contudo, é necessário que ocorra uma mudança estrutural no sistema das instituições, uma vez que "a Resolução 1325 tem favorecido a incorporação das mulheres no exército ou na polícia, mas sem uma mudança nessas estruturas, a presença das mulheres não garante uma mudança nas práticas ou políticas realizadas"[248] (MESA, 2012, p. 212). Sendo assim, essa mudança estrutural, nas bases das instituições, é fundamental para que não ocorra uma militarização da Agenda (ARIÑO, 2016a).

Contudo, o cenário de violência e de extremismo político e religioso também dificulta a implementação da Agenda nos países, dado que o cenário nacional e da política doméstica também tem implicações sobre a Agenda. Assim, países que estão passando por crises políticas e econômicas podem afetar a elaboração dos PNAs, assim como a sua percepção sobre os direitos das mulheres (GIANNINI; FOLLY, 2017).

Desse modo, existem desafios para a implementação da Agenda MPS nos países, tanto entre aqueles que estão passando por situações de conflito armado direto, quanto aqueles que estão elaborando o PNA como uma agenda de política pública nacional (NASCIMENTO; RIBEIRO, 2019).

Todavia, a securitização da Agenda no plano internacional e das operações de paz também pode ser uma dificuldade, uma vez que faz com que os Estados não apliquem a mesma no plano doméstico (GIANNINI; FOLLY, 2017). Destaca-se assim, a conexão e a continuidade entre a política doméstica e a política externa, sendo fundamental e de extrema importância esse movimento, uma vez que o distanciamento entre as suas esferas faz com que mesmo a Agenda MPS devendo ser aplicada nacionalmente e nas políticas públicas, em alguns países, a busca pela igualdade de gênero, por exemplo, seja vista apenas como um assunto internacional, como na Índia e na África do Sul. Contudo, isso é uma política contínua entre os dois âmbitos (doméstico e internacional) (GIANNINI; FOLLY, 2017).

Ou seja, existem problemas de ordem política, nos quais falta a vontade política e o comprometimento dos Estados e dos seus representantes para que ocorra um maior desenvolvimento e implementação da Agenda MPS (ARIÑO, 2016a). De acordo com Mesa (2012, p. 211), "não há vontade política para enfrentar esta situação para acabar com a

[248] Tradução livre. Texto original: "la Resolución 1325 ha favorecido la incorporación de las mujeres en el ejército o en la policía, pero sin un cambio en esas estructuras, la presencia de mujeres no garantiza un cambio en las prácticas o políticas llevadas a cabo" (MESA, 2012, p. 212).

violência contra as mulheres e encorajar uma maior participação [pública] das mulheres"[249], uma vez que, na prática, os Estados e a comunidade internacional não consideram o empoderamento das mulheres como uma pauta ou "um assunto prioritário da tomada de decisão internacional"[250] (GOETZ, 2014, s. p.).

Sendo assim, acaba existindo um desafio "para a concretização da agenda de mulheres, paz e segurança [e isso] tem a ver com a resistência psicológica e sua rígida adesão ao *status quo* tradicional. Os assuntos relacionados com o gênero costumam ser tratados com luvas de seda devido à 'sensibilidade cultural'" (KYUNG-WHA, apud HAPPEL, 2015, s. p.).

Um terceiro desafio seria o da ordem orçamentária, no qual falta um financiamento efetivo para o desenvolvimento da Agenda e para a sua propagação em meio à sociedade civil, uma vez que é destinado poucos recursos para tal fim[251] (GOETZ, 2014; ARIÑO, 2016a; GIANNINI; FOLLY, 2017). Assim, de acordo com dados da OECD (2014),

> "a ajuda voltada para a igualdade de gênero no setor de paz e segurança permaneceu baixa [entre os anos de 2002 a 2012] - US $459 milhões em média por ano desde 2002. Em 2011 e 2012, um terço (34%) do total da ajuda bilateral para a paz e segurança teve como foco a igualdade de gênero, mas apenas US $60 milhões (3%) direcionaram a igualdade de gênero como objetivo principal (OCDE, 2014, p. 6).

Outro desafio diz respeito à baixa participação da sociedade civil na implementação da Agenda, principalmente nos fóruns de elaboração dos PNAs (GIANNINI; FOLLY, 2017). Desse modo, existe uma dificuldade de troca entre os governos e a sociedade civil, fazendo com que a Agenda se torne uma ação isolada da política dos Estados (WILLIAMS, 2014).

A falta de monitoramento, avaliação, coordenação e acompanhamento do progresso e de coordenação entre os agentes envolvidos na elaboração do PNA, assim como a não priorização das ações também é um desafio (GIANNINI; FOLLY, 2017).

Contudo, tem-se que "a promoção de uma perspectiva de gênero é cada vez mais percebida como indispensável para a paz sustentável. Apesar disso, a relação entre a paz duradoura e a incorporação de uma perspectiva de gênero é mal compreendida, mesmo dentro da ONU" (GIANNINI, 2014, p. 5).

---

[249] Tradução livre. Texto original: "no existe la voluntad política de abordar esta situación para poner fin a la violencia contra las mujeres y favorecer una mayor participación de las mismas." (MESA, 2012, p. 211).
[250] Tradução livre. Texto original: "[...] is still not considered a priority subject of international decision-making" (GOETZ, 2014, s. p.).
[251] Para mais informações sobre o financiamento dos Planos Nacionais de Ação, acesse: RAABER, Natalia. Financing for the Implementation of National Action Plans on UN Security Council Resolution 1325. **Cordaid and the Global Network of Women Peacebuilders (GNWP)**, October, 2014.

Desse modo, é importante “ampliar o diálogo e o espectro de interlocutores para gerar uma agenda verdadeiramente inclusiva e transformadora”[252] (ARIÑO, 2016a, p. 22), de modo que ocorra uma aliança estratégica entre ativistas, ONGs, grupos de base de mulheres, acadêmicas, instituições e Estados na aplicação da 1325, de modo que ela se transforme de uma retórica para uma ação prática e do dia a dia (COHN; KINSELLA; GIBBINGS, 2004; ARIÑO, 2016a).

4.4.3 - Críticas

Mesmo a ONU buscando enquadrar a mulher e a perspectiva de gênero ao longo das Missões de Paz, observa-se que alguns pontos merecem ser analisados, sendo eles alvo de críticas pela comunidade acadêmica. Desse modo, diante da avaliação e dos desafios expostos, tem-se que muitas críticas giram em torno na elaboração e da implementação da Agenda, sendo apresentadas, ao longo deste tópico, as principais críticas em relação às ações da ONU para com a Agenda Mulheres, Paz e Segurança.

A primeira e mais recorrente é sobre a estrutura linguística dos documentos e resoluções oficiais, uma vez que é recorrente o uso da palavra “gênero” como sinônimo de “mulher” (GIANNINI, 2014; RABELO, 2014; ARIÑO, 2016a; PACHECO, 2018). Com isso, os documentos deixam de fora a análise sobre o que de fato a perspectiva de gênero significa, e de como o conflito armado pode ter impacto diferenciado para as diferentes categorias de gênero. Assim, para que ocorra uma aplicação genuína da perspectiva de gênero ao longo dos processos de paz, é necessário também levar em consideração os papéis e experiências dos homens e meninos, assim como da comunidade LGBTQIA+[253] (DRUMOND, 2010; SAFERWORLD, 2014; ARIÑO, 2016a).

Contudo, em 2015, a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança divulgaram o Relatório do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz, o Relatório Nyakhat, no qual pontuou como obstáculo à aplicação da Agenda MPS o equívoco recorrente de considerar “a mulher, a paz e a segurança [...] uma 'questão feminina' que somente as mulheres podem abordar, em vez de ser entendida como uma questão de paz e segurança que

[252] Tradução livre. Texto original: “amplificar el diálogo y el espectro de interlocutores para generar una agenda verdaderamente inclusiva y transformadora” (ARIÑO, 2016a, p. 22).

[253] LGBTQIA+ refere-se à: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais + (outros grupos e variações sexuais e de gênero).

afeta homens, mulheres e a sociedade como um todo"[254] (Artigo 257, ponto a) (NU, 2015, p. 90).

Entretanto, mesmo os órgãos da ONU destacando a não aplicação da Agenda MPS como um fator que pode afetar a paz e a segurança dos homens, das mulheres e da sociedade como um todo, a Organização faz essa análise a partir da Resolução 2106 (CSNU, 2013a)[255], uma vez que destaca os homens e meninos apenas como vítimas indiretas da violência armada e, ao longo do Relatório não se tem maiores detalhes sobre os homens como possíveis vítimas direta dos diferentes tipos de violência presente nos conflitos armados.

A partir disso, percebe-se que, ao fazer uma análise sobre o impacto dos conflitos armados sobre a vida das mulheres e meninas, as Resoluções deixam de fora a análise sobre o mesmo impacto em relação a vida dos homens e dos meninos, como se eles não fossem vítimas dos diferentes tipos de violência presente nos conflitos, principalmente da violência sexual (DRUMOND, 2010; SANTOS; ROQUE; MOURA, 2012; RABELO, 2011; GIANNINI, 2014). A iniciativa de colocar os homens e meninos como também vítimas das atrocidades dos conflitos armados, e em específico da violência sexual, só foi acontecer em 2019 com a Resolução 2467 (CSNU, 2019a).

Destaca-se com isso que apesar dos debates na sociedade civil, no meio acadêmico e entre as ONGs, o Conselho de Segurança demorou 19 anos para inserir os homens nas suas análises, fazendo com que, apenas em 2019, a perspectiva de gênero fosse de fato incorporada nas operações de paz, uma vez que essa categoria diz respeito às questões que envolvem as mulheres e os homens.

Essa crítica, que pontua a confusão conceitual e prática entre "mulher" e "gênero" (GIANNINI, 2014), também pode ser sustentada pela colocação de Oyèrónké Oyěwùmí (2000), que pontua que, recorrentemente, se confunde os termos "mulher" e "gênero", no qual se utilizam os termos como sinônimos.

Desse modo, é necessária uma mudança na linguagem dos documentos e das percepções sobre os gêneros. De acordo com Nadine Puechguirbal (2004, p. 5), "nas Resoluções e nos documentos da ONU, as mulheres sempre fazem parte dos grupos

---

[254] Tradução livre. Texto original: "predomina la idea errónea de que las mujeres y la paz y la seguridad son una 'cuestión de la mujer' que solo ella puede abordar, en lugar de entenderse como una cuestión relacionada con la paz y la seguridad que afecta a hombres y mujeres y a la sociedad en su conjunto" (Artigo 257, ponto a) (NU, 2015, p. 90).

[255] Como apresentado no tópico 4.1.2, a Resolução 2106 (2013a, p. 1-2), destaca a importância da participação dos homens e meninos em todas as atividades destinadas ao combate de todas as formas de violências contra as mulheres, sendo os homens e meninos apenas vítimas indiretas da violência, uma vez que eles vivenciam os atos forçados de violência sexual contra os seus familoares. Assim, a não aplicação da Agenda MPS ameaça a paz e a segurança dos homens e da sociedade como um todo pelo fato deles se enquadrarem como vítimas indiretas.

vulneráveis junto com os idosos, crianças e deficientes"[256]. Essa constante relação, por exemplo, da mulher com a criança, sempre sendo analisadas em conjunto e como fazendo parte do mesmo grupo, faz com que se perpetue uma visão essencializada de vítima sobre a mulher, ou, como coloca Puechguirbal (2010), sobre a perpetuação da "síndrome das mulheres e crianças", no qual, ambas são vistas a partir da lente da vulnerabilidade e da inocência. Todavia, esse argumento não é sustentado por outras pesquisadoras, no qual, para Carol Cohn (COHN; KINSELLA; GIBBINGS, 2004, p. 139), o Conselho de Segurança, a partir da Resolução 1325, amplia a percepção sobre a mulher e o conflito armado, ao colocá-las como agentes ativos, separando assim, as mulheres das crianças.

Apesar disso, a análise essencialista sobre a mulher acaba reforçando a ideia do mito da proteção (PUECHGUIRBAL, 2004; SANTOS; ROQUE; MOURA, 2012; GOETZ, 2014; ARIÑO, 2016a), no qual, mais uma vez se perpetua "a visão das mulheres como vítimas que devem ser protegidas por atores militares 'protetores', principalmente homens"[257] (ARIÑO, 2016a, p. 20).

Desse modo, mesmo as teóricas e ativistas feministas já tendo exposto sobre os perigos da perpetuação dos mitos, ainda se percebe uma permanência da linguagem que perpetua estereótipos e que inferioriza a representação das mulheres e do feminino (TICKER, 1992, 1997; PUECHGUIRBAL, 2004, 2010; MOURA, 2005a).

Para Puechguirbal (2010), o patriarcado é a língua "materna" da ONU, no qual é possível perceber uma perpetuação da visão e do discurso da masculinidade hegemônica, de modo que a Resolução 1325 seja marcada por um silêncio de gênero. Sendo assim, a partir desta concepção, "a resolução 1325 pode parecer uma aberração, sua adoção foi saudada como um triunfo transformador, mas na realidade tem sido usada como um meio de cooptar a dinâmica de gênero a fim de preservar o status quo de gênero existente"[258] (PUECHGUIRBAL, 2010, p. 184).

Uma segunda crítica diz respeito à ênfase e a forma que a Agenda aborda a violência sexual (GIANNINI, 2014; GOETZ, 2014; ARIÑO, 2016a), no qual "o foco na violência sexual em conflitos armados acaba por reforçar certas concepções sobre o papel da mulher (normalmente enquanto vítima)" (GIANNINI, 2014, p. 8).

---

[256] Tradução livre. Texto original: "[...] UN resolutions or documentations, women are always part of the vulnerable groups together with old people, children and the handicapped [...]" (PUECHGUIRBAL, 2004, p. 5).
[257] Tradução livre. Texto original: "la visión de las mujeres como víctimas que deben ser protegidas por actores militares 'protectores', mayoritariamente hombres" (ARIÑO, 2016a, p. 20).
[258] Tradução Livre. Texto original: "[...] resolution 1325 may appear to be an aberration, its adoption was hailed as a transformatory triumph but in reality, it has been used as a means of coopting gender dynamics in order to preserve the existing gender status quo." (PUECHGUIRBAL, 2010, p. 184).

É importante analisar os efeitos da violência sexual e o seu uso como arma de guerra, contudo, o olhar reducionista para essa questão faz com que isso seja prejudicial, tanto para as mulheres quanto para os homens, uma vez que deixa de lado, e silencia, os diferentes padrões de manifestação da violência e do seu *continuum.* Também é importante observar o fato de que a violência sexual não atua apenas como instrumento de guerra, sendo necessário pensar na violência sexual para além de uma questão de tática de guerra, no qual é um fenômeno que também pode acontecer sem que os perpetratores ajam de forma estratégica (DRUMOND, 2010; GREEN, 2014; SEGATO, 2014; MOURA, 2014; ARIÑO, 2016a; SJOBERG, 2016).

Assim, "a própria construção de gênero que a ONU busca combater acaba tendo efeitos nocivos não apenas para os homens, mas para as próprias mulheres" (DRUMOND, 2010a, p. 99), uma vez que reforça a visão da mulher como vítima, excluindo os homens desse grupo, e colocando-os como protetor e/ou perpetuador da violência.

Ainda em concordância com essa crítica, é possível perceber que, assim como apresentado ao longo dos capítulos anteriores, ao colocar as mulheres unicamente como vítimas, isso se torna prejudicial, uma vez que deixa de lado os outros papéis desenvolvidos por elas. Assim, deve-se ressaltar a atuação das mulheres como agentes da violência, como, por exemplo, a ex-ministra da Ruanda, Pauline Nyiramasuhuko, que perpetuou ações brutais de violência sexual; assim como também se destacam as mulheres agentes da construção da paz e a da transformação do conflito, como Leymah Gbowee, vencedora do Nobel da Paz, em 2011, pelo seu trabalho realizado na Libéria frente a cenário de conflito armado no país (MOURA 2007; RABELO, 2014; ARIÑO, 2016a).

Uma terceira crítica é a de que as resoluções reforçam os estereótipos de gênero ao "colocar as mulheres em posições essencialmente femininas" (RABELO, 2014, p. 90), sendo possível perceber que as mulheres acabam seguindo os mesmos padrões de atividades, ou seja, elas ficam em ambientes tidos como "mais seguros" e nos setores de apoio e proteção à população civil. Com isso, além de institucionalizar os estereótipos, as Resoluções acabam seguindo uma reprodução essencialista sobre a importância da presença feminina em campo (SANTOS; ROQUE; MOURA, 2012; RABELO, 2013; PACHECO, 2018), de forma que "os estereótipos de gênero, que antes conformavam barreiras à participação das mulheres em todos os cargos, estão sendo reproduzidos em prol da maior representatividade nas estruturas internas das missões de paz" (DeGROOT, 2001, p. 24, apud RABELO, 2014, p. 91).

As pesquisadoras afirmam que os documentos da ONU acabam reforçando a imagem da mulher como uma pacificadora natural, mais sensível e cuidadora, sendo essa visão baseada na atuação da mulher na esfera privada, logo, isso reforça os estereótipos

essencialistas sobre a mulher, além de generalizar a figura da mulher e da feminilidade (PUECHGUIRBAL, 2010; RABELO, 2013). Assim como foi apresentado ao longo do capítulo 3, as mulheres são essenciais para a paz, contudo, ao colocá-las como importantes a partir de um viés essencialista e com explicações biológicas, isso se torna negativo e prejudicial.

Desse modo, é possível perceber que existem explicações com viés essencialista quando se pensa nos impactos positivos da presença de mulheres em campo (OLSSON, 2000), sendo uma delas a afirmação e justificava de que a inclusão das mulheres se torna benéfica e necessária pelo fato de que a sua presença desencoraja os homens de cometerem atos de assédio e violência sexual (UNGA, 2005; RABELO, 2013). Ou seja, nas Missões de Paz, "a convivência com mulheres militares, da mesma cultura, age como fator de dissuasão e reduz significativamente os atos de abuso de poder perpetrados pelos soldados do sexo masculino, incluindo assédio sexual e estupro." (RABELO, 2013, p. 828).

Essa argumentação é defendida pelo Departamento de Operações de Paz ao afirmar que "[...] a presença das mulheres torna os soldados do sexo masculino mais reflexivos e responsáveis, e amplia o repertório de habilidades e estilos disponíveis dentro da missão, quase sempre com o efeito de reduzir conflito e confrontos [...]" (DPKO, 2011, apud RABELO, 2013, p. 828).

A partir disso, tem-se o uso da figura das mulheres como forma de romper com os estereótipos negativos que as comunidades afetadas têm para com as tropas estrangeiras das Missões de Paz. Mesmo sendo visto como um ponto positivo, o uso da imagem da mulher como forma de suavizar a imagem da instituição ONU pode ser encaixada no uso instrumentalizado das mulheres, de forma que elas são colocadas em posições e lugares estratégicos ao longo do desenrolar das operações de paz. Entretanto, assim como existe a instrumentalização, as mulheres também sofrem com a invisibilização, dado que elas são tiradas do campo de visão quando necessário (DOBROWOLSKY, 2007; LABRECQUE, 2010).

Desse modo, utiliza-se das mulheres como "solução para outros problemas, embora essa instrumentalidade nunca tenha sido explicitamente enunciada" (BARROSO, 1989, p. 195), sendo, em muitos casos, a representação delas como forma de limpar a imagem da violência sexual cometida pelos próprio *peacekeepers*. Com isso, tem-se que a maior presença feminina em campo é uma forma de combater os casos de abuso e exploração sexual (BURKE, 2011; ZENNI; TACH; AIRES, 2018).

Por fim, uma última crítica diz respeito ao perigo da militarização da Resolução 1325 e da Agenda MPS no qual os Estados estão usando a Agenda MPS como base para o desenvolvimento de ações militaristas (COHN; KINSELLA; GIBBINGS, 2004; ARIÑO, 2016a). Ou seja, eles acabam maquiando as suas ações com a justificativa de fazer e tornar "a guerra segura para as mulheres"[259] (SHEPHERD, 2016, p. 9).

Desse modo, assim como apresenta Maria V. Ariño (2016a, p. 22),

> "a sociedade civil tem mostrado suas reservas sobre o risco de que a agenda das mulheres, paz e segurança possa ser utilizada para justificar ações armadas de governos, apontando também para as constantes violações dos direitos humanos que no âmbito da política antiterrorista têm ocorrido em toda parte do mundo."[260]

Esse tipo de ação pode ser visto, por exemplo, na presença da OTAN no Afeganistão, no qual a Organização se usou do argumento de que a guerra era necessária para "libertar as mulheres da opressão fundamentalista."[261] (COCKBURN, 2012b, p. 53). Contudo, o que se percebe é que determinadas ações de Estados e Organizações, como a da OTAN, são legitimadas por uma prática que perpetua o militarismo, enquanto que a Agenda MPS é formada por resoluções que têm a intenção de proporcionar práticas antimilitaristas (COCKBURN, 2012b; ARIÑO, 2016a).

Entretanto, mesmo tendo como base princípios antimilitaristas, percebe-se que ao longo dos documentos, a Agenda MPS não faz um questionamento sobre o sistema de guerra, fazendo com que ocorra uma perpetuação do mesmo (SANTOS; ROQUE; MOURA, 2012; ARIÑO, 2016a). Assim, de acordo com Rita Santos, Sílvia Roque e Tatiana Moura (2012, p. 189), a "Resolução [1325] é limitada pelas definições e conceitos que a norteiam e estruturam, [uma vez que] não [altera] as formas como [gênero], violência e segurança são percebidos".

4.5 - Conclusões parciais

A partir do que foi exposto é possível perceber que existem similaridades entre a atuação das mulheres nos processos de *peacebuilding* e *peacemaking*, assim como uma complementação entre os dois tipos de processos de paz.

---

[259] Tradução livre. Texto original: "making war safe for women" (SHEPHERD, 2016, p. 9).
[260] Tradução livre. Texto original: "La sociedad civil ha mostrado sus reservas ante el riesgo de que la agenda mujeres, paz y seguridad pueda ser utilizada para justificar acciones armadas por parte de los Gobiernos, apuntando también a las constantes violaciones a los derechos humanos que en el marco de la política antiterrorista se han producido en todo el mundo." (ARIÑO, 2016a, p. 22).
[261] Tradução livre. Texto original: "[...] for liberating women from fundamentalist oppression" (COCKBURN, 2012b, p. 53).

Todavia, assim como os conflitos armados não são neutros em gênero, os acordos de paz também não são (SHEPHERD, 2015), uma vez que se percebe uma marginalização da presença feminina, no qual se perpetuam as práticas da masculinidade hegemônica, assim como os estereótipos de gênero e as barreiras à presença feminina. Desse modo, tem-se que o ambiente da promoção da paz é marcado por uma disputa de poder (O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015).

A pauta de gênero e a presença das mulheres continua sendo vista como uma questão secundária para a comunidade e às relações internacionais;, assim, ocorre uma sub-representação dessas duas questões ao longo dos processos formais de paz (ARIÑO, 2010a; O'REILLY; Ó SÚILLEABHÁIN; PAFFENHOLZ, 2015; SHEPHERD, 2015; FEDERER; GASSER, 2016; PACHECO, 2018; NASCIMENTO; RIBEIRO, 2019). Entretanto, manter as mesmas estruturas de antes do conflito no processo de negociação e mediação da paz, não gera resultados positivos para o futuro da sociedade no pós-conflito.

Sendo assim, a presença das mulheres nas mesas de negociação se faz necessária, uma vez que elas introduzem temas que estão além das pautas *mainstreaming*, dado que elas destacam e prestam mais atenção naquilo no qual elas foram e são afetadas. Desse modo, elas tornam os processos de paz mais inclusivos e os direcionam para a paz positiva.

Também é importante estabelecer questões que dizem respeito à perspectiva de gênero ao longo dos documentos oficiais dos acordos de paz, uma vez que eles passarão a prestar mais atenção às demandas específicas de cada grupo da sociedade. Contudo, não se pode confundir a presença de mulheres nas mesas de negociação com a inclusão da perspectiva de gênero nos acordos de paz, posto que são dois tópicos distintos, apesar de serem complementares. Ou seja, incluir as normas de gênero nos acordos de paz é prestar atenção às demandas específicas de cada grupo em questão, seja de homens ou de mulheres (FEDERER, 2016).

Essa inclusão é vista a partir da Resolução 1325. A 1325 e o seu desenvolvimento, por meio da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, foi uma iniciativa da ONU, e em específico do Conselho de Segurança, na tentativa de abordar com maior ênfase a necessidade da presença e da participação plena e igualitária das mulheres ao longo dos diferentes níveis das operações de paz. Foi a partir disso que a temática da mulher, da paz e da segurança passou a fazer parte da agenda de segurança da ONU, ou seja, fez com que as áreas da *high* e a *low politics* se conectarem, tornando-se assim, um marco para a comunidade internacional (TRYGGESTAD, 2009; RABELO, 2011; GIANNINI, 2014; OLIVEIRA; RABELO, 2017; DRUMOND; RABELO, 2018; PACHECO, 2018).

Desse modo, as Resoluções da Agenda MPS, mesmo destacando a mesma temática sobre a necessidade da participação das mulheres nos diferentes estágios das operações de paz e sobre os impactos da violência sexual, acabam apresentando um enfoque específico. Assim as dez resoluções se tornam complementares ao apresentar diferentes perspectivas sobre a mesma temática.

A Agenda MPS também foi fundamental para a legitimação das iniciativas locais e de base das mulheres, nos quais mostrou a importância da atuação em conjunto das mulheres nos diferentes níveis dos processos de paz (SHEPHERD, 2015).

Por sua vez, as resoluções também mostram o avanço no entendimento sobre a questão da mulher e da violência sexual em conflito, sendo possível perceber a pontuação dessas práticas como correlacionadas ao que foi visto ao longo do estudo do *continnum* de violência. Ou seja, o Conselho de Segurança reafirma que tanto a falta de mulheres atuando em campo, quanto a violência sexual, representa a discriminação que as mulheres sofrem na sociedade, assim como os atos de violência sexual estão conectados com as práticas da violência estrutural e cultural.

Todavia, mesmo sendo considerada e vista como uma Resolução que fez a diferença (TRYGGESTAD, 2009), muitas críticas e desafios circundam a sua efetivação. Uma das principais críticas diz respeito à linguagem dos documentos, nos quais é recorrente o uso dos termos “mulheres” e “gênero” como sinônimos.

Um segundo apontamento é em relação a falta da percepção dos homens e meninos como também vítimas dos diferentes tipos de violência presentes nos conflitos armados. Assim, ao não colocar os homens como vítimas da violência, em especial da violência sexual, a ONU acabou não aplicando a perspectiva de gênero, que é um dos seus objetivos estratégicos, ao longo dos anos e das operações de paz (DRUMOND, 2010). Sendo assim, só em 2019 o Conselho de Segurança passou a incorporar, de fato, o *gender mainstreaming*, após a declaração da Resolução 2467 (2019).

Também é importante destacar que para a ONU, a presença de mulheres em campo nas missões de paz segue “padrões” de benefícios, no qual, para a Organização, a atuação das mulheres é importante para conseguir atuar em determinadas funções, como, por exemplo, na atuação com a comunidade local, no melhoramento de imagem da tropa e da correção do comportamento dos soldados masculinos. Entretanto, essa visão pode gerar estereótipos em relação à representação e presença feminina.

Sendo assim, a Resolução 1325 e a Agenda MPS podem ser vistas a partir de duas percepções, que em alguns casos podem ser opostas. É perceptível uma diferença de

entendimento entre as ativistas e as acadêmicas. Por parte da academia existe muito mais uma crítica para com a Resolução 1325, enquanto que entre as ativistas e as iniciativas locais e de base das mulheres, a Resolução 1325 representa uma base e suporte de atuação. Desse modo, "precisamos ter cuidado para não perder de vista o quão extraordinário é 1325"[262] (COHN; KINSELLA; GIBBINGS, 2004, p. 139).

Assim, mesmo o discurso da ONU sendo muito mais teórico do que prático, uma vez que muitos dos princípios ou intenções postas ao longo das Resoluções não são vistas em prática no dia a dia das operações de paz, tem-se que essa iniciativa do Conselho de Segurança mudou a forma de pensar e apresentar a temática da mulher, da paz e da segurança no cenário internacional, uma vez que colocou no debate acadêmico e da comunidade internacional a questão a mulher, sendo elas vistas como atores importantes para a paz e a segurança internacional (COHN; KINSELLA; GIBBINGS, 2004).

[262] Tradução livre. Texto original: "[...] we need to be careful not to lose sight of just how extraordinary 1325 is" (COHN; KINSELLA; GIBBINGS, 2004, p. 139).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado ao longo dos capítulos, é possível fazer algumas considerações finais, de modo que seja plausível elucidar a pergunta de pesquisa e os objetivos gerais e específicos propostos para o desenvolvimento da pesquisa.

Inicialmente é possível identificar que as mulheres estão presentes em diferentes cenários, seja nos processos de segurança internacional quanto nos de paz (formais e informais). Contudo, tanto a guerra quanto a paz perpetuam e são marcados por relações de gênero, no qual é possível perceber a predominância de atributos da masculinidade hegemônica, de modo que exista uma reprodução de dicotomias que valorizam a representação e o campo de atuação predominantemente masculino. Ou seja, as Relações Internacionais, e as suas subáreas, como os Estudos de Segurança Internacional e os Estudos para a Paz, não são neutras em gênero. Todavia, cada capítulo buscou evidenciar uma perspectiva diferente sobre a mulher, de modo que se torna claro que em ambas as esferas elas sofrem com os estereótipos de gênero e com a misoginia da área, levando, assim, a uma marginalização, silenciamento e, em certos casos, até a exclusão da sua presença.

Contudo, a percepção essencialista sobre as mulheres é fruto das relações sociais e culturais, ou dos diferentes padrões de violência cultural e estrutural, de forma que é perpetuada para os diferentes meios, instituições e áreas a ideia de que a mulher não é bem-vinda na esfera pública e da política. Por isso, a constante indagação de “onde estão as mulheres?” é essencial, pois questiona as relações de poder que envolve o cenário internacional e nacional, a *high politics* e *low politics.*

É necessário que as mulheres estejam presentes nos cenários da paz e da segurança, uma vez que a sua percepção sobre essas temáticas é diferente das apresentadas pela visão *mainstreaming,* de modo que elas desafiam os padrões ao colocar diferentes percepções sobre a segurança, a violência e a paz.

Todavia, há uma heterogeneidade nas experiências das mulheres, visto que essa categoria não é única, existindo diferentes manifestações e performances de feminilidades e de experiências das mulheres. Ou seja, são múltiplas as mulheres e suas experiências, devendo ser levado em consideração diferentes fatores, como, por exemplo: raça, classe, religião, escolaridade e localidade.

Assim como existem diferentes manifestações de feminilidades e de experiência das mulheres, é importante também pensar em múltiplos feminismos. Desse modo, ao afirmar sobre essa variedade de feminismos e de mulheres, a pesquisa entra em concordância com a

concepção multicultural, global e pós-colonial do feminismo que foi apresentada ao longo do trabalho. Com isso, destaca-se que não pode ocorrer uma estereotipagem das mulheres, uma vez que elas não são homogêneas e a categoria "mulher" é complexa.

Desse modo, na análise do âmbito da guerra e da paz, as mulheres ocupam diferentes papéis, logo, elas não podem ser estigmatizadas apenas como vítimas dos diferentes tipos de violência que são perpetuadas nos períodos de paz e de guerra, assim como no nível doméstico e internacional. Elas são agentes ativos em ambos os cenários, desenvolvendo importantes funções nos contextos de conflito armado e nas instituições políticas e militares, na luta pela manutenção, consolidação e negociação da paz, assim como na militância e no ativismo pela paz.

Assim, as mulheres podem ser localizadas: na teoria das Relações Internacionais, com o feminismo e os estudos de gênero; na Segurança Internacional, a partir da reconstrução da história, das narrativas de gênero na guerra, e no *continuum* da violência; nos Estudos para a Paz, com os movimentos políticos e de ativismo em prol da paz; nos processos formais e informais da paz, assim como na negociação e mediação dos acordos de paz, como agentes do *peacebuilding* e *peacemaking*, e como operadores da paz como agentes uniformizados.

Quando se analisa o cenário da segurança internacional, das guerras e do *continuum* da violência, verifica-se que as múltiplas experiências das mulheres são importantes. Ou seja, a vivência das mulheres é essencial para o seu entendimento sobre este cenário, uma vez que elas propõem soluções para os problemas a partir da sua prática, logo, o conhecimento adquirido por elas com a prática do dia a dia é a base para o desenvolvimento de soluções, afirmando que existe uma conexão entre a teoria e a prática. Com isso, elas têm propriedade para abordar determinados assuntos porque elas falam daquilo que vivenciam, elas mostram soluções a partir das suas experiências pessoais. Um exemplo é a sua percepção sobre a segurança, que foge das explicações centradas unicamente no Estado e nas questões militares, uma vez que elas apresentam um entendimento sobre a segurança a partir de termos multiníveis e multidimensionais.

No cenário da paz, as mulheres também protestam contra as diferentes manifestações de violência, destacando os diferentes impactos desses atos na vida das mulheres e dos homens. Todavia, a conexão da mulher com a paz é fruto das relações sociais e das implicações culturais.

Entretanto, perpetua-se uma ideia essencialista, construída a partir de dicotomias, da mulher com a paz, de forma que buscam legitimar essa relação por fins da maternidade. Mas, assim como foi apresentado, é perigosa essa associação, de modo que ela pode paralisar e

prejudicar o avanço dos estudos do feminismo para a paz, assim como do ativismo de mulheres. À vista disso, o enfoque que coloca a mulher, a maternidade e a paz no mesmo espectro, como sendo uma associação biológica e essencializada, é posto como negativo; contudo, a relação da mulher com a paz, por meio do discurso da maternidade militante, deve ser analisada, uma vez que essa manifestação tem um caráter e um peso político de protesto contra práticas autoritárias e de necropolíticas executadas pelos Estados. Assim, a maternidade militante, que tem como exemplo os movimentos liderados pelas Mães no Brasil e em diferentes países, pode ser classificada como uma forma de *novíssimas pazes*.

Além disso, também é possível localizar as mulheres nos processos informais de paz, ou seja, naqueles que fazem parte do *peacebuilding from below*, e das iniciativas locais, de base (*grassroots*) e de baixo para cima (*bottom-up).* As mulheres executam atividades que são consideradas mais confiáveis para a sociedade, visto que elas rompem as barreiras dos estigmas sociais e criam e mantêm redes horizontais de diálogos entre as comunidades divididas. Assim, elas praticam atos de imaginação moral, uma vez que introduzem meios não convencionais e não esperados para se chegar a acordos e à paz na região.

Desse modo, tem-se que a construção da paz a partir das mulheres é inclusiva, transformativa e diversa, de modo que seja possível alcançar uma cultura de paz, que seja baseada na igualdade entre os gêneros. Ou seja, as mulheres buscam consolidar a paz positiva na sociedade, por meio de princípios que legitimem a justiça social; a igualdade de oportunidades e direitos civis, políticos, econômicos e humanitários; além da valorização da vida, da tolerância e da não-violência.

A partir dos relatos da presença e atuação das mulheres em diferentes contextos nacionais e regionais, em diferentes partes do mundo, tem-se que é fundamental e transformativa a ação das mulheres, a exemplo dos casos: na Libéria, na Irlanda do Norte, na Colômbia, no Sri Lanka, no Sudão do Sul, no Quênia, na Região dos Balcãs, em Israel e Palestina, entre outros casos de destaque.

Contudo, para além dos processos informais, é importante destacar o trabalho das mulheres nos processos formais, de modo que seja possível perceber a conexão entre os dois tipos de processos de paz. Deve existir também uma coalizão entre os dois grupos de mulheres, entre aquelas que estão na base e as que estão nas mesas de negociação, para que ocorra uma continuação entre as pautas defendidas e levantadas. As mulheres que estão na base conseguem dialogar com a comunidade e entender melhor as suas demandas, fazendo com que suas pautas cheguem nas mesas de negociações por meio das mulheres na negociação e mediação, ou na *Track One Diplomacy*. Posto isso, é perceptível que as

mulheres transitem para as negociações formais e para os acordos de paz questões que partem da sua experiência e vivência em campo.

Assim, é essencial pensar na atuação conjunta das mulheres, ou seja, das mulheres que operam a paz e que buscam construir sociedades mais pacíficas, a partir da lógica da cultura de paz e do *peacebuilding from below*, com as mulheres que estão negociando a paz em termos formais, no nível do *peacemaking e do peacebuilding top-down*. Com isso, não existe, ou não pode existir, uma separação entre esses grupos de mulheres, uma vez que a atuação conjunta traz muito mais benefícios para a consolidação da paz nas sociedades, de modo que se atinja e que se torne uma paz mais sustentável e duradoura.

Por conseguinte, é importante pensar na participação das mulheres e na incorporação da perspectiva de gênero nos processos e acordos de paz como sendo questões complementares. Contudo, esses dois fenômenos não podem ser vistos como similares, e nem se pode presumir que a incorporação de mulheres proporciona maior inclusão da perspectiva de gênero. Porém, a presença das mulheres nas mesas de negociação é necessária porque elas introduzem temas que estão além das pautas *mainstreaming*, sendo um deles a atenção às demandas específicas de cada grupo da sociedade.

Posto isso, e na tentativa de localizar de forma conjunta as mulheres na paz e na guerra, a análise da Agenda Mulheres, Paz e Segurança fez-se necessária, uma vez que ela consegue conectar esses dois cenários, de modo que seja possível perceber as mulheres militares, policiais e civis que atuam em prol da paz, em cenários de conflito armado e em meio às diferentes manifestações de violência. Além de que também é possível conectar as mulheres no nível de base e nas mesas formais de negociação. Ou seja, a Agenda Mulheres, Paz e Segurança consegue ser um ponto de encontro para o que foi pensado e proposto ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa.

Sendo uma iniciativa do Conselho de Segurança, a Agenda Mulheres, Paz e Segurança conseguiu introduzir no debate da agenda internacional questões que dizem respeito às mulheres, e as suas necessidades e especificidades. Com isso, a Agenda rompeu a barreira da *high politics* ao introduzir pautas que recorrentemente são postas na *low politics,* fazendo assim, com que essas duas áreas se conectem, tornando-se um marco para a comunidade internacional.

Além disso, a Agenda também conseguiu conectar as mulheres que atuam na base com as iniciativas internacionais. Ou seja, é possível perceber que a partir do movimento local e de ativismo das mulheres, a ONU e o Conselho de Segurança elaboraram uma agenda sobre a mulher, a paz e a segurança, de modo que fosse possível uma aplicação da mesma pelas

iniciativas locais de paz. Logo, existe a atuação tanto do modelo *top-down* quanto do *bottom-up* da Agenda Mulheres, Paz e Segurança.

Baseada nos princípios estratégicos do equilíbrio de gênero e da integração da perspectiva de gênero (*mainstreaming gender perspective*), a Resolução 1325, e em complemento às demais Resoluções da Agenda, pautaram a necessidade de pensar os processos de paz de forma mais inclusiva, de modo que fosse introduzido a presença das mulheres nos diferentes níveis e estágios das operações de paz, além de temas específicos que dizem respeito aos diferentes gêneros.

Assim, a pauta da violência sexual ganhou destaque, de maneira que fosse abordado pela comunidade internacional os impactos negativos de tais atos sobre a vida das mulheres, meninas, homens e meninos, assim como da paz, uma vez que a violência sexual tem conexão com práticas e percepções culturais, ou seja, é fruto dos estereótipos de gênero e da violência cultural e estrutural. Todavia, foi apenas em 2019, com a Resolução 2467 (2019), que os homens e meninos passaram a ser considerados também vítimas de tais atos de violência.

Com isso, várias críticas e desafios marcam os 21 anos da Resolução 1325, sendo elas fruto das colocações postas ao longo das Resoluções. Possuindo uma conexão, as principais críticas e desafios dizem respeito a estrutura linguística dos documentos, ao se confundir e colocar como sinônimos os termos “mulher” e “gênero”; além da perpetuação do mito da proteção, que a Agenda tanto pontua como prejudicial, mas que acaba difundindo; da reprodução da visão essencialista e naturalizada da mulher; da militarização da Agenda; e da baixa representação numérica e qualitativa das mulheres.

Contudo, apesar da existência de desafios e críticas, é importante observar os avanços da Agenda MPS, assim como percebê-la como sendo uma boa iniciativa e um ponto de partida para o debate sobre o tema, uma vez que a Agenda colocou a questão da mulher, da paz e da segurança, além da perspectiva de gênero, no debate da agenda internacional, uma vez que ampliou a discussão, entre diferentes atores e níveis. Com isso, a Agenda, e suas pautas passaram a ser amplamente discutida ao longo de diferentes regiões, países e contextos nacionais, de modo que passou a ocorrer uma maior denúncia dos casos de violência, e da violência sexual que mulheres e homens são vítimas, além de que houve maior abertura para a atuação das mulheres e das iniciativas locais de mulheres e da paz.

Sendo assim, nota-se que a Agenda MPS é marcada por avanços, mas as suas críticas e desafios fazem com que ela seja uma agenda que ainda necessite de crescimento e evolução em determinadas pautas, principalmente naquelas que são alvos de críticas.

A partir do que foi apresentado ao longo do estudo, considera-se que as mulheres participam, estão envolvidas e atuam nos cenários da segurança internacional e da paz em diferentes posições, não podendo ocorrer uma visão estereotipada da mesma, dado que múltiplas mulheres e experiências podem ser vistas ao longo da presente análise. Com isso, a presença das mulheres altera estes cenários, assim como na condução dos processos formais e informais de paz. Por fim, é necessário repensar e repaginar a posição das mulheres, de modo que seja evidente a sua percepção, o poder de agência e a contribuição das mulheres ao longo da análise e do desenvolvimento dos processos de segurança e de paz.

Conclui-se, assim, que uma análise dos processos de paz, a partir das mulheres e das suas perspectivas, se faz necessária para o entendimento da paz e da segurança.

REFERÊNCIAS

ACKERLY, Brooke; TRUE, Jacqui. **Reflexividade em prática**: Poder e Ética na Pesquisa Feminista das Relações Internacionais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: a questão de gênero**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011, p. 227-258.

AFSHAR, Haleh. Women and Wars: Some trajectories Towards a Feminist Peace. **Development in Practice**, vol. 13, nº. ⅔, p.178-188, may 2003.

ALEMANY, Carme. **Violências**. In: HIRATA, Helena et al. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo - Editora UNESP, 2009, p.271-276.

ALESIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

AMÂNCIO, Lígia. As Assimetrias nas Representações do Género. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 34, p.9-22, fevereiro 1992.

AMNESTY INTERNATIONAL. **TURKEY**: Listen to the Saturday Mothers. AI Index: EUR 44/17/98, november, 1998. Disponível em: https://www.amnesty.org/download/Documents/152000/eur440171998en.pdf. Acesso em: 16 de jun 2021.

AMPOFO, Akosua Adomako; BEOKU-BETTS, Josephine; OSIRIM, Mary J. Researching African Women and Gender Studies: New Social Science Perspectives. **African and Asia Studies**, v.7, 2008, p.327-341.

ANGOM, Sidonia. **Women in Peacemaking and Peacebuilding in Northern Uganda**. Uganda: Springer, 2018.

ANTONIJEVIC, Zorana. The participation of Women in the Security Sector - The Feminist Concept. **Western Balkans Security Observer**, nº 19, p.3-14, jan-apr, 2011.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. 21 de maio de 1980. **Estudos Feministas**, v. 08,nº. 1, p. 229-236, 1º semestre, 2000.

ARAUJO, Bianca Mendes. **A Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) e a atuação como ator não-estatal armado na luta contra o ISIS**. Monografia (Relações Internacionais), UFPB/CCSA, João Pessoa, 2018.

ARIÑO, María Villellas. Hallar nuevas palabras, crear nuevos métodos. La participación de las mujeres en los procesos de paz. Madrid: Centro de Investigación para la Paz (CIP-FUHEM) e Escola de Cultura de Pau, 2006.

_____. La participación de las mujeres en los procesos de paz. Las otras mesas. **Institut Català Internacional per la Pau**, Barcelona, mayo de 2010a.

_____. La violencia sexual como arma de guerra. In: **Quaderns de Construcció de Pau**, nº 15, p.3-15, septiembre, 2010b.

_____. Mujeres, Paz y Seguridad: 15 años de la Resolución 1325 de las Naciones Unidas. **Institut Catalã International**: Per la Pau, Informes 12/2016, 2016a.

_____. Procesos de paz con perspectiva de género. Inclusividad y participación. In: **Quaderns de Construcció de Pau,** nº. 26, junio 2016b.

ARIÑO, María V. et al. Violencia sexual en conflictos armados. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, nº. 137, p.57-70, 2017.

ASSIS, Maria Cristina de. Metodologia do trabalho científico. In: FARIA, Evangelina Maria B. de; ALDRIGUE, Ana Cristina S. (Orgs.). **Linguagens: usos e reflexões**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008, v. II, p. 269-301.

ASSUNÇÃO, Helena Santos. Reflexões sobre perspectivas africanas de gênero. **Cadernos Pagu**, v.58, 2020.

ATHIE, Aïssata; TAYLOR, Sarah. UN Peacekeeping: Where is the Gender Expertise?. IPI Global Observatory. October 27, 2017. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2017/10/un-peacekeeping-where-is-the-gender-expertise/>. Acesso em: 24 de out 2021.

BACCARINI, Mariana P. O., MINILLO, Xaman K., ALVES, Elia Elisa C. Gender Issues in the Ivory Tower of Brazilian IR. **Contexto Internacional,** v. 41, n. 2, may/aug, 2019, p. 365-396.

BALL, Jennifer. **Women, Development and Peacebuilding in Africa**. Canada: Palgrave Macmillan, 2019.

BARROW, Amy. '[It's] like a rubber band'. Assessing UNSCR 1325 as a gender mainstreaming process. **International Journal of Law in Context**, vol. 5, nº. 1, p. 51-68, march 2009.

BEILSTEIN, Janet C. **Women 2000**: The role of women in United Nations peace-keeping. United Nations, New York, december 1995.

BELL, Christine. **Text and Context**: Evaluating Peace Agreements for Their 'Gender Perspective'. UN WOMEN, New York, october 2015.

BIGATÃO, Juliana de Paula. **Manutenção da Paz e Resolução de Conflito**: Respostas das Nações Unidas aos Conflitos Armados Intra-Estatais na década de 1990. 2009. 193 f. Dissertação (Relações Internacionais) - San Tiago Dantas (UNESP/ UNICAMP/ PUC-SP), São Paulo, 2009.

BIGOMBE, Betty. The Role and Relevance of Gender in Peace Mediation. **PRIO** - Peace Research Institute Oslo, nº. 1, 2014.

BJÖRKDAHL, Annika; SELIMOVIC, Johanna M. **Methodologies for Feminist Peace Research**. In: VÄYRYNEN, Tarja et al. Routledge Handbook of Feminist Peace Research. London and New York: Taylor & Francis, 2021, p.40-49.

BLOOM, Shelah. **Violence Against Women and Girls**: a compendium of monitoring and evaluation indicators. USAID - The U.S. Agency for International Development, 2008.

BORIS, Georges Daniel J. B.; BLOC, Lucas G.; TEÓFILO, Magno C. C. Os rituais da construção da subjetividade masculina. **O público e o privado,** n.19, p.17-32, janeiro/junho, 2012.

BOULDING, Elise. **Women's Experiential Approaches to Peace Studies**. In: KRAMARAE, Cheris; SPENDER, Dale. The Knowledge Explosion: generations of feminist scholarship. New York: Teachers College Press, 1992, p. 54-63.

BOULDING, Elise et al. **Making Peace Where I Live** (MAPWIL). Peace Educators, 2008.

BROCK-UTNE, Birgit. Feminist Perspectives on Peace and Peace Education. New York: Pergamon Press, 1989.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **An Agenda for Peace**: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping. Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992. United Nations, New York, l992.

BUEHLER, Jan. The Puget Sound Women's Peace Camp: Education as an Alternative Strategy. **Frontiers**: A Journal of Women Studies, Vol. 8, No. 2, Women and Peace (1985), p. 40- 44.

BURGUIERES, Mary K. Feminist Approaches to Peace: Another Step for Peace Studies. **Millenium**: Journal of International Studies, v. 19, nº. 1, p.1-18, 1990.

BURKE, Sarah Róisín. Troop-discipline and sexual offences by UN military peacekeepers: the UN's response – moving beyond the current status quo? **Australian Government's Australian Civil-Military Centre and the ANU Centre for International Governance and Justice**, Canberra, Working paper n. 1.5, 2011. Disponível em: http://regnet.anu.edu.au/research/publications/2945/working-paper-no-15-troop-discipline-and-sexual-offences-un-military. Acesso em 08 de nov 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CAIRE, Raymond. **A mulher militar**: das origens aos nossos dias. Rio de Janeiro, Editora: Biblioteca do Exército, 2002.

CALHEIRO, Ineildes; OLIVEIRA, Eduardo David. Igualdade ou desigualdade de gênero na África? Pensamento feminista africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v.3, n.6, jul./dez., 2018, p.93-110.

CARON, Lurdes; GRAUPE, Mareli Eliane; RECKZIEGEL, Juliana Cristina L. Mulheres na construção da cultura de paz no enfrentamento de violências de gênero**. Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.**, Curitiba, v. 12, nº. 1, p. 42-59, jan./abr., 2020.

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise**: 1919-1939. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2º edição, 2001, Capítulo VIII, p.135-188

CARREIRAS, Helena. Gênero e Violência Armada. **Anuário Janus Online**, p.128-129, 2014. Disponível em: http://janusonline.pt/images/anuario2014/3.24_HelenaCarreiras_GeneroViolencia.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2021.

_____. **Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

_____. O olhar dos homens: resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas Forças Armadas. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). **Sob o Signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas.** São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009, p. 169-188.

CARVALHO, Hellen O.; PORTELLA JUNIOR, José Carlos; RIBEIRO, Karla P. O papel das mulheres na reconstrução de sociedades pós-conflito. **Rev. Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, nº. 22, p.1-12, 2017.

CASTOR, Helen. **Joana d'Arc** - jovem, líder, bruxa, santa: a surpreendente história da heroína que comandou o exército francês. 1. ed.. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2018.

CASTRO, Roberto P.; BRONFMAN, Mario P. Teoría Feminista y Sociología Médica: bases para una discusión. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul/set, 1993, p.375-394.

CFR. **Council on Foreign Relations**. Explore the Data. 2021. Disponível em: https://www.cfr.org/womens-participation-in-peace-processes/explore-the-data. Acesso em 18 de out 2021.

CFR. **Council on Foreign Relations**. Women's Participation in Peace Processes. 2021. Disponível em: https://www.cfr.org/womens-participation-in-peace-processes/. Acesso em 13 de out 2021.

CHAMBOULEYRON, Ingrid Cyfer; RESENDE, Erica Simone Almeida. **Duque de Caxias e Maria Quitéria na mesma trincheira:** o questionamento das representações do masculino e feminino pela mulher combatente: In: **30º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambú, 2006.

CHIGAS, Diana. Track II (Citizen) Diplomacy. **Beyond Intractability,** University of Colorado, Boulder, 2003. Disponível em: https://www.beyondintractability.org/essay/track2-diplomacy. Acesso em 07 de out 2021.

CIRNE, Michelle. A produção necessária das intelectuais feministas africanas no campo dos Estudos de Gênero e na Agência do CODESRIA. **Revista África(s)**, v. 04, n. 08, p.104-114,jul./dez., 2017.

COCKBURN, Cynthia. **Anti-militarism**: Political and Gender Dynamics of Peace Movements. 1st edition. UK: Palgrave Macmillan, 2012a.

COCKBURN, Cynthia. Snagged on the Contradiction: NATO, Resolution 1325, and Feminist Responses. **Women in Action**, p. 48-57, 2012b.

COCKBURN, Cynthia; ENLOE, Cynthia. Militarism, Patriarch and Peace Movements. **International Feminist Journal of Politics**, vol. 14, nº.4, p.550-557, 2012.

COE, Council of Europe. **What is gender mainstreaming?**. France, 2021 Disponível em: https://www.coe.int/en/web/genderequality/what-is-gender-mainstreaming. Acesso em 29 de out 2021.

COHN, Carol; KINSELLA, Helen; GIBBINGS, Sheri. Women, Peace and Security Resolution 1325. **International Feminist Journal of Politics**, v. 6, nº. 1, p. 130-140, 2004.

COMINS MINGOL, Irene. Reseña de "Mujeres en pie de paz: pensamiento y prácticas" de Carmen Magallón Portolés Convergencia. **Revista de Ciencias Sociales**, vol. 14, nº. 45, septiembre-diciembre, 2007, pp. 189 - 195. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10504508. Acesso em 22 de ago 2021.

CONFORTINI, Catia Cecilia. Feminist Contributions and Challenges to Peace Studies. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**, p. 1-29, 2010.

_____. **Intelligent Compassion**: The Women's International League for Peace and Freedom and Feminist Peace. Oxford Scholarship, 2012.

CONNELL, R. W. **La organización social de la masculinidad.** In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José. Masculinidad/es: poder y crisis. Santiago,Chile: Isis Internacional, 1997, p.31-48.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n.1, 241-284, janeiro-abril, 2013

COSTA, Juliana Alves de. SÉLIS, Lara Martim Rodrigues. SOARES, Samuel Alves. De Afrodite a Melíade? O feminismo nos Estudos de Segurança. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). **Sob o Signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas.** São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009, p. 205-227.

COSTA, Mari M. M. de.; PORTO, Rosane T. C. A transversalidade das Políticas Públicas de Gênero: um caminho para efetivação dos Direitos Sociais da Mulher. In: **II Simpósio Internacional de Direito**: dimensões materiais e eficaciais dos direitos fundamentais, 2012, Santa Catarina. Anais Simpósio Internacional de Direito: dimensões materiais e eficaciais dos direitos fundamentais. Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), vol. 1, nº. 1, 2012. P. 455-467.

COSTA, Milane do Nascimento. **"Nós por nós"**: solidariedade feminina nas interfaces entre sororidade e dororidade - práticas e discursos em grupos de mulheres numa rede social digital. 2021. 127f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2021.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millenium**: Journal of International Studies, v. 10, nº. 2, 1981.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Penso, 2010.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3º ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CSNU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução 1325 (2000). S/RES/1325 (2000), 18 de outubro de 2000

CSNU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução 1820 (2008). S/RES/1820 (2008), 19 de junho de 2008.

CSNU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução 1888 (2009). S/RES/1889 (2009), 30 de setembro de 2009a.

CSNU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução 1889 (2009). S/RES/1889 (2009), 5 de outubro de 2009b.

CSNU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução 1960 (2010). S/RES/1960 (2010), 16 de dezembro de 2010.

CSNU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução 2106 (2013). S/RES/2106 (2013), 24 de junho de 2013a.

CSNU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução 2122 (2013). S/RES/2122 (2013), 18 de outubro de 2013b.

CSNU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução 2242 (2015). S/RES/2242 (2015), 13 de outubro de 2015.

CSNU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução 2467 (2019). S/RES/2467 (2019), 23 de abril de 2019a.

CSNU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução 2493 (2019). S/RES/2493 (2019), 29 de outubro de 2019b.

CSNU. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução 2538 (2020). S/RES/2538 (2020), 28 de agosto de 2020.

DANTAS, Stela da R. M. **Mulheres e Forças Armadas**: uma análise da participação feminina nas Forças Armadas Brasileiras. 2018. 97f. Monografia (Relações Internacionais) - UFPB, João Pessoa, 2018.

DOBROWOLSKY, Alexandra. (In)Security and Citizenship: Security, Im/migration and Shrinking Citizenship Regimes. **Theoretical Inquiries in Law**, vol. 8, nº. 2, p. 629 - 662, 2007.

DONAIS, Timothy. Empowerment or Imposition? Dilemmas of Local Ownership in post-conflict peacebuilding processes. **Peace & Change**, v. 34, nº. 1, 2009.

DPO, Department of Peace Operations. **Gender Equality and Women, Peace and Security**: RESOURCE PACKAGE. January, 2020. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/gender-equality-and-women-peace-and-security-resource-package. Acesso em 27 de out 2021.

DRUMOND, Paula. As Políticas de Gênero e as Operações de Paz: Uma Análise Crítica do Caso da MONUC. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, nº. 15, p. 79-103, 2010.

DRUMOND, Paula; RABELO, Tamya. Implementando a agenda sobre "Mulheres, Paz e Segurança" no Brasil. **Instituto Igarapé**, Artigo Estratégico 31, março 2018.

ECOSOC, Economic and Social Council. **Chapter IV**: Coordination Segment. A/52/3, 18 September 1997. Disponível em: https://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/ECOSOCAC1997.2.PDF. Acesso em 27 de out 2021.

EL-BUSHRA, Judy. Feminism, Gender, andWomen's Peace Activism. **Development and Change**, v. 38, nº. 1, p. 131–147, 2017.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches, and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. 2º edition, Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2014.

ESCHLE, Catharine. **Feminism and Peace Movements**: Engendering anti-nuclear activism. In: VÄYRYNEN, Tarja et al. Routledge Handbook of Feminist Peace Research. London and New York: Taylor & Francis, 2021, p.250-259.

FAGANELLO, Priscilla Liane Fett. **Operações de Manutenção da Paz da ONU**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: FUNAG, 2013.

FEDERER, Julia Palmiano. On Gender: The Role of Norms in International Peace Mediation. **Essential**, vol. 1, 2016.

FEDERER, Julia Palmiano; GASSER, Rachel. International Peace Mediation and Gender: Bridging the Divide. **Policy Brief,** Rio de Janeiro - PUC, vol. 6, nº. 05, 2016.

FERREIRA, Thuila F.; MACEDO, José Rivar de. **Africanas**: O feminismo em perspectiva afrocentrada. **Anais do XIV Encontro Estadual de História**-ANPUH RS, 2018.

FISAS, Vicenç. Educar para una Cultura de Paz. **Quaderns de Construcción de Pau**: Escola de Cultura de Pau, nº. 20, mayo, 2011.

FRITZ, Jan Marie. Mulheres,Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº. 23, p. 340-353, jan./abr. 2010

GAGO, Verónica. Cartografar a contraofensiva: o espectro do feminismo. **Nueva Sociedad especial en Português**, p. 59-75, 2019. Disponível em: https://nuso.org/articulo/cartografar-contraofensiva-o-espectro-do-feminismo/. Acesso em 16 de nov 2021.

GALTUNG, Johan. An Editorial. **Journal of Peace Research**, vol. 1, nº. 1, p. 1-4, 1964.

_____. **Paz por medios pacíficos:** Paz y conflicto, desarrollo y civilización. Fundación Gernika Gogoratuz y Working Peppers Munduan, 2003.

_____. Violence, peace and peace research. Journal of Peace Research, vol. 6, nº. 3, p.167-191, 1969.

GIANNINI, Renata A. ODS 5 "Alcançar a Igualdade de Gênero e Empoderar Todas as Mulheres e Meninas Sustentável". MENEZES, Henrique Zeferino. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019, p. 95-115.

GIANNINI, Renata A. Promover Gênero e Consolidar a Paz: a experiência brasileira. **Instituto Igarapé**, Artigo Estratégico 9, setembro 2014.

GIANNINI, Renata A.; FOLLY, Maiara. Desafios e Boas Práticas para Implementação da Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança. **Instituto Igarapé**, Nota estratégica 28, novembro 2017.

GIANNINI, Renata; MATHIAS, Suzeley K. **Gênero nas Forças Armadas**. In: SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina. Dicionário de Segurança e Defesa. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p.546-559.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva,** v.10, n.1, p.47-57, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIZELIS, Theodora-Ismene. A Country of their Own: Women and Peacebuilding. **Conflict Management and Peace Studies**, v. 28, nº. 5, p.522-542, 2011.

GOETZ, Anne Marie. Stopping sexual violence in conflict: gender politics in foreign policy. Open Democracy - 50.50, 20 June 2014. Disponível em: https://www.opendemocracy.net/en/5050/stopping-sexual-violence-in-conflict-gender-politics-in-foreign-policy/. Acesso em 07 de nov 2021.

GOLDSTEIN, Joshua S. **War and Gender:** How Gender Shapes the War System and Vice Versa. Cambridge University Press, 2001.

GREEN, Amelia Hoover. Ignoring the evidence at the End Sexual Violence in Conflict summit. WMC - Women's Media Center, June 17, 2014. Disponível em: https://womensmediacenter.com/women-under-siege/ignoring-the-evidence-at-the-global-summit-to-end-sexual-violence-in-confli. Acesso em 07 de nov 2021.

GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades**: Uma revisão teórica. Antropologia em Primeira Mão, Santa Catarina, 2004.

GUMRU, F. Belgin; FRITZ, Jan M. Women, Peace and Security: An Analysis of the National Action Plans Developed in Response to UN Security Council Resolution 1325. **Societies Without Borders**, vol. 4, nº. 2, 2009.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. 2º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HAPPEL, Nora. Agenda de Mulheres, Paz e Segurança. IPS/Envolverde, 2015. Disponível em: https://envolverde.com.br/agenda-de-mulheres-paz-e-seguranca/. Acesso em 19 de out 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Campinas-SP, **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995, p.07-41.

HARDING, Sandra. **Conclusion**: epistemological questions. In: HARDING, Sandra. Feminism & Methodology. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1987.

_____. **Is there a Feminist Method?**. Feminism and Methodology, Bloomington, IN, Indiana University Press, 1987.

_____. **The Science Question in Feminism**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1986.

HENDRICKS, Cheryl. A Agenda Mulheres, Paz e Segurança: 20 anos depois. **Série Diálogo Feminista**, nº.10, dezembro, 2020.

HONEYMAN, Christopher Honeyman; YAWANARAJAH, Nita. Mediation. **Beyond Intractability,** University of Colorado, Boulder, 2003. Disponível em: https://www.beyondintractability.org/essay/mediation. Acesso em 07 de out 2021.

HOOKS, Bell. **Eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. 4º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOPER, Charlotte. **Manly states**: Masculinities, International Relations, and Gender Politics. New York: Columbia University Press, 2001.

HUBBARD, Ruth. Algumas ideias sobre a Masculinidade das Ciências Naturais. In: GERGEN, Mary McCanney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Edunb, 1993, p.21-36.

HUDSON, Valerie M. *et al*. O Cerne da Questão: A Segurança das Mulheres, A segurança dos Estados. **Military Review**, p.18-36, Quarto Trimestre, 2017.

ISIK, Ruken. A luta Curda por democracia e igualdade de gênero na Síria. **Revista Periferias**. Rio de Janeiro, n. 3, 2019. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/a-luta-curda-por-democracia-e-igualdade-de-genero-na-sira/>. Acesso em 28 de abril de 2021.

JADE, Líria. Das 130 premiações do Nobel da Paz, 17 foram para mulheres; conheça cada uma. **Agência Brasil**, março, 2017. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/das-130-premiacoes-do-nobel-da-paz-17-foram-para-mulheres-conheca-cada-uma. Acesso em 29 julho 2021.

JORGE, Elena Díez; PÉREZ, Dolores Mirón. **Una Paz Femenina.** In:RUEDA, Beatriz M.; MUÑOZ, Francisco A. Muñoz. Manual de Paz y Conflictos. España: Editorial Universidad de Granada, 2004, p. 67-94.

KABATANYA, Maria. **ADRIENNE NJUIKAM**: A COMMITTED AND PASSIONATE UN POLICE OFFICER. MINUSCA, United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic, 23 mar 2020. Disponível em:

https://minusca.unmissions.org/en/adrienne-njuikam-committed-and-passionate-un-police-officer. Acesso em 03 de nov 2021.

KAUFMAN, Michael. **Hombres placer, poder y cambio.** Santo Diogo: CIPAF, 1989.

KELLY, Liz. **Surviving Sexual Violence.** Cambridge, Policy Press, 1988.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena *et al*. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo - Editora UNESP, 2009, p.67-75.

KERSHNER, Jim. Five Puget Sound Women's Peace Camp protesters are arrested inside the Kent Boeing Aerospace Center's cruise missile facility on September 26, 1983. **HistoryLink.org**, 2013. Disponível em: https://www.historylink.org/File/10677. Acesso em 29 julho 2021.

KIMMEL, Michael S. **Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina**. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José. Masculinidad/es: poder y crisis. Santiago, Chile: Ediciones de las Mujeres, n. 24, Isis Internacional, 1997, p.49-62.

KRONSELL, Annica. **Methods for studying silences**: gender analysis in institutions of hegemonic masculinity. In: ACKERLY, Brooke A.; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. Feminist Methodologies for International Relations. The Edinburgh Building Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p.108-128.

KURKI, Milja; WIGHT, Colin. **International Relations and Social Science**. In: DUNNE, Tim; KURKI, Mijla; SMITH, Tieve. (Eds). International Relations Theories: discipline and diversity. 2 nd edition, Oxford University Press, 2013, p.14-35.

LABRECQUE, Marie France. Transversalização da perspectiva de gênero ou Instrumentalização das mulheres? Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 16, nº. 3, p. 901 - 912, setembro-dezembro, 2010.

LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, vol. 33, nº. 3, sep., 1989, pp. 235-254.

LEDERACH, John P. **Construyendo la paz**: Reconciliación sostenible en sociedades divididas. País Vasco: Bakeaz - Gernika Gogoratuz, 1998.

_____. **La imaginación moral**: El arte y el alma de la construcción de la paz. País Vasco: Bakeaz - Gernika Gogoratuz, 2007.

_____. **Transformação de Conflitos**. São Paulo: Palas Athenas, 2012.

LEWIS, Dustin. **Unrecognized Victims**: Sexual Violence Against Men in Conflict Settings Under International Law. 27 Wis. Int'l L.J. 1, 2009. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/handle/1/9823975>. Acesso em 07 de jun. de 2021.

LHOMOND, Brigitte. **Sexualidade.** In: HIRATA, Helena et al. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo - Editora UNESP, 2009, p.231-235.

LIMIC, Tijana. Para un diálogo interepistémico y decolonial entre feministas occidentales y no occidentales. **Tabua Rasa**. Bogotá-Colêmbia, nº23, julio-diciembre, 2015, p.133-156.

LIMO, Irene. Prevention of and Response to Conflict-related Sexual Violence, Exploitation and Abuse by Peacekeepers in the Great Lakes Region of Africa. In: ACCORD - The **African Centre** for the Constructive Resolution of Disputes, Conflict Trends, nº 1, 2016. Disponível em:
<https://www.accord.org.za/conflict-trends/prevention-response-conflict-related-sexual-violence-exploitation-abuse-peacekeepers-great-lakes-region-africa/>. Acesso em 07 de jun. de 2021.

LINDSEY, Charlotte et al. **Las mujeres ante la guerra.** Suiza: CICR- Comité Internacional de la Cruz Roja, 2002.

LISBÔA, Maria Regina A. **Masculinidades**: as críticas ao modelo dominante e seus impasses. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade. Editora Mulheres, 1998, p.131-138.

LOWE, Donald M. **Sexuality and Gender Construction.** In: LOWE, Donald M. The body in Late-Capitalist USA. Duke University Press, Durham and London, 1995, p.121-148.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabua Rasa**. Bogotá-Colômbia, nº9, julio-diciembre, 2008, p.73-101.

MACKENZIE, Megan. **Securitization and de-securitization**: female soldiers and the reconstruction of women in post-conflict Sierra Leone. In: SJOBERG, Laura (org). Gender and International Security: Feminist perspectives. London and New York:Routledge, p.151-167, 2010.

MAC GINTY, Roger. **Everyday peace**: Bottom-up and local agency in conflict-affected societies. Security Dialogue, v. 45, nº. 6, p.548-564, 2014.

MADLALA-ROUTLEDGE, Nozizwe. **We Need an International Campaign to Resist Androcentric Militarized Neo-Colonial Masculinties!.** In: MAMA, Amina. Feminist Africa 10 Militarism, Conflict and Women's Activism. South Africa, African Gender Institute, University of Cape, 2008, p.85-90.

MAGALLÓN PORTOLÉS, Carmen. **El pensamiento maternal.** Una epistemología feminista para una cultura de paz. MUÑOZ, Francisco A. Muñoz. La paz imperfecta. España: Editorial Universidad de Granada, 2001a, p.123-141.

_____. La construcción de la paz. **Papeles**, nº. 73, p.23-31, 2001b.

_____. Las mujeres como sujeto colectivo de construcción de paz. **Cuadernos Bakeaz**, nº. 61, febrero de 2004.

MAIESE, Michelle. **Beyond Intractability,** University of Colorado, Boulder, 2003. Negotiation. Disponível em: https://www.beyondintractability.org/essay/negotiation. Acesso em 07 de out 2021.

MANJOO, Rashida. The Continuum of Violence against Women and the Challenges of Effective Redress. **International Human Rights Law Review**, vº 1, p. 1-29, 2012.

MAPENDERE, Jeffrey. Track One and a Half Diplomacy and the Complementarity of Tracks. **Culture of Peace Online Journal**, vol. 2, nº. 1, p. 66-81, 2006.

MARINHO, Manuela. "Olhares femininos sobre a ética: Carol Gilligan e Nel Noddings". In: Intervenção Social, 29, 2004, p.71-82.

MATHIEU, Nicole-Claude. **Sexo e gênero.** In: HIRATA, Helena et al. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo - Editora UNESP, 2009, p.222-231.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1990. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 1, nº. 02, p.171-192, dez., 2010.

MATUELLA, Iazana. Conflitos armados e a agenda Internacional: a questão da mulher. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.25, n.3, p.1277-1295, setembro-dezembro, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, nº 23, p.122-151, dezembro de 2016.

MCFADDEN, Patrícia. Tornamo-nos Feministas Africanas Contemporâneas: Histórias femininas legados e os novos imperativos. **Série diálogo feminista,** n.1, 2016.

MCKAY, Susan; MAZURANA, Dylan. **Gendering Peacebuilding**. In: CHRISTIE, D. J.; WAGNER, R. V.; WINTER, D. A. **Peace, Conflict, and Violence**: Peace Psychology for the 21 stCentury. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 2001.

MEGER, Sara. **Sexual Violence in Times os War and Peace.** In: VÄYRYNEN, Tarja et al. Routledge Handbook of Feminist Peace Research. London and New York: Taylor & Francis, 2021, p.115-125.

MEIS, Maria; SHIVA, Vandana. **La praxis del ecofeminismo**: biotecnología, consumo, reproducción. Icaria: Antrazyt, 1998

MESA, Manuela. Mujeres y construcción de paz: Balance y retos pendientes. **Pensamiento Propio**, nº. 36/67, 2012.

MILLER, Barbara; POURNIK, Milad; SWAINE, Aisling. Women in Peace and Security through United Nations Security Resolution 1325: Literature Review, Content Analysis of

National Action Plans, and Implementation. **Institute for Global and International Studies**, The George Washington University, may 2014.

MINGOL, Irene Comins. Hacia una refundación de la intersubjetividad: la Cultura de Paz desde una perspectiva de género. **RIDH**, Bauru, nº. 4, p.33-49, jun.,2015.

MINUSMA, United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali. UN Peacekeeping Assignment: Lifetime Opportunity for Female Pilot. 3 Sep 2019. Disponível em: https://minusma.unmissions.org/en/un-peacekeeping-assignment-%E2%80%98lifetime-opportunity%E2%80%99-female-pilot. Acesso em 03 de nov 2021.

MINVIELLE, Nicole Xavier da C. Feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais? Intersecções e diálogos teóricos para refletir sobre gênero, refúgio e violência no Sul Global. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 8, n.15, jan/jun., 2019, p.249-277.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. **Feminilidade, masculinidade e virilidade.** In: HIRATA, Helena *et al*. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo - Editora UNESP, 2009, p.101-106.

MONTEIRO, Nayara de Lima. **A construção da transversalidade da perspectiva de gênero no Mercosul**: alcances e limitações a partir das relações de poder. João Pessoa. 210p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

MORAIS, Clarice Moreira de. **Mediação e Arbitragem**: Meios de Solução Pacífica de Conflitos Internacionais. 2019. 119 f. Dissertação (Direito Internacional e Relações Internacionais) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

MOURA, Samantha N. C. de. E**stupro de Mulheres como Crime de Guerra sob as Perspectivas Feministas**. 2015. 199p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas)- UFPB,CCJ, João Pessoa, 2015.

MOURA, Tatiana. **Entre Atenas e Esparta**: Mulheres, Paz e Conflitos Armados. 1º ed. Coimbra: Quarteto, 2005 a.

_____. Mulheres e Construção da Paz. **IPRI**, 2005 b. Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r6/RI6_rec04_TMoura.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2021.

_____. Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº. 71, p.77-96, 2005c.

_____. **Rostos Invisíveis da Violência Armada**: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

MOURA, Tatiana; SANTOS, Rita. Transformar o luto em luta: sobreviventes da violência armada. **Oficina do CES**, Coimbra, nº 307, maio 2008.

MOURA, Tatiana; SANTOS, Rita; SOARES, Bárbara. Auto de resistência: A acção colectiva de mulheres familiares de vítimas de violência armada policial no Rio de Janeiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº. 88, p.185-205, março 2010.

MOURO, Higor Henrique. **Gênero e Ambiente**: reflexões sobre o papel da mulher na questão ambiental. Tese (Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, p. 106, 2017.

MUWANGALA, Tonny. Nepalese Peacekeepers promote the important role of women in the military as they and their service in South Sudan. **UNMISS**, United Nations Mission in South Sudan, 13 Feb 2020. Disponível em: https://unmiss.unmissions.org/nepalese-peacekeepers-promote-important-role-women-military-they-end-their-service-south-sudan. Acesso em 03 de nov 2021.

NAN, Susan Allen. Track I Diplomacy. **Beyond Intractability**, University of Colorado, Boulder, 2003. Disponível em: https://www.beyondintractability.org/essay/track1_diplomacy/. Acesso em 07 de out 2021.

NARAYAN, Uma. **O projeto de epistemologia feminista**: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 276-290.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, set./dez. 2006, p. 647-654.

NASCIMENTO, Larissa A.; RIBEIRO, Karla P. A Agenda MPS e a Participação de Mulheres na Mediação Internacional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.40, nº.137, p.141-155, jul./dez., 2019.

NEMAYA, Alahayi. Female Bangladeshi Peacekeepers inspire the women of Wau to join Security Forces.**UNMISS**, United Nations Mission in South Sudan, 5 Feb 2020. Disponível em:

https://unmiss.unmissions.org/female-bangladeshi-peacekeepers-inspire-women-wau-join-security-forces. Acesso em 03 de nov 2021.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias Feministas: A reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. **Psicologia: Reflexão e Críticas,** v. 18, n. 3, 2005, p.408-412.

NICOLÁS, Monike. Resistencias teóricas y prácticas a la integración de la metodología feminista en la disciplina de Relaciones Internacionales. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, n.2, junio, 2005.

NOLASCO, Sócrates Alvares. O mito da masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NU, Naciones Unidas. **Declaración sobre la Eliminación de la Violencia Contra la Mujer** (1993). A/RES/48/104, Asamblea General, 23 de febrero de 1994.

NU, Naciones Unidas. **Informe del Grupo Independiente de Alto Nivel sobre Operaciones de Paz**. A/70/95-S/2015/446, Asamblea General/Consejo de Seguridad. 17 de junio de 2015.

NYAK, Luk R.; KUMANA, Olivier; ANDERSSON, Filip. Pariand Women inspired by female UN Peacekeepers' Peace Building experience. **UNMISS**, United Nations Mission in South Sudan, 23 Mar 2020. Disponível em: https://unmiss.unmissions.org/pariang-women-inspired-female-un-peacekeepers%E2%80%99-peace-building-experiences. Acesso em 03 de nov 2021.

OECD. **Financing the unfinished business of gender equality and women's rights**: priorities for the post-2015 framework. OECD Development Assistance Committee (DAC), march 2014.

OLIVEIRA, Ana Paula L.; REBELO, Tamya. **O Brasil e as Agendas Temáticas do CSNU**. In: SCHMITZ, Guilherme de O.; ROCHA, Rafael A. (org). Brasil e o Sistema das Nações Unidas: desafios e oportunidades na governança global. Brasília: Ipea, 2017, p.175-213.

OLIVEIRA, Gilberto C. de. Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 12, nº. 1, p.148-172, 2017.

OLIVEIRA, Odete Maria de; SILVA, Andréia Rosenir. **Gênero como Possível Ator das Relações Internacionais.** In: OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações Internacionais: a questão de gênero. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011, p. 23-81.

OLSSON, Louise. Mainstreaming Gender in Multidimensional Peacekeeping: A Field Perspective. **International Peacekeeping**, vol. 7, nº. 3, p. 1-16, autumn 2000.

ONU. **Carta das Nações Unidas**: e o Estatuto da Tribunal Internacional de Justiça. Nova Iorque, 1945.

ONU. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). 1979. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf. Acesso em 16 de out 2021.

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim, 1995.

ONU MULHERES. **Conferências Mundiais da Mulher.** Brasil, 2021. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/. Acesso em 16 de out 2021.

ONU MULHERES. **20 Anos da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU e a liderança das mulheres defensoras de direitos humanos para a construção da paz e da segurança**. Brasil, Dezembro de 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/20-anos-da-resolucao-1325-do-conselho-de-seguranca-da-onu-e-a-lideranca-das-mulheres-defensoras-de-direitos-humanos-para-a-construcao-da-paz-e-da-seguranca/. Acesso em 02 de nov 2021.

O'REILLY, Marie. Democratizing Peace Processes: Women at the Table. **IPI**: Global Observatory, 2013. Disponível em: http://theglobalobservatory.org/2013/09/democratizing-peace-processes-women-at-the-table/. Acesso em 05 de out 2021.

O'REILLY, Marie; Ó SÚILLEABHÁIN, Andrea. Women in Conflict Mediation: Why it Matters. **International Peace Institute** (IPI), Issue Brief, september 2013.

O'REILLY, Marie; Ó SÚILLEABHÁIN, Andrea; PAFFENHOLZ, Thania. Reimagining Peacemaking: Women's Roles in Peace Processes. **International Peace Institute,** New York, june 2015.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A Invenção das Mulheres**: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004.

_____. Laços familiares/ligações conceituais: notas africanas sobre epistemologias feministas. Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies. Signs, Vol. 25, No. 4, **Feminisms at a Millennium** (Summer, 2000), pp. 1093-1098. Tradução para uso didático por Aline Matos da Rocha.

PACHECO, Maria Luiza P. **A participação das mulheres nos processos de paz**: uma perspectiva de gênero à luz da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança. 2018. 126p. Dissertação (Faculdade de Economia), Universidade de Coimbra, Coimbra, julho, 2018.

PAIVA, Mirian Santos. Teoria feminista: O desafio de tornar-se um paradigma. **R. Bras. Enferm. Brasília**, v. 50, n.4, out./dez., 1997, p.517-524.

PARASHAR, Swati. Women, militancy, and security: The South Asian conundrum. In: SJOBERG, Laura (org). **Gender and International Security**: Feminist perspectives. London and New York:Routledge, p.168-187, 2010

PASI, Moses; ANDERSSON, Filip. Ghanaian Police Officer Vera Ayensu: "I want to be a role model for other ladies to emulate". **UNMISS**, United Nations Mission in South Sudan, 23 Jan 2020. Disponível em: https://unmiss.unmissions.org/ghanaian-police-officer-vera-ayensu-%E2%80%9Ci-want-be-role-model-other-ladies-emulate%E2%80%9D. Acesso em 03 de nov 2021.

PASSOS, Kennya R. M.; LOSURDO, Federico. **Estupro de Guerra**: o sentido da violação dos corpos para o Direito Penal Internacional. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, Maranhão, v. 3, nº. 2, p.153-169, jul/dez, 2017

PASSOS, Rodrigo Duarte F. dos. **Gênero e Realismo Político**: Uma análise. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações Internacionais: a questão de gênero. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011, p. 83-122.

PA-X. **Peace Agreement Database**. The University of Edinburgh. Disponível em: https://www.peaceagreements.org/. Acesso em 08 de nov 2021.

PEACEWOMEN. 1325 National Action Plans (NAPs). In: **WILPF**. 2021. Disponível em: http://1325naps.peacewomen.org/ . Acesso em 02 de nov 2021.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade** (Conceitos Livro 1). 1º ed. Ebook: Editora Nós, 2020.

PIMENTEL, Silvia. Apresentação. In: FROSSARD, Heloisa. **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. 260p.

POESCHL, Gabrielle; MÚRIAS, Cláudia; RIBEIRO, Raquel. As diferenças entre os sexos: Mito ou realidade?. **Análise Psicológica**, n.2, p.213-228, 2003.

PORTELA, Paulo Henrique G. **Direito Internacional Público e Privado**: Incluindo Noções de Direitos Humanos e de Direito Comunitário. 11º ed. Rev., atual. e ampl., Salvador: JusPODIVM, 2019.

POSSAS, Lídia Maria V.; REIS, Sarah de Freites. **Reflexões Feministas acerca das Relações Internacionais**. In: MATHIAS, Suzeley K. Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas

Forças Armadas. São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009, p.229-241.

POTTER, Antonia. We the Women: Why conflict mediation is not just a job for men. **Opinion**, Centre for Humanitarian Dialogue, Geneva, 2005.

PUECHGUIRBAL, Nadine. Discourses on Gender, Patriarchy and Resolution 1325: A Textual Analysis of UN Documents. **International Peacekeeping**, vol. 17, nº. 2, p. 172-187, april 2010.

PUECHGUIRBAL, Nadine.Women and Children: Deconstructing a Paradigm. **Seton Hall Journal of Diplomacy and International Relations,** p. 5-16, winter/spring 2004.

PUREZA, José Manuel; MOURA, Tatiana. O regresso da paz negativa?. **Revista de História das Ideias**, vº. 25, 2004.

PUREZA, José Manuel; MOURA, Tatiana. Violência(s) e guerra(s): do triângulo ao continuum. Coimbra, Editora: FLUC- Instituto de História e Económia Social, nº. 37, 2005.

RABELO, Tamya Rocha. **Estratégias de Igualdade de Gênero nas Operações de Paz**: Desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas *generificadas*. 2011. 128 f. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) - UNESP/UNICAMP/PUC-RIO, Programa San Tiago Dantas, São Paulo, 2011.

RABELO, Tamya Rocha. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 21, nº. 3, p. 817-837, setembro-dezembro, 2013.

RABELO, Tamya Rocha. **O equilíbrio de gênero nas Operações de Paz: avanços e desafios.** In: MATIJASCIC, Vanessa B. Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas: Reflexões e debates. 1º ed., São Paulo: Editora Unesp, 2014, p.71-104.

RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom; MIALL Hugh. **Contemporary Conflict Resolution**: The prevention, management and transformation of deadly conflicts. 2 edition. USA: Polity, 2005, p.215-230.

REARDON, Betty A. **Education for a culture of peace in a gender perspective**. France: UNESCO Publishing, 2001.

REARDON, Betty A.; SNAUWAERT, Dale T. **Betty A. Reardon**: Key Texts in Gender and Peace. USA: Springer, 2015.

ROQUE, Sílvia; SANTOS, Rita. **Gênero, Feminismos e Estudos para a Paz**. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V.; Maschietto, Roberta H.; Kuhlmann, Paulo Roberto L. Estudos para a Paz: conceitos e debates. 1º ed., Editora UFS, 2019, p.419-457.

RUDDICK, Sara. ***Maternal Thinking****: Towards a Politics of Peace.* Boston: Beacon Press, 1989.

SAFEWORLD. Masculinities and Peacebuilding: A Policy and Programming Agenda. **SAFEWORLD**: Preventing Violence Conflict. Building Safe Lives, Briefing, november 2016.

SAFFIOTI, Heleith. **Papéis sociais atribuídos às diferentes categorias de sexo**. In: SAFFIOTI, Heleith. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987, p. 8-20.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso: 2013.

SANTOS, Claudia. Segurança Internacional e Cuidado: Uma reflexão sobre as missões de paz sob uma perspectiva da Ética Feminista do Cuidado. **Revista de Estudos Internacionais,** vol 10 (3), 2019, p. 114-141.

SANTOS, Rita; ROQUE, Sílvia; MOURA, Tatiana. Conexões perdidas: Representações de género, violência (armada) e segurança na Resolução 1325. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº. 96, p. 165-196, março 2012.

SCHIRCH, Lisa. **Ritual and Symbol in Peacebuilding**. USA: Kumarian Press, 2005.

_____. **Women Transforming Patriarchy**: Feminist Ritual and Peace-building. **Canadian Woman Studies**, v. 22, nº 2, p.142-147, 2003.

SCHIRCH, Lisa; SEWAK, Manjrika. **The Role of Women in Peacebuilding**. In: **Global Partnership for the Prevention of Armed Conflict,** 2005a.

_____; _____. **Women**: Using the Gender Lens. In: TONGEREN Paul van et al. **People Building Peace II**: successful stories of civil society. USA: Lynne Rienner Publishers, 2005b, p.97-146.

SCHOTT, Linda. The Woman's Peace Party and the Moral Basis for Women's Peace. **Frontiers**: A Journal of Women Studies, v. 8, nº. 2, p.18-24, 1985.

SCHWETHER, Natália Diniz. Mulheres, paz e segurança na América do Sul: o processo de implementação de uma agenda chave. **Conjuntura Austral**, vol. 11, nº. 56, p. 94- 108, out/dez 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.20, n.2, 1995, p. 71-99.

SEGAL, Mady Wechsler. Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada: Passado, Presente e Futuro. **Nação & Defesa**, nº 88 - 2º série, p.15-43, inverno, 1999.

SEGATO, Rita Laura. Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación. **Revista Herramienta**, nº. 49, 2012.

_____. **Las Nuevas Formas de la Guerra y el Cuerpo de las Mujeres**. 1ºed, México: Edición Puebla- Pez en el Árbol, 2014.

SEIFERT, Ruth. **War and Rape**: Analytical Approaches. In: Women's International League for Peace and Freedom (WILPF), Geneva: Switzerland, 1993.

SHEPHERD, Cassandra K. The role of women in International Conflict Resolution. **Hamline University's School of Law's Journal of Public Law and Policy**. Vol. 36, nº. 2, article 1, 2015.

SHEPHERD, Laura J. Making war safe women? National Action Pans and the militarisation of women, peace and security agenda. **International Political Science Review**, p. 1-12, 2016.

SHIVA, Vandana. **Staying alive**: Women, Ecology and Survival in India. New Delhi: Ed.:KALI FOR WOMEN, 1988.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecol. e Desenv.Rur.Sustent**., Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2000, jan/mar, p. 61-71.

SILVA, Rita. Perspectivas feministas e pensamento *sobre* e *para* a paz: (re)conhecer as violências e resgatar as pazes. **Oficina do CES**, nº. 363, fevereiro de 2011.

SJOBERG, Laura. **Gender-based violence in War**. In: SHARONI, Simona et al. Handbook on Gender and War. UK and USA: Edward Elgar, 2016.

SJOBERG, Laura. **Introduction.** In: SJOBERG, Laura (org). Gender and International Security: Feminist perspectives. London and New York: Routledge, 2010, p. 1-14.

SMITH, M. Shane. Game Theory. **Beyond Intractability**, University of Colorado, Boulder, 2003. Disponível em: https://www.beyondintractability.org/essay/prisoners-dilemma. Acesso em 07 de out 2021.

SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. International Theory: positivism and beyond. The Edinburgh Building Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 11-44.

SORG, Letícia. A mais covarde das armas de guerra. **Revista ÉPOCA**, p.104-106, julho, 2011. Disponível em: <https://www.rememberwomen.org/Library/News/news_imgs/2011/epoca_violencia_20110718.pdf>. Acesso em 07 de jun. de 2021

SOUSA, Renata F. de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, nº.1, p.9-29, janeiro/abril, 2017.

SOUZA, Giulia Escuri de. Mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense: a luta por memória e justiça. In: **44º Encontro Anual da Anpocs. GT23: Memória Social e Sociedade: os desafios contemporâneos**, 2020, online, p.1-14.

SOUZA, Iriê P. de; GÁLVEZ, Martha Celia Ramírez. **Os Sentidos e Representações do ecofeminismo na contemporaneidade**. In: **Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**, Paraná: Londrina, sétima edição, 2008.

SOUZA, Lua Carvalho de. **As Organizações Não-Governamentais na Mediação Internacional**: Vantagens e Limitações. 2012. 197 f.. Dissertação (Relações Internacionais), PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Márcio Ferreira de. As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s). **Mediações**, Londrina, v.14, n.2, p.132-144, jul/dez, 2009.

SPANGLER, Brad. Win-Win / Win-Lose / Lose-Lose Situations. **Beyond Intractability**, University of Colorado, Boulder, 2013. Disponível em: https://www.beyondintractability.org/essay/win-lose. Acesso em 07 de out 2021.

STEARNS, Peter N. **História das Relações de Gênero**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

TABAK, Fanny. A Década da Mulher como forma de Participação e Pressão Política: Avaliação e Balanço. In: **ANPOCS**, 1985, Águas de São Pedro, SP. IX Reunião Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, SP., 1985.

TAIWO, Olufemi. **Feminism and Africa: Reflections on the Poverty of Theory**. In: OYĚWÙMÍ, Oyèronké. African women and feminism: reflecting on the politics of sisterhood. Africa World Press, Trenton- New Jersey, p. 45-65, 2003.

TARDIN, Elaine Borges; BARRETO, Luís Otávio de A. Mulheres guerreiras: entre a história e a mitologia. **Revista Transformar,** Itaperuna-Rio de Janeiro, 10º edição, p. 85-102, 2017. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/viewFile/94/90>. Acesso em 28 de abril de 2021.

TICKNER, J. Ann. **Feminism and Security.** In: HUGHES, Christopher W.; MENG, Lai Yew. Security Studies: a reader. London and New York, Routledge Taylor & Francis Group, p.44-51, 2011.

_____. Feminist Perspectives on 9/11. **International Studies Perspectives**, n. 3, p. 333-350, 2002.

_____. **Gender in International Relations**: Feminist Perspectives on Achieving Global Security. New York: Columbia University Press, 1992

_____. **Peace and Security from a Feminist Perspective**. Oxford Handbooks Online, 2018.

_____. What is your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions. **International Studies Quarterly**, v. 49, n. 1, mar., 2005, p.1-21. .

_____. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, vol. 41, n.. 4,p. 611-632, dec., 1997.

TICKNER, J. Ann; SJOBERG, Laura. **Feminism.** In: DUNNE, Tim; KURKI, Mijla; SMITH, Tieve. (Eds). International Relations Theories: discipline and diversity. 2 nd edition, Oxford University Press, 2013, p. 205-222.

TONG, Rosemarie. **Feminist Thought**: A More Comprehensive Introduction. 3º ed. Westview Press, 2009

TRYGGESTAD, Torunn L. Trick or Treat? The UN and Implementation of Security Council Resolution 1325 on Women, Peace, and Security. **Global Governance**, v. 15, p.539-557, 2009.

TSHIBANGU, Tom. **The First-Ever Female Pakistani UN Peacekeeping Team Receives UN Medals**. MONUSCO, United Nations Organization Stabilization Mission in the DR Congo, 4 feb 2020. Disponível em: https://monusco.unmissions.org/en/first-ever-female-pakistani-un-peacekeeping-team-receives-un-medals. Acesso em 03 de nov 2021.

UN, United Nations. **Mainstreaming a Gender Perspective in Multidimensional Peace Operations**. United Nations, DPKO - Department of Peacekeeping Operations, july 2000a.

UN PEACEKEEPING, United Nations Peacekeeping. Brazilian female peacekeeper wins United Nations Military Gender Advocate of the Year Award. **United Nations Peacekeeping**. 26 Mar 2019. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/brazilian-female-peacekeeper-wins-united-nations-military-gender-advocate-of-year-award-0. Acesso em 04 de nov 2021.

UN PEACEKEEPING, United Nations Peacekeeping. Brazilian and Indian women peacekeepers jointly win the United Nations Military Gender Advocate of the Year 2019 Award. **United Nations Peacekeeping**. 26 May 2020. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/brazilian-and-indian-women-peacekeepers-jointly-win-united-nations-military-gender-advocate-of-year. Acesso em 04 de nov 2021.

UN PEACEKEEPING, United Nations Peacekeeping. Gender. **United Nations Peacekeeping**, 2021a. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/gender. Acesso em 05 de nov 2021.

UN PEACEKEEPING, United Nations Peacekeeping. Kenyan peacekeeper wins United Nations Military Gender Advocate of the Year 2020 Award. **United Nations Peacekeeping**. 24 May 2021b. Disponível em:

https://peacekeeping.un.org/en/kenyan-peacekeeper-wins-united-nations-military-gender-advocate-of-year-2020-award-0. Acesso em 04 de nov 2021.

UN PEACEKEEPING, United Nations Peacekeeping. Nigerien female Peacekeeper wins United Nations Military Gender Advocate of the Year Award. **United Nations Peacekeeping**. 8 Sep 2016. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/nigerien-female-peacekeeper-wins-united-nations-military-gender-advocate-of-year-award. Acesso em: 04 de nov 2021.

UN PEACEKEEPING, United Nations Peacekeeping. Promoting women, peace and security. **United Nations Peacekeeping**, 2021c. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/promoting-women-peace-and-security. Acesso em 02 de nov 2021.

UN PEACEKEEPING, United Nations Peacekeeping. Woman peacekeeper wins the United Nations Military Gender Advocate of the Year award. **United Nations Peacekeeping**, New York/ Vancouver, 15 Nov 2017. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/woman-peacekeeper-wins-united-nations-military-gender-advocate-of-year-award. Acesso em 04 de nov 2021.

UN PEACEKEEPING, United Nations Peacekeeping. Women in peacekeeping. **United Nations Peacekeeping**, 2021d. Disponível em:https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping. Acesso em 05 de nov 2021.

UN, United Nations. **Report of the World Conference of the International Women's Year**. Mexico City, 19 june - 2 july 1975. United Nations, New York, 1976.

UN. **Report of the World Conference of the United Nations Decade for Women**: Equality, Development and Peace. Copenhagen, 14 to 30 july 1980. United Nations, New York, 1980.

UN, United Nations. **Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women**: Equality, Development and Peace. Nairobi, 15-26 July 1985. United Nation, New York, 1986.

UN, United Nations. **Windhoek Declaration and Namibia Plan of Action**: Mainstreaming a Gender Perspective in Multidimensional Peace Support Operations. United Nations, 31 may 2000b.

UNGA, United Nations General Assembly. **A Report of the Secretary-General on improvement of the status of women in the Secretariat (A/50/691**). 27 October 1995. Disponível em: https://www.un.org/womenwatch/daw/documents/ga50.htm. Acesso em 31 de out 2021.

UNGA, United Nations General Assembly. **A Comprehensive Strategy to Eliminate Future Sexual Exploitation and Abuse in United Nations Peacekeeping Operations.** A/59/710. 25 March 2005. Disponível em: https://reliefweb.int/report/world/comprehensive-strategy-eliminate-future-sexual-exploitation-and-abuse-united-nations. Acesso em 07 de nov 2021.

UNIFIL, United Nations Interim Force in Lebanon. **Award-Winning Zeina Saleh defies gender norms in clearing South Lebanon of Mine**s. 4 Apr 2020. Disponível em: https://unifil.unmissions.org/award-winning-zeina-saleh-defies-gender-norms-clearing-south-lebanon-mines. Acesso em 03 de nov 2021.

UNIFIL, United Nations Interim Force in Lebanon. **Unifil Female Peacekeepers Join Military Officers from Region in Protecting Cultural Heritage**. 28 Oct 2019. Disponível em: https://unifil.unmissions.org/unifil-female-peacekeepers-join-military-officers-region-protecting-cultural-heritage. Acesso em 03 de nov 2021

UNPOL, United Nations Police. **FORMED POLICE UNITS (FPUS).** 2021a. Disponível em: https://police.un.org/en/formed-police-units-fpus. Acesso em 07 de dez 2021.

UNPOL, United Nations Police. **INDIVIDUAL POLICE OFFICERS.** 2021b. Disponível em: https://police.un.org/en/individual-police-officers. Acesso em 07 de dez 2021.

UNSC, United Nations Security Council. **Statement by the President of the Security Council**. S/PRST/2002/32. 31 October 2002. Disponível em: https://undocs.org/S/PRST/2002/32. Acesso em 02 de nov 2021.

UNSC, United Nations Security Council. **Statement by the President of the Security Council**. S/PRST/2004/40. 28 October 2004. Disponível em: https://www.un.org/womenwatch/ods/S-PRST-2004-40-E.pdf. Acesso em 31 de out 2021.

UNSC, United Nations Security Council. **Statement by the President of the Security Council**. S/PRST/2005/52. 27 October 2005. Disponível em: https://undocs.org/S/PRST/2005/52. Acesso em 01 de nov 2021.

UNSC, United Nations Security Council. **Statement by the President of the Security Council**. S/PRST/2007/40. 23 October 2007. Disponível em: https://undocs.org/S/PRST/2007/40. Acesso em 02 de nov 2021.

UN WOMEN, United Nations Women. Equal representation of women and men (in UN system). In: **Gender Equality Glossary**. Disponível em: https://trainingcentre.unwomen.org/mod/glossary/view.php. Acesso em 27 de out 2021.

UN WOMEN. **Mulher 2000**: Igualdade entre os Sexos, Desenvolvimento e Paz no Século XXI. 23º Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, 5-9 de julho de 2000.

WARREN, Karen J.; CADY, Duane L. Feminism and Peace: Seeing Connections. **Hypatia**, vol. 6, nº. 2, p.4-20, Feminism and Peace, 1994.

WIBBEN, Annick T. R. **Genealogies of Feminist Peace Research**. In: VÄYRYNEN, Tarja et al. Routledge Handbook of Feminist Peace Research. London and New York: Taylor & Francis, 2021, p.17-27.

WILCHES M., Ivonne. **Paz con género feminino**: Investigación sobre Mujeres y Construcción de Paz. PNUD-UNIFEM, 2010.

WILLIAMS, Jody. UK summit on sexualized violence: 'A time warp in the wrong direction'. **WMC - Women's Media Center**, June 15, 2014. Disponível em: https://womensmediacenter.com/women-under-siege/uk-summit-on-sexualized-violence-a-time-warp-in-the-wrong-direction. Acesso em 06 de nov 2021.

WILPF. **Resolutions.** 1st Congress, The Hague: Netherlands, 1915.

WHITWORTH, Sandra. **Feminist Perspective.** In: WILLIAMS, Paul D. Security Studies: an introduction. Abingdon: Routledge, 2008, cap.8.

WOOLF, Virginia. **As mulheres devem chorar … ou se unir contra a guerra.** 1º ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

YADAY, Punam; HORN, Denise M. **Continuums of Violence:** Feminist peace research and gender-based violence. In: VÄYRYNEN, Tarja et al. Routledge Handbook of Feminist Peace Research. London and New York: Taylor & Francis, p.105-114, 2021.

YIN, Jing. Popular Culture and Public Imaginary: Disney vs. Chinese Stories of Mulan. Javnost - The Public: **Journal of the European Institute for Communication and Culture**, v. 18, n. 1, p. 53-74, 2011.

ZAKHAROVA, Natalia. Guidelines for the development of a National Action Plan on Women, Peace and Security. UN Women, New York, 2012.

ZENNI, Alessandro Severino Valler; TACH, Cynthia Lourenço; AIRES, Fernanda Diniz. O abuso e a exploração sexual de mulheres pelos peacekeepers nas missões de paz: as medidas adotadas pela ONU no enfrentamento da questão. **Revista de Estudos Jurídicos**, UNESP, Franca, ano 22, n. 35, p.85-112, jan/jun, 2018.

ZIPFEL, Gaby. "Vamos lá curtir um bocado": A relação entre identidade sexual, violência sexual e sexualidade em conflitos armados. R**evista Crítica de Ciências Sociais**, nº. 96, p.31-46, março, 2012.

ANEXO

Quadro 1: Os movimentos das Mães pelo mundo

Nome	Origem	Orientação	Peculiaridades e especificidades
Madres de Plaza de Mayo[263]	Argentina (déc.1970)	Movimento político contra o regime militar	Formado por um grupo de mulheres de meia-idade, em sua maioria donas de casa, elas atuavam em oposição à ditadura na Argentina, uma vez que reivindicavam a verdade sobre o "desaparecimento" dos seus entes.
Associação de Familiares de Presos e Desaparecidos do Chile	Chile (déc.1970)	Movimento político contra o regime militar	Grupo de mulheres que lutavam contra o regime militar de Pinochet (1973-1990) em busca da verdade, dos direitos humanos e da responsabilização judicial pelos atos políticos do governo.
Coordinación Nacional de Viudas de Guatemala (CONAVIGUA)[264]	Guatemala (déc.1980)	Movimento político	Grupo formado, em sua maioria, por mulheres indígenas, elas protestavam em defesa dos direitos dos indígenas, das mulheres e da justiça, além de buscarem a verdade sobre os "desaparecimentos" forçados, fruto da onda de violência que atingia as populações indígenas.
Comitê das Mães dos Desaparecidos Salvadorenhos (CoMadres)	El-Salvador (déc.1970)	Movimento político contra a guerra civil	Grupo de mulheres que buscavam encontrar informações sobre os "desaparecidos" na guerra civil de El Salvador, além de atuarem em prol da ajuda humanitária.
Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos[265]	Uruguai (déc.1970)	Movimento político	Grupo de mães e parentes que buscavam descobrir informações, a justiça e a verdade sobre os

[263] Para mais informações. *Asociación Madres de Plaza de Mayo*. Disponível em: https://madres.org/. Acesso em 09 julho 2021.
[264] Para mais informações: CONAVIGUA. Disponível em: https://conavigua.tripod.com/. Acesso em: 08 julho 2021.
[265] Para mais informações: *Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos.* Disponível em: https://desaparecidos.org.uy/. Acesso em: 15 junho 2021.

			"desaparecimentos" dos seus entes.
Frente das Mães do Sri Lanka	Sri Lanka	Movimento político	Movimento em prol da verdade sobre a guerra e a reivindicação dos corpos dos seus filhos.
Committee of Soldiers' Mothers of Russia (CSMR)	Rússia (déc. 1980)	Movimento político e anti-guerra	Movimento contra a violência policial, contra a guerra na Chechênia e a favor dos direitos dos soldados.
Women of Liberia Mass Action for Peace	Libéria (anos 2000)	Movimento de paz	O *Mass Action for Peace* foi uma campanha da Rede de Mulheres para a Construção da Paz (*Women in Peacebuilding Network* - WIPNET). Foi uma ação liderada por um grupo de mulheres que buscavam a paz, diante o cenário de guerra civil. A líder do grupo, Leymah Gbowee, ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2011[266].
Saturday Mothers	Turquia (déc.1990)	Movimento político	Grupo de mães e parentes que protestavam em vigília semanal em busca de informações sobre o "desaparecimento" dos seus entes.
Association of Genocide Widows Agahozo (AVEGA)[267]	Ruanda (déc.1990)	Movimento político	Grupo de mulheres, em especial de viúvas, que tinha como objetivo ajudar as vítimas do genocídio de Ruanda, no qual atuava com base nos cuidados médicos, prestação de ajuda de advocacia, programas socioeconomicos e de reforço organizacional.
Four Mothers Movement	Israel (dec. 1990)	Movimento Político e anti-guerra	Movimento político das mulheres em defesa da retirada das tropas de Israel no Líbano.

[266] Para mais informações. GBOWEE, Leymah (com MITHERS, Carol). Guerreiras da Paz: como a solidariedade, a fé e o sexo mudaram uma nação em guerra: mémorias. 1ºed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

[267] Para mais informações, acesse: AVEGA-Agahozo. Disponível em: https://avega-agahozo.org/. Acesso em 23 de ago 2021.
Peace Insight. Association of Genocide Widows Agahozo (AVEGA AGAHOZO). Disponível em: https://www.peaceinsight.org/en/organisations/avega/?location=rwanda&theme. Acesso em 23 de ago 2021.

Fonte: Elaboração própria com bases nos textos: AMNESTY INTERNATIONAL, 1998; MAGALLÓN PORTOLÉS, 2004; MOURA, 2005c; SCHIRCH; SEWAK, 2005b; MOURA; SANTOS, 2008; CONFORTINI, 2010; MOURA; SANTOS; SOARES, 2010; PACHECO, 2018; ROQUE; SANTOS, 2019.

Quadro 2: Mulheres que ganharam o Prêmio Nobel da Paz

Nome	Ano	País[268]	Causa
Baronesa Bertha Sophie Felicita von Suttner	1905	Império Austro-Húngaro[269]	Escritora, pacifista e compositora, Bertha se dedicou à causa da paz e escreveu o livro *Lay Down Your Arms* (Abaixe suas armas).
Jane Addams[270]	1931	Estados Unidos	Jane Addams fundou o *Women's International League for Peace and Freedom* (Liga Internacional das Mulheres para a Paz e a Liberdade) em 1919. Ela lutou em prol da pacificação e do desarmamento das grandes potências; além de trabalhar junto à causa dos pobres e dos refugiados.
Emily Green Balch[271]	1946	Estados Unidos	Emily se dedicou à causa da paz e do desarmamento, além de lutar contra o fascismo. Ela também se tornou a líder do *Women's International League for Peace and Freedom* em 1935.
Betty Williams e Mairead Corrigan	1976	Irlanda do Norte	Elas protestavam contra as ações violentas entre os católicos e protestantes na Irlanda do Norte e fundaram o *Community of Peace People* (Comunidade de Pessoas da Paz).
Madre Teresa de Calcutá	1979	Índia	Lutou em defesa do atendimento e acolhimento aos pobres e necessitados, além de buscar o direito e a justiça pela paz. Foi ordenada freira na Índia, onde atuou com o trabalho missionário. Em 1996 ela foi beatificada e em 2016 foi transformada em Santa pela Igreja Católica.
Alva Myrdal[272]	1982	Suécia	Atuou na luta em prol do desarmamento e do controle de armas; além de representar o seu país na ONU e na Unesco. Ela é autora de livros pacifistas como *Dynamics of European Nuclear Disarmament* (1965) e *The*

[268] De desenvolvimento do trabalho pela paz.
[269] Atual República Checa.
[270] Recebeu o prêmio em conjunto com Nicholas Murray Butler.
[271] Recebeu o prêmio em conjunto com John Raleigh Mott.
[272] Recebeu o prêmio em conjunto com Alfonso García Robles.

			Game of Disarmament (1965).
Aung San Suu Kyi	1991	Birmânia[273]	Atuou de forma pacífica na luta pela democracia e pelos direitos humanos no seu país. Fazia oposição ao governo militar e criou a Liga Nacional pela Democracia (LND). Viveu em prisão domiciliar de 1989 até sua libertação, em 2010.
Rigoberta Menchú Tum	1992	Guatemala	Líder guatemala que lutou em defesa dos direitos humanos e justiça social no seu país. Buscou o respeito aos povos indígenas e a reconciliação etnico-cultural do país.
Jody Williams[274]	1997	Estados Unidos	Desenvolveu um trabalho de busca pela proibição do uso de minas terrestres, uma vez que elas representavam perigo para a população civil.
Shirin Ebadi	2003	Irã	Mulher iraniana que lutou em defesa dos direitos humanos fundamentais no seu país, em especial o direito das mulheres e das crianças. Foi a primeira mulher a se tornar juíza no Irã
Wangari Muta Maathai	2004	Quênia	Professora e ativista política, Wangari foi a primeira mulher africana a receber o Prêmio Nobel da Paz. Ela atuava em defesa do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, da democracia e da paz. Além da participação política no seu país, ela fundou o *Green Belt Movement,* organização não-governamental que atuava em defesa do meio ambiente e do direito das mulheres.
Ellen Johnson Sirleaf, Leymah Gbowee e Tawakel Karman	2011	Libéria	O prêmio em conjunto das liberianas representou a luta e a atuação das mulheres nos processos de paz. Ellen J. Sirleaf foi a primeira mulher eleita democraticamente a se tornar presidente da Libéria; A ativista pela paz, Leymah Gbowee, desenvolveu um trabalho em busca dos direitos das mulheres e das pessoas vítimas da guerra, além de liderar o movimento de mulheres que ajudou a acabar com a guerra civil no país; Tawakel K. é jornalista e liderou do Iêmen o grupo "Mulheres Jornalistas Sem Correntes", no qual lutava em prol da paz, da democracia e dos direitos humanos.

[273] Atual Myanmar.
[274] Recebeu o prêmio em conjunto com a ICBL - *International Campaign to Ban Landmines.*

Malala Yousafzai[275]	2014	Paquistão	Malala se tornou a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz. Atuando na defesa do acesso à educação para meninas e adolescentes, ela luta contra a política talibã no Paquistão.
Wided Bouchamaoui	2015	Tunísia	Wided é membro do Quarteto do Diálogo Nacional da Tunísia e foi a primeira mulher a se tornar presidente da *Tunisian Confederation of Industry, Trade and Handicrafts* (Utica). Ela recebeu o Prêmio em decorrência do seu trabalho desenvolvido na sociedade civil em busca pela solução negociada da crise política no país.

Fonte: Elaboração própria com base dos textos: MESA, 2012; JADE, 2017; CARON; GRAUPE; RECKZIEGEL, 2020

[275] Recebeu o prêmio em conjunto com Kailash Satyarthi.

Quadro 3: A participação das mulheres nos processos informais da paz[276]

País	Atuação
Bougainville[277]	Entre os anos de 1988 e 1997 ocorreu o conflito armado entre o Exército Revolucionário de Bougainville (BRA), a Força de Defesa da Papua-nova Guiné (PNGDF) e o PNG *Police Mobile Squad*[278]. Foi nesse contexto que se destacou a atuação das mulheres de Bougainville, que tiveram um papel central na luta contra a violência armada e a busca pela consolidação da paz. As mulheres se dirigiam à selva para persuadir os jovens a entregarem suas armas e a voltarem para suas casas. A atuação dos grupos religiosos de mulheres - *The Bougainville International Church Women's Forum* - também teve um impacto importante, uma vez que ele ajudava a manter o contato entre as mulheres de diferentes partes da ilha. Outro fator marcante é o fato da Bougainville ser baseada nos princípios da tradições matrilineares, ou seja, a organização familiar segue a perpetuação da linhagem da mãe, no qual as mulheres são as guardiãs das terras e da história. Sendo assim, baseado em uma ação que pode ser considerada de maternidade militante, as mulheres de Bougainville atuaram em prol da paz formando organizações e participando dos processos formais de negociação da paz[279].
Chipre	No Chipre, as mulheres têm um papel importante na busca por implementar a perspectiva de gênero no conflito que ameaça o país, uma vez que a Grécia e a Turquia ameaçam constantemente a região, dado que o país é formado por dois grupos de comunidades, a grego-cipriota e a turco-cipriota[280]. O movimento *Manos que Cruzan la Línea,* que é formado tanto por gregas quanto turcas, surgiu em 2001 com o intuito de superar o conflito demarcado no país e na Linha Verde desde 1974.
Colômbia	Por muitos anos a Colômbia vivenciou um cenário de conflito armado interno (entre o Governo e as FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), sendo a atuação das mulheres centrais na denúncia contra as práticas violentas que as atingiam e na busca pela transformação da situação do país. As mulheres formaram organizações que exigiam a presença delas nas mesas formais de negociação e que nos acordos fossem incorporadas pautas que atendessem às suas demandas. Entre as organizações podem ser citadas a *Ruta Pacífica de las Mujeres*[281], a *Organización Femenina Popular* (OFP)[282] e a

[276] De acordo com os textos de Ariño (2010a); WILCHES M. (2010); ANGOM (2018), ainda podem ser citados outros exemplos da atuação e organização das mulheres, a saber: Nepal, Serra Leoa, Guatemala, Uganda, Ruanda, Burundi, República Democrática do Congo.

[277] Bougainville é uma Região Autônoma na Papua-Nova Guiné.

[278] Para mais informações sobre o conflito entre a Região Autônoma da Bougainville e a Papua-Nova Guiné, acesse: BADMUS, Isiaka Alani. A Austrália, a Nova Zelândia e a Segurança Regional no Pacífico: Reflexões sobre a Manutenção da Paz nas Ilhas Salomão e Papua Nova Guiné (Bougainville). In: **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.6, n.11, p. 9-37, Jan./Jun. 2017 .

[279] Para mais informações sobre a atuação das mulheres em Bougainville, acesse: GARASU, Sister Lorraine. The Role of Women in Promoting Peace and Reconciliation. **WILPF**, 2002. Disponível em:https://www.peacewomen.org/node/89897. Acesso em 22 de ago 2021.

[280] Para mais informações sobre o conflito no Chipre, acesse: PASCHOAL, João Pedro de; QUEIROZ, Andressa R. M.; CAMARGO, Otávio B. Pires de.. A questão de Chipre e a atuação da ONU. Série Conflitos Internacionais, v. 7, n. 6, dezembro de 2020. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-7-n.-6-dez-2020.pdf. Acesso em 22 de ago 2021.

[281] Para mais informações, acesse: *Ruta Pacífica*. Disponível em: https://rutapacifica.org.co/wp/. Acesso em 21 de ago 2021.

[282] Para mais informações, acesse: *Organización Femenina Popular.* Disponível em: http://organizacionfemeninapopular.blogspot.com/. Acesso em 21 de ago 2021.

	Alianza Iniciativa de Mujeres Colombianas por la Paz – IMP[283], ambas formadas por mulheres de diferentes regiões e de diferentes origens sociais, econômicas, raciais e étnicas; que lutam, de forma não-violenta e com base nos direitos humanos, pelo fim do conflito e da violência, a fim de se atingir a paz, a justiça, a igualdade e a autonomia.
Irlanda do Norte	A atuação das mulheres na Irlanda do Norte acabou tendo repercussões nos processos formais de negociação para a paz no país. Ultrapassando as áreas inimigas, mulheres católicas e protestantes formaram organizações para lutar e protestar em prol do bem comum, como a paz local, os direitos humanos e a equidade das mulheres na participação política. Entre a atuação das mulheres, pode-se destacar a de Betty Williams e Mairead Corrigan que fundaram o *Community of Peace People* (Comunidade de Pessoas da Paz), e em 1976 ganharam o Prêmio Nobel da Paz. Também é importante ressaltar a atuação das mulheres na busca pela participação política, uma vez que esse foi um dos meios encontrados por elas para atuarem nas negociações de paz. Assim, elas criaram a *Northern Ireland Women's Coalition* (NIWC), partido político formado tanto por mulheres republicanas quanto unionistas[284].
Israel e Palestina	As mulheres israelenses e palestinas também atuaram ultrapassando as linhas inimigas e formaram alianças para a paz. Desde os anos 1980 elas buscam denunciar as práticas de ocupação do Governo de Israel no Território Palestino, bem como a sitação dos presos palestinos. Elas também ressaltavam a conexão entre a violência sexual que as mulheres sofriam com as práticas de violência militar cometidas pelo Estado.
Libéria	A atuação das mulheres foi significativa na Libéria, no qual elas participaram como agentes ativas na busca pela construção da paz ao longo das Guerras Civis no país, sendo a ação de base importante para as negociações e a assinatura do acordo de paz. Diferentes organizações de mulheres foram desenvolvidas ao longo desse período, sendo elas: *Liberian Women's Initiative* (Iniciativa das Mulheres Liberianas - IML), a *Mano River Union Peace Network* (Rede das Mulheres da União do Rio Mano para a Paz - MARWOPNET), *Christian Women Peace Initiative* (Iniciativa das Mulheres Cristãs para a Paz - CWPI), *Liberian Muslims for Peace* (Liberianas Muçulmanas para a Paz - LIMWOP), *Women in Peacebuilding Network* (Rede de Mulheres para a Construção da Paz - WIPNET), entre outras. É importante destacar que a atuação e protesto das mulheres configuram em ações não-violentas, além de estarem inseridas na lógica da maternidade militante, podendo se destacar a campanha do *Mass Action for Peace*, que tinha como objetivo reivindicar a importância da paz e a necessidade do cessar-fogo. É nesse cenário que se evidencia a atuação de Leymah Gbowee, ativista pela paz que em 2011 ganhou o Prêmio Nobel da Paz, juntamente com Ellen Johnson Sirleaf e Tawakel Karman, primeira presidente do país e jornalista ativista pela paz, respectivamente[285].
País Vasco[286]	O País Vasco, ou *Euskadi*, é uma Região Autônoma na Espanha que conta com características particulares, sendo uma delas o seu idioma próprio, o *euskera*.

[283] Para mais informações, acesse: Mujeres por la Paz. Disponível em: https://mujeresporlapaz.org/. Acesso em 21 de ago 2021.

[284] Para mais informações sobre a atuação das mulheres na Irlanda do Norte, ver: DONAHOE, Amanda E. **Peacebuilding through Women's Community Development**: Wee Women's Work in Northern Ireland.Tufts University - Massachusetts, USA: Palgrave Macmillan, 2017.

FEARON, Kate. **Women's Work**: The Story of the Northern Ireland Women's Coalition. Belfast: Blackstaff Press, 1999.

[285] Para mais informações sobre a atuação das mulheres na Libéria, assista o documentário: **Pray the Devil Back to Hell** (2008).

[286] O País Vasco é uma Região Autônoma no nordeste da Espanha.

	Sendo uma região marcada por um conflito interno entre a Espanha, a França e o Grupo Independente (os *Euskadi Ta Askatasuna* - ETA), o País Vasco conta com a atuação das mulheres em prol de uma saída negociada do conflito. Um grupo de 200 mulheres de diferentes orientações políticas se reuniram para formar o movimento *Ahotsak* (*Voces* - Vozes), em 2006, que tinha como fim ajudar nas negociações de paz, uma vez que elas ressaltaram os efeitos da violência e a importância de levar em consideração os diferentes pontos de vista e posicionamentos políticos daqueles que faziam parte da negociação.
Quênia	As mulheres tiveram um papel importante na fase de negociação da paz no Quênia após a violenta eleição de 2008. Assim, era importante incluir a perspectiva de gênero ao longo das negociações e da agenda para a paz no país. Contudo, é importante destacar a atuação das mulheres na região de Wajir, norte do Quênia e na fronteira com a Somália e a Etiópia, desde os anos 1990. Sendo diretamente impactadas pelo conflito na região, as mulheres conseguiram criar um ambiente seguro, no qual elas poderiam interagir sem sofrer os impactos do conflito. Foi no mercado onde as mulheres conseguiram criar uma zona de paz, uma vez que esse deveria ser um ambiente no qual as mulheres de diferentes clãs poderiam comprar e vender mercadorias. Essa ação depois se estendeu e alcançou a população (o grupo dos anciãos, da juventude e dos dirigentes religiosos). Entre a atuação das mulheres na busca pela construção da paz, é importante destacar a de Dekha Ibrahim Abdi, que teve um papel importante na região e que ajudou a criar o *Women Association for Peace* (WWAP). Dekha Ibrahim também recebeu o prêmio *Right Livelihood Award* pela sua atuação na construção da paz, em 2007[287].
Região dos Balcãs (Kosovo e Sérvia)	A atuação das mulheres sérvias e kosovars foi importante para a construção de uma rede de diálogo em prol da paz. Na busca pela promoção de uma maior representação feminina nos acordos de paz e na política, as ativistas Sérvias do grupo Mulheres de Preto (*Women in Black)*[288] e as mulheres do *Kosovo Women's Network* (KWN)[289] formaram a Coalizão de Mulheres pela Paz (*Women's Peace Coalition*), em 2006, que tinha como objetivo ressaltar a importância de implementação da transversalização e perspectiva de gênero nos processos de paz, bem como ressalta a necessidade da Resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança ser inserida nas negociações de paz do Kosovo.
Somália	Sendo um país dividido por clãs e marcado por conflitos e disputas entre os senhores da guerra, a Somália apresenta um ambiente hostil para as mulheres nos debates sobre a paz, uma vez que ele é marcado pela predominância masculina. Sendo assim, mulheres de diferentes clãs se organizaram e formaram o "sexto clã" ('*sixth clan*'), esse com o objetivo de dar abertura e ser o caminho para a atuação e participação das mulheres nas negociações para a paz. Asha Haji Elmi[290] foi uma das ativistas pela paz e pelo direito das mulheres que atuaram na formação da rede do "Sexto Clã".
Sudão do Sul	É significativa a presença das mulheres nos processos de paz no Sudão do Sul, contudo, essa atuação se evidencia nos processos de base/ informais da paz, uma vez que existe uma sub-representação delas nas mesas formais de negociação. As mulheres atuam em áreas que necessitam de ajuda

[287] Para mais informações, acesse: **Dekha Abdi**. Disponível em: https://rightlivelihood.org/the-change-makers/find-a-laureate/dekha-abdi/. Acesso em 22 de ago 2021.
[288] Para mais informações, acesse: Women in Black. Disponível em: http://womeninblack.org/. Acesso em 23 de ago 2021.
[289] Para mais informações, acesse: **Women 's Network**. Disponível em: https://womensnetwork.org/. Acesso em 23 de ago 2021.
[290] Para mais informações: **Asha Elmi**. Disponível em: http://global-peacebuilders.org/peacebuilders-2/asha-elmi/. Acesso em 22 de ago 2021.

	humanitária, além de ajudarem os refugiados e os deslocados internos a voltarem para suas casas. Elas ajudam a construir uma paz diária na sociedade, sendo importante destacar a ação do movimento *Sudanese Women's Voice for Peace*, no qual se evidencia a atuação das mulheres por meio da arte e da literatura como forma de difundir e perpetuar a discussão sobre a necessidade da construção da paz nas sociedades; além de criar uma rede de diálogo entre as mulheres que atuam na base e nos processos formais de paz[291].

Fonte: Elaboração própria com base nos textos: MAGALLÓN PORTOLÉS, 2001, 2004; SCHIRCH; SEWAK, 2005b; COMINS MINGOL, 2007; LEDERACH, 2007; ARIÑO, 2010a, 2016; WILCHES M., 2010; ANGOM, 2018; PACHECO, 2018.

[291] Para mais informações, acesse: KEZIE-NWOHA, Helen; WERE, Juliet. **Women's informal peace efforts: Grassroots activism in South Sudan**. In: Chr. Michelsen Institute (CMI Brief), nº. 07, 2018. Disponível em: https://www.cmi.no/publications/6700-womens-informal-peace-efforts. Acesso em 23 de ago 2021.
United States Institute for Peace. **The Voices of South Sudan's Women.** Disponível em: https://www.usip.org/events/voices-south-sudans-women. Acesso em 23 de ago 2021.